



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Evandro Ribeiro Lomba

As Crises Capitalistas: uma aproximação ao pensamento de Marx

Rio de Janeiro

2023

Evandro Ribeiro Lomba

As Crises Capitalistas: uma aproximação ao pensamento de Marx



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosângela Nair de Carvalho Barbosa

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

L840 Lomba, Evandro Ribeiro.
As Crises Capitalistas: uma aproximação ao pensamento de Marx /
Evandro Ribeiro Lomba. – 2023.
197 f.

Orientadora: Rosangela Nair de Carvalho Barbosa.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Socialismo - Alemanha - Teses. 2. Capital (Economia) - Teses. 3.
Trabalho - Alemanha - Teses. 4. Marx, Karl, 1818-1883 - Teses. I. Barbosa,
Rosangela Nair de Carvalho. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 330.85

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Evandro Ribeiro Lomba

As Crises Capitalistas: uma aproximação ao pensamento de Marx

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 20 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rosangela Nair de Carvalho Barbosa (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof.^a Dr.^a Mossicleia Mendes da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, com grande estima.

AGRADECIMENTOS

Este texto certamente não será capaz de mencionar todas as pessoas que passaram pela minha vida durante esse período do mestrado e que, de alguma forma, deixaram seus ensinamentos para o amadurecimento tanto desta dissertação quanto para minha vida pessoal.

No entanto, é necessário expressar minha gratidão e destacar aqueles que estiveram ao meu lado de forma direta e participaram ativamente dessa construção. Agradeço, em primeiro lugar, à CAPES pelo financiamento desta pesquisa, cuja bolsa subsidiou as condições materiais para a realização deste trabalho.

Gostaria de ressaltar a competência e o carinho de todos os trabalhadores que compõem o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ (PPGSS-UERJ), desde os professores até os técnicos-administrativos. Além disso, expressei minha admiração pelos trabalhadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como um todo, pela excelência e dedicação que permitem a inclusão e a pluralidade de alunos na construção de um espaço de conhecimento, no qual pude estar inserido.

Um abraço especial à minha orientadora, Rosângela Barbosa, cuja afinidade e admiração pelo seu trabalho foram estabelecidas desde o momento em que ingressei no PPGSS. Seu rigor analítico sempre esteve acompanhado de muito respeito e incentivo para que eu pudesse superar meus limites. Além disso, ela demonstrou uma generosa abertura para que eu pudesse escolher temas e autores complementares de minha preferência, oferecendo sugestões e auxiliando nas questões que estavam além do meu alcance.

Meus cumprimentos aos membros da banca de qualificação e defesa, professores Mossicléia Mendes (PPGSS-UFRJ) e Ney Teixeira (PPGSS-UERJ), que contribuíram de forma especial e rigorosa para a execução desta pesquisa.

Aos meus pais, Clarize e Humberto, agradeço por todo o amor, carinho e afeto ao longo da minha jornada até aqui. Sem dúvida, essa dupla me incentiva na busca pelos meus objetivos e me acolhe nos momentos de dificuldade.

Não posso deixar de mencionar meus amigos, João Vítor Delgado (JV), Matteus Diniz, Rodrigo Reis (Portuga), Rodrigo Mendonça e Lucas Nunes (Urso), pelos momentos de descontração, incentivo e diálogos sobre o rumo deste mestrado e da própria vida.

À turma de mestrado de 2021 do PPGSS, com a qual tive pouco convívio e interação devido à pandemia de COVID-19, mas agradeço às minhas amigas Dayana Furtado e Joice Paneze pelos divertidos almoços no 'bandejão' da UERJ e pelas famosas 'cervejinhas' pós-aula, regadas a bom humor e histórias engraçadas.

Aos meus amigos de Chapecó-SC, agradeço pelos carinho e acolhida.

Um agradecimento especial à minha companheira de vida, Martha Letícia, e aos seus familiares, pelo amor, carinho e incentivo.

A todos, meu muito obrigado!

RESUMO

LOMBA, Evandro Ribeiro. **As Crises Capitalistas**: uma aproximação ao pensamento de Marx. 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A presente dissertação propõe uma análise da obra de maturidade de Karl Marx, "O Capital: crítica da economia política", abrangendo seus três livros, com o objetivo de extrair determinações teóricas e sistematizá-las em torno do tema da crise capitalista. Assim, a crítica de Marx permite examinar as contradições subjacentes a esse modo de produção, caracterizado por uma riqueza reificada, impessoal e abstrata que permeia todo o tecido social. A teoria do valor-trabalho de Marx emerge como uma ferramenta analítica fundamental para compreender essas relações sociais marcadas por sua forma mercantil e pelo aumento das forças produtivas do trabalho social para a produção de mercadorias. Ao longo da exposição, percebe-se como Marx enriquece as categorias em análise e evidencia uma lei de movimento do capital voltada para a valorização do valor, representada na "lei geral da acumulação capitalista", em choque com a satisfação das necessidades humanas. Isso nos permite identificar elementos para as rupturas cíclicas do movimento do capital que marcam suas crises em sua processualidade histórica. A partir dessas descobertas, avançamos para uma segunda etapa, que demonstra como essas leis identificadas pelo autor fornecem uma explicação teórica dos elementos causais para as crises que marcam fases subseqüentes do desenvolvimento capitalista na contemporaneidade como nas crises representativas de 1929, 1970 e 2008.

Palavras-chaves: crise do capital; Karl Marx; marxismo; Das Kapital; lei do valor-trabalho.

ABSTRACT

LOMBA, Evandro Ribeiro. **Capitalist Crises**: an approach to Marx's thought. 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The present dissertation proposes an analysis of Karl Marx's mature work, *Capital: A Critique of Political Economy*, covering all three volumes with the objective of extracting theoretical determinations and systematizing them around the theme of capitalist crisis. Marx's critique allows for the examination of underlying contradictions in this mode of production, characterized by a reified, impersonal, and abstract form of wealth that permeates the entire social fabric. Marx's labor theory of value emerges as a fundamental analytical tool for understanding these social relations, marked by their commodity form and the growing productive forces of social labor dedicated to the production of commodities. Throughout the exposition, Marx's analysis enriches the categories examined and reveals a law of capital's movement centered on the valorization of value, encapsulated in the "general law of capitalist accumulation," which stands in contrast to the satisfaction of human needs. This approach enables the identification of elements leading to cyclical breakdowns in capital's movement, marking its crises in historical progression. Building on these findings, we proceed to a second phase that demonstrates how these laws identified by Marx provide a theoretical explanation of causal elements behind crises that characterize subsequent phases of capitalist development in modern times, such as those represented by the crises of 1929, 1970, and 2008.

Keywords: capitalist crisis; Karl Marx; marxism; *Das Kapital*; labor theory of value.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A MODALIDADE POTENCIAL DA CRISE EM “O CAPITAL”: LIVRO PRIMEIRO	18
1.1 A mercadoria e as manifestações do valor.....	20
1.2 Dinheiro como capital e seu circuito	28
1.3 O processo de trabalho e produção de mais-valor	31
1.4 Acumulação capitalista e pulsão espiral por mais-valor	39
1.5 A Crise como ruptura histórica em Marx	46
2 A MODALIDADE POTENCIAL DA CRISE EM “O CAPITAL”: LIVRO SEGUNDO	52
2.1 As formas úteis ao capital: transferência de valor e as crises	53
2.2 A rotação do capital	62
2.3 Esquemas de reprodução do capital	67
3 A MUDANÇA DE MODALIDADE: CRISE COMO EFETIVIDADE NO TERCEIRO LIVRO DE “O CAPITAL”	79
3.1 A riqueza sob nova roupagem: a mudança do mais-valor para o lucro.....	84
3.2 A lei da queda tendencial da taxa de lucro e a manifestação da crise capitalista.....	91
3.3 Formas autonomizadas do capital: o capital comercial	104
3.4 Formas autonomizadas do Capital: Capital a Juros e Capital Fictício	109
4 A CRISE CAPITALISTA: UMA ANÁLISE DE SUAS MANIFESTAÇÕES NA HISTÓRIA	125
4.1 A crise de capitalista 1929: uma primeira manifestação contundente dos limites do capital	129
4.2 A crise capitalista de 1970: novas implicações sobre a reprodução ampliada.....	148
4.3 A crise capitalista de 2008: desvendando a essência do capital	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	186

INTRODUÇÃO

As crises do capitalismo têm se manifestado como eventos de grande amplitude, agravamento e regularidade nas relações sociais, ao longo de quase todo o século XX e persistem no presente. Nesse contexto de sucessivos curtos-circuitos, surgem novas determinações, instigando-nos a investigar e compreender os impasses intrínsecos a esse modo de produção e à vida social que ele estrutura.

A dificuldade do crescimento econômico, enquanto acumulação de mais-valor (riqueza específica do capitalismo fetichizada na forma de lucro), pode ser atribuída à tendência de queda da taxa de lucro e à estagnação persistente dos últimos cinquenta anos. Roberts (2022), economista e estudioso do tema, calcula que a taxa de lucro sofreu um declínio acentuado a partir da década de 1970. Desde então, essa taxa não voltou aos níveis observados no período pós-Segunda Guerra Mundial, considerado o mais promissor para a economia baseada no valor.

As teorias econômicas de base neoclássica, amplamente dominantes, têm dificuldades enfrentadas para explicar a estagnação e a falta de incertezas no cenário econômico atual. Ao mesmo tempo, os efeitos reais revelam uma pequena parcela da população concentrando a maior parte da riqueza mundial¹, enquanto cresce o baixo rendimento do trabalho e o agudo pauperismo². Em suma, ainda que abalado, o mercado mundial procura formas de continuidade do ciclo do valor atuando sobre áreas que ainda não impulsionaram sua lógica e se aprofundando nas que já eram existentes.

¹A matéria da Forbes, datada de 04/04/2023, reporta uma diminuição no número de indivíduos mais ricos e oferece a descrição sobre seus perfis, estimativas de patrimônio e principais atividades empresariais. Isso evidencia a discrepância em relação à concentração e centralização da riqueza, que está nas mãos de um seleto grupo de pessoas proprietárias de megacorporações em diversos setores da economia global.

² Vale destacar os dados e pesquisas conduzidas pelo grupo de estudos liderado pelo economista Thomas Piketty, cujo acesso está disponível no site "Outras Palavras". Essas informações nos fornecem uma visão clara do agravamento da desigualdade social no sistema capitalista. Para termos uma noção, apenas no ano de 2021, nota-se que: "A metade mais pobre da população global detém escassa riqueza, representando apenas 2% do total. Em contraste, os 10% mais ricos da população global concentram impressionantes 76% de toda a riqueza do planeta" (2021, n.p). Esses resultados demonstram como o sistema capitalista tem perpetuado a concentração de riqueza ao longo dos anos, mesmo em meio a uma crise que limita seu crescimento exponencial que mais adiante, procuramos explorar suas causas.

Segundo as investigações de Bonente (2016), amparada com o referencial teórico marxiano, isso faz parte do desenvolvimento do próprio capitalismo, que expande de forma extensiva e intensiva sua atuação nas relações sociais objetivadas e reificadas, adquirindo um caráter exterior à consciência do ser social, que materializa-se nestas “puras” relações econômicas que parecem independentes das vontades do gênero humano.

Não obstante, a crença de que as operações econômicas se desenvolvem de forma independente das relações sociais é amplamente sustentada nas teorias de crises da economia política clássica. Estas teorias, já analisadas criticamente por Marx no século XIX, atribuem os fatores causais das crises a elementos exógenos ao desenvolvimento produtivo dessa específica forma de produção de mercadorias, desconsiderando as contradições internas do próprio sistema.

A título de exemplo, foram divulgados pela grande mídia³, baseado nas concepções dos órgãos representantes do mercado, entre eles o Banco Mundial, -que a pandemia, causada pelo coronavírus - COVID-19⁴ - foi o fator que levou a bancarrota econômica mundial. Não obstante, as respostas dadas por marxistas nos evidenciam que isto não é assim uma grande novidade e nem o detonador do processo crítico em si.

É evidente que a pandemia teve efeitos econômicos deletérios, conferindo à crise econômica uma dinâmica peculiar. No entanto, pretendemos demonstrar que, ao contrário do que transparece no discurso dominante, as condições da crise atual já estavam postas, de modo que a pandemia não pode ser sua causa propriamente dita, mas um estopim, algo que diz respeito à forma de sua manifestação. Mais do que isso, a forma da crise atual é o desenrolar de duas fases anteriores da mesma crise, sendo, portanto, uma etapa (a terceira) de uma já longa crise do capitalismo contemporâneo, iniciada em 2007/2008 (CARCANHOLO; MIRANDA, p.29).

Além disso, fazendo uma revisão mais histórica sobre esse tema da crise, observamos em Samir Amin (1978), Hobsbawm (1999) e Shaikh (1983) que a regularidade das crises responde a tendência dos fundamentos da economia

³ Para mais detalhes ver “Relatório de Desenvolvimento Mundial 2022 ” publicado pelo Banco Mundial (2022), a reportagem do portal G1 (2020) e o texto de Kaufman e Leigh (2020).

⁴ Como se sabe, segundo o Ministério da Saúde (2021) esse é um tipo específico de coronavírus (SARS- CoV-2) que detém alta letalidade e pode causar dores musculares, febre, perda de olfato e paladar, como também, afetar o sistema respiratório causando desde a degradação parcial e até mesmo a morte do enfermo. Sua primeira aparição foi notificada pelas autoridades do governo chinês, cujo surto começou por volta de Dezembro de 2019, em Wuhan. Segundo os dados do Ministério da Saúde (2023), até 21/10/2023, só no Brasil temos a trágica marca de 706,531 óbitos acumulados e 37,905,713 casos acumulados de COVID-19.

capitalista provocar a sua aparição com amplitude e profundidade diversas, sendo, por isso, da própria trajetória do capitalismo.

Algumas observações sobre a realidade concreta chamaram a nossa atenção para três aspectos: primeiro, o debate sobre a crise capitalista, que estava mais ou menos adormecido, diante de alguns resultados de melhora da economia dos países cêntricos, após a crise de 2008, voltou ao centro das preocupações, devido às novas erupções na realidade; segundo, a atribuição quase automática, pela ciência econômica, desses fatores exógenos (a pandemia à título de exemplo) como causadores da crise sem apresentar explicação substancial sobre o fenômeno e seus impactos nas relações sociais; terceiro, a observação de intérpretes marxistas, numa discussão extensa, conflituosa, mas coesa no que tange à atualidade e a necessidade de um retorno da crítica de Karl Marx às crises do capitalismo.

Em adição, Marcello Musto (2021) ressalta outro elemento de grande importância, que é a renovação das publicações editoriais e estudos consistentes sobre a obra de Karl Marx e Friedrich Engels pelo mundo, bem como a descoberta de novos temas abordados por eles. Há, portanto, uma atualidade na crítica desses autores em relação à sociedade capitalista, o que nos chama a atenção, especialmente no que diz respeito às crises e suas recorrências.

Em suma, considerando a relevância contemporânea e histórica do tema, bem como o contato com uma bibliografia marxista significativa, fomos motivados a realizar um estudo sobre as crises capitalistas e seus vínculos. Partimos de uma crítica negativa ao desenvolvimento das relações características desse modo específico de produção — ou seja, de uma sociabilidade mediada pelo trabalho assalariado e seus estranhamentos — com o objetivo de promover sua superação histórica, em vez de sua simples correção.

Assim, podemos evitar digressões que quase automaticamente acabam associando as crises capitalistas a eventos fortuitos, como sinaliza Shaikh (1983): guerras, desastres ambientais, instabilidade política, entre outros. Estes fatores certamente impactam o sociometabolismo do capital, a natureza e a sociedade como um todo, mas são efeitos da lógica da valorização do valor e que catalisam curtos-circuitos associados.

Nesta dissertação, o objetivo é abordar os elementos fundamentais para compreender a endogeneidade da crise do modo de produção capitalista a partir da obra da maturidade de Marx, "O Capital". O desafio envolveu o estudo e análise

imane do pensamento de Marx nos três livros, buscando averiguar sua interpretação sobre as potencialidades e efetividades do fenômeno das crises capitalistas. Isso será realizado por meio da investigação da exposição lógico-categorial do autor, a fim de compreender, a partir de uma síntese dessas seções, capítulos e categorias, quais são os fundamentos provocadores das crises cíclicas do capitalismo.

A primeira dificuldade para esta empreitada se resume ao fato de que, se realizarmos uma rápida busca no sumário dos livros procurando por uma seção ou capítulo que trate do tema das crises do modo de produção capitalista, o resultado é pouco motivador, pois há pouco sobre o assunto diretamente. No entanto, a leitura passo a passo do conteúdo dos livros mostra que existem momentos factíveis nos textos nos quais o autor discute mais abertamente o tema, deixando ver que o argumento dele a respeito de toda a escrita.

Para Roman Rosdolsky - que empreendeu importante estudo sobre a estrutura do projeto da *crítica da economia política* do autor prussiano - o tema não foi plenamente desenvolvido por Marx, “[...] permanecendo à espera de um ‘desdobramento eventual na obra’” (ROSDOLSKY, 2001, p.37).

Ainda que Marx não tenha tido tempo para avançar nos seus estudos, consideramos na presente pesquisa que o fenômeno das crises capitalistas em "O Capital" é apresentado desde os níveis de abstração mais elevados com a análise da mercadoria e seu duplo caráter enquanto valor de uso e valor, e a circulação simples das mercadorias, até as formas mais concretas (complexas), da concorrência dos capitais no mercado mundial, onde o autor desenvolve sua reflexão sobre a lei tendencial da taxa de lucro e as formas de autonomização do capital.

A investigação empreendida embasa a convicção de que Marx expõe as formas disruptivas do modo de produção capitalista *pari passu* a exposição do conceito de capital. Com isso, a manifestação do subconsumo, da desproporção dos capitais e da queda tendencial da taxa de lucro; como destaca Carcanholo (1996), não são as causas da crise, mas suas expressões reais-concretas uma vez que são resultados de oposições internas da própria constituição do núcleo de fundamento da produção de mercadorias.

Dessa forma, a teoria do valor-trabalho de Marx é a chave analítica fundamental para uma crítica negativa do capital, pois destaca a forma específica, histórica, do trabalho abstrato na produção de uma riqueza alheia ao produtor, que o domina na

troca generalizada de mercadorias. Este processo possui um duplo caráter que forma uma oposição sistemática entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato; valor-de-uso e valor; riqueza material e riqueza temporal-abstrata. Marx mostra a dialética imanente à forma capitalista de produção, em que: “O exame da categoria do valor mostra que a forma dominante da riqueza social no capitalismo é imaterial, embora deva ser expressa na mercadoria como sua ‘portadora’ materializada.” (POSTONE, 2014, p.226).

Para investigar a natureza da crise no modo de produção capitalista, é essencial examinar as contradições fundamentais que estruturam essa relação social em seu contexto histórico específico, mas sem perder de vista uma visão de totalidade. Portanto, quando Harvey destaca a importância de uma análise dialética da contradição, no sentido marxiano, caracterizada “[...] quando duas forças aparentemente opostas estão presentes ao mesmo tempo em determinada situação, entidade, processo ou evento” (2016, p.12), torna-se possível compreender a maneira direcional, dinâmica e mutável, não apenas do fenômeno da crise, mas da forma de ser do próprio capital no tempo e espaço.

Assim, o capitalismo se revela como uma produção e circulação coisificada, impessoal e temporal, objetivada no crescente acúmulo de mercadorias - chave da mediação social - que expressa a cristalização da riqueza valor. Essa riqueza está em oposição com a riqueza material e segundo Postone “essa distinção não é evidente [...]” (2014, p.227), pois o valor é produto de um trabalho abstrato, “[...] cuja especificidade está relacionada à sua determinação temporal” (ibidem, p.148).

A pesquisa empreendida nesse processo formativo no mestrado levou-nos a compreender que o fenômeno da crise capitalista decorre da manifestação real das contradições postas por um tipo específico de trabalho homogeneizado (abstrato) que chega igualmente uma riqueza material e ao mesmo tempo temporal (valor), que ganham demasiada autonomia e oposição no seu devir. Uma vez que o capital visa o crescente aumento das forças produtivas para conservação e expansão da riqueza valor, realiza isso de maneira alienada, ou seja, abstraindo das relações sociais que o constituem, ou melhor dizendo atribuindo outro significado, permitindo-lhe um movimento de afirmação e negação do valor-de-uso em favor do valor-de-troca, do trabalho vivo pelo morto, do aprofundamento da produção social e da apropriação privada, da compra e venda de mercadorias, entre outras determinações que

compõem a sociabilidade do capital. A crise sinaliza, portanto, a dificuldade para a "[...] unidade de elementos opostos." (MARX, 1980, p. 936).

Em outras palavras, conforme explica Lukács, Marx observou que "[...] a contradição se revela como princípio do ser precisamente porque é possível apreendê-la na realidade também enquanto base de tais processos" (2018, p.291). Assim, ao longo da exposição desta dissertação, pretendemos expor que Marx é capaz de apontar o núcleo causal das crises capitalistas a partir das próprias oposições do modo de produção, que se manifesta de modo muito diverso na realidade concreta. De certo que estes choques ganham preponderância e centralidade em ramos particulares - comerciais, industriais ou financeiros – mas são manifestações da lógica desmedida da produção capitalista.

Assim, Marx expõe as leis tendenciais que operam a produção e reprodução social do capital, baseado na constante conservação e ampliação de uma riqueza estranhada, possível apenas pelo aumento da produtividade do trabalho humano abstrato, resultado de um processo histórico de exploração e expropriação que constitui as duas classes antagônicas⁵ que particularizam a arena política e social do capital. E, sublinhamos, a crítica de Marx sustenta que a superação dessas contradições envolve a dissolução das relações sociais que estruturam a civilização do capital, a partir das lutas de classe.

Dessa maneira, entendemos e justificamos que a obra teórica de Marx é radicalmente crítica e de grande relevância sobre os avanços e limites da sociedade burguesa e seu estágio de dominação hegemônica. Ademais, é necessário expressar que sua crítica "transcendente aos seus limites históricos" como afirma, Netto (2011, p.24). O que é possível ser verificado pelo caráter ainda permanente da "erupção violenta" (MARX, 2017a, p.28) em nossa contemporaneidade, aprofundando e ampliando as exteriorizações das crises capitalistas uma vez que as causas continuam sendo ampliadas e aprofundadas, aflorando novas determinações.

⁵ A constituição das classes fundamentais – burguesia e proletariado – responde a essa dinâmica do valor como unidade e como contradição, desenhando uma sociabilidade peculiar, em relação a outros tempos históricos. "Ao contrário dessas formas sociais do passado, no capitalismo a dominação social não é direta nem limitada. Na arquitetura do edifício categorial da crítica da economia política de Marx, é perceptível a posição subordinada da categoria da exploração, o que não significa negar a existência da exploração no capitalismo, pois o capital, como valor em movimento permanente de auto expansão, tem por pressuposto incondicional a exploração da força de trabalho" (DUAYER; CARDOSO, 2022, p.57)

Isso nos leva a um objetivo secundário: investigar historicamente como o conceito de crise em Marx pode explicar as causas das grandes recessões que afetaram o capitalismo nos séculos XX e XXI. Nesse processo, analisaremos os avanços e limitações desse sociometabolismo, destacando que a lógica do valor-trabalho opera plenamente no capitalismo contemporâneo, confirmando algumas das tendências presentes em sua teoria. Isso representa um perigo potencialmente grave para a humanidade, que só pode ser superado por meio da ativação de um segundo sentido de crise, como uma ruptura histórica com as relações capitalistas de produção.

Para a exposição desta pesquisa, achamos prudente dividir a dissertação em dois momentos: a primeira parte, seguindo um caminho mais interpretativo para encontrar as determinações teóricas da crise capitalista, presentes na exposição lógico-categorial da crítica marxiana em "O Capital". Em um segundo momento, avaliar como esses resultados preliminares descobertos são capazes ainda de explicar as novas manifestações concretas da crise do capitalismo, observados em três grandes momentos na recente história desse modo de produção. Os episódios críticos de 1929, de 1970 e de 2008, com a eclosão violenta e de grande repercussão social, mas validando algumas das tendências já descobertas por Marx.

A metodologia adotada, mais adequada para alcançar os objetivos estabelecidos, foi a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, focada na análise imanente do pensamento de Marx nos textos. Essa escolha metodológica fundamentou-se na intenção de extrair conceitos e aprofundar interpretações ao fenômeno da crise no contexto da fonte investigada - "O Capital". Dessa forma, nosso propósito secundário é argumentar que a teoria do valor-trabalho de Marx oferece explicações para as razões subjacentes às últimas grandes crises do capital e que se desdobram até nossos dias. Para isso, ampliamos a abordagem qualitativa com o estudo bibliográfico das crises capitalistas centrais do século XX e XXI.

Os resultados do emprego dessa metodologia estão expostos numa parte que aborda os elementos, desde os mais abstratos até os mais concretos analisados na obra de Marx, e como eles oferecem uma compreensão para a eclosão dos curtos-circuitos sistêmicos do capital. Na segunda parte, há uma síntese histórica das principais determinações concretas que levaram aos principais períodos de crise que marcaram os anos de 1929, 1970 e 2008, com o objetivo de apontar que a causa dessas crises contemporâneas encontra-se nas próprias relações disruptivas da lei do valor-trabalho, ainda que ganhem formas muito diversas e imbricadas.

Para chegar a essa síntese foi necessário romper com a abordagem epistemológica que consome boa parte da Ciência e entender que a descoberta científica implica em conseguir refletir no pensamento a própria realidade como ela é, afinal

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2011, p.20-21).

Além disso, essa teoria não pode permanecer apenas no campo diletante, mas deve ser aplicada para compreender as questões concretas da realidade, com o objetivo de promover mudanças. Isso demonstra a sua validade, ou seja, como afirma Konder: "Para Marx, entretanto, o pensamento está ligado à prática, e é no uso social que ele comprova a sua eficácia e sua qualidade." (2015, p. 52). Isso porque a relação conhecimento e transformação constituem um par no pensamento marxiano, pois

Em última análise, a validade do conhecimento não pode ser medida em um plano puramente teórico, que se abstraia completamente da vida prática. O conhecimento é um momento necessário da transformação do homem pelo homem e da transformação do homem por ele mesmo. A tarefa de interpretar o mundo faz parte da tarefa maior de modificá-lo (KONDER, 2015, p.56).

Nessa direção dirigimos nossos estudos e a exposição dos resultados está objetivado nesse texto, dividido em duas partes, que, juntos, formam quatro capítulos. Na primeira parte, composta por três capítulos, abordamos os Livros I, II e III de "O Capital". A estrutura destes capítulos segue uma lógica coesa, investigando as seções, capítulos e categorias principais, com o objetivo de destacar os momentos cruciais na exposição de Marx, nos quais as tendências que levam às crises se tornam mais evidentes.

Aproveitamos este momento para destacar um ponto importante em relação ao texto, devido às diferentes edições usadas da obra de Marx. Segundo Duayer (2011), em sua apresentação para a edição brasileira dos "Grundrisse" de Karl Marx, a categoria "*Mehrwert*" tem o significado literal de "mais-valor", "valor adicionado" ou "valor excedente". No entanto, em algumas outras traduções de "O Capital", a palavra pode ser encontrada como "mais-valia", que se tornou muito popular em nossa língua e nos textos marxistas. Neste contexto, optamos por utilizar a versão "mais-valor" ao longo de nossa escrita, mas respeitamos e mantemos a tradução "mais-valia" quando outras edições forem utilizadas.

O primeiro capítulo, intitulado "A Modalidade Potencial da Crise em 'O Capital': Livro Primeiro", tem como objetivo investigar as determinações mais abstratas que levam às crises capitalistas, desde a forma-mercadoria e sua contradição entre valor de uso e valor, bem como o circuito simples. Isso nos permite compreender, na sequência, as características do circuito ampliado de valorização do valor e a busca constante por produção e acumulação, resultado da natureza alienante do trabalho na produção capitalista e seus métodos de exploração e expropriação particulares. Marx também indica a possibilidade de uma crise, em um sentido mais abrangente, de uma revolução histórica desse estágio, como dissolução dos laços da produção do valor.

O segundo capítulo, "A Modalidade Potencial da Crise em 'O Capital': Livro Segundo", explora as várias formas que o capital assume para continuar seu ciclo de produção e realização de mais-valor. A modalidade potencial de crise é ainda uma reflexão muito abstrata, mas sugere que qualquer interrupção nesses ciclos de realização da mercadoria levará a conflitos na acumulação de capital. Marx avança em sua exposição, considerando os agentes econômicos – personificados nas classes trabalhadores e capitalistas - envolvidos em uma relação desigual de compra e venda de mercadorias. Isso revela uma tendência sistêmica à desproporção, gerada e posta em movimento pela própria lógica individual e totalizante do capital, que só pode ser interrompida por meio de crises.

O terceiro e último capítulo desta primeira seção, "A Mudança de Modalidade: Crise como Efetividade no Terceiro Livro de 'O Capital'", explora como o nível de abstração no último livro de Marx diminui, incluindo novos elementos que fazem parte do "processo global da produção capitalista", como concorrência, preços de custo, representações de riqueza advindas do próprio capital - lucro e juros -, crédito e formas autônomas do próprio capital. Agora, as crises não são tratadas como meramente potenciais, mas como eventos efetivos e constitutivos do ciclo do capital, representando um movimento de crescimento, estagnação e crise que caracteriza o mercado mundial.

A segunda parte contém um único capítulo, "A Crise Capitalista: Uma Análise de Suas Manifestações na História". Neste capítulo, apresentamos uma síntese dividida em três momentos, correspondentes às crises de 1929, de 1970 e de 2008. Buscamos uma análise teórica com o objetivo de caracterizar melhor as manifestações da crise em cada um desses momentos e avaliar a capacidade de uma explicação a partir dos resultados obtidos.

Em resumo, almejamos ao final desta dissertação fornecer uma interpretação teórica esclarecedora sobre o caráter endógeno das crises no capitalismo. Os impactos desses eventos são parte dos mecanismos cíclicos de destruição e reconstrução, que, mesmo mudando de forma, respondem à essência contraditória que fundamenta o capital enquanto tal. Portanto, é relevante ressaltar o sentido crítico e revolucionário da crise segundo Marx, como uma mudança estrutural no sociometabolismo compulsivo e desmedido de uma riqueza estranhada.

PARTE I - POTENCIALIDADES E EFETIVIDADES DA CRISE EM “O CAPITAL”

1 A MODALIDADE POTENCIAL DA CRISE EM “O CAPITAL”: LIVRO PRIMEIRO

O propósito deste capítulo consiste em apresentar, de forma concisa, uma análise intrínseca do primeiro livro de "O Capital", explorando os indícios de crise no modo de produção a partir de suas contradições internas. Nesse contexto, a chave de análise central reside na crítica do valor-trabalho, que delinea uma forma de trabalho abstrato, transformando-se no alicerce da dominação impessoal no sistema capitalista, gerando um tipo de produção compulsória e suscetível a interrupções através de crises.

A obra madura de Marx, como enfatiza Lukács (2018), revela uma crítica aos pressupostos metodológicos da ciência econômica burguesa, que se concentra no exame isolado dos fenômenos econômicos mistificando a realidade social e também a razão pela qual eclodem as crises. Desde modo, o autor prussiano não visa uma correção da teoria econômica burguesa, mas sim uma superação da própria economia e das relações sociais baseada neste modo de produção.

Assim, esses aspectos são fundamentais para a compreensão não apenas do primeiro livro, mas também de seus desdobramentos subsequentes - livro II e III - em relação ao tema central de nossa análise. No entanto, o que está sob análise é "o processo de produção do capital", ou seja, sua formação a partir da construção teórica do objeto concreto real, representando, assim, a sociedade capitalista em sua essência.

Essas questões ficam de modo mais claro ao observarmos alguns dos prefácios do texto escrito pelo autor. Na primeira edição de "O Capital", publicada em 1867, Marx refere que "todo começo é difícil em qualquer ciência" (MARX, 1975, p. 4). Isso significa que as questões preliminares para o início da investigação são desafiadoras, uma vez que o terreno sobre análise materialista histórica-dialética não está consolidado. Na sequência, ele revela que só é possível identificar os nexos mais essenciais de seu objeto a partir da capacidade de abstração de suas determinações concretas. Como se sabe, Marx estuda uma relação social, e não um objeto que possa ser analisado com ferramentas como um microscópio ou reagentes químicos para separar suas partes em uma totalidade. A partir desse movimento de abstração, Marx identifica que "a célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que

reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria" (MARX, 1975, p.4).

Assim, ao iniciar sua análise pela categoria mercadoria, Marx captura o âmago que permeia todo o tecido das relações sociais. Ele revela como essas relações são reificadas e coisificadas, refletindo a dualidade do trabalho no capitalismo: a cristalização do valor nas mercadorias e a satisfação das necessidades por meio do intercâmbio de produtos do trabalho social. Através dessa alienação específica, um valor-de-uso que não atende minha necessidade pode ser trocado por outro de igual valor que, de fato, me satisfaça. Em outras palavras, a riqueza não reside no valor-de-uso em si, mas na quantidade de valor que possuo na forma de mercadoria e que posso trocar por outros produtos do trabalho social. Assim, o capitalismo se apresenta inicialmente, mas revela uma contradição latente que, por sua vez, impulsiona crises.

Mas, a sina de Marx sobre a essência e a aparência das relações burguesas, o leva a observar como as crises são tratadas pelos agentes econômicos:

Para o burguês prático, as contradições inerentes à sociedade capitalista patenteiam-se, de maneira mais contundente, nos vaivéns do ciclo periódico, experimentado pela indústria moderna e que atingem seu ponto culminante com a crise geral. Esta, de novo, se aproxima, embora ainda se encontre nos primeiros estágios; mas, quando tiver o mundo por palco e produzir efeitos mais intensos, fará entrar a dialética mesmo na cabeça daqueles que o bambúrrio transformou em eminentes figuras do novo sacro império prussiano-alemão (MARX, 1975, p.17).

A praticidade dos agentes econômicos frequentemente limita suas análises à superfície da realidade. A contradição para esses reside na percepção de que o modo de distribuição da riqueza, na forma-mercadoria, não se efetivou pelos atos de compra e venda. Apesar disso, suas análises tendem a se concentrar na dinâmica de oferta e demanda de mercadorias e o mercado com a mediação necessária para a satisfação das necessidades humanas, enquanto a crise, muitas vezes, é atribuída a fatores externos ao circuito capitalista que desencadeiam desequilíbrios na realização das vendas e obtenção de lucros.

Dessa forma, a crítica de Marx à sociedade burguesa também se estende aos economistas e à forma como concebem suas explicações acerca dos mecanismos para o funcionamento do mercado e de suas recessões. Conforme afirma Fausto (2021), Marx observa que essa ciência econômica reproduz o fetichismo do capital, porque esse fetichismo é real e concreto, faz parte da forma de ser das relações

sociais no capitalismo, cujas qualidades do valor se concretizam na forma-mercadoria e se desdobram no dinheiro, no preço, no lucro, nos juros e em outras representações.

A Economia Política, possui limites para formular uma crítica que supere (*Aufhebung*), de maneira, teórica e politicamente essas condições de produção e reprodução da riqueza enquanto o valor, isso porque: “A burguesia fizera da Economia Política a sua trincheira ideológica, e os economistas se tornaram os porta-vozes da defesa “racional” do *status quo*.” (FERNANDES, 2012, p.22).

A “defesa racional do status quo”, mencionada pelo professor Florestan Fernandes, pode ser observada na ênfase dada à especialização da produção, baseada em uma intensa divisão do trabalho, visando aumentar a produtividade. Isso é justificado pela ideia da livre concorrência e livre iniciativa, que busca promover maior independência entre os diferentes ofícios na produção das mercadorias. Segundo Grespan (2012), as formulações de Adam Smith, uma figura proeminente na ciência econômica burguesa, visam analisar as vantagens e desvantagens dos diferentes setores produtivos, permitindo que a "mão invisível" do mercado opere de maneira eficaz. Assim, o mercado é capaz de equilibrar a oferta e a demanda de mercadorias, prevenindo a superprodução e as crises econômicas gerais.

Em contraste, a análise marxiana destaca as possibilidades intrínsecas de crise que emergem da própria estrutura social, baseada na produção e troca de mercadorias através da acumulação de valor. Sua teoria social revela as limitações e estranhamentos das perspectivas unilaterais frequentemente apresentadas pelas teorias econômicas e da própria realidade concreta, oferecendo uma visão mais aprofundada e crítica das causas subjacentes das crises.

A seguir, daremos o primeiro passo em nossa “viagem de retorno” à Marx, investigando a forma mercadoria para identificar os elementos essenciais que permitem uma compreensão mais abrangente das contradições fundamentais que provocam crises.

1.1 A mercadoria e as manifestações do valor

O início de "O Capital" estabelece um ponto fundamental: a compreensão da sociedade capitalista passa pela análise da mercadoria. Marx afirma que, nas

sociedades onde a produção capitalista predomina, a riqueza se manifesta como uma "imensa acumulação de mercadorias", e que a mercadoria, em sua forma mais isolada, representa a essência dessa riqueza (MARX, 1975, p. 41). Este conceito inicial é crucial para desvelar as dinâmicas e contradições da economia capitalista. "A forma elementar" é constituída como produto do trabalho humano concreto, mas como propriedade externa ao produtor, para satisfazer uma necessidade social histórica que só pode efetiva nos mercados, de modo que destina-se à troca, mesmo que a origem da necessidade encontra-se no ser social e "[...] provenham do estômago ou da fantasia" (IBIDEM).

A mercadoria detém um duplo sentido no capitalismo, aqui separado por questões didáticas, ou seja, primeiro é consumo como meio de subsistência ou meio de produção. "A utilidade de uma coisa faz dela uma valor-de-uso" (MARX, 1975, p.42). Assim, um primeiro conteúdo da riqueza material está em sua capacidade de satisfazer necessidades sociais e essa riqueza material só pode existir através da ação do trabalho⁶.

Na sociedade capitalista "[...] os valores-de-uso carregam, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca" (MARX, 1975, p.43). Isso ocorre porque, enquanto mercadorias, elas possuem uma qualidade social atribuída como valor. Essa qualidade social permite que o valor-de-troca seja afirmado, ao mesmo tempo em que a qualidade de valor-de-uso é ocultada. Em outras palavras, as mercadorias abstraem suas qualidades particulares e se manifestam em termos quantitativos, tornando-se produtos intercambiáveis por outras mercadorias de diferentes valores-de-uso. No capitalismo, a satisfação das necessidades não é direta entre produtores, mas mediada pelos mercados, o que estabelece uma relação objetual entre os diversos produtos do trabalho humano.

Tomemos duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja a proporção em que se troquem, é possível sempre expressá-la com uma igualdade em que dada quantidade de trigo se iguala a alguma quantidade de ferro, por exemplo, 1 quarter de trigo = n quintais de ferro. Que significa essa igualdade? Que algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes, em que um quarter de trigo e em n quintais de ferro. As duas coisas são portanto iguais a uma terceira que por sua vez delas difere.

⁶ "Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social" (LUKÁCS, 2013, p.44).

Cada uma das duas, como valor-de-troca, é redutível, necessariamente, a essa terceira (MARX, 1975, p.43).

A diferença consiste em distinguir os valores-de-uso pela sua qualidade externa e interna, na medida em que são úteis na satisfação das necessidades humanas, por constituírem produtos do trabalho humano concreto realizados numa realidade social e histórica. Contudo, como valor de troca, a mercadoria se expressa por uma dimensão específica do trabalho - o trabalho abstrato. No capitalismo há uma centralidade do trabalho caracterizada pela potência do trabalho social de criar a riqueza enquanto valor, ou seja, objetivação do tempo de trabalho social, *pari passu*, a criação da riqueza material. As características específicas de cada trabalho, na divisão social, são reduzidas apenas a um trabalho comum, geral, a todos os outros, mas que se difere pela quantidade temporal, igualmente abstrata, de efetivar a produção de uma mercadoria qualquer. Não obstante, conforme afirma Postone, "neste sentido, o trabalho no capitalismo se torna seu próprio terreno social" (2014, p. 177), uma vez que só podemos satisfazer às necessidades sociais mediante o intercâmbio de objetos de tempo de trabalho iguais. Por conseguinte, a troca é apenas pela sua quantidade, ou seja, uma relação unilateral, "não contendo, portanto, nenhum átomo de valor-de-uso." (MARX, 1975, p. 44).

O valor⁷ só pode ser entendido como uma forma de riqueza particular nas relações sociais capitalistas, o que, significa que toda riqueza material e o trabalho humano abstrato são apenas mediações sociais para a objetivação dessa riqueza temporal que detém centralidade e é a finalidade da produção (acumulação expansiva de valor) (POSTONE, 2014).

De outro modo endossa Bianca Bonente:

Do ponto de vista analítico é possível mostrar ainda que a simples articulação de unidades produtivas pela troca coloca a necessidade da produção de

⁷ De acordo com Lukács: "Não é por acaso que, em *O Capital*, Marx investigou como categoria inicial como "elemento" primário, o valor. E, em particular, investigou-o tal como ele se apresenta em sua gênese: por um lado, essa gênese nos revela a história de toda a realidade econômica num resumo generalíssimo, em abstrato, reduzida a um só momento decisivo; por outro, a escolha mostra imediatamente a sua fecundidade, já que essa categoria, juntamente com as relações e conexões que derivam necessariamente da sua existência, ilumina plenamente o que de mais importante existe na estrutura do ser social, ou seja, o caráter social da produção. A gênese do valor descrita por Marx, esclarece, de imediato, o duplo caráter do seu método: essa gênese não é nem uma dedução lógica do conceito de valor, nem uma descrição indutiva das fases históricas singulares do desenvolvimento que o levou a adquirir a forma social pura; ao contrário, é uma síntese peculiar de novo tipo, que associa de modo teórico-orgânico a ontologia histórica do ser social com a descoberta teórica das suas legalidades concretas e reais" (LUKÁCS, 2018, p.312).

riqueza material e valor em escala crescente. Isso porque a participação na riqueza social a que se tem acesso é uma alíquota que depende, ao menos potencialmente, da magnitude da produção: a porção de riqueza que se pode retirar do mercado é sempre proporcional à que nele se lança, e quanto maior a parcela da riqueza que se tem em mãos, maiores são as chances de acessar a riqueza social (2016, p.64).

A partir dessas legalidades o valor-de-troca é a manifestação quantitativa do valor, ou seja, a representação social da mercadoria. A produção da mercadoria visa a produção de valor, e, para Marx, o que representa quantitativamente essa grandeza de valor é o dispêndio médio ou “socialmente necessário” do tempo de trabalho.

Uma quantidade maior de valor-de-uso cria, de *per sí*, maior riqueza material: dois casacos representam maior riqueza que um. Com dois casacos podem agasalhar-se dois homens, com um casaco, só um etc. Não obstante, ao acréscimo da massa de riqueza material pode corresponder uma queda simultânea no seu valor. Esse movimento em sentidos opostos se origina do duplo caráter do trabalho. Produtividade é sempre produtividade de trabalho concreto útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva, adequada a certo fim, em dado espaço de tempo. O trabalho útil torna-se, por isso, uma fonte mais ou menos abundante de produtos na razão direta da elevação ou da queda de sua produtividade. Por outro lado, nenhuma mudança na produtividade atinge intrinsecamente o trabalho configurando no valor. [...] Qualquer que seja a mudança na produtividade, o mesmo trabalho, no espaço de tempo, fornece, sempre, a mesma magnitude de valor. Mas, no mesmo espaço de tempo, gera quantidades diferentes de valores-de-uso: quantidade maior, quando a produtividade aumenta, e menor, quando ela decai (MARX, 1975, p.53).

Esse duplo sentido do trabalho, como “fonte abundante de produtos” e queda de valor expressa a possibilidade imanente de uma superprodução de mercadorias, quando o trabalho produtivo gera uma riqueza estranha, não fundamentada, no próprio valor de uso. De modo que, a riqueza depende do quanto de valor de troca é realizado nos mercados.

Desse desdobramento, Marx adverte que, à primeira vista, ao observar a mercadoria, parece que sua composição detém algo trivial e compreensível como por exemplo a sua utilidade. No entanto, há contradições que “encobrem as características sociais do próprio trabalho” (MARX, 1975, p. 81), assumindo uma forma “fantasmagórica” que se autonomiza do controle humano.

De acordo com Grespan, “a importância do teorema do fetichismo na teoria de Marx reside em indicar como as relações sociais burguesas, desde suas formas mais simples aparecem como forças externas, regidas por leis próprias” (2012, p.50), que não dependem da ação reflexiva dos homens em seus atos de produção e consumo. A autonomia da relação entre coisas exprime, segundo Marx (1975), as características mais essenciais da dominação abstrata do valor, pois o produto do trabalho humano

é uma mera massa de mercadorias com diferenciações quantitativas e usuais que circulam e operam com “leis naturais”⁸ independentes da consciência humana.

A argumentação feita por Mário Duayer nos ajuda esclarecer as razões pelas quais o trabalho possui então uma centralidade nas relações capitalistas e, ao mesmo tempo é negada, ou seja:

O trabalho, por isso mesmo, é central nessa sociedade. Só nela os sujeitos se relacionam indiferentemente à sua atividade vital especificamente humana, ao conteúdo e finalidade de seu trabalho, que para cada um deles só interessa enquanto meio de acesso às suas condições de vida produzidas pelos outros. E, por isso, racionalmente encaram o seu trabalho e o respectivo produto como pura quantidade, ou seja, de maneira unidimensional. O resultado desse modo muito particular dos produtores se relacionarem com o seu produto é um modo de produção, uma produção das condições materiais de vida com um dispositivo interno, exclusivamente dela, que a faz necessariamente produção crescente. E crescentemente estranhada. Capital sendo trabalho morto, passado, objetivado, pode-se sugerir que, na análise marxiana, essa é a contradição fundamental desse modo de produção, a saber, os sujeitos estão subsumidos, escravizados à dinâmica do produto de seu trabalho. Sujeitos, portanto, à dominação abstrata do produto de seu trabalho como capital (DUAYER, 2012, p.43).

A contradição fundamental do capitalismo deita raízes no crescimento compulsório da produção ao lado do crescente estranhamento dos produtores, subordinando a vida à ideia única das coisas que produzem. A livre iniciativa dos proprietários de mercadorias e a independência dos produtores são características desse modo de produção que acabam resultando nessa visão de “autonomia” das relações individuais, que se transformam em relações de mercadorias (objetivadas) ao subordinar os produtores à dinâmica dos produtos do trabalho. Essas relações só podem estabelecer conexões por meio do intercâmbio, compra e venda de mercadorias.

A economia política analisou de fato, embora de maneira incompleta, o valor e sua magnitude, e descobriu o conteúdo que ocultam. Mas nunca se perguntou por que oculta esse conteúdo, por que o trabalho é representado pelo valor do produto de trabalho e a duração do tempo de trabalho pela magnitude desse valor. Fórmulas que pertencem, claramente, a uma formação social em que o processo de produção domina o homem e não o homem o processo de produção, são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo. Por isso dão às formas pré-burguesas de produção social o mesmo tratamento que os santos padres concedem às religiões pré-cristãs (MARX, 1975, p. 90).

⁸ Lukács destaca as limitações da concepção que trata o desenvolvimento econômico como uma lei natural: “[...] muito se fala também do caráter “de lei natural” das leis econômicas. Ontologicamente, essa expressão não é bem exata na medida em que todo acontecimento econômico consiste de cadeias causais postas em marcha por pores teleológicos, ao passo que na própria natureza jamais ocorrem pores teleológicos” (2013, p.530).

Isso porque, a mercadoria parece deter valor, como uma propriedade que lhe é “natural” e o dinheiro convertido como equivalente universal de todas as outras eleva ainda mais esse fetiche, sendo assim, o seu representante como algo externo ao trabalho. No capitalismo, as trocas de mercadorias e o dinheiro ganham protagonismo e “as pessoas, aqui, só existem reciprocamente, na função de representantes de mercadorias, e, portanto, de donos de mercadorias” (MARX, 1975, p.95).

O dinheiro acaba ganhando preponderância nesta sociedade, pois é socialmente eleito a representação da riqueza⁹. Pode, portanto, equiparar os diferentes valores-de-trocas, ou seja, diferentes produtos do trabalho por meio dos preços. Por deter essa característica, a mercadoria-dinheiro pode se metamorfosear em qualquer outra mercadoria gerando um *status* particular entre todas.

O processo de troca dá à mercadoria que transforma em dinheiro, não o valor dela, mas a sua forma específica de valor. A confusão entre esses dois elementos, valor e sua forma induziu ao erro de se considerar imaginário o valor do ouro e da prata. Além disso, por ser possível substituir o outro em certas funções por meros símbolos dele mesmo, supôs-se, erroneamente, que era mero símbolo. Mas, nessa ideia falsa se contém o pressentimento de que a forma dinheiro de uma coisa é exterior à própria coisa, sendo pura forma de se manifestarem relações humanas atrás dela ocultas. Nesse sentido, cada mercadoria seria um símbolo, pois, como valor, é apenas invólucro material do trabalho humano nela despendido. Consideram-se meros símbolos os caracteres sociais adquiridos pelas coisas ou os caracteres materiais assumidos pelas qualificações sociais do trabalho na base de um determinado modo de produção e, ao mesmo tempo, se sustenta que eles são ficções arbitrárias sancionadas pelo consentimento universal. Era esse o modo de proceder típico do iluminismo em voga no século XVIII, para eliminar, pelo menos transitoriamente, a aparência misteriosa das formas então enigmáticas das relações entre os homens, cuja origem não se podia ainda decifrar (MARX, 1975, p.101-102).

Deste modo, o dinheiro aparece como uma figura pronta e externa do valor, na qual as demais mercadorias podem ser comparadas e estabelecer vínculos. Isso é a mística das relações sociais por meio dos nexos aparentes das trocas, uma vez que o valor precisa assumir necessariamente essas formas concretas. Assim, para Marx: “O enigma do fetiche dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche da mercadoria em forma patente e deslumbrante.” (MARX, 1975, p. 104). Grespan nos auxilia a entender melhor quando diz que:

⁹ Para Postone: “Marx estrutura sua investigação do dinheiro como um desdobramento dialético, derivando logicamente tanto a forma social do dinheiro, que leva à sua análise do capital, como as formas da aparência que encobrem aquela forma social.” (2014, p.303).

O dinheiro 'é o valor autonomizado das mercadorias' por obra das próprias mercadorias, do desenvolvimento de sua dupla natureza de valor e valor de uso. Daí que a ele seja 'atribuída a função de meio de circulação' pelo 'movimento de forma' das mercadorias, pois a passagem do valor de uso ao valor de troca e vice-versa se apresenta como passagem da mercadoria em geral para o equivalente universal e vice-versa, determinando a forma da circulação (GRESPLAN, 2012, p.67).

A forma-dinheiro (D) e a forma-mercadoria (M) são intercambiáveis gerando metamorfoses do valor (produto do trabalho humano) de uma fase para outra, pois só assim, os produtores individuais podem satisfazer suas necessidades, o que pressupõe a posse dessas mercadorias e instauração de um tipo de circulação ou circuito de trocas.

As mercadorias, tal como são, entram no processo de troca. Este produz uma bifurcação da mercadoria em mercadoria e dinheiro, estabelecendo-se entre estes uma oposição externa em que se patenteia a oposição, imanente à mercadoria, entre valor-de-uso e valor. Na oposição externa, as mercadorias se confrontam, como valores-de-uso, com o dinheiro, como valores-de-troca. Mas, ambos os lados que se confrontam são mercadorias, isto é, unidade de valores-de-uso e valor. Essa unidade de contrários manifesta-se em cada um dos dois pólos, que se opõem em suas relações recíprocas. A mercadoria é realmente valor-de-uso, e seu valor se expressa apenas idealmente no preço que a equipara ao ouro, seu oponente, que representa a figura real do seu valor. A substância material do ouro serve apenas para encarnar o valor, de dinheiro. Por isso, é realmente valor-de-troca. Seu valor-de-uso se expressa apenas idealmente na série das expressões do valor relativo em que se equipara a todas as mercadorias que com ele se comparam e forma o circuito de suas reais modalidades de uso. É dentro dessas formas antitéticas das mercadorias que se move e se concretiza o processo de troca (MARX, 1975, p.117-118).

A mercadoria converte-se em dinheiro e o dinheiro em mercadoria para agentes diferentes nesse processo, sendo uma unidade de opostos possível mediante o ato de compra e venda. Para explicar isso, Marx se apoia na fórmula M-D-M como uma representação simples da circulação das mercadorias.

M-D. (É) Primeira metamorfose da mercadoria ou venda. O valor da mercadoria ao pular do seu corpo para o corpo do ouro, executa, **o que já chamei de salto mortal da mercadoria. Fracassando o salto, não é a mercadoria que se frustra, mas o possuidor.** A divisão social do trabalho tanto especializa seu trabalho quanto pluraliza suas necessidades. Por isso mesmo, seu produto serve-lhe apenas de valor-de-troca. Mas, o produto só lhe proporciona a forma equivalente geral, socialmente válida depois de convertido em dinheiro, e este se encontra no bolso alheio (MARX, 1975, p. 119, grifo nosso).

A metáfora do "salto mortal" demonstra que a crise está potencialmente condicionada a uma relação de troca específica, porque ela se manifesta como uma face negativa quando não é possível a metamorfose completa do seu circuito M-D e D-M. Nesse sentido, sua efetivação enquanto valor é comprometida, ou seja, ocorre

um curto-circuito que impossibilita a unidade desses dois processos opostos de compra e venda. Nas palavras de Marx, "A crise, portanto, revela a unidade dos elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros" (1980, p. 936). O produtor de uma mercadoria visa vendê-la para obter acesso a outra mercadoria com características universais, mas com o mesmo valor (dinheiro). Por outro lado, o comprador busca, por meio do dinheiro, satisfazer uma necessidade particular, seja para consumo próprio ou produtivo. Assim, para dar continuidade à sua produção (seja na reprodução da vida ou na sua unidade produtiva), é preciso adquirir o produto do trabalho alheio. Uma interrupção dessas trocas, uma autonomização dos momentos de compra e venda, é como as crises se manifestam, representando uma dissolução temporária da própria lógica da realização do valor.

Não podemos ver maiores detalhes ou determinações concretas da crise, nestas passagens, pois Marx demonstra o lado *positivo* desta operação, quando todas as condições estão favoráveis à venda, ou melhor dizendo, realização do valor. O próprio autor adverte, que isto é um recurso metodológico e expositivo, pois na realidade dessas operações: "Evidentemente, a mercadoria ama o dinheiro, mas 'nunca é sereno o curso do verdadeiro amor'" (MARX, 1975, p. 120). O que pode ser entendido como um conflito recorrente e até mesmo cíclico. Mas, sobretudo, aqui Marx já nos deixa claro que o fenômeno da crise tem o seu núcleo na separação dessa unidade de compra-venda, paralisando as metamorfoses da mercadoria, na medida em que é possível vender e não comprar, quebrando o ciclo do capital.

A sociedade pautada na divisão social do trabalho capitalista, com produtores independentes e dispersos nos mercados, organiza suas funções e proporções de maneira desmedida. Portanto, "vender para comprar" (M-D-M) é fundamental para a continuação das relações de mercado, uma vez que a troca não é estabelecida de maneira planejada e imediata entre os produtores, mas depende da eventualidade de encontrar no "bolso alheio" o dinheiro necessário para que a transação seja efetivada.

Logo, até o momento observamos que:

O valor, como vimos, é uma forma peculiar de riqueza na medida em que não é mediado por relações sociais explícitas, mas é *uma mediação em si*: o valor é a dimensão automeciadora das mercadorias. Isso é expresso por sua medida, que não é uma função direta da quantidade de bens produzidos. Embora o valor, assim como a riqueza material, seja uma objetivação do trabalho, ele é uma objetivação do trabalho abstrato (POSTONE, 2014, p.220).

A crise surge como um sinal de alerta para a separação desses processos de circulação de mercadorias (resultado da objetivação do trabalho abstrato), que acabam adquirindo uma autonomia excessiva. Embora as condições normais de compra e venda possam, em princípio, prevalecer, o autor enfatiza que, na dinâmica social reificada pela forma-mercadoria, essas condições são apenas potenciais e não garantidas de forma absoluta. Este ponto prepara o terreno para a discussão sobre como essa autonomia excessiva e a reificação dos processos econômicos podem levar a novas contradições (determinações concretas) das crises dentro do sistema capitalista.

1.2 Dinheiro como capital e seu circuito

Até este ponto, observamos o dinheiro desempenhando o papel de meio de circulação, encarnando o valor e servindo como intermediário essencial para as trocas entre as mercadorias. Agora, é fundamental examinar seu papel como meio de pagamento, que marca o início e o fim da circulação. Dessa forma, poderemos abordar o aspecto do dinheiro como um poder social, adquirindo essa propriedade de organização social específica. Isso ocorre em um estágio de desenvolvimento da humanidade no qual essa mercadoria consegue adquirir outras e, ao final de sua circulação, gera um valor excedente, transformando-se em capital.

Marx faz essa crucial distinção na circulação simples de mercadorias (M-D-M), uma relação que começa com a mercadoria destinada à venda e termina com uma segunda mercadoria de qualidade diferente, cujo objetivo é o consumo e a satisfação de uma necessidade. O dinheiro, na circulação simples de mercadorias, é apenas uma figura intermediária na passagem de uma mercadoria para outra.

No entanto, a relação capitalista é estabelecida na figura do circuito (D-M-D'), isto é, uma relação na qual o produto final não é o consumo, mas a acumulação dessa mercadoria específica. Segundo o autor: "O dinheiro que se move de acordo com essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, por sua destinação, é capital" (MARX, 1975, p. 166), representando, em suma, o valor em expansão.

Marx evidencia outra potencial condição de ruptura, considerando que:

Na circulação M-D-M, o dispêndio do dinheiro nada tem a ver com seu retorno. Em D-M-D, ao contrário, a volta do dinheiro é determinada pela maneira como foi despendido. **Sem esse retorno a operação se malogra ou o processo é interrompido e fica incompleto, por faltar a segunda fase, a venda que completa a compra, concluindo a operação** (MARX, 1975, p. 169, grifo nosso).

O polo *negativo* do processo, endógeno, pode provocar a interrupção na metamorfose de uma fase a outra do circuito e o resultado pode ser uma “erupção violenta” (MARX, 2017a), instaurando uma crise. Em termos lógicos dessa exposição, tanto na circulação simples como na circulação capitalista a crise caminha lado a lado com o desenvolvimento dessa sociabilidade, sendo os dois circuitos partes constitutivas da totalidade social, enquanto capital.

Na circulação simples, o resultado é outro valor-de-uso, um aspecto qualitativo de outra mercadoria, enquanto na circulação capitalista, o resultado é o mesmo valor-de-uso com diferença no seu aspecto quantitativo. Assim, retirar mais dinheiro do que se iniciou no circuito permite a acumulação do poder social que a mercadoria dinheiro detém, ou seja, a permutabilidade por qualquer outro valor-de-troca. Essa é uma distinção fundamental do modo de produção capitalista, e além disso, essa acumulação advém da realização de um valor excedente a cada ciclo de operação do capital,

O algodão comprado a 100 libras esterlinas será vendido, por exemplo, a 100 + 10 libras, 110 libras esterlinas, portanto. A forma completa desse processo é por isso DMD' , em que $D' = D + (D+d)$, isto é, igual a soma de dinheiro originalmente adiantada mais um acréscimo. Esse acréscimo ou o excedente sobre o valor primitivo chamo de mais valia (valor excedente). O valor originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela altera a própria magnitude, acrescenta uma mais valia, valoriza-se. E este movimento transforma-o em capital (MARX, 1975, p. 170).

Objetivamente, a circulação capitalista tem o fim em si mesma (troca), o resultado deve ser a valorização do valor e para figurar como capital, precisa ser renovado continuamente estas formas representativas. Segundo Marx as relações de produção baseadas no circuito (D-M-D'), o capital assume formas particulares para valer seu conteúdo, de modo que, mercadoria e dinheiro são apenas “modos de existência diversos do valor” (1975), portanto, trabalho humano abstrato, em que o dinheiro opera, pulando de galho em galho para que a operação final ser concretizada, portanto sua valorização (D').

Neste sentido, toda a relação capitalista está direcionada à um objetivo estranho, meramente quantitativo, relegando a segundo plano a satisfação de necessidades humanas de modo direto e consciente pois:

Na verdade, o valor torna-se aqui o agente de um processo em que, através do contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude, como valor excedente se afasta de si mesmo como valor primitivo, e se expande a si mesmo. O movimento pelo qual adquire valor excedente é seu próprio movimento, sua expansão, logo sua expansão automática. Por ser valor, adquiriu a propriedade oculta de gerar valor. Costuma parir ou pelo menos põe ovos de ouro (MARX, 1975, p.174).

As determinações concretas dessa organização social expressam um tipo de riqueza peculiar, como resultado do capital e de sua dinâmica, de modo que o circuito econômico e a própria mercadoria detêm características fetichistas que ocultam o processo real-concreto: o trabalho social que põe todos esses átomos em movimento.

O olhar unilateral da economia política e dos agentes econômicos revela uma visão invertida da realidade, afirmando que o próprio capital, em seu processo de circulação, pode gerar valor adicional. No entanto, isso encerra uma contradição fundamental que Marx prontamente refuta, declarando que: "A circulação ou a troca de mercadorias não cria nenhum valor" (MARX, 1975, p. 183). Essa é uma questão que, mais adiante, no livro III, receberá atenção especial em nossa exposição quando abordarmos o capital comercial e o capital portador de juros. No entanto, desde já, essa afirmação de Marx é de suma importância para compreender a origem do mais-valor.

A produção do capital industrial reúne as condições para a criação de valor excedente em um processo de trabalho peculiar. Para realizar essa operação, é necessário que o capitalista execute o primeiro ato de compra (D-M). Assim, a condição essencial para que o capital exista é que as mercadorias estejam em "pé de igualdade" nos mercados, livres para serem adquiridas para consumo, seja produtivo ou de subsistência. Logo, é necessário encontrar "trabalho livre"¹⁰ e portadores de dinheiros para aquisição, dos fatores produtivos. Assim, os capitalistas adquirirão meios de produção investindo o dinheiro inicial em mercadorias como matérias-primas, máquinas, instrumentos e instalações e a força de trabalho.

¹⁰ "Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender" (MARX, 1975, p. 189).

De acordo com Marx (1975), a força de trabalho é uma mercadoria cujo valor-de-uso é gerar valor. Ela põe em movimento os demais meios de produção reunidos pelo capitalista para criar um novo produto com mais-valor. O trabalho "morto", incorporado nas mercadorias do processo produtivo, ganha "vida" à medida que a ação concreta do trabalho ativa os meios de produção. No entanto, a força de trabalho, ao criar valor para o capitalista, aparece de forma mistificada no processo histórico, como se fosse uma mercadoria comum, livre e igual a qualquer outra. Assim, a relação parece isenta de desigualdade ou exploração, ocultando a verdadeira natureza da relação de trabalho.

Desse modo, com a nova mercadoria acrescida de mais-valor, a venda se apresenta como uma etapa para a reconversão da mercadoria produzida novamente em dinheiro (D'), uma vez que o valor-de-uso dessa nova mercadoria só serve ao capitalista como valor-de-troca. Assim, ocorre o retorno à circulação.

A crítica de Marx é que apontando a igualdade como a característica mais importante significa reduzir a relação entre capitalista e trabalhador à de comprador e vendedor da força de trabalho, quando, realmente, esta última relação só existe porque o trabalhador é desapropriado dos meios de produção. Esta desigualdade é que permite a situação em que ambos aparecem como iguais, em que o trabalhador vende a sua mercadoria em troca de uma soma de dinheiro a ela equivalente (GRESPLAN, 2012, p. 100).

Portanto, até o momento é possível identificar que a valorização do valor é a objetivação dessa relação social e sua dinâmica, mas que não acontece de forma "natural" como é pressuposto da economia política, isto é, pelo ato da circulação de mercadorias que efetiva a unidade de momentos opostos (D-M) e (M-D), não ser capaz de gerar mais-valor, mas apenas realizá-lo.

Dessa forma, a aquisição maior de dinheiro ao final do processo de circulação de mercadorias é a forma aparente do resultado desse acréscimo de mais-valor, que representa o aumento da riqueza no contexto capitalista. Como Marx (1975) destacou, o fetiche do dinheiro não difere do fetiche da mercadoria, ou seja, ambos têm a capacidade de ocultar o processo social de trabalho, que é a base concreta da produção de riqueza no capitalismo.

Portanto, como observa Isaak Rubin (2020, p. 51), "a teoria do dinheiro em Marx está em estreita e inseparável relação com a sua teoria do valor". Para entender essa conexão de maneira completa, é fundamental investigar as formas de extração do mais-valor e o impulso para sua acumulação, que são elementos centrais do

processo de produção e circulação capitalista. Esta análise será abordada na sequência.

1.3 O processo de trabalho e produção de mais-valor

Diante do exposto até o momento, para Marx, torna-se evidente a distinção entre a circulação simples e a circulação capitalista, que reflete uma relação social com resultados diametralmente opostos, ainda que constituintes de uma mesma unidade. Na circulação simples, o consumo é o objetivo final, efetivação completa do valor. Por outro lado, a circulação capitalista estabelece uma lógica centrada na acumulação desenfreada de valor, na qual o dinheiro é o representante e essa acumulação de dinheiro representa a acumulação de valor excedente.

Além disso, como o dinheiro detém características quantitativas, não há limites em si que possa barrá-lo, portanto, todo limite é quantitativo e para superá-lo é necessário acumular mais dinheiro, transparecendo que esse movimento é *Ad infinitum*. Grespan nos aproxima do entendimento dessa característica peculiar do dinheiro, descrevendo que suas qualidades são fundamentais para o processo de acumulação no modo de produção capitalista na medida em que

Devido à sua homogeneidade qualitativa, 'o dinheiro é ilimitado', tem em sua natureza a capacidade de se acumular indefinidamente até o infinito. Por outro lado, 'cada soma efetiva de dinheiro' que integra o valor inicial e o final do movimento realizado pelo entesourador e pelo capitalista 'é quantitativamente limitada', representa uma grandeza finita. Assim, a dupla dimensão - qualitativa e quantitativa - que fundamenta a autorrepulsão e a acumulação de capital, aparece como uma 'contradição entre o limite quantitativo e a ilimitação qualitativa do dinheiro' (GRESPLAN, 2012, p. 112).

O capital se expressa como um movimento compulsivamente crescente e crescentemente alienado na forma do valor. A produção se torna social através da mediação dos indivíduos nos mercados, onde é possível encontrar os produtos do trabalho de diversos produtores diferentes e independentes, enquanto mercadorias. Desse modo, o dinheiro exerce o papel de impulsionar a compra de diversas mercadorias, momentos individuais do valor, (máquinas, matérias-primas e forças de trabalho e coisas para consumo individual) e lança um novo produto acrescido de um

mais-valor - efetivado - no mercado com um dado acrescido de retorno. Isso pode ser expresso, conforme Marx na fórmula: D-M-D'.

Vale ressaltar também outra característica intrínseca a esse processo, que diferencia substancialmente o capitalismo de outros modos de produção. A crítica de Marx sublinha que é uma forma de dominação impessoal e abstrata que acontece pelas costas dos indivíduos envolvidos sem a exata consciência deles.

No capitalismo, a medida temporal abstrata, mais do que a quantidade material concreta, é a medida da riqueza social. Essa diferença é a primeira determinação da possibilidade de existir, no capitalismo, pobreza (em termos de valor) em meio à abundância (em termos de riqueza material), não só para os pobres, mas para a sociedade como um todo. A riqueza material no capitalismo é, enfim, apenas aparente (POSTONE, 2014, p.226).

Por conseguinte, o dinheiro se transforma em capital na medida em que encontra “livre” a mercadoria força de trabalho, disponível para servir por um tempo de trabalho determinante e entregar sobretrabalho no processo produtivo “[...] de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto” (MARX, 1975,p.187). Marx esclarece que: “Capital, portanto, nem pode originar-se na circulação nem fora da circulação. Deve, ao mesmo tempo, ter e não ter nela sua origem”. (MARX, 1975, p.186).

Para o possuidor do dinheiro, diz o autor, pouco importa as razões pelas quais a força de trabalho enquanto mercadoria faz parte do mercado e por qual motivo confronta-se com o seu dinheiro. O que permite a Marx destacar o caráter histórico e peculiar do trabalho¹¹.

O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 1975, p. 210).

Toda particularidade do trabalho na confecção de um artigo é alienada na relação social de produção e desse modo a dimensão abstrata do trabalho impulsiona

¹¹ “A continuidade dessa relação exige que o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois se a vende uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transforma-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria. Tem sempre de manter sua força de trabalho com sua propriedade, sua própria mercadoria, o que só consegue, se a ceder ao comprador apenas provisoriamente, por determinado prazo, alienando-a sem renunciar a sua propriedade sobre ela” (MARX, 1975, p.188).

o capital à sua auto expansão, pois cria valor e valor excedente (mais-valor). O fiador, o professor e o operário têm atividades distintas¹², mas como trabalhadores produtivos ao capital, ou seja, geradores de valor excedente, suas qualidades são apagadas, alienadas melhor dizendo, do processo de produção, pois são partes constitutivas de uma totalidade dinâmica que se torna sujeito e tem no trabalho apenas como um momento enquanto “capital variável”.

Conforme explica Marx (1975), o trabalhador aliena o valor de uso de sua mercadoria — sua força de trabalho — e realiza seu valor de troca, tal como ocorre com qualquer mercadoria.. Em uma determinada jornada de trabalho, por exemplo, de 8 horas, põe em movimento pela sua atividade, o trabalho já objetivado, dando-lhe vida. Ao final do dia gerou novas mercadorias com acréscimo de valor, entretanto recebeu apenas o valor quantitativo, na forma de salário¹³, um *quantum* que correspondente a reprodução de sua força de trabalho enquanto tal, ou seja, a mercadoria que vendeu ao capitalista. Digamos que em 4 horas o trabalhador produza o valor que corresponda ao seu salário, as demais 4 horas, foram transferidas gratuitamente ao capitalista, constituindo o mais-valor que enriquece o capital.

Marx usa uma interessante metáfora que expressa essa relação entre trabalho excedente e salário: "Se o bicho-da-seda fiasse para manter a sua existência de lagarta, seria então um autêntico operário assalariado" (MARX, 2010a, p. 36). Isso reafirma a interpretação de que, no capitalismo, o trabalhador está subordinado a um tipo específico de dominação abstrata, no qual a atividade humana se submete à exploração do tempo de trabalho em prol do enriquecimento desmedido do capital. O indivíduo só se torna útil na medida em que serve ao capital, dedicando parte de seu tempo. Portanto, ele é considerado um trabalhador produtivo. Caso contrário, torna-se uma massa supérflua, à economia capitalista, vivendo na esperança de ser incorporado o mais rapidamente possível. Sua reprodução como ser social depende das condições de emprego sobre as quais ele não tem controle.

¹² É válido mencionar o início do quinto capítulo, do primeiro livro, pois Marx (1975) traz uma profunda distinção do processo de trabalho, com características ontológicas ligadas exclusivamente ao ser social e aquele que tem sua particularidade histórica no modo de produção capitalista, quando o conteúdo da riqueza que detém uma duplicidade expressa tanto no valor-de-uso como também no valor. Desta forma, Marx se dirige à uma crítica da centralidade do trabalho no capitalismo, reduz o ser humano ao labor. Esse elemento de fato é endossado pela articulação teórica feita por Postone (2014).

¹³ “O valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e, por consequência, a sua reprodução” (MARX, 1975, p.191).

Assim:

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade processo de trabalho e do processo de produzir mais valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista de produção de mercadorias (MARX, 1975, p. 222).

Durante a jornada de trabalho, o capitalista aluga a força de trabalho por meio da parte do capital nomeada variável, cuja função é colocar em movimento a criação de outra mercadoria acrescida de valor com a mediação das máquinas e equipamentos que formam a dimensão constante do capital. Os meios de produção são capitais empregados para obter a relação (D-M-D'), ou seja, valor-de-troca que quando vendido realiza o mais-valor para o empreendimento capitalista (D').

À primeira vista parece que o resultado é fruto do próprio desenvolvimento do capital do início ao fim, pois toda a relação de trabalho é apagada pela sua forma fetichizada de relação entre coisas, todo o processo produtivo é acionado pelo capital sobre a ótica dos agentes econômicos. Entretanto, o capital não cria valor, somente a força de trabalho (trabalho abstrato) e as vantagens do mais-valor (D') advém do trabalho não-pago realizado durante a jornada do trabalhador. Essa exploração está mascarada nas relações econômicas que a força de trabalho é só mais uma mercadoria, que o capital paga por via do salário. O intercâmbio entre coisas cria "[...] para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada" (MARX, 1975, p.242).

Assim, "a taxa de mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalho pelo capitalista" (MARX, 1975, p.243). A reunião dos meios de produção, capital constante (c) e capital variável (v) é vista na fórmula $C = c + v$, que no processo de produção transformam-se em uma mercadoria constituída de $(c+v) + m$. O (m) é o mais-valor, que como indica Marx (1975) é a variação de valor que advém do capital variável (v), portanto, $v + \Delta v$, ou seja, apropriação de um tempo de trabalho excedente (trabalho não-pago).

A taxa de mais-valor é, portanto, uma fração entre o tempo excedente sobre tempo de trabalho necessário que reproduz a força de trabalho enquanto tal. A expressão (m/v) , significa que: "O trabalhador, portanto, trabalhou metade do dia para si e a outra metade para o capitalista" (MARX, 1975, p.244).

O modo de produção capitalista se manifesta como um sujeito autônomo, um "fanático da expansão do valor" (MARX, 2017b, p. 698). Por esse motivo, busca estender ao máximo a jornada de trabalho, a fim de transferir valor excedente para as

mercadorias. Esse prolongamento é denominado por Marx como mais-valor absoluto. Assim, subordina objetivamente a classe trabalhadora e cria um conflito endógeno entre uma produção social e uma apropriação privada do tempo de trabalho, de modo que "o trabalhador não produz para si, mas para o capital" (MARX, 2017b, p. 586).

Logo, a produção capitalista requer a extensão e também a intensificação da jornada de trabalho como uma necessidade econômica para a máxima produção de mais-valor, mesmo que isso custe a degradação física e moral da classe trabalhadora. Isso é perceptível para Marx quando migra da análise do processo de trabalho em geral para o processo de valorização:

A situação muda de aspecto, quando observamos o processo de produção do ponto de vista do processo de criar valor. Os meios de produção se transformam imediatamente em meios de absorção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, consomem-no como o fermento de seu próprio processo vital. E o processo vital do capital consiste apenas em mover-se como valor que se expande continuamente (MARX, 1975, p. 355).

A pulsão do capital por valor é tamanho, que não é suficiente apenas a criação de mais-valor, dentro das condições concretas fisiológicas e sociais¹⁴. Por isso, o capital sempre que possível altera as técnicas de produção e os processos de trabalho para a contração do tempo de trabalho necessário dentro da jornada de trabalho provocando a intensificação da atividade laboral.

Por isso, a grande indústria - o modo capitalista por excelência - expressa a incorporação de novas tecnologias ao processo de fabricação das mercadorias, com o aumento das forças produtivas. Isso implica em um aumento na produtividade do trabalho durante a mesma jornada de trabalho anterior, gerando assim mais-valor, tanto absoluto como relativo¹⁵, nas novas mercadorias. As máquinas desempenham

¹⁴ A força de trabalho é uma mercadoria peculiar, e seu consumo não permite ao capitalista usá-la por 24 horas ininterruptas, ou seja, há limites fisiológicos. Além disso, existem limites sociais em que o trabalhador precisa de tempo para satisfazer outras necessidades "espirituais e sociais", conforme explicita Marx (1975). Vale ressaltar que neste aspecto, as lutas da classe trabalhadora desempenham um papel de suma importância para melhorar as condições de trabalho e reduzir a jornada de trabalho, permitindo-lhes tempo hábil para realizar outras atividades, mesmo que dentro dos parâmetros reificados da sociedade capitalista.

¹⁵ "De certo ponto de vista, parece ilusória a diferença entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A mais-valia é absoluta por exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. Mas, quando focalizamos o movimento da mais-valia, se desvanece essa aparência de identidade. Assim que se estabelece o modo de produção capitalista e se torna o modo geral de produção, sente-se a diferença entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, quando o problema

um papel fundamental na intensificação das atividades laborais, uma vez que o trabalho se torna um "apêndice da máquina". Os meios de produção comandam o trabalhador por meio da divisão social do trabalho, aumentando a riqueza do capital às custas do esforço e suor dos trabalhadores.

Novamente, a análise da grande indústria revela a forma de ser do capital, composta por maquinários cada vez mais complexos que substituem parte do *capital variável* que não é mais produtivo ao capital, ou seja, não produz mais quantidade de mercadoria por unidade de tempo. Além disso, reforça o fetiche do capital de que qualquer parte de sua composição orgânica é capaz de gerar mais-valor às mercadorias, permitindo essa aparência contraditória.

Porém, o sistema de máquina a vapor - exemplo de desenvolvimento técnico industrial na época do autor -, por mais que use as forças da natureza como potência independente do trabalho humano, há trabalho objetivado na sua construção como resultado do trabalho concreto anterior; além disso, sua autonomia é relativa, pois necessita da supervisão e manutenção de processos de trabalho humano para garantir seu bom funcionamento.

A própria manufatura, de modo geral, fornece ao sistema de máquinas nos ramos em que este primeiro se introduz a base original da divisão e conseqüentemente da organização do processo de produção. Mas, verifica-se imediatamente uma diferença essencial. Na manufatura, cada operação parcial tem de ser executável manualmente pelos operários, trabalhando isolados ou em grupos, com suas ferramentas. Se o trabalhador é incorporado a determinado processo foi este antes ajustado ao trabalhador. Na produção mecanizada desaparece esse princípio subjetivo da divisão do trabalho. Nela, o processo por inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química etc; embora a teoria tenha sempre de ser aperfeiçoada pela experiência acumulada em grande escala (MARX, 1975, p. 433-434).

A produção industrial opera gradualmente essa substituição do elemento vivo da produção para incorporar o elemento morto. No entanto, como o autor destaca: "O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo e, quanto mais o suga, mais forte se torna" (MARX, 1975, p. 263). A metáfora do

é elevar a taxa de mais-valia. Admitindo que a força de trabalho seja paga pelo seu valor, ficamos com a alternativa: dados a produtividade do trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível elevar a taxa de mais-valia com o prolongamento absoluto da jornada de trabalho; dada a duração da jornada de trabalho, só é possível elevar a taxa de mais-valia variando relativamente às magnitudes das suas partes componentes, o trabalho necessário e o trabalho excedente, o que pressupõe (admitida a hipótese de que o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho) variação da produtividade ou da intensidade do trabalho" (MARX, 2017b, p.588).

vampiro caracteriza esse impulso desmedido em direção à acumulação contínua que o capital precisa para seguir seu curso e continuar sendo quem é. A exploração do tempo de trabalho não remunerado é uma condição necessária para gerar valor e valor excedente.

Com isso, reside uma contradição que expressa a possibilidade das crises se manifestarem e já estarem contidas endogenamente em sua estrutura e dinâmica essencial. Isso ocorre porque, ao mesmo tempo em que o capital avança em sua sociabilidade, aumentando as forças produtivas e incorporando elementos que constituem os meios de produção, ele vai simultaneamente negando o substrato essencial que lhe dá vida, ou seja, substituindo o trabalho vivo pelo trabalho morto.

Conseqüentemente, como sinaliza Grespan:

A *substância* do valor não se determina como *sujeito*, como totalidade autorreferente pelo lado do trabalho, mas pelo do capital que subordina formalmente o trabalho vivo. Daí que o capital assuma o caráter fetichista de *sujeito* a que se elevou a “substância” do valor do qual se apropria. Daí também que o capital deva excluir o trabalho enquanto possibilidade de compor um todo pelo lado substancial da criação de valor. Ele inclui em si o trabalho como momento - capital variável - e o exclui como totalidade potencial, como possibilidade da própria “substância” do valor tornar-se *sujeito* por si mesma. De outro modo, o capital não seria o *sujeito*; não denominaria as condições da sua autovalorização; não estabeleceria o fetiche pelo qual a *substância* impotente adquire, pela força dele, capacidade de se elevar a uma dimensão imensa (GRESpan, 2012, p. 123).

Dessa forma, ao buscar maior produtividade, o capital desenvolve suas forças produtivas, tornando o trabalho mais eficiente com o uso de máquinas e equipamentos sofisticados. No entanto, isso implica em um maior investimento em capital constante e na redução da utilização de trabalho humano. Como resultado, ocorre uma diminuição no valor colocado em movimento, embora haja um aumento na quantidade de produtos (mais-produtos) aguardando valorização. A grande indústria “[...] transforma uma parte do capital que antes era variável, investido em força de trabalho, em maquinaria, em capital constante, que não gera mais-valia” (MARX, 1975, p. 464). E vale lembrar que a funcionalidade do capital constante apenas transfere seu valor cristalizado em sua composição à nova mercadoria à medida que seu uso é efetivado, não criando novos valores.

A crise surge como uma possibilidade intrínseca devido ao fato de o capital assumir para si todas as funções representativas do valor, o que, no início de seu desenvolvimento, poderia ter sido visto como uma capacidade “natural” de produzir e realizar valor. No entanto, à medida que as forças produtivas são impulsionadas pela

grande indústria e a produção de riqueza é reificada nas formas funcionais do capital industrial, a contradição entre riqueza material e riqueza abstrata (valor) se acirra.

Isso acontece porque o capital tende a negar o trabalho vivo — a força criadora capaz de expandir sua riqueza — e a enfatizar o trabalho morto — a riqueza já objetiva que, embora não gere valor excedente, produz um mais-produto. Essa separação entre elementos opostos compromete a continuidade da produção capitalista ao reduzir o papel do trabalho vivo, que é essencial para o movimento de todos os outros elementos. Assim, forma-se uma barreira ao desenvolvimento do próprio capital, que depende da acumulação compulsória de mais-valor.

Esse entendimento leva à necessidade de investigar a natureza das crises capitalistas mais a fundo. Portanto, no próximo subtítulo, exploraremos a interdependência entre a acumulação de mais-valor e as crises do capitalismo, analisando como essas crises são não apenas uma consequência, mas uma manifestação da própria dinâmica intrínseca do sistema capitalista.

1.4 Acumulação capitalista e pulsão espiral por mais-valor

O processo de acumulação capitalista, impulsionando uma valorização incessante do valor, é um tema central na análise de Marx em "O Capital". Marx aborda esse processo como uma lei fundamental que não apenas mantém, mas também expande continuamente a forma de existência do capital. Esta dinâmica de acumulação é essencial para compreender como o capitalismo perpetua e intensifica suas próprias condições de operação, ao mesmo tempo que acirra suas contradições internas.

Postone é bastante didático quando fala sobre a categoria do capital em Marx, afirmando que: "Essa forma social é alienada, semi-independente, exerce sobre as pessoas um tipo de compulsão e restrição abstratas e está em constante movimento" (2014, p. 308). Essa coerção presente no capitalismo faz com que os indivíduos tenham a consciência de que o capital é o sujeito da relação social e que todas as ações são coordenadas pelo seu impulso desmedido de acumulação de mais-valor.

Isso provoca uma série de desproporcionalidades incontrolláveis, que negam, intrinsecamente, a capacidade do capital de ser uma forma de organização social para

satisfazer as necessidades humanas. É justamente esse movimento expansivo e semi-independente, como dito por Postone, que aliena todo o tecido social que compõe o modo de produção capitalista e potencialmente entra em choque, em determinado momento, com a própria dinâmica imanente.

No entanto, a exposição de Marx, no livro I, pressupõe as condições do capital sem entraves, por isso as crises estão potencialmente condicionadas: “A primeira condição da acumulação é o capitalista conseguir vender suas mercadorias e reconverter a maior parte do dinheiro por elas recebido em capital. Doravante, pressupomos que o capital realiza normalmente seu processo de circulação.” (MARX, 2017b, p.665).

No percurso real-concreto, da produção de riquezas no capitalismo as crises são partes constituintes que ciclicamente ocasionam paralisações da produção, desvalorização dos capitais, aumento do desemprego, queda dos preços até mesmo a destruição para outros. Cujas causas são inerentes ao capital e se externalizam no acirramento das contradições da concorrência empresarial.

O movimento do capital é cíclico e Marx indica que:

O enorme poder de expansão, aos saltos, do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo febril, seguida de abarrotamento dos mercados que, ao se contraírem, ocasiona um estado de paralisação. **A vida da indústria se converte numa sequência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação.** A incerteza e a instabilidade a que a produção mecanizada submete a ocupação e consequentemente as condições de vida do trabalhador tornam-se normais como aspectos das variações periódicas do ciclo industrial (MARX, 1975, p.518-519, grifo nosso).

A produção capitalista exige sua reprodução em escala ampliada, ou, nas palavras de Duayer (2011), uma produção constante de riqueza, porém, uma riqueza estranhada que se autonomiza em relação ao trabalhador e o domina. Dessa forma, é possível observar na obra de Marx uma aproximação com o concreto, com as manifestações do processo de exploração e expropriação da classe trabalhadora à medida que avança a grande indústria. Esta indústria reúne não apenas a força de trabalho, mas também outros elementos, como parte do capital, ou riqueza social, para efetuar seu crescimento. No entanto, também se manifesta como visto, paradoxalmente, com a repulsão em relação ao trabalho social, que é a negação da criação de valor.

A possibilidade de incorporação crescente de força de trabalho na produção capitalista detém um duplo significado, 1) o capital precisa criar uma massa crescente

de consumidores e 2) o emprego cada vez maior da maquinaria permite o capital adicionar em ramos diversos da produção a força de trabalho de homens, mulheres e crianças, portanto, toda a composição familiar passa a estar sob o domínio direto do capital¹⁶.

A intensificação da divisão social do trabalho coloca em movimento uma massa crescente de mercadoria o que reduz toda a capacidade individual dos trabalhadores a exclusivas “[...] máquinas de fabricar mais-valia” (MARX, 2017b, p.456).

Essa dinâmica aprisiona o trabalhador a sempre vender sua força de trabalho ao capital, mas ao mesmo tempo, esse “sujeito autônomo” que o domina também o “exclui” do processo de produção conforme suas oscilações cíclicas, fruto das suas contradições endógenas. Grespan nos auxilia ao demonstrar essas contradições na fórmula (D-M-D’), oriunda da relação desmedida em que:

O “progresso infinito” da acumulação de capital adquire então uma base real através da determinação recíproca entre o investimento da mais-valia e a ampliação das condições materiais para a produção de sua forma relativa. Não se trata mais simplesmente de uma acumulação de valor em geral, mas do valor objetivado na base técnica do capital, num movimento potencialmente progressivo e ilimitado (GRESPLAN, 2012, p.118).

Dessa forma, o fetiche do capital exterioriza a ideia de que todas as suas partes componentes são capazes de criar valor excedente. Isso leva a uma desmedida que se manifesta de duas maneiras:

- 1) Como uma capacidade infinita de apropriação de mais-valor, representada pelo crescimento constante do ciclo, D-M-D’;
- 2) Pelo caráter conflituoso de afirmação e negação do trabalho vivo pelo trabalho morto, o que resulta em uma superprodução de mercadorias, ou seja, tempo de trabalho não remunerado por unidade de mercadoria.

Reiterando a análise, entendemos esses elementos da desmedida, significa uma perda de referência, que o capital potencialmente manifesta a crise, cuja causa reside na contradição inerentes das relações sociais de produção que colidem com aumento das forças produtivas, o resultado concreto gera a superprodução de mercadorias, formando um capital supérfluo (força produtiva adicional, mercadoria e dinheiro), e a incapacidade de valorizar o valor posto em circulação. Isso acaba por

¹⁶ Engels promoveu investigações sobre as profundas alterações na estrutura familiar, como também nas cidades e nos costumes em A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (2010) e A origem da família, da propriedade privada e do Estado (2019).

negar, temporariamente, o movimento do capital (D-M-D') devido à produção sempre ampliada, mas que a massa da população não possui as condições necessárias para adquirir os produtos do próprio trabalho.

Diante disso, é relevante o papel do mais-valor relativo para Marx, pois destaca precisamente o modo compulsivo de aumento da produtividade visando a exploração do tempo de trabalho excedente, dentro dos limites físicos do trabalhador. Os métodos técnicos e organizacionais do capital, durante uma jornada de trabalho fixa, conseguem comprimir o tempo de trabalho necessário e expandir o tempo de trabalho excedente.

Na "grande indústria", observamos como essa categoria, revela a natureza do trabalho alienado no capitalismo¹⁷ organizado em prol da produção de valor-de-troca, que é caracterizado por uma cooperação entre os trabalhadores (despossuídos dos meios de produção), reunidos num mesmo local e executando de maneira especializada, a partir da divisão social do trabalho e em ritmos impostos pelos maquinários (que substituem as ferramentas dos trabalhadores e em parte os próprios trabalhadores), a execução de atividades que produzam mais com menor tempo. Diferentemente do mais-valor absoluto, "o que muda não é a duração da jornada de trabalho, mas seu modo de repartir-se em trabalho necessário e trabalho excedente" (MARX, 1975, p.360).

A produção em massa, resultado da acelerada produtividade e intensidade do ritmo do trabalho social para expansão do valor excedente, conduz à redução dos preços das mercadorias nos ramos que fabricam bens de consumo, diretamente vinculados à reprodução do equivalente da força de trabalho¹⁸. Isso implica que essas

¹⁷ "Basta, para a produção da mais-valia absoluta, a subordinação meramente formal do trabalho ao capital: os artesãos, por exemplo, que trabalhavam antes para si mesmo ou como oficiais de um mestre, ficam, como assalariados, sob o controle direto do capitalista. Por outro lado, vimos como os métodos para produzir mais-valia relativa são, ao mesmo tempo, métodos para produzir mais-valia absoluta. E mais, o prolongamento desmedido da jornada de trabalho revelou-se o produto mais genuíno da grande indústria mecanizada. Em substância, o modo de produção especificamente capitalista cessa de ser mero meio de produzir mais-valia relativa, logo que se apossa de todo um ramo de produção, e mais ainda, depois que conquista todos os ramos decisivos da produção. Ele se torna então a forma geral, socialmente dominante do processo de produção. Como método especial de produzir mais-valia relativa, só opera, em sua propagação, ao apossar-se de indústrias até então apenas formalmente subordinadas ao capital e quando revoluciona continuamente, com novos métodos de produção, as indústrias que já estão sob seu domínio". (MARX, 2017b, p.587).

¹⁸ "Encurtar o tempo necessário em que o trabalhador produz o equivalente da força de trabalho, significa justamente reduzir este valor, uma vez que Marx aqui também parte da suposição de que a força de trabalho não é sub-remunerada, a fim de poder estudar a determinação sistêmica da mais-valor. Deste modo, a diminuição do valor da força de trabalho implica o barateamento dos meios de

mercadorias possuem menos valor por unidade. A consequência disso é a diminuição dos salários, levando os trabalhadores a consumirem e comprarem menos. Enquanto isso, uma grande quantidade de mercadorias (mais-trabalho objetivado) é lançada, mas pode não completar o circuito da valorização, representando uma possibilidade de crise em curso.

Portanto, podemos observar que o impulso para aumentar a produtividade intensifica as contradições inerentes à natureza da riqueza no capitalismo, cujo objetivo não visa a satisfação das necessidades humanas, mas ampliação e apropriação do valor. As técnicas de extração desse tempo excedente incorpora e exclui, relativamente, a substância viva do trabalho, tanto na criação do valor quanto na participação para sua realização (consumo final). Portanto, isto representa o choque entre aumento das forças produtivas e as relações sociais de produção, sinalizadas por Marx (1975; 2017b).

Harvey é capaz de dimensionar a relevância dessas categorias, pois

O mesmo raciocínio é usado hoje nos Estados Unidos em relação às supostas vantagens do livre-comércio. O fenômeno Walmart e as importações baratas da China são bem-vindos porque produtos baratos reduzem o custo de vida das classes trabalhadoras. O fato de que os salários dessas classes não tenham aumentado muito nos últimos trinta anos torna-se mais palatável, porque a quantidade física de bens que elas podem comprar aumentou (desde que comprem no Walmart). (HARVEY, 2013, p.119).

À medida que um setor de bens de consumo consegue acelerar a produtividade, obtendo vantagens competitivas sobre seus concorrentes no mercado, não demora muito para que outras capitais sigam na mesma direção, incorporando o aumento das forças produtivas capazes de reduzir o tempo de trabalho necessário e aumentar o excedente e resultando em uma superprodução de mercadorias.

Harvey (2016) respalda a questão da generalização da produção de mercadorias no mercado mundial como um produto do aumento do trabalho social por via da incorporação de novas tecnologias e ciência, mas não controladas pelos trabalhadores, ou seja, submetido à dinâmica do capital. Isto é resultado da própria forma de ser do capital e necessidade de expansão do ciclo do valor, cujo propósito é aumentar a massa de mercadorias, com mais tempo de trabalho excedente e reduzir o tempo de sua valorização, por exemplo, diminuindo as barreiras geográficas da

vida pelos quais aquele valor é estabelecido, o que pressupõem, por sua vez, o aumento da produtividade do trabalho nos ramos da economia que produzem tais meios." (GRESPLAN, 2012, p.115).

circulação, permitindo que o aumente seu número de rotações. No entanto, essas são condições potenciais, que só podem ser confirmadas após a produção já concretizada e lançada ao mercado.

Assim, o avanço das forças produtivas impulsionado pela "grande indústria" gera uma consequência direta: uma massa de trabalhadores que enfrenta dificuldades para reproduzir suas condições de vida, dada a limitação salarial e a consequente redução de seu poder de consumo, isso quando têm a sorte de manter seus empregos e não serem substituídos por maquinário. Esse quadro, inicialmente latente nos países de capitalismo avançado, logo expande suas contradições para as periferias globais, estendendo os impactos desse modelo econômico.

Temos aqui a contradição central: se o trabalho social é a grande fonte de valor e lucro, substituí-lo por máquinas ou trabalho robótico não faz sentido, nem política, nem economicamente. Mas percebemos com muita clareza qual mecanismo leva essa contradição a um ponto de crise. Empreendedores ou empresas individuais consideram que as inovações que poupam trabalho são decisivas para a lucratividade perante os concorrentes. Coletivamente, isso destrói a possibilidade de lucro (HARVEY, 2016, p.64).

Portanto, os resultados são diametralmente opostos entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. A concorrência intercapitalista sinaliza que esse movimento em busca pelo máximo de mais-valor é social, fazendo com que o capital se movimente de modo anárquico nos mercados levando para sucessivas crises de superprodução. Essa é a maneira irracional de ser do capital, uma vez que é um modo de produção alienado e reificado em formas representativas do valor, conforme indicado por Grespan (2019).

A pulsão em espiral por mais-valor só faz sentido na medida em que há uma lei geral da acumulação capitalista, isto é, uma lei de movimento da sociedade capitalista:

O capitalista só possui um valor perante a História e o direito histórico à existência enquanto funciona personificando o capital. [...] Fanático da expansão do valor, compele impiedosamente a humanidade a produzir por produzir, a desenvolver as forças produtivas sociais e a criar as condições materiais de produção, que são os únicos fatores capazes de constituir a base real de uma forma social superior, tendo por princípio fundamentalmente o desenvolvimento livre e integrado de cada indivíduo. O capitalista é respeitável apenas quando personifica o capital. Nessa função, partilha com o entesourador a paixão da riqueza pela riqueza. Mas o que neste é mania individual, é naquele um resultante do mecanismo social. O capitalista é apenas uma das forças propulsoras desse mecanismo. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a elevação contínua do capital empregado num empreendimento industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir

continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva (MARX, 2017b, p. 698).

A acumulação capitalista necessita constantemente preservar e expandir sua forma histórica. Para isso, é fundamental criar condições em que os trabalhadores sejam despossuídos dos meios de produção, possuindo apenas sua capacidade de trabalho — ou seja, sua força de trabalho "livre" para ser vendida como mercadoria. Dessa forma, a produção generalizada de mercadorias se torna a expressão distintiva desse modo de produção peculiar.

Afirma Postone:

O caráter das relações sociais e o caráter social do trabalho no capitalismo passam a ser determinados por uma função social do trabalho que substitui a das relações sociais abertas. Em outras palavras, o trabalho fundamenta o seu próprio caráter social no capitalismo em virtude da sua função historicamente específica como uma atividade socialmente mediante. Neste sentido, *o trabalho no capitalismo se torna seu próprio terreno social* (POSTONE, 2014, p.177, grifo do autor).

Dessa maneira, Marx explica que:

A primeira transformação do dinheiro em capital realiza-se, portanto, na mais perfeita concordância com as leis econômicas da produção de mercadorias e com o direito de propriedade que delas decorre. Apesar disso, essa transformação tem por consequência: 1) que o produto pertence ao capitalista, e não ao trabalhador; 2) que o valor desse produto abrange, além do valor do capital adiantado, uma mais-valia que ao trabalhador custou trabalho e ao capitalista, nada, a qual, entretanto, se torna propriedade legítima do capitalista; 3) que o trabalhador reproduziu sua força de trabalho e pode vendê-la novamente, se achar um comprador. A reprodução simples é apenas a repetição dessa primeira transformação; o dinheiro se transforma continuamente em capital. A lei não é violada; ao contrário, ela tem a oportunidade de operar permanentemente (MARX, 2017b, p.691)

Portanto, a reprodução ampliada implica em conservar e expandir o incremento do trabalho abstrato na geração sempre ascendente de mais-valor a ser realizado. Isso requer colocar em movimento mais matérias-primas e adicionar máquinas e equipamentos que agilizem ao máximo a produção. Por outro lado, há a apropriação por parte de mais capitalistas ou eles se tornam cada vez mais poderosos.

O limite estabelecido para esse crescimento é determinado pelo próprio capital, uma vez que na produção, a divisão social do trabalho e sua particularidade de intercâmbio de valores-de-troca, produtos do trabalho abstrato, estabelece os nexos entre a reprodução e ampliação da riqueza enquanto valor. Portanto, o capital, enquanto valor que se valoriza, segue a busca pelo maior acúmulo e expansão dessa riqueza, e, à vista disso, certa quantidade de dinheiro que cobre os custos de produção

e mais o lucro (finalidade dessas atividades econômicas) expressam os limites que o capital visa superar. Desta forma, cada limite torna-se uma barreira que o capital objetiva superar em cada momento de seu ciclo, seguindo um movimento em espiral de expansão.

Entendemos que o capital individual é o reflexo de uma totalidade, pois os capitais de todos os setores que compõem um capital social inclinam-se a ampliação desses limites e a superar as barreiras geradas pelo objetivo da produção. A ação desmedida e desproporcional entra em conflito com a base social desse modo de produção, o que impede seu prosseguimento e se manifesta como crise.

O acúmulo dessa riqueza não decorre de um "conflito fáustico", como Marx critica (2017b, p.700), no qual o capitalista se abstém de satisfazer suas vontades pessoais para poupar e aumentar sua riqueza. Pelo contrário, esse acúmulo ocorre devido às condições concretas e históricas da produção do trabalho social, que é usurpado de maneira impessoal e abstrata. No entanto, todos os resultados aparecem como derivados da austeridade econômica das personificações do capital e do uso dele como se fosse um trabalho como qualquer outro.

As explicações fornecidas por Marx nos levam a compreender que o capitalista também é um ser social alienado nessas relações de produção. Em sua consciência, as mercadorias são vendidas pelos preços e não pelos valores. A diferença na composição orgânica do capital é indiferente para ele no que se refere a ser fonte criadora de valor ou não. Pois, para o capitalista, a riqueza provém de seu capital e da venda das mercadorias. Para alcançar esse objetivo, ele precisa lançar mais produtos no mercado, o que, portanto, define o capital como valor que valoriza a si mesmo. É neste ponto que está o fetiche do capital, pois essas relações de produção são reais e concretas, os agentes econômicos operam desta maneira, mas não sabem a razão por trás desses mecanismos, ou seja: a forma social, peculiar, do trabalho abstrato na condução de uma dinâmica reificada e coisificada.

Nos mercados, os capitalistas entram em confronto, visando expropriar uns aos outros para alcançar as melhores condições para a realização de sua riqueza. Para isso, buscam modificar os meios de produção, adicionando mais maquinário, o que reduz os preços de produção e lhes permite oferecer preços mais competitivos. Isso, por sua vez, resulta na exclusão, em termos relativos, dos trabalhadores do processo de produção.

A aplicação capitalista da maquinaria cria motivos novos e poderosos para efetivar a tendência de prolongar sem medida o dia de trabalho e revolucionar os métodos de trabalho e o caráter do organismo de trabalho coletivo de tal forma que quebra a oposição contra aquela tendência. Demais, ao recrutar para o capital camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis e ao dispensar trabalhadores substituídos pelas máquinas, produz uma população excedente, compelida a submeter-se à lei do capital. Daí esse estranho fenômeno da história da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor (MARX, 1975, p.465)

Marx, à medida que compreende melhor o funcionamento do capital, identifica que as crises não estão relacionadas a uma eventual escassez de mercadorias, mas, pelo contrário, no capitalismo, trata-se da superprodução de diversas mercadorias que não são consumidas. Isso ocorre porque há, simultaneamente, uma superprodução de força de trabalho, ou seja, trabalhadores que não têm para quem vender sua força de trabalho. Eles também não possuem os meios legais nem econômicos para adquirir as mercadorias para suprir suas necessidades.

Isso nos revela uma forma social de produção voltada para a produção, automatizada e expansiva de uma riqueza abstrata na qual o produto do trabalho humano domina o produtor. Como Marx muito perspicazmente coloca em "O Capital", podemos dizer que o caracol está separado de sua concha, e isso é uma característica particular e, portanto, histórica do modo de produção capitalista.

1.5 A crise como ruptura histórica em Marx

Para Marx o impulso da acumulação capitalista não está ligado a um espírito empreendedor, como Adam Smith chamou: "*previous accumulation*" [acumulação prévia], que consiste em "[...] duas espécies de pessoas: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham." (MARX, 2017b, p. 835).

A crítica de Marx deixa evidente que esses pressupostos da economia política são na verdade mistificações, pois:

É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. Na suave economia política, o idílio reina desde os primórdios. Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se naturalmente o ano corrente. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada tem de idílicos (MARX, 2017b, p.836).

Desse modo, visto que mercadorias, dinheiro e os meios de produção não são inerentemente capital pois, não existiram em outras épocas históricas como categorias sociais fundamentais. Portanto, adquirem a qualidade de capital em circunstâncias históricas, sociais e políticas particulares.

Essa questão envolve uma percepção histórica das mudanças nos modos de produção e nas formas sociais de organização que culminaram no capitalismo, bem como o modo próprio como o capitalismo realiza esse movimento de expansão, destruindo relações sociais específicas para instaurar o seu modo de ser baseado no trabalho alienado/objetivado e produtor de valor.

A exposição da "Assim chamada acumulação primitiva", capítulo 24, expressa o capitalismo como produto de uma violenta luta de classes que usurpou por séculos os recursos primários das colônias da América, Ásia e África. Além disso, na Europa, onde o feudalismo vigorou como modo de produção em boa parte do território, a terra a que os camponeses se serviam foi gradativamente apropriada por uma classe de burgueses em ascensão, conformando a vasta expropriação desse meio de produção elementar¹⁹.

Para Marx: "A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela" (MARX, 2017b, p. 836). A luta de classes modificou o modo de exploração do homem pelo homem, a liberdade da livre concorrência - passaporte para as revoluções burguesas - na verdade foi a chancela para esse tipo específico de dominação abstrata pelo valor. Portanto, o capital só pode existir quando os trabalhadores foram despossuídos dos meios de produção e "livres" para a submissão comum ao trabalho assalariado, que paulatinamente se universalizou impulsionando a produção e circulação de mercadorias medidas pela quantidade de trabalho abstrato.

¹⁹ No entanto, esses métodos de expropriação e acumulação primitiva operam gradualmente em nossa contemporaneidade. No caso brasileiro, o chamado agronegócio é um exemplo de operação baseada na violência e em alterações jurídicas, realizadas através do Estado, visando a ampliação de seus negócios. Isso implica na retirada abrupta dos povos indígenas e quilombolas de seus territórios para o cultivo das terras destinadas à produção de gado e soja, que são produtos exportáveis e lucrativos para os empresários do setor. Para mais detalhes sobre essas práticas, consultar o artigo de Henri Acselrad, publicado no *site* "A Terra é Redonda" (2023).

O capitalismo funciona de maneira que precisa sempre repor aquelas condições da acumulação primitiva²⁰, isto é, de encontrar nos mercados todos os meios de produção e força de trabalho, “livres” de quaisquer amarras sociais, morais e éticas, pois enquanto mercadorias todas estão em pé de igualdade jurídica e econômica: elas são propriedades privadas e possuem a mesma característica como valor-de-troca. No entanto, além de reproduzir o capitalista ampliando seu capital e assim, o processo violento de expropriação e exploração da terra e da força de trabalho em escala crescente, reproduz-se os métodos cada vez mais sofisticados para esses fins: métodos materiais e ideológicos para subordinação da classe trabalhadora entregar parte do tempo de trabalho ao enriquecimento privado.

Marx chama a atenção para a subsunção formal e real da força de trabalho, isto é, para o fato das condições para a geração dessa riqueza expressarem métodos específicos de coerção sobre a classe trabalhadora para a produção de mais-trabalho, que unem tanto os métodos de extração de mais-valor absoluto quanto o relativo, que estão sempre em expansão. Para Marx, “[...] o prolongamento desmedido da jornada de trabalho revelou-se o produto genuíno da grande indústria mecanizada.” (2017b, p. 587).

Ademais, o autor conclui que esta forma de subsunção:

[...] se torna então a forma geral, socialmente dominante do processo de produção. Como método especial de produzir mais-valor relativo, só opera, em sua propagação, ao apossar-se de indústrias até então apenas formalmente subordinadas ao capital e quando revoluciona continuamente, com novos métodos de produção, as indústrias que já estão sob seu domínio (MARX, 2017b, p.587).

Portanto, a formação de uma massa de proletários e a constituição da propriedade privada dos meios de produção são as condições *sine qua non* para a existência do modo de produção capitalista. A crise das sociedades pré-capitalistas, caracterizada pela intensificação das contradições internas desses modos de produção e sua crescente insustentabilidade, forneceu a base material para o surgimento do modo de produção capitalista, que se estrutura em torno da mediação de um mercado mundial.

Para Marx, a formação da crise do capital possui um duplo sentido:

²⁰ Este debate retorna no quarto capítulo desta dissertação, quando abordamos a fase imperialista do capitalismo e os métodos inerentes desse avanço violento do capital para saciar o acúmulo e a expansão do mais-valor.

À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio do processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados (MARX, 2017b, p.884).

O caráter histórico das relações sociais permite a possibilidade de mudanças e a construção de novos nexos de sociabilidade que não estão necessariamente subordinados aos estranhamentos da economia do valor. Em outras palavras, Marx não endossa uma visão de mundo que reduz o desenvolvimento do capitalismo a uma "lei natural" que predestina nosso futuro. Assim, a noção de crise em Marx pode ser compreendida como uma fissura sócio-histórica nas relações de produção, sinalizando uma potencial superação que poderia representar o "fim" do capital.

Sem dúvida, embora o capital imponha frequentemente suas barreiras e limites, essas só podem ser superadas pela força organizativa da classe que sofre, a ferro e fogo, sob o domínio do capital. Por isso, o papel das lutas de classe nunca é negligenciado por Marx em sua obra. Como visto, a expropriação dos expropriadores destina-se ao resgate da humanidade de sua condição alienada, conforme afirma Lukács (2018), e só é possível além do "envoltório capitalista" (MARX, 2017b).

A ativação do sentido das lutas de classe depende de uma série de fatores complexos, relacionados à interação da classe trabalhadora com a compreensão e enfrentamento das relações de produção que a oprimem. Inicialmente, Marx, conforme afirma Duayer (2011), acreditava que as crises cíclicas do capital representavam uma oportunidade ideal para uma vanguarda proletária se opor à burguesia. Essa perspectiva foi defendida por Marx até 1857, mas foi posteriormente revisada à medida que ele aprofundou sua crítica da economia política. As experiências posteriores a 1848 demonstraram que o proletariado necessitava de uma organização mais coesa para enfrentar os estranhamentos impostos pelo capital, e não apenas de uma simples remoção da burguesia do controle político.

Retornando a exposição das contradições do capital, não obstante, o próprio autor fez um balanço histórico desse movimento recorrente e cíclico das crises que marcam o desenvolvimento do capitalismo: "A vida da indústria se converte numa

sequência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação" (MARX, 2017b, p. 519).

A consequência social desse movimento desmedido é que: "A incerteza e a instabilidade a que a produção mecanizada submete a ocupação e conseqüentemente as condições de vida do trabalhador tornam-se normais como aspectos das variações periódicas do ciclo industrial. (ibidem, p.518-519).

Essas oscilações cíclicas do capital aparecem no balanço da indústria algodoeira inglesa contido em "O Capital":

De 1770 a 1815, a indústria têxtil algodoeira só em 5 anos experimentou depressão ou estagnação. Durante esses primeiros 45 anos, os fabricantes ingleses possuíam o monopólio da maquinaria e do mercado mundial. De 1815 a 1821 houve depressão; em 1822 e 1823; prosperidade; em 1824, abolição das leis contra as Trades Unions, grande expansão geral das fábricas; em 1825, crise; em 1826, grande miséria e revoltas entre os trabalhadores das fábricas; em 1827, ligeira melhoria; em 1828, grande aumento dos teares a vapor e das exportações; em 1829, as exportações, especialmente para a Índia, ultrapassaram todos os anos anteriores; em 1830, mercados abarrotados, grande penúria; de 1831 a 1833, mantém-se a depressão e retira-se da Companhia das Índias Orientais o monopólio do comércio com a Índia e a China. Em 1834 há grande aumento de fábricas e de maquinaria, e escassez de braços. A nova lei dos pobres promove a emigração dos trabalhadores rurais para os distritos das fábricas. Os condados rurais se esvaziam de crianças. Tráfico de escravos brancos. Em 1835, grande prosperidade. Ao mesmo tempo, os tecelões morrem de fome. Em 1836, grande prosperidade. Em 1837 e 1838, depressão e crise. Em 1839, reanimação. Em 1840, grande depressão, revoltas, intervenção de tropas. Em 1841 e 1842, sofrimento terríveis dos trabalhadores fabris. Em 1842, os fabricantes fecham suas fábricas aos trabalhadores para forçar a abolição das leis aduaneiras sobre cereais. Os trabalhadores afluem aos milhares a Yorkshire, sendo repelidos pelas tropas e seus líderes levados a julgamento em Lancaster. Em 1843, grande miséria. Em 1844, reanimação. Em 1845, grande prosperidade. Em 1846, de início continuação da melhoria, seguida de sintomas opostos. Revogação das leis sobre cereais. Em 1847, crise. Redução geral dos salários em 10% e mais para comemorar o enorme pão ("big loaf") prometido pelos livres cambistas. Em 1848, continua a depressão. Manchester sob proteção militar. Em 1849, reanimação. Em 1850, prosperidade. Em 1851, preços em declínio, salários baixos, greves frequentes. Em 1852, início de melhoria. Continuam as greves, os fabricantes ameaçam importar trabalhadores estrangeiros. Em 1853, exportações em ascensão. Greve de 6 meses e grande miséria em Preston. Em 1854, prosperidade, mercados abarrotados. Em 1855, notícias de falências ocorreram dos Estados Unidos, do Canadá e dos mercados orientais. Em 1856, grande prosperidade. Em 1857, crise. Em 1858, melhoria. Em 1859, grande prosperidade, aumento das fábricas. Em 1860, apogeu da indústria têxtil algodoeira. Então, os mercados indianos, australianos e de outras áreas ficaram tão abarrotados que, mesmo em 1863, não tinham absorvido ainda todo o encalhe. Tratado de comércio com a França. Desenvolvimento enorme das fábricas e da maquinaria. Em 1861, a melhoria contínua por algum tempo, manifestam-se tendências opostas, sobrevindo a guerra civil americana e a falta de algodão. De 1862 a 1863, colapso completo (MARX, 1975, p.520-521).

A passagem extensa nos ajuda a compreender o caráter cíclico e desmedido do capital, que impulsiona uma produção pela produção ao longo da história do capitalismo, refletindo as contradições entre o avanço das forças produtivas e as relações sociais de produção. A particularidade histórica do capital reside em seu movimento de geração de riqueza desvinculado da consciência e do controle dos trabalhadores. Trata-se de um processo fetichizado e estruturante que domina todo o tecido social e os submete os sujeitos (enquanto classes sociais) à oscilação compulsiva da dinâmica do valor, intensificando as tensões e desigualdades na sociedade.

A maioria dos trabalhadores vive à mercê dessa força aparentemente independente, personificada na figura idealizada e volátil do mercado, esperando por melhores condições para a reprodução de suas vidas e, assim, abrindo novo ciclo de dependência do capital.

Em nosso esforço de síntese da exposição de Marx, podemos fazer um preliminar desfecho e observar que o tema da crise está internamente ligado à natureza da sociedade capitalista e suas leis imanentes. “A crise é a série interminável de contradições do capital expressam nada menos que o desenvolvimento desta oposição inconciliável entre trabalho e capital.” (BENOIT; ANTUNES, 2016, p.94).

A crise é a fase *negativa* do capital, como possibilidade de um contra movimento à fase *positiva*, isto é, do curso “normal” de ascensão e acumulação. A rigor, quanto mais a produção de capital se amplia, as crises tornam-se cada vez mais efetivas e concretas, pois aumentam as contradições²¹ entre produção e realização de valor.

Segundo Lukács (2018) o que Marx constrói no livro I d' *O Capital* é uma série de abstrações, amparada na ontologia do ser social do capital, buscando sua reprodução no pensamento, por isso isola as categorias de algumas perturbações que são parte dessa realidade para identificar seus nexos mais essenciais ou em outras palavras, suas legalidades, enquanto leis de tendências das relações sociais capitalistas. Desse modo, a crise é uma tendência, mas uma forma potencial dentro

²¹ Nos *Grundrisse*, Marx escreve uma interessante passagem que complementa o exposto: “Até o presente, temos simplesmente a indiferença recíproca dos momentos singulares no processo de valorização, que internamente se condicionam e externamente se buscam; mas podem se encontrar ou não, podem coincidir ou não, podem se corresponder ou não. A necessidade interna do que é internamente relacionado, e sua existência autônoma reciprocamente indiferente, já constitui a base das contradições” (MARX, 2011, p. 339).

da análise que comporta o livro I, referente a forma como é produzido o capital, por força do devir das contradições que operam a lei geral da acumulação capitalista. Sumariamente retomamos que essas contradições essenciais envolvem o movimento complementar e antagônico entre categorias: valor de uso e valor; trabalho concreto e trabalho abstrato; mercadoria e dinheiro.

Os fatores mencionados anteriormente são retomados por Marx na continuidade de sua exposição, que abrange os livros II e III, onde ele enriquece sua análise com determinações mais complexas/concretas. Dessa forma, nossa investigação avança para examinar as crises a partir dessas obras subsequentes.

2 A MODALIDADE POTENCIAL DA CRISE EM “O CAPITAL”: LIVRO SEGUNDO

Como é sabido, o material que compõe o segundo livro d'O Capital não recebeu o acabamento definitivo de Marx e sequer foi publicado em sua totalidade durante sua vida. Embora o autor tenha dedicado seu tempo - de 1868 a 1881 - à publicação das sequências de sua obra de maturidade, essa empreitada não pôde ser concretizada. É importante destacar que os volumes que constituem “O Capital” foram escritos em diferentes momentos, com pausas ocasionais devido à sua participação em atividades políticas, questões pessoais e problemas de saúde (NETTO, 2020).

Vale também ressaltar que, no final de sua vida, Marx demonstrou interesse em áreas de estudo diferentes, como o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, o estudo histórico de sociedades pré-capitalistas e até mesmo a matemática. Essa mudança de foco foi evidenciado por Musto (2018), que analisou cadernos de Marx e correspondências desse período.

De acordo com Michael Heinrich (2014), a edição do segundo volume d'O Capital, publicado em 1885, dois anos após o falecimento de Marx, ficou a cargo de seu amigo de trabalho, Friedrich Engels. O material estava incompleto e fragmentado, e em diversos momentos, Engels teve que fazer intervenções para completar os argumentos do autor.

Nozaki (2021) argumenta que o processo de "intervenção de Engels" gerou polêmicas em relação à ação editorial, influenciando até mesmo o debate sobre a "teoria da crise em Marx". Essa controvérsia não é uma percepção isolada e ainda persiste na tradição marxista até os dias de hoje.

Heinrich (2014) observa que o material do Livro II é bastante "árido", mas oferece *insights* significativos sobre as formas cíclicas e o movimento do capital na realização do mais-valor. Neste livro, Marx aborda a circulação do capital, tendo como pressuposto a produção, tema que foi tratado no primeiro livro. O Livro II também inclui cálculos incompletos e uma análise mais "técnica do capital" para entender seu movimento de realização do mais-valor, como também os fundos de reserva monetários, os custos de armazenagem, transporte e os gastos com a manutenção do capital fixo. Esses são elementos essenciais para a administração do capital e para sua reprodução.

Agora que já sabemos que os nexos sociais estão fundamentados numa produção reificada e coisificada, novas possibilidades de crise são descobertas e

entendidas à medida que avançamos, passo a passo com Marx na investigação sobre a sociedade burguesa e os processos que os capitalistas precisam percorrer para que seu conteúdo se torne efetivo e ampliado. Isto torna o livro II uma fonte imprescindível para o debate das crises.

2.1 As formas úteis ao capital: transferência de valor e as crises

No primeiro livro, Marx estava preocupado em demonstrar a estrutura nuclear da riqueza enquanto valor, produto do trabalho abstrato, cristalizado na mercadoria e no dinheiro, bem como as relações de produção que caracterizam a sociedade capitalista. Isso inclui a formação do capital e do valor excedente, que emergem das condições históricas do capitalismo.

O autor alerta no primeiro livro que "o capital, portanto, nem pode originar-se na circulação nem fora da circulação. Deve, ao mesmo tempo, ter e não ter nela sua origem" (MARX, 1975, p. 186). No rigor dialético de sua exposição, compreende-se que o "processo global da produção capitalista" é composto tanto pela produção quanto pela circulação dos capitais no mercado mundial. No entanto, para compreender a natureza mais essencial, é necessária uma exposição didática. Para isso abstrai algumas condições concretas para focalizar as determinações essenciais das relações sociais capitalistas, sem suas complexidades históricas.

No começo da exposição do Livro Primeiro, o conteúdo da relação de troca ficará abstraído. Lá, se defrontavam meros compradores e vendedores de mercadorias em geral. Agora, aqui no começo do Livro Segundo, se defrontam compradores e vendedores de mercadorias muito bem determinados: o trabalhador vendendo força de trabalho e o capitalista vendendo dinheiro (BENOIT; ANTUNES, 2016, p.99).

No caso do Livro II, os resultados do primeiro livro são pressupostos para a compreensão da realização do mais-valor na circulação dos capitais em sua pureza²². Para essa realização, o capital assume três diferentes estágios cíclicos, cada um com suas características próprias e necessárias para constituição do movimento do capital

²² "Para aprendermos as formas em seu estado puro, devemos começar por abstrair de todos os momentos que não guardam qualquer relação com a mudança e com a constituição da forma. Por isso, partimos aqui do pressuposto não apenas de que as mercadorias são vendidas por seus valores, mas também de que isso ocorre em circunstâncias invariáveis. Não levamos em conta, portanto, as alterações de valor que podem ocorrer durante o processo cíclico" (MARX 2014, p.108).

como um todo. É assim que Marx inicia a seção intitulada "As metamorfoses do capital e seu ciclo".

Diz o autor:

O primeiro e o terceiro estágios só foram mencionados no Livro I na medida em que eram necessários para a compreensão do segundo estágio, o processo de produção do capital. Não foram consideradas, portanto, as diferentes roupagens sob as quais o capital se apresenta em suas diferentes fases, e que ele, em seus repetidos ciclos, ora assume, ora abandona (MARX, 2014, p.108).

No primeiro ciclo a ser analisado pelo autor, "o ciclo do capital monetário", o dinheiro desempenha uma dupla função devido à sua qualidade como mercadoria universal no capitalismo, atuando como meio de compra das demais mercadorias que formam os meios de produção e como meio de circulação, servindo como mediação para o acesso às mercadorias. Esse primeiro ato, D-M (Dinheiro-Mercadoria), é seguido por outro representante, M-D (Mercadoria-Dinheiro), que representa a venda de sua mercadoria. Desse modo, forma-se uma unidade de dois processos diferentes, mas complementares.

O capitalista individual encontra em mercados diferentes meios de produção na forma de mercadoria como matérias-primas e máquinas (MP) e em outro mercado específico a força de trabalho (T). Isso é feito em dada proporção, os meios de produção devem ser suficientes para absorver a força de trabalho na fabricação de outra mercadoria. Figurando o conjunto do processo como D-M (MP + T)... P... M'-D'.

O que importa é que parte do dinheiro investido em meios de produção - os meios de produção comprados em D-Mp- seja, sob quaisquer circunstâncias, suficiente; que ela seja, portanto, calculada de antemão, obtida na devida proporção. Em outras palavras, a massa dos meios de produção tem de ser suficiente para absorver a massa de trabalho e, por meio desta, transformar-se em produto. Sem os meios de produção suficientes, o trabalho excedente do qual dispõe o comprador não seria aplicável; seu direito de dispor desse trabalho não serviria para nada (MARX, 2014, p.109).

A compra de demasiada força de trabalho em desproporção aos meios de produção pode gerar um curto-circuito, uma vez que uma parcela dessa capacidade de trabalho não estaria movimentando o volume total de capital na geração de valor excedente, portanto sendo improdutivo para esse capital individual. Assim, como o contrário também pode ser um fator de crise, pois demasiados meios de produção sem adequada força de trabalho deixaria parte do material ocioso, desse modo, não se transformando em novas mercadorias acrescidas de valor excedente.

Logo, no ato de compra, no primeiro ciclo, a racionalidade do capitalista envolve um olhar direto para sua produção e, portanto, a obtenção de uma massa de meios de produção que podem ser transformados em uma massa de mercadorias dentro de sua capacidade produtiva e lançadas ao mercado com expectativas futuras de venda.

O valor por ele adiantado na forma-dinheiro [*Geldform*] encontra-se agora, portanto, numa forma natural, em que ele, como valor preme de mais-valor (na forma de mercadorias), pode ser realizado. Em outras palavras: ele se encontra em estado ou sob a forma do *capital produtivo*, que tem a propriedade de atuar como criador de valor e mais-valor. Chamaremos de P o capital que se apresenta sob essa forma (MARX, 2014, p.110).

A compra de força de trabalho (D-M), põe em relação trabalhadores de um lado e capitalistas de outro, mediados pelo poder do dinheiro como um meio de pagamento; um meio de submeter realmente a força de trabalho ao capital produtivo, pois os trabalhadores dependem do dinheiro na forma salário para adquirir outras mercadorias para sua subsistência.

Na estrutura social de mercado é necessário haver possuidores de dinheiro, assim como possuidores de mercadorias à venda. Assim, as relações sociais capitalistas não estão baseadas em escambo; pelo contrário, o intercâmbio dos diferentes valores-de-troca ocorre com o objetivo de reprodução ampliada dos capitais individuais, enriquecendo-se às custas da apropriação de trabalho não-pago.

Marx é claro em mostrar o poder do dinheiro como mola propulsora dessa relação reificada. Diz o autor:

Como capital monetário, ele está numa condição em que pode cumprir funções próprias do dinheiro, como, no caso presente, as funções de meio universal de compra e meio universal de pagamento. (Esta última, na medida em que a força de trabalho, embora comprada previamente, só é paga depois de ter sido empregada. Quando os meios de produção não se encontram no mercado prontos para serem aplicados, mas precisam ser encomendados, o dinheiro também funciona, em D-Mp, como meio de pagamento.) Essa propriedade não deriva do fato de o capital monetário ser capital, mas sim de ele ser dinheiro (MARX, 2014, p.110).

A funcionalidade do capital monetário está, passo a passo, com a do dinheiro. O que o caracteriza, portanto, como capital é a finalidade de estabelecer o nexo entre outras mercadorias (Mp-T) para a formação de uma nova, acrescida de tempo de trabalho não pago e o retorno em sua forma original, porém modificada quantitativamente ($D+d=D'$).

Podemos dizer que a extração do tempo de trabalho não-pago e a importância do trabalho vivo no acréscimo dessa riqueza para o capitalista, segundo Marx, passam

despercebidas. Uma vez que esse adiantamento do capital monetário para a compra da força de trabalho pressupõe o contrato justo e remunerado da própria atividade, ou seja, o capital remunera o trabalho por meio do salário. “[...] isso vale como característica da economia monetária” (MARX, 2014, p.111).

O autor começa aqui a nos indicar o processo de autonomização da funcionalidade do capital monetário. Isso ocorre devido a essas condições pressupostas de uma justiça contratual entre o ato de compra e venda de mercadorias, que de forma unilateral ignora a natureza do valor-trabalho no acréscimo da riqueza no capitalismo. Desta maneira, parece justo também que o capitalista, ao adiantar uma quantidade de dinheiro para uma atividade, seja ela qual for, deve ser remunerado ao final.

A irracionalidade consiste em que o trabalho, como elemento formador de valor, não pode possuir em si mesmo valor algum, ou seja, que uma quantidade determinada de trabalho não pode ter um valor que se expresse em seu preço, em sua equivalência a uma determinada quantia de dinheiro. Mas sabemos que o salário é apenas uma forma disfarçada, uma forma em que, por exemplo, o preço diário da força de trabalho se apresenta como preço do trabalho realizado por essa força de trabalho durante um dia, de modo que o valor produzido por essa força de trabalho em seis horas de trabalho é expresso como valor de sua função ou trabalho por doze horas (MARX, 2014, p.112).

Marx continua a explicitar essa relação que se estabelece entre capitalista e trabalhadores apenas como compradores e vendedores de mercadorias (D-T), porém, como já visto, o capitalista detém os meios de produção, por meio dos quais a funcionalidade do trabalho possa se efetivar. Isso acontece devido a alienação de suas propriedades;

Dito de outro modo: esses meios de produção aparecem diante do possuidor da força de trabalho como propriedade alheia. Por outro lado, o vendedor do trabalho aparece diante de seu comprador como força de trabalho alheia, que tem de se submeter a seu comando, incorporar-se a seu capital, para que este possa atuar realmente como capital produtivo (MARX, 2014, p.113).

Esse trecho é decisiva para nossa compreensão e merece a digressão:

Assim, a relação de classe entre capitalista e assalariado já está dada, pressuposta, no momento em que os dois se confrontam na operação D-T (T-D, do lado do trabalhador). Ela é compra e venda, relação monetária, mas uma compra e venda em que o comprador é pressuposto como capitalista e o vendedor trabalhador assalariado, e que se baseia no fato de as contradições necessárias à realização da força de trabalho - meios de subsistência e meios de produção - estarem apartadas, como propriedade alheia, do possuidor dessa força de trabalho (IBIDEM).

O capital monetário desempenha sua função devido à existência histórica dessas condições concretas, ou seja, a separação do trabalhador dos meios de produção. Assim, o capital necessita da unidade de elementos opostos, havendo um confronto entre o capital e o trabalho assalariado como vendedores e compradores de mercadorias, que possuem dinâmicas próprias e não são controladas, uma vez que flutuam sobre a dinâmica impessoal do mercado, ou melhor dizendo, sobre a lei geral da acumulação capitalista.

A separação dessa unidade por um período prolongado significa o confronto não apenas econômico, mas também político entre o capital e o trabalho assalariado. A eclosão de uma crise está potencialmente armada na paralisação das condições necessárias para o funcionamento do capital monetário, como descrito em $D-M < M_p + T$.

Conclusivamente Marx diz:

É evidente, pois, que a fórmula que expressa o ciclo do capital monetário (D-M...P...M'-D') só vale como forma do ciclo do capital quando se baseia na produção capitalista já desenvolvida, pois pressupõe a existência da classe assalariada em escala social. A produção capitalista, como vimos, produz não apenas mercadoria e mais-valor, mas reproduz, e num volume cada vez maior, a classe dos trabalhadores assalariados, transformando a enorme maioria dos produtores diretos em assalariados. D-M...P...M'-D', tendo como premissa fundamental de seu movimento a existência constante da classe assalariada, pressupõe o capital na forma de capital produtivo e, desse modo, a forma do ciclo do capital produtivo (MARX, 2014, p.116).

O segundo estágio do ciclo do capital é a negação do primeiro, porque acontece sua metamorfose em capital produtivo. Assim, não pode circular, e essa paralisação ocorre para a realização de uma tarefa, ou seja, o consumo produtivo desses meios de produção (T) e (MP) adiantados. Este é um movimento interno do capital, cujo resultado é lançar cada vez mais mercadorias no mercado, que não surgem da circulação. De acordo com Marx (2014), esse movimento não é individual, mas sim social, fazendo parte de uma totalidade dinâmica e contraditória, à medida que as leis tendenciais da produção capitalista avançam de maneira coercitiva sobre outros modos de produção, rompendo suas lógicas particulares.

O velho Marx sempre deixa claro como essa relação de produção se estabelece, ou seja, o capitalismo não impõe uma coerção pessoal e direta, mas sim abstrata e impessoal:

O capitalista não pode revender o trabalhador como mercadoria, pois este não é seu escravo; ele comprou apenas a utilização de sua força de trabalho por tempo determinado. Por outro lado, ele só pode utilizar a força de trabalho fazendo com que este empregue os meios de produção para criar

mercadorias. O resultado do primeiro estágio é, assim, a entrada no segundo: o estágio produtivo do capital (MARX, 2014, p.117).

É a partir dessas condições que:

Toda empresa de produção de mercadorias torna-se, ao mesmo tempo, empresa de exploração da força de trabalho, mas apenas a produção capitalista de mercadorias é um divisor de águas, um modo de exploração que, em seu desenvolvimento histórico e por meio da organização do processo de trabalho e do enorme progresso da técnica, revoluciona a estrutura econômica inteira da sociedade deixando para trás todas as épocas anteriores (MARX, 2014, p. 119, grifo nosso).

Na verdade, para o capitalista, o impulso inicial dado pelo seu dinheiro investido, como capital monetário, se transforma em outro tipo de capital, o produtivo, que gera novas mercadorias devido à combinação dos elementos da força de trabalho e dos meios de produção. Para a praxiologia do capitalista, a distinção se manifesta apenas como capital constante e variável, elementos destacados por Marx no primeiro livro. “O produto é, por isso, não apenas mercadoria, mas mercadoria fertilizada [*befruchtete*] com mais-valor” (Marx, 2014, p.120).

No entanto, qualquer interrupção no processo de produção resulta em uma crise, pois não ocorre a transferência de mais-valor para as mercadorias, interrompendo os saltos e metamorfoses do valor, que são necessários para a constituição da riqueza como capital. Marx deixa sempre claro que se trata de um potencial nível de crise, cujas causas para o surgimento não estão sendo determinadas de forma concreta, mas apenas pelo conflito lógico do processo que está sob sua análise.

Dessa maneira, para prosseguimento da análise do circuito como um todo: “A mercadoria se torna capital-mercadoria [*warenkapital*] como forma de existência funcional do valor de capital já valorizado e surgida diretamente do próprio processo de produção.” (ibidem).

O terceiro estágio do ciclo é crucial para o capitalista, pois é na venda que ele poderá realizar o valor excedente que tanto espera embolsar, além de cobrir os gastos realizados e dar sentido ao dispêndio monetário feito pelo capitalista. Nessa exposição, vale lembrar que Marx está fazendo uma abstração do moderno sistema de crédito, que é capaz de, momentaneamente, superar os obstáculos do capital quando não encontra compradores nos mercados para realizar o mais-valor de suas mercadorias, por exemplo. Nesse caso, são criadas condições favoráveis. Em outras palavras, Marx concentra-se em demonstrar a importância da fluidez dos processos

de venda e da redução do tempo em que o capital fica imobilizado, acelerando assim a apropriação efetiva do trabalho não pago.

A função de M' é, agora, a função de todo produto-mercadoria: converter-se em dinheiro, ser vendida, percorrer a fase de circulação M-D. Enquanto o capital já valorizado conserva-se em sua forma de capital-mercadoria, permanecendo imóvel no mercado, o processo de produção fica paralisado. O capital não atua nem como criador de produtos, nem como criador de valor. A depender da rapidez com que o capital abandone sua forma-mercadoria e assumo a sua forma-dinheiro, ou seja, de acordo com a celeridade da venda, o mesmo valor de capital atuará, num grau muito desigual, como criador de produto e de valor e aumentará ou diminuirá a escala da reprodução (MARX, 2014, p.122).

Novamente, as crises capitalistas se expressam como uma possibilidade sempre que houver interrupção na transformação do capital, passando de uma forma funcional para outra, pois, assim, seu conteúdo não consegue ser efetivamente realizado. Suas causas podem ser as mais diversas, afetando qualquer parte do ciclo. No entanto, o autor não está preocupado em oferecer uma descrição específica das causas históricas, mas sim, apresentar tendências para esse movimento disruptivo do valor. Em outras palavras, ele dedica atenção tanto ao lado positivo da engrenagem do capital na sua compulsão do valor quanto ao negativo da organização do capital em seu movimento, ou seja, às contradições que podem levar o capital a interromper seu curso, manifestando-se como limitações à produção e/ou realização do valor, ou seja, como uma crise.

O caminho traçado na seção I do livro II busca demonstrar as formas puras da circulação com condições apenas positivas: a venda é realizada e fornece as condições para que o mesmo processo ocorra novamente, tornando-o um ciclo, como o autor chama. Contrariamente, na Economia Política, segundo Marx, a esfera da circulação parece fazer o capital monetário saltar de uma quantidade para outra durante um período, de modo que "o que se modifica, no fim, não é a forma, mas apenas a grandeza do valor adiantado" (MARX, 2014, p.126), o que obscurece o verdadeiro metabolismo do capital, ou seja, a exploração temporal do trabalho abstrato medido pela sua dinâmica.

Marx não tarda em mostrar, como já dito, a forma de autonomia que esses ciclos podem ter, revelando que: "Temos, assim, a expressão sem conceito [*begriffslose*] da relação de capital, sob cuja forma o capital realizado aparece em sua expressão monetária" (MARX, 2014, p.127). Não obstante, o ciclo do capital monetário resumido, por exemplo, aparece como D...D', valor que valoriza a si, uma forma

alienada, sem conceito, que apaga todo o processo de trabalho da produção de mais-valor. Portanto, é uma mística real, que estrutura a realidade para esse fim.

As duas formas que o valor do capital assume no interior de seus estágios de circulação são a de *capital monetário* e *capital-mercadoria*; sua forma própria ao estágio da produção é a de *capital produtivo*. O capital, que no percurso de seu ciclo total assume e abandona de novo essas formas, cumprindo em cada uma delas sua função correspondente, é o *capital industrial* - industrial, aqui, no sentido de que ele abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista (MARX, 2014, p. 131).

Logo, o autor em sua análise não trata de um ramo particular da produção capitalista, mesmo que exista especialização e categorias de capitalistas diversos. Mas, se dedica ao seu conteúdo como produção social, de uma específica época histórica da humanidade, cujo trabalho é alienado do processo em sua totalidade, resultando em um tipo igualmente específico de dominação abstrata pelo valor. A produção capitalista é a produção de valor e a mercadoria só é valor-de-uso, quando, simultaneamente, é valor-de-troca para os agentes econômicos.

Decerto, que o capitalista ao reproduzir em escala ampliada seu capital aprofunda as contradições imanentes entre uma crescente produção social e a necessidade para realização do mais-valor, aumentando também as potencialidades de romper uma crise na medida que o conteúdo do ciclo, de uma passagem funcional do capital à outra, acaba sendo interrompido. Inclusive porque este agente econômico está alienado tanto quanto o trabalhador e se expressa individualmente nos negócios.

Dessa maneira,

O volume de massas de mercadorias criadas pela produção capitalista é determinado pela escala dessa produção e pela necessidade de sua constante expansão, e não por um círculo predestinado de oferta e demanda, de necessidades a serem satisfeitas. A produção em massa só pode ter como comprador direto, excluindo-se outros capitalistas industriais, o comerciante por atacado (MARX, 2014, p. 155).

Em acréscimo, destacamos que:

Uma leva de mercadorias sucede a outra, até que, por fim, fica claro que a leva anterior só foi aparentemente absorvida pelo consumo. Os capitais-mercadoria disputam entre si um lugar no mercado. Os que ficam para trás, precisam vender abaixo do preço. As levadas anteriores ainda não foram liquidadas, enquanto vencem os prazos de pagamento das mercadorias. Para poder pagá-las, seus possuidores têm de ser declarados insolventes ou vendê-las por qualquer preço. Essa venda não tem absolutamente nada a ver com a situação real da demanda, mas apenas com a *demand por pagamento*, com a necessidade absoluta de transformar mercadoria em dinheiro. Deflagra-se, então, a crise. Ela se mostra não na diminuição imediata da demanda consumptiva, da demanda por consumo individual, mas na diminuição da troca de capital por capital, do processo de reprodução do capital (IBIDEM, grifo do autor).

Para Lukács (2018) a demonstração do processo global da reprodução econômica, em seus três ciclos, ocorre de modo separado apenas por uma necessidade metodológica, para identificar os nexos de cada ciclo, mas que na realidade concreta operam como uma unidade.

Por exemplo, ao assumir uma forma o capital rapidamente busca se despedir para assumir a próxima no seu circuito interno, mas também precisa realizar isso no seu ciclo externo, portanto, circulação e produção são partes de uma unidade, conectadas sobre a relação de compra e venda de mercadorias, desse modo, o capital social realiza esse movimento desmedido que potencialmente tende a provocar uma crise²³, tendo em vista que o caráter da produção destina-se para a acumulação privada, ou seja, produção capitalista é produção para os mercados, para quem pode pagar por mercadorias.

Além do mais Grespan esclarece um ponto crucial da passagem de um circuito ao outro, demonstrando que não há serenidade, pois:

O problema fica ainda mais complicado levando-se em conta que essas medidas de valor são medidas de *tempo* de trabalho, pelas quais se distinguem até as tarefas de produção e de circulação de mercadorias para capitais envolvidos nos vários ramos de atividade. A coincidência deles numa certa forma funcional do circuito também não implica concomitância das funções simétricas aí entretidas. Um capital individual pode ter de vender mercadorias que o outro capital ainda não tem meios para comprar, ou ter de comprar mercadorias que o outro ainda não pode vender, talvez porque nem sequer as tenha produzido. Na produção capitalista, prazos de venda, de compra e de produção em geral divergem (GRESPLAN, 2019, p.134).

Isso implica compreender ainda mais a fundo algumas questões que rompem com a análise do capital social, pois os capitais individuais possuem composições

²³ “Nas crises do mercado mundial as contradições e antagonismos da produção burguesa se revelam contundentes. Em vez de investigar em que consistem os elementos conflitantes que se patenteiam na catástrofe, os apologistas se contentam em negar a própria catástrofe e, em face de sua periodicidade regular, em insistir em que a produção, se acatasse as lições dos compêndios, nunca chegaria à crise. A apologética então consiste em falsificar as mais simples relações econômicas e especialmente em se aferrar à unidade em face da contradição. [...] Para se demonstrar que a produção capitalista não pode conduzir a crises gerais, negam-se todas as condições e formas distintivas, todos os princípios e diferenças específicas, em suma, a própria *produção capitalista*, e na realidade se demonstra que, se o modo capitalista de produção, vez de ser uma forma especificamente desenvolvida, peculiar, da produção social, fosse um modo de produção anterior a suas manifestações iniciais mais rudimentares, não existiriam os conflitos e contradições que o caracterizam, nem portanto sua eclosão nas crises” (MARX, 1980, p.936). A passagem retirada do livro IV, de *O Capital*, evidencia as mistificações da economia política sobre as relações antagônicas que compõem o modo de produção capitalista. A crise é parte constitutiva do capital e mesmo no alto nível de abstração dos livros I e II são analisadas categorias que possibilitam o entendimento dos curtos-circuitos imanentes ao modo de produção capitalista.

orgânicas diferentes, rotações diferentes, mas realizam um mesmo movimento comum como unidade dos três ciclos de maneira desigual e combinada. Cabe-nos averiguar como isso eleva as determinações formativas para as crises do capital.

2.2 A Rotação do capital

Marx, ao analisar as formas funcionais do capital, seus estágios cíclicos e necessários para a efetivação do mais-valor, nos sinaliza a importância da temporalidade que ocorre durante um processo para outro. Por isso, há a especialização de funções dos capitais, resultado da divisão social do trabalho, para que o capital possa concretizar, no menor tempo possível, o tempo de trabalho explorado e cristalizado nas mercadorias.

Além da produção em grande escala, o modo de produção capitalista pressupõe a venda em grande escala – portanto, a venda ao comerciante, não aos consumidores individuais. Quando esse consumidor é ele mesmo um consumidor produtivo, ou seja, um capitalista industrial (ou, dito de outro modo, quando o capital industrial de um ramo de produção fornece meios de produção a outro ramo), ocorre também (na forma de encomenda etc.) a venda direta de um capitalista industrial a diversos outros. Cada capitalista industrial é, nesse sentido, vendedor direto, seu próprio comerciante, o que ele continua a ser, de resto, quando vende a outro comerciante (MARX, 2014, p.190).

Essa redução de tempo entre produção e circulação tem como base material as constantes revoluções tecnológicas que ampliam e aprofundam a produtividade social do trabalho, assim como, simultaneamente, os métodos de extração de mais-trabalho. Isto figura portanto, “[...] numa sequência temporal” (MARX, 2014, p.201) entre a atividade laboral em ato, a produção de uma mercadoria como um todo e a sua circulação que resulta no processo cíclico de valorização do capital.

Devido ao duplo caráter da mercadoria valor-de-uso e valor-de-troca, Marx também sinaliza que uma determinação também influencia a outra no que tange a pulsão para redução do tempo de produção e circulação.

Se dentro de certo prazo elas não entram no consumo produtivo ou individual, de acordo com sua destinação, ou, dito de outro modo, se não são vendidas em tempo determinado, elas perecem e perdem, com o valor de uso, sua propriedade de serem portadoras do valor de troca. Perde-se tanto o valor de capital nelas contido quanto o mais-valor que foi a ele adicionado. Os valores de uso só permanecem portadores do valor de capital que se pereniza e valoriza quando se renovam e reproduzem constantemente, sendo repostos por novos valores de uso do mesmo ou de outro tipo. Mas a condição sempre renovada de sua reprodução é sua venda em sua forma-mercadoria acabada, ou seja, sua entrada no consumo produtivo ou individual. Para poder continuar a existir numa nova forma útil, eles têm de modificar, dentro de um prazo determinado, sua forma útil antiga (MARX, 2014, p.207).

O próprio confinamento da forma-mercadoria nos almoxarifados por um longo período de tempo pode resultar em perdas, representando uma fonte de crise potencial para o capitalista que não consegue, rapidamente, encontrar os meios e as condições de mercado para vendê-la. Existe, portanto, um limite absoluto nessa fase ou forma, de modo variável entre diferentes setores e tipos de mercadoria. Marx, de maneira perspicaz, consegue identificar na forma mercadoria a demanda por essa relação estreita entre a produção e a circulação capitalista.

Isso difere, por exemplo, quando o capital está encapsulado na forma dinheiro, quando assume a forma de tesouro, e simultaneamente é capital em potencial. Isso permite que seja transformado em outro tipo de investimento ou gasto, para os usos e benefícios do próprio detentor. Porém, a rigor, capital é movimento de expansão do valor, e deve assumir suas formas funcionais para executar seu processo de acumulação.

Portanto, o tempo de curso do capital limita, em geral, seu tempo de produção e, por conseguinte, seu processo de valorização. E os limita, decerto, em relação à sua duração. Mas esta pode aumentar ou diminuir de modos muito diversos e, assim, limitar em graus muito diversos o tempo de produção do capital. Mas o que a economia política vê é a aparência, a saber, o efeito que o tempo de circulação exerce sobre o processo de valorização do capital em geral. Ela toma esse efeito negativo como positivo, porque suas consequências são positivas. Ela se agarra tanto mais a essa aparência porque nela crê encontrar a prova de que o capital contém em si uma fonte mística de autovalorização, que flui na esfera da circulação, independentemente de seu processo de produção e, portanto, da exploração do trabalho (MARX, 2014, p.205).

A visão limitada e unilateral da Economia Política não consegue entender o caráter essencial do valor-trabalho na produção da riqueza, pois está fixada na “fonte mística de autovalorização” na circulação, como Marx sublinha nesse trecho acima.

Até mesmo o processo de circulação de mercadorias está inserido na produção, a produção dos meios de transportes, revelando essa interconexão dos ciclos como do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social para o fim e renovação crescente de uma riqueza estranhada. Desta maneira, romper as barreiras geográficas possui uma demasiada importância para aceleração da rotação do capital. Por isso Marx conseguiu observar em seu tempo que,

Há, no entanto, ramos autônomos da indústria em que o produto do processo de produção não é um objeto novo, uma mercadoria. Dentre esses ramos, o único economicamente importante é a indústria das comunicações, seja ela a indústria do transporte (de mercadorias e de pessoas), seja a da mera transferência de informações, cartas, telegramas etc (MARX, 2014, p.133).

Isto é um retrato da ampliação do circuito do valor, que se ramifica e domina o tecido social. Uma vez que seu movimento é expansivo e, conforme indica Grespan (2012), demonstra aí a própria "subjetividade" do capital, ou seja, a relação consigo mesmo. O que é demonstrável pela observação de que a vida dos trabalhadores depende de ciclos externos a ela, pois têm que esperar as condições de progresso, estagnação ou crise do capital para que sua existência possa ser adaptada, uma vez que a subsistência provém de sua relação salarial com os donos dos meios de produção, que personificam o capital "narcísico" que gira em torno de suas próprias necessidades.

Essa singularidade do sujeito da relação esquadrinha as características de sua composição e movimento. A periodicidade da repetição do movimento do capital está atrelada à finalidade da produção, que não visa a satisfação das necessidades humanas, mas "[...] que o valor se eternize e se valorize como valor de capital" (MARX, 2014, p.237).

O argumento de Marx se desdobra na explicação precisa sobre o que é a rotação:

O ciclo do capital, não como fenômeno isolado, mas como processo periódico, chama-se rotação. A duração dessa rotação é dada pela soma de seu tempo de produção e seu tempo de curso. Tal soma constitui o tempo de rotação do capital. Esta mede, assim, o intervalo entre um período cíclico do valor de capital inteiro e o período seguinte; a periodicidade no processo de vida do capital, ou, em outras palavras, o tempo de renovação, a repetição do processo de valorização e de produção do mesmo valor de capital (MARX, 2014, p.237).

Na sequência, observamos a potencialidade de crise, uma vez que esses capitais possuem tempos de rotação diversos, que não são organizados coletivamente devido à natureza da própria produção capitalista baseada em produtores privados, o que provoca descompassos na relação de compra e venda de mercadorias - vista como unidade necessária para o progresso deste modo de produção. Esses capitais possuem níveis de investimentos muito diversos, o que também faz oscilar sua participação nos mercados para a concretização da massa de mais-valor (mercadorias) posta em circulação.

Em suma, o tempo de rotação é crucial para que o capital, em um ano, possa produzir e vender suas mercadorias. Quanto mais rápido ele executar esse movimento, mais rapidamente alcançará seus objetivos, ou seja, a reprodução ampliada do valor. A influência dessa rotação, diz o autor, também depende do modo

como a organização do capital individual antecipa a compra de seus meios de produção e constitui as forças produtivas.

De antemão, é válido explicar que, mesmo tratando de um "capital geral" sem as particularidades do movimento da concorrência essa dinâmica de rotação, devido ao número de rotações que são geradas²⁴, pode nos sinalizar também uma certa antecipação das crises. Basta observar a diminuição do número de rotações anuais, o que significa que a velocidade do ciclo do capital está sendo retardada e que as condições de circulação/realização do valor apresentam barreiras para a acumulação capitalista.

Para o capitalista que vê o mundo de forma "mística", como diz o velho Marx, a tendência de sua produção é sempre reduzir o tempo de curso e aumentar o número de rotações, para acumular o máximo de riqueza durante o ano. Os métodos que fazem isso, já foram explicitados no primeiro capítulo, no entanto agora, ganham outras determinações da prática cotidiana dos agentes econômicos capitalistas.

Com isso, os capitalistas, para concluir a rotação de seus capitais, dependem da quantidade investida tanto em capital fixo quanto em capital circulante. Nota-se que aquelas características de capital constante e variável ganham outra forma, mas fazem parte da essência com a qual a praxiologia dos capitalistas não guarda qualquer relação com o trabalho morto e trabalho vivo, como Marx descreve. O capital está sempre buscando apagar qualquer vestígio do trabalho como fonte da riqueza e enfatizar uma relação consigo mesmo, do começo ao fim. Este "sujeito" é o produtor e realizador da riqueza capitalista.

Assim voltamos à Marx para entender que o capital fixo é formado pelos meios de produção que:

[...] jamais abandonam a esfera da produção, uma vez que nela tenham ingressado. Sua função os vincula a ela de modo permanente. Uma parte do valor de capital desembolsado é fixada nessa forma, determinada pela função dos meios de trabalho no processo. Com a função e, por conseguinte, o desgaste do meio de trabalho, uma parte de seu valor se transfere ao produto, enquanto outra permanece fixa no meio de trabalho e, portanto, no processo de produção. O valor assim fixado decresce continuamente, até que o meio de trabalho deixa de servir e, assim, seu valor se distribui, durante um período

²⁴ Marx explicita como desenvolveu este cálculo: "Ao ano, como unidade medida do tempo de rotação, chamaremos de R; ao tempo de rotação de um determinado capital, r; e ao número de suas rotações, n; de modo que $n = R / r$. Se, por exemplo, o tempo de rotação, r, for de 3 meses, teremos $n = 12 / 3 = 4$, o que significa que o capital realiza 4 rotações no ano. Se $r = 18$ meses, então $n = 12 / 18 = 2/3$, ou seja, o capital realiza em 1 ano apenas $2/3$ de seu tempo de rotação. Se seu tempo de rotação abarcar vários anos, ele será então calculado por múltiplos de um ano" (MARX, 2014, p.238).

mais ou menos longo, a uma massa de produtos que resultam de uma série de processos de trabalho constantemente repetidos (MARX, 2014, p.240).

O capital fixo tem um sentido particular, uma vez que sofre desgastes a longo prazo à medida que transfere parte do seu valor às mercadorias e também sofre com as ações físico-químicas do próprio tempo. Assim, seu valor integral não é repostado a cada rotação, o que difere, por exemplo, do capital circulante, como a força de trabalho e a matéria-prima, que precisam ser repostos assim que utilizados pelo capital.

No trecho a seguir, notamos como a crise desempenha um papel fundamental nos saltos de investimentos entre capital fixo e circulante, sob a influência da concorrência intercapitalista, visando melhores posições de lucratividade no mercado.

Os meios de trabalho são, em grande parte, constantemente revolucionados pelo progresso da indústria. Eles não são, por isso, substituídos em sua forma original, mas na forma revolucionada. Por um lado, a massa do capital fixo que é investido numa determinada forma natural e tem de perdurar no seu interior durante um determinado tempo médio de vida constitui uma razão para a introdução gradual de novas máquinas etc. e, por conseguinte, um obstáculo à rápida introdução geral de meios de trabalho melhorados. Por outro lado, a luta concorrencial, especialmente quando se trata de revolucionamentos decisivos, força a substituição dos antigos meios de trabalho por novos antes que os primeiros tenham chegado ao término natural de sua vida. São principalmente as catástrofes, as crises que forçam tal renovação prematura dos equipamentos industriais em grande escala social (MARX, 2014, p.252-253).

Nesse contexto, a concorrência entre capitalistas cria entraves no processo de rotação e circulação dos capitais, devido à pressão por aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção das mercadorias. Isso é alcançado por meio de uma maior exploração do tempo de trabalho social e pelo aumento do uso de insumos, ampliando a produção. No entanto, as mesmas forças que aceleram a rotação do capital tendem, em um segundo momento, a retardar o ciclo de reprodução ampliado.

O papel da rotação e da transição de uma forma funcional do capital a outra podem sofrer paralisações geradas pelo próprio caráter desmedido da relação mistificadora da produção de riqueza estranhada e que só pode ser efetivada, paradoxalmente, por dinâmicas opostas, como o ato de compra e venda, que, em sua essência, envolvem o conflito o aumento das forças produtivas e as relações sociais capitalistas que impede a grande massa de produtores a consumirem os resultados do próprio trabalho.

Resta, então, analisar como Marx desdobra esse argumento e explorarmos teoricamente como os esquemas de reprodução evidenciam essa desproporção sistêmica entre a produção e realização, como separação de momentos opostos, mas

necessários para o capital, que é impossível de ser controlado. Assim, podemos entender como as crises tornam-se mecanismo da própria dinâmica do capital.

2.3 Esquemas de reprodução do capital

A partir dos estudos de Marx, podemos compreender a essência das formas usuais e transitórias do capital, bem como seu tempo de produção e circulação, que se manifesta na rotação do capital. Em seguida, identificam-se diversas tendências de curtos-circuitos, ou, mais precisamente, possibilidades estruturais de crises, que ocorrem quando não há a metamorfose do valor e sua valorização, resultando no não cumprimento da funcionalidade do capital.

Em síntese, os aspectos do movimento do capital são revelados por Marx, mas não como um fator decorrente da "natureza" reificada do próprio capital, como os economistas clássicos o concebem de maneira próxima. O que a crítica do velho Marx nos aponta é uma relação social alienada que corresponde a época histórica específica do capitalismo, conservando e expandindo relativamente às características do trabalho em geral. No entanto, destaca que a separação entre o trabalhador e os meios de produção muda tudo e possibilita a dominação abstrata e temporal, quando o produto do trabalho humano domina o próprio produtor.

Neste momento, é válido mencionar que Roman Rosdolsky aponta que essa crítica não está presente apenas nos escritos mais maduros de Marx, mas também naqueles de sua juventude, evidenciando um amadurecimento teórico-metodológico na crítica à sociedade burguesa, mas também uma continuidade de temas ao longo de toda a sua trajetória.

Marx diz: "Assim como o sistema da economia burguesa se desenvolveu gradativamente, o mesmo ocorre com a negação desse sistema, que é seu último resultado". Porém, quão longo, árduo e fatigante revelou-se esse caminho? Foi necessário investigar e expor a história do capital até chegar às suas formas concretas. Mais ainda: foi necessário decifrar passo a passo as formas mistificadas nas quais ele se manifesta, para reencontrar seu verdadeiro conteúdo. Desse ponto de vista, o sistema da economia burguesa constitui ao mesmo tempo uma história da "autoalienação" humana. Não se tratava apenas de descobrir o caráter alienado das categorias econômicas, mas sim de entender como essa "inversão de sujeito e objeto", própria do modo de produção capitalista, era necessário e condicionado por causas reais. O jovem Marx já se havia proposto essas tarefas nos *Manuscritos*

econômicos-filosóficos de 1844. Mas só em *O capital* elas seriam conduzidas até o fim (ROSDOLSKY, 2001, p.364)²⁵.

Marx expressa que o movimento do capital assume uma forma fantasmagórica na realidade concreta, que parece ter pouca relação com o avanço estrondoso do trabalho social, e

Isso aparece com maior destaque na seção das *Teorias* dedicada a Richard Jones: "Já em Ricardo", se diz ali, a análise teórica vai "tão longe que em primeiro lugar desaparece a forma material autônoma da riqueza; esta é considerada apenas como atividade do homem. o que não resulta da atividade humana, o que não demanda trabalho, é natureza e, como tal, não é riqueza social. O fantasma do mundo dos bens se desvanece, e a riqueza material aparece como uma objetivação transitória do trabalho social, uma cristalização do processo de produção cuja medida é o tempo, a medida do movimento" (ROSDOLSKY, 2001, p.363-364).²⁶

A partir dessas observações, podemos sublinhar que a reprodução e a circulação do capital social total, são abordadas por Marx como "capital em geral", acentuando como o mais-valor percorre, dentro das formas reificadas D-M...P...M'-D', um movimento de expansão e realização, carregando consigo a possibilidade disruptiva de crise, tendo em vista a falta das condições necessárias para a realização do valor.

A rigor, Marx está interessado em evidenciar como o capital estabelece uma relação própria, que caracteriza como uma perda de referência com as necessidades humanas da produção e reprodução social e o estabelecimento de métricas para o crescimento do próprio capital, ou seja, o lucro e o juros²⁷. Assim, é que o capital cria uma desproporcionalidade, devido a sua lógica intrínseca que percorre, individualmente, caminhos diversos, ou seja, têm tempos de rotação e composições orgânicas diferentes²⁸.

²⁵ As citações de Marx feitas pelo marxista ucraniano, referem-se, respectivamente, aos *Grundrisse* (MARX, 2011) e ao terceiro livro de *O Capital* (MARX, 2017a).

²⁶ Aqui também é válido frisar que as passagens originais de Marx se encontram nos manuscritos econômicos de 1861-1863, nomeados "Teorias da Mais-valia", no terceiro volume (MARX, 1985).

²⁷ Não obstante, vale dizer que esses elementos só vão aparecer no livro III, quando não está mais ocupado com o "capital em geral". Podemos dizer que aqui há uma antessala para essa discussão, que recebe seus desdobramentos dialéticos conforme o autor continua sua exposição.

²⁸ Na introdução deste capítulo, mencionamos, a partir das considerações de Heinrich (2014) que o material textual do livro II possui aspectos "áridos" em alguns argumentos, principalmente em cálculos e formulações matemáticas usados para explicar algumas das determinações que o autor prussiano estava discutindo. A título de exemplificação, isso se torna evidente nesta seção, o que gerou grandes polêmicas no debate marxista sobre as crises. Ao longo de nossa exposição, buscamos abordar um pouco mais dessa polêmica e defender nossa posição dentro da linha interpretativa que seguimos sobre

"O movimento do capital social consiste na totalidade dos movimentos de suas frações autonomizadas, nas rotações dos capitais individuais" (MARX, 2014, p. 449) e devido a essa mobilidade singular, sabemos que os capitais não estão voltados para suprir as carências humanas. Além disso, para que ocorra a reprodução individual de seus empreendimentos, depende-se de condições de mercado, ou seja, externas ao controle privado. Isso pressupõe que exista idealmente, na cabeça dos agentes econômicos, uma "harmonia" entre compra e venda, oferta e demanda que só pode ser confirmada depois que a massa de mercadorias já foi posta em movimento, a venda. Esse movimento individual, autonomizado dos capitais, leva a um relativo descontrole da totalidade e Marx percebe que as condições para a reprodução se tornam ainda mais complexas. Isso requer que o autor introduza mais elementos na exposição, que ocorre posteriormente no livro III.

Seguramente, isso significa que, na análise dos esquemas de reprodução do capital, há uma abstração de alguns componentes que fazem parte da reprodução das relações capitalistas. Nesse sentido, o papel do crédito, os preços de mercado, a concorrência intercapitalista, o Estado e as sociedades não capitalistas ficam fora do debate oferecido, no atual contexto da elaboração

Essa é a principal crítica que o material ofereceu pelos marxistas no começo do século XX. Como foram os casos de Rosa Luxemburgo (1871-1919), de Bulgakov (1871-1944), de Tugan-Baranovskyi (1865-1919) e até mesmo do jovem Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924), quando trava diretamente sobre as questões do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, da complexificação do capitalismo na Europa e dos caminhos da revolução socialista naquela época. Entre esses pensadores há algumas diferenças e semelhanças na abordagem crítica sobre o livro II de "O Capital", que são apurados por Rosdolsky (2001).

O cerne dessas questões, das quais a mais significativa é a de Luxemburgo (2021), se revela por meio de relativa incompreensão metodológica acerca da exposição gradual de Marx, que se refere aos desdobramentos dialéticos das

o caráter modal da crise na obra madura do velho Marx. Nosso objetivo não é encerrar a discussão nem endossar mais divergências. Além disso, estamos interessados nos aspectos qualitativos que os esquemas de reprodução possam nos oferecer para entender o conteúdo teórico das crises capitalistas. Certamente, apostamos que esse era o objetivo de Marx dentro do seu plano de construir uma "crítica da economia política".

categorias e ao nível das abstrações. O que caracteriza também o carácter modal da crise que estão presentes nos esquemas de reprodução, algo potencial, que pode vir a se concretizar ou não numa crise.

Em suma, Rosa Luxemburgo, assim como outros autores, buscou antecipar discussões com determinações mais concretas, como as já mencionadas - o papel do crédito, das sociedades não capitalistas e do Estado - já nos esquemas de reprodução, o que não era o anseio do Marx. É esta a razão pela qual o modelo exposto propriamente se mostra insuficiente ou pouco funcional para explicar globalmente a realidade capitalista. Portanto, isso justificaria a necessidade de reformular matematicamente o modelo, o que gerou conclusões completamente divergentes das de Marx.

Haja vista, por exemplo, que:

Tugan-Baranovski gostava de levar seus raciocínios a extremos, afundando-se em paradoxos que em nada aprimoraram o valor científico de suas análises. Mas as conclusões do primeiro de Tugan não se diferenciam fundamentalmente do de Bulgakov. Ambos proclamam a autossuficiência da produção capitalista e sua suposta independência em relação ao consumo social. Ambos negam que o impulso na direção dos mercados externos surja de leis inerentes ao capitalismo. Por fim, ambos localizam a origem das crises econômicas, única e exclusivamente, na desproporcionalidade entre os diversos setores da economia. Em todos esses aspectos, ambos são precursores da corrente posterior de economistas marxistas que aceitam a ideia de uma harmonia intrínseca do capitalismo (ROSDOLSKY, 2001, p.391).

Esse tipo de argumentação pressupõe que o problema central do capitalismo para a eclosão das crises resume-se à distribuição da riqueza e às proporções dos meios de produção e da força de trabalho, e equações bem estruturadas seriam capazes explicar a posição de equilíbrio, eliminando assim a necessidade de alterações sociais mais radicais por meio da luta de classes.

Consideramos que certas interpretações decorrem de uma compreensão limitada do método de exposição de Marx. Nesse sentido, Rosdolsky é enfático ao destacar a natureza científica do autor prussiano, ressaltando a importância de entender seu método para captar as nuances e profundidade de sua crítica ao capitalismo:

Se interpretarmos essa metodologia no sentido da ciência positiva (ou seja, se a despojarmos de seu carácter essencialmente dialético), torna-se difícil distinguir o método econômico de Marx e o procedimento conceitual da “teoria acadêmica”, a qual começa por eliminar determinados traços individuais e particulares dos fenômenos econômicos (método da “abstração”) para depois reincorporar, por etapas, esses mesmos traços (método da “concretização sucessiva” ou da “aproximação”). Porém, se esses traços individuais e

particulares são eliminados e depois reintroduzidos sem nenhuma intermediação dialética, cria-se a ilusão de que não existe uma “ponte” qualitativa entre o “abstrato” e o “concreto”. Então se poderá pensar que o modelo teórico contém, simplificados, todos os elementos essenciais do objeto concreto investigado, do mesmo modo que, por exemplo, uma fotografia tomada de grande altura revela todos os elementos fundamentais de uma paisagem, mesmo que na fotografia só sejam visíveis cadeias montanhosas, grandes rios, florestas etc. Se concebemos assim a relação entre o “abstrato” e o “concreto”, ignoramos a necessária “contradição entre a lei geral e relações concretas mais desenvolvidas”. Caímos na ilusão de que a imagem abstrata reflete as condições concretas, sem “mediações”. Esta foi, a nosso ver, a fonte metodológica do erro dos críticos austro-marxistas de Rosa Luxemburgo, os quais esqueceram que as fórmulas abstratas do segundo tomo de O capital só constituem uma “etapa da análise” motivo pelo qual não se pode aplicá-las diretamente à realidade capitalista concreta; essa aplicação exige muitos “elos intermediários”. Em outras palavras: os austro-marxistas mesclaram duas fases diferentes da análise de Marx, e por isso seguiram um caminho falso. Seu desdém pela dialética marxista vingou-se deles (ROSDOLSKY, 2001, p.377-378).

No entanto, devemos levar em conta também os aspectos do limitado ao acesso às obras completas de Marx e Engels no início do século XX, bem como a conjuntura marcada por guerras, tensões políticas e revoluções. Conforme Rosdolsky (2001), a divulgação tardia levou a que esses marxistas não tivessem contato com textos fundamentais como os Manuscritos Econômico-Filosóficos, A Ideologia Alemã, nem os Grundrisse. Ou seja, enfrentaram diretamente a complexa obra de maturidade de Marx, explorando diversos temas e tentando oferecer respostas sobre o enigmático capitalismo em suas respectivas épocas.

Entendemos que nos esquemas de reprodução no livro II, Marx considera os suas diferentes ramos da produção com diferentes composições de capitais - estabelecendo uma relação com o capital fixo (capital constante) e capital circulante (capital variável) - com ênfase em dois grupos: os produtores de meios de produção e os produtores de meios de consumo, também chamados de Departamento I e Departamento II da economia. Essa divisão é expressa da seguinte forma:

$$I. \quad C1 + V1 + MV1 = P1$$

$$II. \quad C2 + V2 + MV2 = P2$$

Sendo C (capital fixo), V (capital variável), MV (mais-valor) e P (mercadoria ou produto), essa inter-relação do capital precisa garantir não apenas o restabelecimento de suas bases concretas de produção, mas também a sua ampliação. Como visto anteriormente, de acordo com Marx, os referidos esquemas visam representar o movimento do capital, significando que: "o processo imediato de produção do capital é seu processo de trabalho e valorização, processo cujo resultado é o produto-

mercadoria e cujo motivo determinante é a produção de mais-valor" (MARX, 2014, p. 449).

Num primeiro momento, Marx aborda a reprodução simples dos capitais, considerando apenas o circuito do capital-mercadoria, com a reprodução das condições de produção e o consumo imediato da mercadoria.

No movimento de $M'...M'$, ao contrário, as condições da reprodução social podem ser reconhecidas precisamente pelo fato de ser necessário demonstrar o que acontece com cada parte de valor desse produto total M' . O processo total da reprodução implica aqui o processo de consumo mediado pela circulação, assim como implica o processo de reprodução do próprio capital. E precisamente, para o objetivo que nos fixamos, é preciso considerar o processo de reprodução do ponto de vista tanto de reposição do valor como da reposição da matéria dos componentes individuais de M' (MARX, 2014, p.496).

Nesse tipo de análise da circulação, tudo que foi produzido, a massa de valor cristalizada nas mercadorias posta em movimento foi vendida e consumida, não há "perturbações" ou "revoluções do valor"; o que poderia até implicar em desenvolvimento de entraves para realização do capital em razão da superprodução.

Mas, as situações de equilíbrio são assim abordadas por Marx:

Supondo a reprodução simples, o esquema encontrará equilíbrio caso $I(v+mv)$ seja igual a $II c$. Caso a soma aplicada em salários e mais-valia no Departamento I for igual à soma aplicada em capital constante do Departamento II, o sistema encontrará automaticamente equilíbrio (BENOIT; ANTUNES; 2016, p. 118).

Segundo Grespan (2012), os números, ou seja, a linguagem matemática que o autor utiliza para demonstrar a situação de equilíbrio, são apenas um artifício expositivo para encontrar as proporções e tornar o modelo mais compreensível. Entretanto, trata-se apenas de um dispositivo de abstração, pois sabe-se que a reprodução do capital não acontece, objetivamente, em escala simples. Em outras palavras, o mais-valor produzido não é totalmente gasto pelo capitalista em seu consumo privado, assim como o salário dos trabalhadores. Portanto, na realidade concreta não há uma situação de equilíbrio contínua.

A exposição de Marx avança com a consideração da reprodução ampliada dos capitais, caracterizando a pulsão do capital por valor como tendência imanente à desproporção entre esses setores da economia.

Com todos os exemplos numéricos e as explicações do funcionamento equilibrado da reprodução ampliada fornecida por Marx, também aqui ele pretende basicamente ilustrar como esta reprodução com acumulação é possível, se as magnitudes de valor relativas nos dois setores guardarem uma proporção adequada (GRESPLAN, 2012, p.158).

Dessa forma, uma situação de equilíbrio pode não ser alcançada ao considerar a reprodução ampliada dos capitais. Isso ocorre devido ao fato de que o estabelecimento da produção e suas interconexões não são formados de maneira prévia, mas apenas após o fato, ou seja, somente depois que os produtos já foram lançados no mercado. A economia depende de circunstâncias fortuitas para encontrar nos mercados os resultados do trabalho alheio, possibilitando a continuidade de um processo individual de produção. O reposicionamento no mercado, em ambos os setores, pode variar de acordo com a taxa de lucro que buscam alcançar no período seguinte²⁹. O meio imanente para alcançar isso é alocar parte do mais-valor acumulado na compra de capital fixo e circulante a fim de aumentar a produtividade de seu empreendimento. Isso significa produzir uma massa maior de mercadorias que carrega consigo a riqueza produzida durante parte do tempo de trabalho explorado dos trabalhadores que foram contratados. Deste modo, com o objetivo de participar na apropriação da massa de mais-valor da riqueza social através dessa superprodução.

Primeiramente, essa desproporcionalidade entre o investimento do mais-valor e sua realização faz parte do processo da lei geral da acumulação capitalista. Para atingir seus fins, a cada período de rotação, os capitalistas, agora divididos nesses dois setores, aumentam a composição orgânica do capital, de acordo com suas necessidades particulares, o que efetiva os processos de trabalho na geração tanto de mais-valor absoluto como de mais-valor relativo durante um período. Porém, à medida que novos limites à acumulação são estabelecidos, o resultado é uma superprodução de mercadorias que não consegue efetivar sua metamorfose, ou seja, não são absorvidas completamente pelos setores, o que estanca o processo de compra e venda. Ao mesmo tempo, oferta e demanda estão desajustadas³⁰, o que só

²⁹ Objetivamente, trata-se da categoria "barreira-limite" como forma de caracterizar o movimento desmedido do capital. Embora ela não seja diretamente exposta em alguma passagem do livro II, essa forma de ser encontra-se presente na estrutura dinâmica e complexa da relação produtiva e reprodutiva do capital. Além do mais, Marx ainda não trabalhou a taxa de lucro com medida direta e reificada da riqueza no capital, elemento que só apresenta-se no livro III.

³⁰ Nota-se que essa exteriorização das desproporcionalidades entre os setores é apenas um passo em direção à concretude. Isso reflete teoricamente o fundamento da economia política na interpretação das crises, principalmente na Lei de Say, visto que é na circulação entre mercadorias que se encontra a causa para o fenômeno, e não se consegue entender a relação social de produção que cria esses conflitos.

pode ser resolvido por meio de uma crise. Grespan nos ajuda a compreender melhor esse conteúdo da exposição marxiana, afirmando que:

Se C_2 não for convenientemente menor que $(V+M)_1$, a parte correspondente a este excesso de valor em meios de consumo produzidos pelo setor 2 não será vendida aos trabalhadores e capitalistas do setor 1, cujo consumo é menor do que deveria, “gerando uma sobreprodução em 2” e fazendo com que este setor não possa se ampliar e talvez sequer se reproduzir em escala simples. E isto, por sua vez, trará subseqüentes dificuldades para que o setor 1 reponha seu capital variável. Em médio ou longo prazo, a reprodução do sistema como um todo será comprometida. É isto que significa “o caso de que, devido à marcha dos processos de acumulação completados na seqüência anterior dos períodos de produção”, ocorra um descompasso no intercâmbio de setores como expressão da perda de medida da produção de cada um na demanda do outro, “compensável somente através de uma grande quebra” - de um crise. Esta última reflete, portanto, uma desproporcionalidade na divisão de valor do capital social, resultado da perda de referência ou da medida recíproca dos dois setores (GRESPLAN, 2012, p.161).

Conseqüentemente, isso também reflete aparentemente uma desproporção do dinheiro em circulação, que não efetiva sua finalidade de mediação no ato de compra e venda de mercadorias, atribuindo um segundo significado à mesma questão, que é o subconsumo.

Na progressão da explicação, o autor faz uma clara referência ao fenômeno das crises, chamando a atenção para o que pode ser considerado uma "pura tautologia" (MARX, 2014, p. 514). Isso significa que existe uma relação intrínseca entre o subconsumo e a desproporção intercapitalista. Na sociedade capitalista, as coisas úteis são transformadas em mercadorias e só podem ser adquiridas por meio da relação de compra e venda. Isso não garante a ampla participação da grande massa da população na partilha dos bens produzidos. A falta de demanda não ocorre porque todas as necessidades foram atendidas e há um excedente de produtos, mas, ao contrário, há um excedente de produtos e uma demanda que não pode ser satisfeita devido às condições de mercado impostas a elas.

E essa desproporção sistêmica não pode ser administrada a longo prazo, pois faz parte da própria incontabilidade do capital, conforme ressalta Paniago a partir das considerações meszarianas:

A natureza contraditória da “racionalidade” do capital se expressa, também, na dinâmica de seu desenvolvimento histórico, que nada tem de linear ou homogêneo, mas está fundada na atuação de tendências e contratendências, as quais, sempre, permanecem sob a orientação do imperativo expansionista do sistema, sendo este um limite intransponível (2012, p.38).

A solução da economia política clássica para tal problema do subconsumo é admitir, portanto, que os trabalhadores estão recebendo salários baixos para consumir as mercadorias, admitindo uma desigualdade, e que o simples aumento do salário poderia, portanto, solucionar a adversidade do encalhe de mercadorias e do não-consumo. Ao longo do texto, Marx se defronta com esses pressupostos, que nada mais são que aprofundamento das mistificações dessa própria realidade econômica. Para o autor: “[...] bastará observar que as crises são sempre preparadas num período em que o salário sobe de maneira geral e a classe trabalhadora obtém, realmente, uma participação maior na parcela do produto anual destinada ao consumo.” (MARX, 2014, p.514).

E complementa:

Já do ponto de vista desses paladinos do entendimento humano saudável e “simples”, esses períodos teriam, ao contrário, de eliminar as crises. Parece, pois, que a produção capitalista implica condições independentes da boa ou má vontade, condições que somente de forma momentânea permitem essa prosperidade relativa da classe trabalhadora e, mesmo assim, somente como prenúncio de uma crise (Ibidem, p.514-515).

O subconsumo, portanto, é uma das manifestações da crise, não sua causa *sui generis*. É, portanto, uma representação na realidade que, de fato, é causada por uma contradição endógena do capital, e não tem a ver com uma questão de “boa ou má vontade” dos capitalistas em pagar salários mais altos ou não. Está relacionado às condições sociais que fundamentam o modo de produção capitalista, cujo objetivo desse “sujeito automático” — o capital —, que se personifica na figura do burguês, é a constante expansão dos lucros. Ele não faz isso de forma isolada, mas em conjunto com todos os seus adversários, tornando, ao mesmo tempo, os limites estreitos demais para efetivar esse movimento.

Assim, passo a passo, com as desproporções que geram o próprio movimento do capital, devido às composições orgânicas diferentes e aos tempos de rotação que não se alinham com os momentos de compra e venda de mercadorias, ocorre uma separação que gera uma disruptividade no movimento do capital, demonstrando sua incapacidade de autonomia excessiva.

Grespan traz uma elucidação importante sobre a questão dos esquemas de reprodução do capital e o nível de abstração de Marx nesse estudo, pois, conforme ele:

[...] alcançar a proporção não é uma problema resolvido artificialmente pelo expositor com suas equações e ilustrações numéricas, e sim um processo

que o capital social efetivamente vive, que o constitui em seu caráter social. A medida adequada de sua divisão resulta deste processo em que o capital aparece como verdadeiro *sujeito*, que tem vida própria e que por isso propõe as “condições do problema e de sua solução”, preside o “arranjo” das quantidades relativas de valor em cada uma de suas partes, oferecendo a si próprio os meios para reproduzir-se em geral e para fazê-lo em escala ampliada. Como vimos, porém, nesta *subjetividade* mesma residem também elementos que impedem a efetivação de suas tendências iminentes a dominar irrestritamente a realidade - no caso ora considerado, a definição da medida adequada para sua reprodução crescente e constante. Tais dificuldades constituem uma nova modalidade de crise, ou melhor, uma apreensão mais complexa e rica do fenômeno das crises (GRESPLAN, 2012, p. 160, grifo do autor).

A natureza social desse arranjo de produtores privados em competição por valor ajuda a entender que não há uma regulação da produção definida pelo conjunto dos capitalistas para estabelecer um “equilíbrio” entre oferta e demanda, nem sobre a distribuição do valor entre as partes da composição do capital. Logo, a desproporcionalidade entre os setores já mencionados é uma tendência imanente do capital e Marx revela a lógica motriz, ou seja, “o movimento do capital social consiste da totalidade de movimentos de suas frações autonomizadas, das rotações dos capitais” (MARX, 2014, p. 449), que depende de uma série de condições para poder fazer coincidir a demanda e a oferta de mercadorias nos mercados.

Portanto, as proporções em que fazem isso não são acordadas, e nem poderiam ser, pois o impulso do capital é alienado. Sendo assim, a demanda é apenas uma estimativa que pode se concretizar ou não. Por isso, os capitais se impulsionam a produzir de maneira desenfreada, uma massa de mercadorias que cristaliza o tempo de trabalho por unidade. Quanto mais produzem e vendem, mais enriquecem, todavia isso não é de antemão garantido em toda e qualquer circunstância social.

Benoit e Antunes colocam de uma maneira esquemática as possíveis condições, dentro do modo de exposição de Marx, as probabilidades de existência de um equilíbrio agora considerando a reprodução ampliada dentro de tais circunstâncias:

1) que $lv + lmv$ seja maior que llc . Esta condição se faz necessária, porque a expansão da produção sob uma escala mais elevada exige uma produção adicional de meios de produção do Departamento I suficiente para atender tanto à nova demanda adicional de I, quanto de II. 2) Que $lc + lv + lmv$ seja maior que $lc + llc$. A quantidade de meios de produção produzidos deve ser superior à quantidade de meios de produção consumidos para que não apenas reponha estes últimos como ainda permita a ampliação da produção. 3) Que $llc + llv$ seja inferior a $lmv + llmv$. Se as receitas de I e II fossem equivalentes ao total dos meios de consumo produzidos e se investissem na sua aquisição, não sobraria mais-valia para acumular como capital. 4) Que $llc + llv + llmv$ seja maior que $lv + llv + lmv1 + llmv1$. Só assim haverá meios de consumo excedentes para os novos operários adicionais que se

incorporarem ao processo de ampliação da produção (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 118-119).³¹

É evidente que essas condições representam apenas a análise de um único capital individual, uma abstração que permite pensar sobre as condições idealizadas em que o capital se reproduz sem perturbações, ou seja, sem crises. Na realidade concreta, as possibilidades de uma crise de desproporcionalidade são maiores do que as situações em que ocorre um equilíbrio. Isso porque a reprodução ampliada depende de diversos fatores que, mesmo sendo exaustivamente explorados nas equações marxianas, não leva a uma conclusão de equilíbrio absoluto. Isso se deve ao fato de que a organização social da produção de valor e mais-valor não visa a satisfação das necessidades humanas, mas sim a soma de interesses privados dos detentores dos meios de produção para enriquecimento próprio.

O caráter histórico-social da riqueza no capitalismo, conforme destacado por Postone (2014), é temporal e não está diretamente relacionado ao valor-de-uso, portanto, as crises são inevitáveis e fazem parte da composição do sistema capitalista, sendo condicionadas em momentos de crescimento da acumulação. Assim, o momento de declínio do ciclo do capital é a manifestação imanente da crise, já em curso.

As leis analisadas por Marx nos Livros I e II revelam subjacentemente as crises do capital, ainda que como um estatuto lógico de possibilidade e ele reside na face negativa do capital que caminha simultaneamente com as condições positivas de produção de valor que o capital desenvolve. A crise não surge como uma mera "eventualidade", momentânea, mas, ao contrário, emerge *pari passu* com a lei geral da acumulação capitalista, originando-se, assim, de suas contradições lógicas e históricas.

Os ciclos econômicos apresentados no livro segundo, expõe que o capital aparece como movimento de autovalorização, de maneira fetichizada, como impulso à produção e realização do valor excedente, como se fosse fruto do próprio capital, exemplificando que de um lado entra dinheiro, na forma de capital-monetário, e no final a mesma forma reaparece com um valor adicional, como diferença quantitativa.

³¹ Os autores justificam que " $lmv1 + lmv1$ " é parte do valor excedente atribuído à compra e à aquisição de força de trabalho adicionais. Pode ser visto em nota de rodapé de número 115 contida na página 119 (BENOIT; ANTUNES, 2016).

No entanto, Marx explica que para isso, é necessário percorrer outros ciclos, assumir outras formas necessárias para o capital chegar ao seu objetivo.

Dessa forma, com a repetição cíclica das formas reificadas, o capital assume a aparência de autossuficiência, aparentando se autovalorizar. O trabalho vivo - fonte imprescindível para efetivação dessa relação - é visto apenas como um meio subordinado ao capital para alcançar esse objetivo, sem que as condições plenas de consumo dessa massa de trabalhadores sejam garantidas para sua reprodução. Assim, o capital intensifica suas apostas a cada ciclo de rotação e circulação, buscando se tornar ainda mais autônomo.

Dessa maneira, é possível entender que esse movimento gera condições disruptivas, ou seja, interrupções na transferência de valor em qualquer etapa do ciclo do capital (D-M...P...M'-D'). Em qualquer momento, pode ocorrer um colapso que inviabiliza a continuidade da rotação do capital.

As conclusões preliminares que podemos alcançar até o momento ainda são parciais. No entanto, foi visto que:

1. O tema da crise transborda das análises de Marx, na medida em que extrai e analisa as categorias dialeticamente, revelando sua face tanto positiva quanto negativa, no decorrer da exposição nos Livros I e II;
2. As condições de crise são demonstradas como potenciais curtos-circuitos gerados pela autonomização de categorias e momentos opostos e complementares na produção e realização do valor. Portanto, não são ocasionais, mas inerentes à atuação do capital, que se caracteriza como uma produção desmedida de riqueza reificada, posta pela modalidade mediadora do trabalho (abstrato) que encarna em categorias econômicas.

Essas conclusões sumarizadas carecem de outras determinações, que são analisadas no livro III, para o qual nos encaminhamos no terceiro capítulo.

3 A MUDANÇA DE MODALIDADE: CRISE COMO EFETIVIDADE NO TERCEIRO LIVRO DE "O CAPITAL"

Neste terceiro capítulo, buscamos novas determinações do conteúdo da crise presente na obra madura de Marx, observando principalmente o salto qualitativo de sua exposição, que começa a tratar de temáticas que, antes, estavam abstraídas, mas de modo algum foram ignoradas pelo autor.

A primeira impressão que muitos podem ter ao se deparar com o livro III, que ostenta o subtítulo "O Processo Global da Produção Capitalista", é que finalmente encontraremos as respostas definitivas e uma "causa da crise". No entanto, gostaríamos de adiantar que nossa leitura não resultará em uma conclusão tão direta. Em vez disso, descobriremos uma série de pistas que revelam a irracionalidade intrínseca à suposta "racionalidade" do capital, resultado da relação social fetichizada que, de fato, é o motor por trás da formação das crises.

Marx desenvolve a exposição das novas categorias aproximando-se ainda mais das formas concretas do capitalismo, com a abordagem da concorrência entre os capitais, dos preços, dos custos, do crédito, do lucro e dos juros. Essas são formas representativas da auto mensuração do capital, que ao mesmo tempo, são formas mistificadas do capital em seu movimento real-concreto.

Em outras palavras afirma, Postone:

O movimento da apresentação de Marx entre os Livros I e III d' O capital deveria, portanto, ser entendido não como um movimento de abordagem da "realidade" do capitalismo, mas como abordagem de suas múltiplas aparências superficiais. Marx não prefacia o terceiro volume com uma afirmação de que vai examinar um sistema capitalista completamente desenvolvido nem afirma que vai introduzir um novo conjunto de aproximações para compreender mais adequadamente a realidade capitalista. Pelo contrário, ele declara que "as várias formas de capital, tal como deduzidas neste livro, abordam passo a passo a forma que assumem na superfície da sociedade, na ação de diversos capitais uns sobre os outros, em competição, e na consciência comum dos próprios agentes de produção". Enquanto a análise de valor de Marx no Livro I é a análise da essência do capitalismo, sua análise do preço no Livro III examina como essa essência aparece na "superfície da sociedade" (POSTONE, 2014, p.159).

Neste movimento, as crises não são mais apresentadas como uma potência no capitalismo, mas sim como um fenômeno efetivo que faz parte do ciclo do capital, caminhando sincronicamente com seu desenvolvimento e manifestando-se de tempos em tempos. Essa diferenciação na exposição do autor em relação aos dois outros livros anteriores é evidente.

No entanto,

Como se sabe, já no Livro I de O capital, Marx cumpre a tarefa de apresentar as leis gerais de desenvolvimento da sociedade capitalista. Entre as leis identificadas por Marx, interessa-nos particularmente aquelas por intermédio das quais o autor procura dar conta do caráter expansivo da acumulação capitalista. Ou seja, concentramo-nos aqui na demonstração de que a produção capitalista é caracterizada, por sua própria organização interna, por um movimento dinâmico necessariamente expansivo. São basicamente três as tendências identificadas por Marx: (1) a tendência à concentração de capital; (2) a tendência à centralização do capital; e (3) a tendência ao aumento da composição do capital (BONENTE, 2016, p.50).

A exposição marxiana conserva e avança em elementos da análise sobre a forma de ser dessa sociedade produtora de valores-de-troca. "Em suma, essa sociedade, mesmo sendo resultado da articulação espontânea entre atos teleológicos, possui uma dinâmica que escapa ao controle de, enfatize-se, todos os sujeitos" (BONENTE, 2016, p. 60).

Como se sabe, o livro III também não foi concluído por Marx, apresentando um caráter fragmentário e não conclusivo em algumas passagens. No prefácio deste terceiro livro Engels expõe o seu trabalho de edição, que teve início em 1885, (e retrata as inúmeras dificuldades técnicas, desde o entendimento da letra de Marx nos cadernos-rascunhos) até aquelas de caráter teórico, próprias dos temas apresentados.

Somente, em 1894, a parte final da crítica de Marx, revista por Engels, chegou ao público. A partir desse momento, a tradição marxista desdobrou inúmeras interpretações sobre os livros de Marx, e especificamente o terceiro. Isso ocorreu devido à abordagem mais clara do tema da crise capitalista no texto. É possível observar que na famigerada seção III do Livro III, cujo título sinaliza "A lei da queda tendencial da taxa de lucro", é a fonte das pesquisas de muitos estudiosos, como Paul Sweezy (1983), Michael Roberts (2016a), Carchedi (2017) e muitos outros. Eles revelam a importância da lei tendencial da taxa de lucro para a compreensão das crises do capitalismo, mas acabam apresentando-a como causa, e não como manifestação da crise. As divergências interpretativas entre os principais autores marxistas são detalhadas nas pesquisas de Carcanholo (1996) e Miranda (2011), que se debruçam sobre alguns grupos de autores que partem dessa perspectiva da causalidade das crises a partir da lei tendencial da queda da taxa de lucro.

Interessa-nos salientar que o objetivo do terceiro livro de Marx é "descobrir e expor as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo" (MARX, 2017a, p.53). De acordo com Lukács (2018), as

descobertas antecedentes nos livros I e II nos permitem adentrar nos nexos mais essenciais da sociedade capitalista, onde as leis gerais da acumulação e do mais-valor são desveladas, mas é apenas no livro III que se torna possível observar como a lei do valor-trabalho opera, de modo diferente, na superfície da sociedade capitalista, onde os agentes econômicos disputam no mercado mundial a produção, realização e apropriação do máximo de mais-valor, porém em outras formas: lucro, juros e renda.

Ainda com base nas formulações feitas pelo filósofo húngaro acerca do caráter ontológico da abordagem crítica de Marx:

Trata-se, antes, de assimilar, também nesse caso, a concepção marxiana da realidade: ponto de partida de todo o pensamento são as manifestações factuais do ser social. Isso não implica, porém, nenhum empirismo, embora, como já vimos, este também possa conter uma *intentio recta* ontológica, ainda que incompleta e fragmentária. Todo fato deve ser visto como parte de um complexo dinâmico em interação com outros complexos, como algo que é determinado, tanto interna como externamente, por múltiplas leis. A ontologia marxiana do ser social funda-se nessa unidade materialista-dialética (contraditória) de lei e de fato (incluídas naturalmente as relações e as conexões). A lei só se realiza no fato; o fato recebe determinação e especificidade concreta do tipo de lei que se afirma na intersecção das interações. Se não se compreendem tais entrelaçamentos, nos quais a produção e a reprodução sociais reais da vida humana constituem sempre o momento preponderante, não se compreende nem sequer a economia de Marx (LUKÁCS, 2018, p.338).

À vista disso, é válido mencionar uma formulação de Marx escrita nos rascunhos de 1857-1858, mais conhecidos como Grundrisse, que ressalva: "O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade" (MARX, 2011, p. 54). Ao longo de seus estudos e descobertas que compõem sua "crítica da economia política", percebe-se como a lei do valor-trabalho opera em diversas instâncias dessa complexa e dinâmica concretude que é a moderna sociedade burguesa. Portanto, sem a sequência expositiva mais abstrata que antecede o livro III, não seria possível identificar a especificidade histórica das relações sociais que produzem uma riqueza alienada do produtor.

Para Marx, o conjunto de determinações que representam o modo de produção capitalista é fundamentado em uma lógica de produção e acumulação, sempre crescente de valor e mais-valor, ou seja, em que a generalização do mundo das coisas - mercadorias - aliena as qualidades e especificidades do mundo dos homens³².

³² Não obstante, essa posição encontra respaldo nas obras de juventude de Marx, como evidenciado nos "Manuscritos Econômicos-Filosóficos" de 1844. Nessa passagem, o autor já observa a dinâmica alienada na sociedade burguesa na produção de mercadorias: "O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo

A categoria valor nada mais é [...] do que a expressão social do fato de que nesta sociedade os sujeitos são reduzidos a trabalho. O trabalho, se não é a única forma de socialização, é a fundamental, básica, incondicional, da qual todas as outras dependem, e sem a qual os sujeitos perdem não só a sua sociabilidade, mas também a sua humanidade e, no limite, sua existência física. O valor, na teoria de Marx, é esse poder exclusivo da espécie humana, esse notável poder social de associação, o trabalho social, que, emergindo na história nas circunstâncias em que o fez – e que poderiam ter sido outras, quem sabe – constitui-se em poder que escapa ao controle dos sujeitos e, mais do que isso, os subordina à sua lógica. E por isso tem de se apresentar como valor, como poder das coisas, em lugar de força diretamente social dos sujeitos (DUAYER apud BONENTE, 2016, p.60).

Como dito, o terceiro livro demonstra as leis de tendência do modo de produção e circulação capitalistas na sua profunda imbricação para realizar o valor e o papel das crises na sua explicação mais rica de conteúdo. Sua face concreta e efetiva é discorrida não apenas como um fenômeno isolado de desvalorização e quebra de capitais - manifestações da crise econômica -, mas como um movimento necessário à constituição genética do capital. Portanto, o fenômeno da crise e suas tendências aceleram e também freiam o desenvolvimento do próprio sociometabolismo do capital.

A complexidade do terceiro livro expõe um grau ainda mais intenso de estranhamento nas relações sociais capitalistas. Segundo Fausto, o fetiche do capital é uma parte real e objetiva de sua estrutura, na qual o capital é capaz de se autovalorizar e automensurar, aparentando uma autonomia em relação ao trabalho que cria valor. Isso é percebido na superfície da sociedade como uma "lógica da essência reduzida" (2021, p. 96), que suprime o conteúdo ontológico da relação entre seres humanos e transparece uma relação entre coisas. Ou seja, o capital permeia toda a relação, como uma mera diferenciação quantitativa (D-M-D'), sendo apresentado de forma política-ideológica como uma "naturalização" dessa relação econômica. É justamente essa relativa autonomia que faz surgir as crises para Marx, não decorrendo do caráter eventual da circulação de mercadorias, mas das contradições que o próprio capital impõe ao seu desenvolvimento.

Assim, podemos observar que o autor era completamente contrário e um crítico radical desses postulados ocasionais da formação das crises e da operação do capital como sua própria potência separada do trabalho. Para Grespan, é notável que:

das coisas (Sachenwelt), aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalhador não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral" (MARX, 2010b, p. 80).

De fato, ao redigir *O capital*, Marx chega a falar da constituição de um “modo de representação capitalista”, em flagrante correspondência com o “modo de produção capitalista”, limitando o nível de consciência que os agentes podem e devem ter e delineando a forma pela qual o “algo real” é “representado realmente”. [...] trata-se de uma inversão que, antes mesmo de ser percebida, é operada pelo “modo de produção” do capital em um âmbito da sociabilidade de que não se tem consciência (GRESPLAN, 2019, p. 9-10).

Na operação do capital individual, a busca pelo máximo de lucro e a redução de custos são exigências imanentes do processo de concorrência, de modo que não diferencia o comportamento de seus semelhantes, ou seja, frações autonomizadas que competem no mercado mundial. Mesmo que atuem em outros ramos e participem do butim do mais-valor de maneira diferente, a mesma lógica prevalece, ou seja, a crescente acumulação.

De acordo com Miranda (2018), a expansão do capital para outros mercados - no espaço geográfico - reflete gradualmente a predominância da produção generalizada de mercadorias e a acumulação de dinheiro, enquanto representações do trabalho humano abstrato, como a operação, a nível mundial, das tendências do capital expressas na lei do valor-trabalho de Marx.

O movimento do capital não se limita a lidar com a sua situação de equilíbrio entre produção e circulação, mas a dar conta do fato dos capitais em concorrência não se apropriarem da integralidade do valor que produzem. Eles não vendem suas mercadorias pelos valores, mas sim pelos preços de mercado. Além disso, existem diversos ramos com diferentes composições orgânicas e técnicas da produtividade de valor, bem como tempos de rotação diferentes, o que revela uma relação profundamente mais complexa.

Esses preâmbulos são essenciais para entender as principais tendências de formação das crises, tanto na exposição de Marx quanto na realidade concreta. Eles também ajudam evitar cair na vulgata do “modo invertido” (MARX, 2017a) presente em outras abordagens teóricas sobre o tema.

3.1 A riqueza sob nova roupagem: a mudança do mais-valor para o lucro

Nas discussões anteriores, exploramos um conteúdo sobre a crise que ainda era bastante abstrato, mas que revelava o caráter desmedido estabelecido pela

produção e circulação capitalista, analisados em instâncias diferentes. Grespan resume essa questão de forma muito precisa:

A crise é a manifestação da impossibilidade da mera autonomia; é a desproporcionalidade que evidencia a necessidade do “entrelaçamento” proporcional no intercâmbio dos setores; é a emergência da “unidade interna” que revela a indiferença entre eles como algo parcial e, portanto, que eles não são diversos, exteriores um ao outro, mas postos na diferença pela unidade, ou seja, opostos. Por isso, a combinação das medidas, estabelecidas originalmente em cada setor de modo autônomo, se apresenta na crise enquanto combinação de medidas de opostos: a crise se define como o momento em que as medidas autônomas se opõem, como contradição de medidas ou, na terminologia da Ciência da lógica de Hegel, como desmedida. É justamente porque a crise expõe a oposição possível dos setores, que ela explicita a necessidade da diferenciação deles enquanto momentos da unidade do capital social; ou melhor, explicita o lado perverso desta necessidade, que determina a possibilidade do seu intercâmbio não corresponder à medida social adequada à reprodução. É neste sentido que a desmedida não é simples acaso, contingência exterior ao sistema capitalista, e sim resultado da necessidade presente na constituição deste sistema enquanto totalidade – do capital enquanto sujeito (GRESPLAN, 2012, p.165).

Marx estabelece uma demonstração das formas representativas que o capital utiliza para operar o seu movimento de autovalorização e há, portanto, uma clara desmedida que se estabelece entre “[...] o que a mercadoria custa para o capitalista e o que custa a produção da própria mercadoria são duas grandezas distintas” (MARX, 2017a, p.54). Dessa maneira, o capitalista adianta seu capital-monetário na aquisição de trabalho vivo (capital circulante) e trabalho morto (capital fixo) por um determinado tempo, isso compõe parte do preço de custo (P) para a produção de uma nova mercadoria (M')

Para o capitalista esse mais-valor, cristalizado em (M'), não lhe custou nada, mas só porque de fato custou ao trabalhador o tempo de trabalho não pago. O valor-capital, por conseguinte, detém uma representação específica que é o preço de custo. Portanto: “O custo capitalista da mercadoria se mede pelo dispêndio de *capital*, e o custo real da mercadoria, pelo dispêndio de *trabalho*. (MARX, 2017a, p.53). A expressão matemática apresenta-se como $M = p$ (preço de custo) + m , diferentemente do que foi visto nos níveis de abstração antecedentes $M = c + v + m$.

A dinâmica intrínseca ao processo capitalista de produção instala na consciência dos capitalistas³³ a percepção de que tudo é permeado pelo capital,

³³ Uma interessante passagem Fausto traz à análise a consciência limitada da economia política sobre a relação dialética entre “aparência” e “essência” das relações sociais. Neste sentido o “fetichismo” é a produção ideal de uma realidade invertida, e assim, o autor demonstra que: “Apesar da utilização de uma outra linguagem, Smith e Ricardo distinguem, sem dúvidas, essência e aparência. No entanto,

desde o início até o final desse percurso. Nesse contexto, surge a necessidade de reconfigurar continuamente essa relação após cada etapa: compra, processo produtivo e venda. Esse movimento cíclico evidencia a imperativa demanda de expandir e preservar as formas reificadas. Como Marx tão claramente elucidou:

Assim, no que diz respeito ao cálculo do preço de custo, essa diferença entre capital fixo e capital circulante confirma apenas a origem aparente do preço de custo a partir do valor-capital despendido ou do preço que os elementos de produção gastos, incluindo o trabalho, custaram para o próprio capitalista. Por outro lado, no que diz respeito à criação de valor, a parte variável do capital desembolsada em força de trabalho é aqui, sob a categoria de capital circulante, expressamente identificada com o capital constante (a parte do capital consistente em materiais de produção), **consumado, assim, a mistificação do processo de valorização do capital** (MARX, 2017a, p. 59, grifo nosso).

Nesse contexto, o excedente de valor aparenta ser uma consequência direta da estratégia adotada pelo capitalista individual, que se manifesta como uma discrepância quantitativa entre o investimento inicial, ou seja, o montante desembolsado para produzir uma mercadoria, e o retorno obtido com sua venda – em outras palavras, o lucro gerado pela circulação. No entanto, essa consequência é, para os atores econômicos, uma espécie de ilusão, não no sentido de que não exista de fato, mas, ao contrário, no sentido de que sua presença encobre as relações essenciais que coexistem no âmbito da vida cotidiana. Trata-se, portanto, de uma forma "representativa" do capital, no sentido como o faz a pele do corpo.

Dessa maneira, estabelece-se uma relação intrínseca do capital consigo, em conjunto com suas representações de valor, as quais tendem a obscurecer qualquer vestígio do trabalho humano como a principal fonte geradora de riqueza (valor) no sistema capitalista. Conforme evidenciado na citação anterior, para o capitalista, qualquer parcela de seu capital é vista como ativa na geração de valor excedente, que, por sua vez, resulta em lucro. Portanto, a mercadoria força de trabalho pode ser

para além de outras insuficiências, os dois permanecem aquém da lógica do conceito, daí a 'fetichização' *aufklärer*. Pode-se dizer que, em ambos, a essência não se apresenta como movimento, mais precisamente como movimento 'suprimido'. O entendimento interiorizante, que corresponde à economia clássica, representa assim a lógica da essência 'petrificada' sob uma forma não dialética e, no entanto, 'racional' (*verständige*). Uma espécie de lógica da essência em que se colocaria entre parênteses a dialética. O entendimento exteriorizante - utilizemos, por ora, esses termos - da economia pré-clássica vai, por sua vez, na direção do sensível, do imediato, em geral. Ele converge, assim, com a lógica do ser. Mas trata-se, igualmente, de uma lógica do ser 'des-dialetizar'. De fato, a lógica do ser se caracteriza por introduzir determinações aparentemente autônomas (isto constitui sua imediatidade), que passam, apesar delas, ao seu contrário. O conjunto da tradição econômica tem, portanto, algo a ver com uma lógica do ser imobilizado e com uma lógica da essência reduzida" (FAUSTO, 2021, p.95-96).

dispensada à medida que os gastos relacionados a ela se tornam supérfluos ou onerosos para a contabilidade do capitalista. Isso significa que os custos com salários (capital circulante) podem ser reduzidos mediante um investimento mais substancial em máquinas e equipamentos (capital fixo), visando o aumento da produção de mercadorias.

É relevante destacar que essa lógica também reflete, mais uma vez, o caráter pessoal - como um feitiço - que o capital assume. Em outras palavras, sua atuação ativa é análoga à de um trabalhador, e como tal, merece ser remunerada. Portanto, o lucro representa a recompensa pelo "trabalho" realizado pelo capital.

A rigor, observa-se que a realização do mais-valor de uma determinada mercadoria precisa reproduzir o dispêndio de dinheiro para a materialização dos elementos de produção reunidos e adiantados, como também, aumentar o valor do capital. Portanto, o lucro é o excedente de valor na forma representativa do capital total, e sua figura matematicamente pode ser vista como $M = p + l$ ou de outra forma $M = c + v + m = p + m$.

Na letra do autor isto significa:

O lucro, tal como ele se apresenta aqui, é, então, o mesmo que o mais-valor, apenas numa forma mistificada, que, no entanto, tem origem necessariamente no modo de produção capitalista. Pelo fato de que na formação aparente do preço de custo não se percebe qualquer diferença entre capital constante e capital variável, a origem da alteração de valor que ocorre durante o processo de produção precisa ser deslocada da parte variável do capital para o capital total. Uma vez que num pólo o preço da força de trabalho aparece na forma transformada do salário, no pólo oposto o mais-valor aparece na forma transformada do lucro (MARX, 2017a, p.62).

As mercadorias podem ser vendidas abaixo do seu valor-mercadoria, o que significa que não realizam integralmente o mais-valor produzido. Por exemplo, um produto com um preço de custo de R\$500, mesmo que seu mais-valor (M') real seja de R\$600, é possível que seja vendido por R\$590 ou R\$520. No entanto, mesmo nessas circunstâncias, ainda gera um lucro, que é o valor excedente para o capital. Marx se refere a isso como a "ação prática desses preços intermediários" (ibidem), que ocorre no processo de concorrência entre os capitais nos mercados. Por conseguinte, as condições de mercado não são plenamente estáveis, mas sim altamente voláteis, devido à constante influência dos outros capitais na busca pela venda das mercadorias.

Para Marx, seria equivocado assumir que todas as mercadorias são vendidas pelo seu preço de custo, ou seja, realizando uma reprodução simples. Da mesma

forma, não se pode concluir que todas as mercadorias são vendidas pelo seu valor total. Existe, portanto, uma desproporção de tipos diversos de composições orgânicas do capital que levam ao mercado mercadorias com diferentes quantidades de tempo de trabalho social investido e que se realizam em períodos também distintos.

De modo que todas as partes do capital são admissíveis para a produção de mais-valor na consciência do capitalista e o desdobramento do cálculo do lucro resulta na taxa de lucro. Isso ocorre porque "esse excedente encontra-se numa proporção em relação ao capital total, que se expressa na fração m/C , onde C significa o capital total. Assim, obtemos a taxa de lucro $m/C = m/C+v$, em contraste com a taxa de mais-valor m/v " (MARX, 2017a, p. 68).

Nesse contexto, obtemos uma métrica para uma mesma grandeza que ocorre simultaneamente, mas em relação a qualidades substantivas diferentes que representam duas abordagens opostas para calcular o valor excedente. Em outras palavras, Marx destaca com clareza que a lei do valor-trabalho opera na sociedade capitalista, mas de forma enigmática, como apontado por Flávio Miranda: "[...] nessa concepção, o mundo não se limita apenas aos fenômenos empiricamente observáveis, mas também inclui mecanismos causais que atuam nos bastidores" (2018, p. 181).

Para os economistas e os agentes econômicos, a mera presença física do capital em circulação nos mercados, operando de acordo com suas regulamentações, é suficiente para afirmar que não existe qualquer conexão com o trabalho como fonte geradora de valor. Em outras palavras, o capital é considerado como uma entidade autônoma na criação de mais-valor. Isso significa que a crítica da economia política de Marx revela, como já destacado anteriormente, uma importância fundamental na crítica da realidade social burguesa. Através dessa crítica-ontológica³⁴, é possível examinar e questionar os pressupostos metodológicos e a compreensão dessa realidade por parte da ciência econômica burguesa, a qual frequentemente se envolve em mistificações e até mesmo aprofunda equívocos.

³⁴ A análise de Mário Duayer é precisa ao abordar o significado da crítica na obra de Marx: "Retomando a afirmação categórica – crítica de fato é crítica ontológica. Não só na teoria, mas também nas disputas do cotidiano, as diferenças de posição, quando substantivas, se resolvem em diferenças ontológicas. Em um parêntesis, para definir de forma sintética, já que o peso do argumento recai sobre ela, diria que a ontologia diz respeito ao ser das coisas. Nesse sentido, afirmar que disputas teóricas se resolvem em diferenças ontológicas é dizer que elas dependem no fundo das distintas concepções sobre o ser em que as posições controversas se baseiam." (DUAYER, 2012, p.39)

Dessa relação invertida deriva necessariamente, já na mais simples relação de produção, a representação errônea correspondente, uma **consciência deslocada** [*Transponiertes Bewusstsein*] que continua a se desenvolver por meio de transformações e modificações do processo de circulação propriamente dito (MARX, 2017a, p. 71, grifo nosso).

Como pode ser observado, existe, portanto, uma "consciência deslocada" (ibidem) por parte dos agentes econômicos em relação aos aspectos positivos do capital, ou seja, em relação ao seu processo de acumulação, no qual as condições plenas para sua reprodução e expansão ocorrem independentemente da quantidade de trabalho humano vivo incorporada no processo de produção e de quem consumirá ou não essas mercadorias. A formação das crises se apresenta como uma possibilidade potencial, especialmente neste momento, considerando ainda o debate sobre a perda de referências que leva à autonomização do capital.

Na superfície da sociedade nota-se que isso ocorre de modo mistificado que como diz Marx (2017a,p.74) “[...] aparenta provir de qualidades ocultas que lhe são próprias”. Desse modo, se o objetivo da produção capitalista é a valorização do valor e sua medida é desenvolvida com relação consigo enquanto capital, podemos observar o aprofundamento da desmedida entre produção de valor excedente e produção de lucro.

Torna-se de extrema importância citar uma passagem de Marx em seus Grundrisse, pois isso revela os obstáculos que foram desenvolvidos pelo próprio capital e que não são meramente "eventuais" para a formação das crises.

A criação de *mais-valor absoluto* pelo capital - mais trabalho objetivado - tem por condição a ampliação do círculo da circulação, e ampliação constante. O *mais-valor* criado em um ponto requer a criação do mais-valor em *outro* ponto, pelo qual possa se trocar; mesmo que, de início, seja só produção de mais ouro e prata, mais dinheiro, de maneira que, se o mais-valor não pode ser reconvertido imediatamente em capital, na forma do dinheiro ele existe como possibilidade de capital novo. Por essa razão, uma condição da produção baseada no capital é a *produção de um círculo sempre ampliado da circulação*, seja o círculo diretamente ampliado *ou sejam* criados nele mais pontos *como pontos de produção*. Se a circulação aparecia de início como magnitude dada, aqui ela aparece como magnitude movida e expandida pela própria produção. Em seguida, ela própria já aparece como um momento da produção. O capital, portanto, da mesma maneira que, por um lado, em a tendência de criar continuamente mais trabalho excedente, tem a tendência complementar, por outro, de criar mais pontos de troca; considerado aqui do ponto de vista do mais-valor *absoluto* ou do trabalho excedente, de causar mais trabalho excedente como complemento de si mesmo; no fundo, de propagar a produção baseado no capital ou o modo de produção que lhe corresponde. A tendência de criar o *mercado mundial* está imediatamente dada no próprio conceito de capital. Cada limite aparece como barreira a ser superada. De início, o capital tem a tendência de submeter cada momento da própria produção à troca, e de abolir a produção de valores de uso imediatos que não entram na troca; justamente a tendência de pôr a produção baseada

no capital no lugar de modos de produção anteriores, do seu ponto de vista, espontâneos e naturais. O *comércio* não aparece mais aqui como uma função operando entre as produções autônomas para a troca do seu excedente, mas como pressuposto e momento essencialmente universais da própria produção (MARX, 2011, p. 332, grifo do autor).

Segundo Marx, os "limites" do capital representam sempre a diferença entre o valor inicialmente investido e o valor efetivamente produzido no processo de produção. No entanto, essa diferença se manifesta como uma quantidade externa ao próprio capital. Dessa forma, esses "limites" se transformam em "barreiras", ou seja, uma quantidade de valor que o capital precisa "superar" para concretizar seu crescimento ou reprodução ampliada por meio da apropriação de mais-valor. Essa dinâmica representa uma espécie de métrica interna do próprio capital, caracterizada pela contínua reposição dessas barreiras a serem ultrapassadas, o que também reflete sua capacidade infinita de acumulação. Nesse sentido, observa-se o caráter intrínseco do capital em direção a uma tendência à superprodução de capitais, apresentado no Livro I.

No entanto, como já mencionado, a métrica fundamental para o capital é o lucro e a taxa de lucro, que são representações deturpadas da riqueza gerada pelo trabalho social. Assim, o dinheiro ganha cada vez mais importância, como o poder social, quantitativo para efetivar essa riqueza e auxiliar na intermediação do progresso da produção.

Conforme afirma Postone:

Com a expansão da circulação, tudo passa a ser conversível em dinheiro, que se torna um nivelador social radical. Ele encarna uma forma nova e objetivada de poder social que é independente do *status* social tradicional e pode se tornar o poder privado de indivíduos privados (POSTONE, 2014, p.305).³⁵

Os investimentos para a formação de um capital produtivo advém do quanto de "poder social" que o comprador de mercadorias detém para adiantar e formar os meios de produção para dar início a sua atividade econômica. Essa é "[...] a verdadeira base

³⁵ Identificamos um pequeno erro na construção da frase citada, pois acreditamos que a melhor abordagem seria: "Com a extensão da circulação, tudo passa a ser convertível em dinheiro, o que se torna assim um nivelador social radical. Incorpora uma nova forma de poder social objetivada que é independente do status social tradicional e pode se tornar o poder privado de indivíduos privados." (tradução nossa). Assim, iremos reproduzir o mesmo trecho na versão original para que não exista nenhuma dúvida ou intercorrência a respeito. "With the extension of circulation, everything becomes convertible into money which thereby becomes a radical social leveler. It embodies a new, objectified, form of social power that is independent of traditional social status and can become the private power of private individuals" (POSTONE, 2006, p.266-267).

de sua composição orgânica” (MARX, 2017a, p. 180), assim como, os fatores técnicos, específicos, da quantidade de força de trabalho, matérias-primas e equipamentos necessários para produzir a mercadoria “x”, “y” ou “z”. Essa base produtiva é como já visto no Livro II, concretizada pelo montante de investimento dividido entre capital fixo ou capital circulante que foram antecipados pelo capitalista. Essas condições técnicas e orgânicas podem variar de acordo com o ramo de produção como também podem coincidir, entre os capitais em concorrência. Dessa maneira, esses empreendimentos produzem diversas taxas de lucro e massas de lucro também distintas, que podem ser apropriadas até na mesma proporção, mas em tempos diferentes.

A todo momento, que Marx se aproxima da análise do movimento real do capital, essas formas representativas que lhe correspondem, parecem cada vez mais se distanciar da teoria do valor-trabalho. Mas na verdade, quando mais o autor avança sobre essas determinações observa que é teoria do valor-trabalho que rege os nexos internos a todo momento.

Essas mensurações do capital social, em seu movimento de concorrência, acabam de fato mistificando a realidade, o que é resultado do trabalho abstrato como a potência que forma a riqueza crescentemente estranhada na sociedade capitalista.

Logo, o intercâmbio de mercadorias por seus valores, ou aproximadamente por seus valores, requer um estágio muito inferior ao do intercâmbio a preço de produção, para o qual se faz necessário um nível determinado de desenvolvimento capitalista. Independentemente do modo como estejam fixados ou regulados entre si os preços das diversas mercadorias, é a lei do valor que, num primeiro momento, rege seu movimento. Quando diminui o tempo de trabalho requerido para produzir essas mercadorias, os preços baixam; quanto ele aumenta, os preços sobem, mantendo-se constantes as demais circunstâncias (MARX, 2017a, p.211).

Isto significa que os processos de concorrência atuam na “consciência deslocada” como dito por Marx (2017a) sobre a formação dos preços de vendas ou preços de mercados, o lucro como valor externo do capital e o trabalho vivo apenas como uma parte do meio de produção, uma mediação. Mas as formas de mensuração do capital, suas representações do valor, tornam-se determinadas na medida que o capital avança e complexifica seu modo de atuação.

[...] o conceito do valor escapa ao capitalista, porque este não tem diante de si o trabalho total que custa a produção da mercadoria, apenas a parte do trabalho total que ele pagou na forma de meios de produção, vivos ou mortos, razão pela qual o lucro lhe aparece como algo situado fora do valor imanente da mercadoria -, agora essa ideia é plenamente confirmada, consolidada, ossificada pelo fato de que o lucro agregado ao preço de custo, caso se considere essa esfera particular da produção, não está determinado pelos

limites da criação do valor que ocorre no interior dessa própria esfera, mas, pelo contrário, de maneira totalmente externa (MARX, 2017a, p. 202).

Para Antunes e Benoit (2016), Marx conseguiu explorar profundamente as contradições do capital e suas representações mistificadoras. Ele evidenciou que as mercadorias são vendidas com base em seus valores, mesmo que assumam uma forma metamorfoseada de preços de produção. Portanto, a lei do valor-trabalho influencia o funcionamento do capital social, mesmo que os capitalistas rejeitem sua existência, acreditando firmemente que o lucro é resultado da operação do capital total no final do processo e que suas mercadorias são vendidas a um preço de produção. Ou seja, acreditam que o preço (valor) das mercadorias é composto apenas pelos gastos efetivos do capital adiantado no processo de produção, o que é uma mistificação.

A seguir, examinaremos como opera a lei de tendência da taxa de lucro, um ponto crucial que confere centralidade ao tema das crises no debate dentro da obra de Marx. Os elementos até aqui apresentados servem para destacar que, na operação do capital na realidade concreta, existe uma discrepância em relação ao tempo de trabalho como medida para a geração e aumento do valor, bem como a noção de que o capital, do início ao fim, é capaz de realizar essa qualidade. Portanto, o capital simultaneamente confirma e refuta o papel do trabalho como parte do processo de produção, de acordo com as oscilações cíclicas que a concorrência impõe na busca por uma taxa de lucro e preços de produção mais competitivos para alcançar seus objetivos, isto é, a máxima valorização do valor.

3.2 A Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro e a Manifestação da crise Capitalista

A discussão anterior sobre as formas representativas do valor nos permite observar como Marx abre o caminho para entender como os capitais produzem diferentes taxas de lucro em discrepância com a taxa de mais-valor. Isto significa como a categoria capital assume diferentes formas para efetivação de seu conteúdo, enquanto riqueza alienada e infinita.

O movimento do capital é ilimitado e infinito. Como valor que se autovaloriza, ele aparece como processo puro. Ao lidar com a categoria capital, lida-se com

uma categoria central de uma sociedade que passa a ser caracterizada por um movimento direcional constante sem télos externos determinado, uma sociedade impulsionada pela produção pela produção, por um processo que existe pelo processo (POSTONE, 2014, p.308-309).

E isso vai se expressar, contraditoriamente no lucro. A análise da lei da queda tendencial da taxa de lucro nos direciona a compreender uma contradição presente na sociedade capitalista, manifesta na criação de uma imensa massa de riqueza social na forma de mercadorias, resultado de um aumento da produtividade do trabalho social. No entanto, ao mesmo tempo, observamos uma queda da taxa de lucro, que representa a medida negativa da riqueza do sistema capitalista.

Entendemos que essa discussão desempenha um papel crucial na compreensão das crises do capital e Marx dedica atenção ao tema para refutar os argumentos dos economistas clássicos sobre a causa da queda da taxa de lucro média a longo prazo.

Dessa forma, a partir da teoria do valor-trabalho, Marx consegue descrever os efeitos das mudanças na composição orgânica do capital sob a pressão da concorrência, modificando substancialmente o elemento que cria valor (trabalho) e acrescentando capital substituí-lo por outros elementos que apenas transferem valor na mercadoria. Consequentemente, observa-se uma tendência ao barateamento das mercadorias, o que pode levar a uma superprodução de mercadorias, com um menor valor cristalizado por unidade. Isso pode saturar os mercados e dificultar a realização do circuito do capital (D-M-D') rompendo, assim, numa crise.

Estamos de acordo com a afirmação de Heinrich, pois: “A formulação mais geral da tendência à crise do capitalismo é completamente independente da “lei da queda tendencial da taxa de lucro”; ao contrário, seu ponto de partida é o objetivo imediato da produção capitalista, mais-valia ou melhor, lucro.” (2013, n.p). Na verdade, acreditamos que a lei da queda tendencial da taxa de lucro manifesta a síntese de múltiplas determinações, contraditórias, do caráter desmedido da produção capitalista entre uma crescente produção social de um lado e a maneira privada de apropriação da riqueza enquanto valor de outro, que gera o conflito nessas relações sociais.

Na realidade concreta, observamos que "o que confere um caráter cíclico à crise são as consequências e os efeitos que ela provoca [...]" (CARCANHOLO, 1996, p. 79). Esses elementos não foram abordados na exposição marxiana nos livros

anteriores, o que justifica a natureza potencial da crise. Isso não significa negligência ou deter uma "lacuna", como sugerido por Rosdolsky (2001), pois o tema está incorporado desde o início, como curtos-circuitos da forma-valor, adquirindo cada vez mais determinações. A exposição que segue as linhas do livro III considera a crise efetiva devido à sua manifestação, que provoca os efeitos cíclicos mencionados.

No entanto, a investigação de Heinrich mostra que algumas das polêmicas em torno de uma teoria da crise com base nesta seção do livro III tem por conta um problema de edição do companheiro de trabalho de Marx:

Engels revisou fortemente este material para construir o terceiro capítulo sobre a "lei": ele o condensou com resumos, fez rearranjos e o dividiu em quatro subseções. Isso criou a impressão de uma teoria da crise já amplamente concluída. E como Engels deu ao capítulo todo o título de "Desenvolvimento das contradições internas da lei", ele criou – por parte dos leitores que não sabiam que o título deste capítulo não se originava de Marx – a expectativa de que essa teoria da crise foi uma consequência da "lei" (HEINRICH, 2013, n.p).

Se isso de fato é o problema central que resultou em diversas interpretações da teoria da crise de Marx, por parte da lei da queda tendencial da taxa de lucro requer investigações aprofundadas que fogem ao escopo de nossa proposta de investigação e maturidade intelectual, no momento. Nos cabe adentrar na seção ressaltando o tema da crise e propondo elementos para aprofundar a análise sobre como o autor está sempre discutindo esse fenômeno.

Por isso, a "lei tendencial" é fundamental para compreensão do movimento contraditório do modo de produção capitalista, abstraindo os outros capitais que fazem parte das "formas concretas" como, por exemplo, o capital comercial e o capital portador de juros, para observar como o capital industrial, ou seja, o que cria mais-valor, amplia e aprofunda suas contradições na concorrência intercapitalista, redundando em incertas realizações dos lucros ciclicamente.

Segundo Lukács,

A análise desses ciclos fornece assim as proporções mais importantes da sociedade capitalista, destrói sem muita polêmica a representação imediata do capital enquanto objetividade "coisal" e o revela como uma relação na qual o modo de ser específico é um processo ininterrupto (2018, p.324).

O capital enquanto produção objetivada provoca interrupções periódicas nos seus ciclos de acumulação e somente ao compreender o funcionamento da queda tendencial da taxa de lucro, podemos observar o processo cíclico que a acompanha, com períodos de paralisações, estagnações e retomadas.

Para tratar disso, primeiro, Marx demonstra que os capitais possuem diferentes composições orgânicas, ou seja, diferentes valores aplicados em capital fixo e capital circulante. Assim, ocorre a formação de diferentes taxas de lucro. No entanto, para identificar a operação da lei do valor-trabalho há a consideração apenas da variação sobre o capital fixo, mantendo-se fixo o capital circulante e a taxa de exploração da força de trabalho. Dessa maneira, o resultado é uma taxa decrescente de lucro, pois, como afirma Marx: "com seu volume material, também aumenta, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e, com isso, do capital total" (MARX, 2017a, p. 249).

Na sequência, o autor explica que isso faz parte de "[...] apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho" (MARX, 2017a, p. 251), com o objetivo de garantir as condições de produção e circulação de sua riqueza. No entanto, os efeitos na realidade concreta são diametralmente opostos.

A tendência à queda progressiva do lucro não implica de maneira alguma que a riqueza material ou as forças produtivas sociais do trabalho acompanhem esse declínio. Pelo contrário, observamos um aumento substancial na produção de mercadorias.

A lei da queda progressiva da taxa de lucro ou da diminuição relativa do mais-trabalho apropriado em comparação com a massa de trabalho objetivado posta em movimento pelo trabalho vivo não exclui de modo nenhum a possibilidade de crescer a massa absoluta do trabalho posto em movimento e explorado pelo capital social e, por conseguinte, também a massa absoluta do mais-trabalho por ele apropriado; tampouco exclui o fato de que os capitais que se encontram nas mãos de diversos capitalistas movimentem uma massa crescente de trabalho e, assim, de mais-trabalho, ainda que não aumente o número dos trabalhadores por eles empregados (MARX, 2017a, p.254).

A queda tendencial da taxa de lucro não pode ser a causa da crise, mas possui relação com o fenômeno, uma vez que ainda há movimento do capital (produção, circulação e apropriação de mais-valor), pois uma massa de lucro (mais-valor) é posta em circulação e o capital pode operar seu circuito, mas torna-se cada vez mais estreita.

Marx desvela o caráter místico da produção capitalista, que, como tendência imanente, busca cada vez mais o incremento do capital constante (máquinas), substituindo o trabalho vivo pelo trabalho morto de forma relativa. Não obstante, destaca que "a riqueza das sociedades onde predomina a produção capitalista configura-se em uma imensa acumulação de mercadorias" (MARX, 1975, p. 41). Para

isso, é necessária uma produção massiva de mercadorias, viabilizada pela redução do trabalho a uma forma geral e alienada, constantemente dissociada dos meios de produção.

As considerações sobre a lei de tendência em Marx são expressas por Lukács como:

[...] forma fenomênica necessária de uma lei na totalidade concreta do ser social, é consequência inevitável do fato de que nos encontramos diante de complexos reais que interagem de modo complexo, frequentemente passando por amplas mediações com outros complexos reais; a lei tem caráter tendencial porque, por sua própria essência, é resultado desse movimento dinâmico-contraditório entre complexos (2018, p.328).

A lei de tendência da queda da taxa de lucro é a manifestação da complexa inter-relação do movimento do capital social enquanto totalidade que necessita de uma crescente produção e apropriação de mais-valor, que só pode ser concretizada mediante as condições históricas - e sempre repostas - da exploração do trabalho vivo pelo trabalho morto. O resultado caminha em direções opostas: aumento da taxa de mais-valor e declínio da taxa de lucro.

A concorrência é o meio pelo qual esse processo se efetiva e acelera, objetivando o barateamento dos preços de custo para obter vantagens competitivas, acima de seus adversários capitalistas nas disputas para alocar seu capital em ramos nos quais o lucro seja melhor para seu enriquecimento individual.

Por conseguinte, cada mercadoria individual contém uma soma menor de trabalho objetivado nos meios de produção e de trabalho novo agregado durante a produção. Isso faz com que caia o preço da mercadoria individual. Apesar disso, a massa de lucro contida na mercadoria individual pode aumentar sempre que a taxa do mais-valor absoluto ou relativo subir. A mercadoria contém menos trabalho novo agregado, mas a parte não paga desse trabalho aumenta em relação à parte paga (MARX, 2017a, p.265).

Dessa forma, o aprofundamento das contradições do capital gera crises como um momento de ruptura entre elementos opostos. A relação entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e as crises não se dá como causa direta, mas como uma manifestação desse fenômeno. Essa lei revela a dinâmica da acumulação capitalista, refletida de maneira invertida nas relações econômicas.

Mais adiante, o autor explica que o movimento de queda da taxa de lucro é acompanhado por sucessivas paralisações e retomadas. Como sinaliza Grespan (2012), isso ocorre devido ao caráter de afirmação e anulação da "lei tendencial" na obra de Marx, e sua aplicação não acontece de maneira ferrenha.

Ao enumerar as *causas contra-atuantes* à lei, no entanto, o próprio Marx reconhece que esta possibilidade é inegável e que ela se afirma na realidade contra a queda da taxa de lucro, pelo menos temporariamente, atribuindo por isso à lei o caráter de *tendência* (GRESPLAN, 2012, p.197).

No capítulo 14, do livro III, Marx aponta algumas dessas “causas contra-arrestantes”³⁶, que não tiveram muito desenvolvimento no texto original, revelando seu caráter fragmentado, mas seu conteúdo “[...] se manifesta(m) claramente sob determinadas circunstâncias e no decorrer de longos períodos” (MARX, 2017a, p.278).

Elementos que fazem parte da dinâmica da acumulação capitalista e que são alienados intensiva e extensivamente, como o 1) aumento do grau de exploração do trabalho; 2) compressão do salário abaixo de seu valor; 3) barateamento dos elementos do capital constante; 4) aumento da superpopulação relativa; 5) dinamização do comércio exterior e 6) o aumento do capital acionário. No entanto, ao longo do curso do capitalismo no século XX e em nosso presente momento histórico, esses elementos adquiriram novas determinações que retardam a queda da taxa de lucro, mas de modo algum a anulam³⁷.

Carcanholo e Miranda indicam que:

Se as crises cíclicas são fenômenos regulares e necessários, isso não significa que sejam mecânicos ou previsíveis. Todas as leis do capitalismo são leis de tendência, o que significa, por um lado, que elas contêm em si mesmas contratendências. Por outro lado, isso significa que elas estão sujeitas a distintas condicionantes históricas e variantes conjunturas. Por isso é que a duração das ondas – ciclos -, suas amplitudes, picos e vales, intensidades não estão pré-determinadas, mas sujeitas a condicionantes particulares daquele momento histórico e daquela conjuntura. Justamente por não serem mecânicas, as crises cíclicas não podem ser, portanto, previsíveis (CARCANHOLO; MIRANDA, 2021, p.31).

Mas, também não podem ser negligenciadas e, por isso, Marx promove uma argumentação crítica aos postulados da economia política que não conseguem observar as contradições sociais internas que a lei da queda tendencial da taxa de

³⁶ Vale esclarecer que há também algumas diferenças na tradução dessas palavras em edições da obra de Marx para o português. Usaremos “contra-arrestantes” conforme a edição da Boitempo do livro III, mas como visto em Grespan (2012), está de outra maneira, mais como sinônimo e que não muda de modo algum o conteúdo do que se trata.

³⁷ A título de exemplo podemos citar pós-1970 o fenômeno da “financeirização”, as reestruturações produtivas e as reformas trabalhistas que legitimam uma maior exploração do tempo de trabalho podem ser vistas como elementos que retardam esse processo de queda da taxa de lucro por algum momento.

lucro provoca na totalidade do capital, ou seja, no mercado mundial, manifestando-se em as crises econômicas.

A aparente queda da taxa de lucro exhibe:

[...] como ameaça ao desenvolvimento do processo de produção capitalista; tal queda promove a superprodução, a especulação, as crises e o capital supérfluo, além da população supérflua. Por isso, os economistas que, como Ricardo, tomam o modo capitalista de produção como absoluto sentem aqui que esse modo de produção cria uma barreira para si mesmo e atribuem essa barreira não à produção, mas à natureza (na doutrina da renda). Em seu horror à taxa decrescente de lucro, o que importa é o sentimento de que o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que não tem nenhuma relação com a produção da riqueza como tal - essa barreira peculiar atesta a estreiteza e o caráter meramente histórico e transitório do modo de produção capitalista; atesta que este não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que, ao contrário, tendo atingido certo estágio, ele entra em conflito com o desenvolvimento ulterior dessa riqueza (MARX, 2017a, p.282)

A economia política atribuiu - e continua atribuindo os determinantes das crises à fator exterior ao modo de produção capitalista caracterizando-a como um evento ocasional que interrompe o ciclo da reprodução ampliada e, assim, provoca o declínio da taxa de lucro como fenomenologia da “perda de riqueza”. No entanto, Marx torna isso um pouco mais claro, ao demonstrar que a causa da crise não acontece por carência de riqueza material e das forças produtivas, mas pelo contrário, está no próprio conteúdo do capital, enquanto um “sujeito automático” que produz uma massa de mais-valor cristalizado numa massa de mercadorias que para se efetivar como capital precisa que sejam vendidas de modo crescente (quantitativamente).

Então, a dificuldade está atrelada à relação social produtora de valor de troca, cuja manutenção depende da venda de uma massa de mercadorias. Se o capital não consegue realizar isso, torna-se impossível repor a parte que gastou em seu investimento inicial além do excedente da reprodução ampliada.

Esse impasse é pensado por Marx ao longo da exposição da pesquisa, sublinhando a todo momento que:

As condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Elas divergem não só quanto ao tempo e ao lugar, mas também conceitualmente. Uma são limitadas pela força produtiva da sociedade; outras, pela proporcionalidade entre os diversos ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Essa capacidade não é determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só suscetível de variação dentro de limites mais ou menos estreitos (MARX, 2017a, p.284).

A lei geral da acumulação capitalista na realidade concreta, expande e conserva, o modo de produção que lhe corresponde. Assim, a “grande massa da sociedade” só pode ter acesso às mercadorias pela mediação dos mercados, dessa forma tornando-se refém de sua dinâmica incontável, que varia de forma cíclica, contendo momentos de maior incorporação ou expulsão de trabalhadores do processo de expansão e acumulação do mais-valor.

É dessa maneira que as crises se manifestam como um momento que separa a unidade dos elementos opostos e sinaliza que é preciso restabelecer sua atuação para continuar seu movimento. No entanto, essa correção só ocorre da forma mais violenta, ou seja, pela destruição dos capitais, queda dos preços, aumento do desemprego, subconsumo, entre outros elementos que podem ser restabelecidos em um segundo momento. Ao longo da exposição do livro, Marx demonstrou diversas dessas contradições que podem romper em um curto-circuito, imobilizando a continuidade do processo cíclico do capital.

Para "superar suas barreiras", o capital cria as condições para a expansão dos mercados para novos territórios geográficos, onde a atuação do capital não se desenvolveu em plenitude, ou aprofundando seus mecanismos nos mesmos locais. Diante disso, percebe-se o caráter verdadeiramente mundial da operação da lei geral da acumulação capitalista, ou seja, a lei do valor-trabalho, em determinações mais complexas e concretas, moldando todo o tecido social.

Não obstante no prefácio da primeira edição o autor já mencionava esse espelhamento da dominação mundial do capital, pois é:

Intrinsecamente, a questão que se debate aqui não é o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalistas, mas estas leis naturais, estas tendências que operam e se impõem com férrea necessidade. **O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido** (MARX, 1975, p.5, grifo nosso).

Os meios pelos quais o capital avança sua dominação econômica são também responsáveis pela manifestação das crises como um mecanismo necessário para sua continuidade, uma vez que permite corrigir de modo temporário essas contradições que causaram a impossibilidade de seu curso como valor que se valoriza. Embora, em um segundo momento, tais contradições sejam continuamente realocadas quando o ciclo econômico exterioriza as melhores condições de crescimento. Em suma, o capital atua mudando suas formas para que seu conteúdo permaneça.

Para Marx, isso é descrito como algo que acontece:

Simultaneamente ao desenvolvimento da força produtiva há o aumento progressivo da composição do capital e a diminuição relativa da parte variável em relação à parte constante. Essas diversas influências se fazem sentir, ora de maneira mais justaposta no espaço, ora de maneira mais sucessiva no tempo; o conflito entre as forças antagônicas desemboca periodicamente em crises. Estas são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado (MARX, 2017a, p.288).

O autor explora de maneira profunda o fenômeno da queda da taxa de lucro, que é muito mais complexo do que aparenta ser. Isso revela uma síntese de múltiplas determinações que estão contidas no caráter conflituoso do capital, que busca crescer sobre as bases do capital existente e adicionar mais-valor. Os limites são sempre definidos pela busca implacável por mais-valor, mas só pode fazê-lo quando simultaneamente cria uma superpopulação relativa, que pode ou não ser incorporada ao processo de produção, dependendo das condições do progresso do capital, ou seja, do ciclo econômico.

Ao mesmo tempo, revela-se a tendência em direção à concentração e centralização de poucos capitalistas no mercado mundial, que de forma alguma elimina a concorrência; pelo contrário, intensifica suas leis e as possibilidades de crises cíclicas.

A concentração de tais atributos em poucos e grandes grupos, que praticamente controlam a maior parte do capital social, não significa, contudo, a eliminação da concorrência e a constituição de uma ordenação regulada da vida econômica. Na verdade, amplia-se o espaço e altera-se a forma da competição intercapitalista: isto significa que a multiplicação em escala nacional e internacional das relações capitalistas, ao mesmo tempo que se explica pelo confronto dos grandes blocos na busca frenética de espaços ampliados de valorização, determina a consolidação de novos circuitos de acumulação que passam a ser disputados por uma multiplicidade de capitais. Assim, o desenvolvimento de novos ramos, de novas técnicas e de novos produtos, a conquista de novos mercados, a incorporação de novas áreas e a internacionalização dos circuitos de reprodução não apenas exprimem o permanente confronto dos grandes blocos na luta por vantagens extraordinárias, como ampliam, em seu rastro, os espaços secundários em que se trava a competição dos capitais não estruturados monopolicamente (MAZZUCHELLI, 2004, p.100).

Desta forma, em Marx podemos entender que as crises cíclicas do modo de produção capitalista como um fenômeno atrelado:

A desvalorização periódica do capital existente, que é um meio imanente ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação do valor de capital mediante a formação de capital novo, perturbar as condições dadas nas quais se consuma o processo de circulação e reprodução do capital e é, por isso, acompanhada de paralisações súbita e crises do processo de produção (MARX, 2017a, p.289).

Por isso, a lei tendencial da queda da taxa de lucro, a partir de uma teoria do valor-trabalho, revela o movimento progressivo do aumento das forças produtivas e suas contradições internas, que, de acordo com Marx (2017a), encontram o verdadeiro obstáculo dentro de sua própria totalidade como capital. Isso é interpretado por Lukács (2018) como a presença dessas contradições dentro de complexos interligados. O problema não reside na superprodução de riqueza enquanto valor de uso, pois há consumidores para satisfazer necessidades. A questão reside na superprodução de capitais, que é a riqueza limitada à forma social e histórica que constitui o modo de produção capitalista, ou seja, uma riqueza estranhada, como afirma Duayer (2011).

O capital só pode fazer isso por via dos seus métodos de exploração e expropriação de uma massa de despossuídos, dos meios de produção como também da natureza, submete tudo e à todos aos seus imperativos da máxima lucratividade. Assim, a força de trabalho torna-se trabalho potencial, que só se efetiva quando incorporado à produção de valor, mas que entra em desuso ou torna-se supérflua, pela negação que o próprio método do capital utiliza para avançar a criação da sua riqueza. O capital a cada rotação amplia e aprofunda essa contradição que num momento crítico abre a crise, como um desastre do curso na visão dos agentes econômicos.

Dessa maneira redigimos uma passagem de grande importância na obra de Marx:

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; o fato de que a produção é produção apenas para o capital, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor de capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção como fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – o desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais – entra em conflito constante com o objetivo limitado, que é a valorização do capital existente. Assim, se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é, ao mesmo tempo, a constante contradição entre essa sua missão histórica e as relações sociais de produção correspondentes a tal modo de produção (MARX, 2017a, p. 289-290, grifo do autor).

As crises fazem parte da constituição do capital e como afirma Grespan (2012) é impossível fazer uma separação entre história do capitalismo e história das crises, devido ao fenômeno ser parte constitutiva do desenvolvimento capitalista marcado por avanços, retrocessos, paralisações, modificações produtivas e políticas.

Dessa maneira a causa *sui generis* da crise encontra-se nas múltiplas determinações que constitui uma formação social reificada, em que:

O capital se mostra cada vez mais como um poder social, cujo funcionário é o capitalista, e que já não guarda nenhuma relação com o que o trabalho de um indivíduo isolado possa criar - mas se apresenta como um poder social estranho, autonomizado, que se opõe à sociedade como uma coisa, e como poder do capitalista através dessa coisa. A contradição entre o poder social geral em que se converte o capital e o poder privado dos capitalistas individuais sobre essas condições sociais de produção desenvolve-se de maneira cada vez mais gritante e implica a dissolução dessa relação, na medida em que implica ao mesmo tempo a transformação das condições de produção em gerais, coletivas e sociais (MARX, 2017a, p. 303).

Este ponto nos leva a refletir criticamente sobre o desenvolvimento do capitalismo, que, ao mesmo tempo, representa uma incompatibilidade sistêmica com à satisfação das necessidades humanas, apesar da abundância de valores de uso criados. Isso ocorre porque o aumento da produtividade do trabalho e das forças produtivas, que concretamente representam o trabalho social, cria um terreno para a dominação abstrata, impessoal e temporal, conforme afirmado por Postone (2014).

Até o momento vimos, então, que no capitalismo, existe uma forma de riqueza específica que contrasta com a riqueza material, embora, juntas, formam uma unidade que impulsiona os indivíduos em relação à sua produção, apropriação e expansão. É por meio do produto do trabalho abstrato, que é a objetivação do tempo de trabalho social, que a produção de mercadorias ocorre e que laços sociais são estabelecidos por meio de trocas generalizadas.

Portanto, quanto mais o poder social se concentra e se centraliza nas mãos de poucos indivíduos pelas formas que o valor assume (dinheiro), mais o capitalismo acelera o processo de separação entre a riqueza material e a riqueza enquanto valor, através dos métodos de produção inerentes à sua constituição. O que o impulsiona é a separação dos momentos opostos e complementares da produção de sua riqueza e do próprio terreno social que o compõem.

Marx, portanto, nos apresenta o cerne da contradição do capitalismo como uma crítica à própria produção dessa riqueza social, cujo trabalho detém um papel central.

Dessa forma, a dissolução dessa relação particular de produção é o caminho para superar sua constituição e reprodução alienada e alienante.

O duplo significado de crise, aparece desde as considerações da lei geral da acumulação capitalista, no primeiro livro d'O Capital, e volta a ter a clara exposição nesta seção do terceiro livro, ou seja, além de explicar a questão cíclica das crises para o autor também há uma noção de crise como fenecimento do capital enquanto totalidade, ou seja, a criação das condições para superação enquanto modo de produção, quando, "Os expropriadores são expropriados" (MARX, 2017b, p.884).

Isso revela a profundidade crítica da obra de Marx sobre as relações sociais capitalistas, vendo nas crises o ápice do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, que permite a superprodução³⁸ de meios de subsistência e meios de trabalho (mercadorias), não para o consumo de um "massa dos produtores", ou seja, a classe trabalhadora, mas como mediação para concretização da riqueza enquanto valor, quando lançados ao mercado na espera de sua efetivação.

Como explica Duayer e Cardoso,

A ênfase, portanto, recai sobre o fato de que os sujeitos da sociedade do capital, dado seu caráter mercantil, da sociedade articulada pela troca de mercadorias, perdem o sentido de sua produção, que existe para eles como coisa autônoma, externa, estranha, fora deles, produção continuamente reproduzida por sua prática e cuja dinâmica crescente descontrolada os submete com seus imperativos e coerções (DUAYER; CARDOSO, 2022, p. 57).

É esse caráter social da produção descontrolada e estranha da que torna as crises inevitáveis na sociedade capitalista uma vez que a produção volta-se para própria ampliação da produção, cujo dispêndio de tempo de trabalho social é o que caracteriza a riqueza valor, objetivo do capital. A reprodução sempre ampliada dessas

³⁸ "O máximo de desenvolvimento da produtividade do trabalho social em toda a história da humanidade deve-se à produção social organizada pelo capital. Sendo produção de valor, unidimensional, a produção capitalista está, portanto, compelida a ser produção crescente incontrolável. E produção crescente impõe o desenvolvimento acelerado das bases científicas, tecnológicas e organizativas da produção. Por isso, é justamente nessa formação social que seria de se esperar a progressiva redução do papel do trabalho na totalidade da vida social. No entanto, o que ocorre é precisamente o oposto: na vida social regrada pelo capital, o trabalho assume absoluta centralidade" (DUAYER; CARDOSO, 2022, p.48). Portanto, não devemos cometer o equívoco de acreditar em uma ontologização do valor, ou seja, considerar essa forma de produção de riqueza como algo intrinsecamente natural ao ser social. Apenas no contexto do capitalismo é que essa forma de trabalho assume um papel singular, com um duplo caráter (concreto e abstrato), tornando-se o produtor das próprias formas que o dominam de maneira "livre", aberta e impessoal. Nesse sentido, a teoria da alienação de Marx desempenha um papel significativo, em conjunto com sua teoria do valor-trabalho, para descrever a própria produção capitalista, na qual o trabalho desempenha um papel central na geração dessa riqueza reificada e alienada em relação ao produtor.

condições acaba aprofundando a reificação dos sujeitos à essa dominação abstrata, provando que há uma "consciência deslocada" (MARX, 2017a, p.71) dos agentes econômicos que não conseguem identificar as crises como barreiras próprias ao desenvolvimento capitalista, devido a característica dual da mercadoria e da riqueza. Por isso, a importância do pensamento de Marx em revelar a essência do fenômeno da crise que só pode ser descoberta, passo a passo, com a especialidade que o trabalho assume na produção da riqueza nesta sociedade.

Desta forma, as palavras de Fred Moseley nos parecem uma caracterização mais adequada para encerrar os comentários sobre o tema da crise ao longo do livro III:

[...] a teoria social de Marx não apenas prevê crises capitalistas recorrentes, mas também prevê que a precondição para a recuperação das crises é a desvalorização do capital e a falência generalizada. O esboço de uma teoria dos ciclos capitalistas nessa seção está certamente longe de uma teoria completa, mas está muito à frente de outras teorias em qualquer época (que mal reconhecem a tendência do capitalismo às crises), e eu acho que permanece hoje uma estrutura útil única para analisar os ciclos de expansão-contracção do capitalismo (Moseley apud De Deus, 2019, p. 533).

A crítica da economia política de Marx inaugura uma nova abordagem que enfrenta as contradições concretas da realidade e consegue captar, em sua essência, tanto os avanços quanto os limites históricos do capitalismo. Portanto, o autor desmonta as armadilhas mistificadoras das formas que o produto do trabalho humano assume nessas relações sociais. Além disso, ele consegue revelar o conteúdo endógeno das crises, algo que a ciência econômica burguesa pouco conseguiu se aproximar até os dias de hoje.

No entanto, a exposição não se encerra aqui, pois o autor parte para a análise de como o capital assume formas ainda mais fetichizadas de seu conteúdo e parece operar de modo independente, autônomo, portanto com maior complexidade, aprofundando sua natureza alienada.

3.3 Formas autonomizadas do capital: o capital comercial

Outras formas concretas de capital, que parecem gerar valor, são, por exemplo, o comércio de mercadorias e sua evolução para o comércio de dinheiro. Até então,

Marx estava explorando as determinações da lei da tendência à queda da taxa de lucro, focando no capital industrial. No entanto, como podemos observar, por exemplo, no livro II, a circulação desempenha um papel central na realização do mais-valor, concluindo o ciclo do capital.

O capital comercial e o capital a juros atuam em relação à lei da queda tendencial da taxa de lucro, desencadeando um forte papel do Estado em intervenções econômicas no ciclo do valor. Por exemplo, esses mecanismos concretos podem tanto frear como acelerar essa tendência à queda. Ou seja, são elementos que fazem parte da dinâmica das leis de movimento do capital em busca da máxima acumulação de mais-valor. Até então, essas dimensões não foram consideradas por Marx devido a escolhas teórico-metodológicas relacionadas às categorias econômicas e seus nexos mais essenciais, que frequentemente ocultavam as relações sociais concretas entre os indivíduos e a dinâmica subjacente.

Visamos agora explorar as formas autonomizadas do capital, que atuam sobre atividades desenvolvidas a partir da divisão social do trabalho nas relações capitalistas, em ciclos específicos da funcionalidade do capital, para atingir sua objetividade "coisal", como afirma Lukács (2018).

O capital comercial detém especificidades que já foram mencionadas nos dois livros anteriores de Marx em alguns momentos, mas não foram exploradas em sua ação direta na realidade concreta. Apenas algumas determinações em nível de "capital em geral", conforme a letra do autor:

O movimento do capital-mercadoria foi analisado no Livro II [capítulo 3]. Considerando o capital total da sociedade, vemos que uma parte dele, apesar de constituída por elementos que mudam constantemente e cujo volume é sempre variável, encontra-se no mercado como mercadoria destinada a converter-se em dinheiro, enquanto outra parte ali se encontra como dinheiro disposto a converter-se em mercadoria. Ele está sempre sujeito ao movimento dessa transformação, dessa transmutação formal. Quando essa função do capital submetido ao processo de circulação em geral se autonomiza como função específica de um determinado capital, fixando-se como uma função imputada pela divisão do trabalho a uma categoria determinada de capitalistas, o capital-mercadoria se converte em capital de comércio de mercadorias, ou capital comercial (MARX, 2017a, p.309).

Marx analisa o capital comercial com foco em suas características, como o armazenamento, a distribuição e a seleção de mercadorias. Como também, a função desse capital em particular, que resume sua atuação, ao ato de comprar e vender mercadorias a preços mais vantajosos, gerando assim o lucro comercial.

Essa é a aparência das operações do capital comercial, que para Marx (2017a) reflete a “consciência deslocada” dos agentes econômicos. Embora o capital comercial realize essas ações, o trabalho nele envolvido não cria valor nem mais-valor. Sua particularidade reside nas metamorfoses do valor, ao objetivar sua valorização, passando de uma forma funcional do capital para outra, ou seja, de M' para D' (M-D-M).

Na realidade, o capital de comércio de mercadorias não é outra coisa que a forma modificada de uma parte desse capital de circulação, que se encontra constantemente no mercado, em processo de transmutação, e se encontra permanentemente inserido na esfera da circulação. Se dizemos “de uma parte”, evidentemente, é pelo fato de uma parcela da compra e venda das mercadorias realizar-se sempre diretamente entre os próprios capitalistas industriais. No presente estudo, não levaremos em conta essa parte, já que ela em nada contribui para a definição e a compreensão da natureza específica do capital comercial e porque, além disso, já foi estudada, exaustivamente para nossos propósitos, no Livro II (MARX, 2017a, p.310).

A ação do capitalista individual destinado a investir seu capital-monetário no comércio não difere da ação dos outros capitalistas. Ele opera sobre a lei geral da acumulação capitalista e que expressa as relações mercantis. No final de um período, ele espera encontrar uma quantidade de dinheiro (D') que cubra seu dispêndio inicial, podendo acumular e reinvestir na mesma ação, ou seja, D-M-D'.

Porém, essa relação detém suas características próprias, como diz Marx:

[...] se não o consideramos apenas como capitalista em geral, e sim especificamente como comerciante, é evidente que seu capital tem de aparecer originalmente no mercado na forma de capital monetário, já que ele não produz mercadorias, mas se limita a comercializá-las, a servir de mediador de seu movimento, e que, para poder comercializá-las, tem antes de comprá-las, isto é, ser possuidor de capital monetário (MARX, 2017a, p.311).

A crítica de Marx tem como objetivo desmistificar uma noção bastante comum sobre a formação do lucro comercial³⁹. Ele argumenta que esse lucro não resulta simplesmente da diferença entre os custos das operações comerciais e o preço de venda da mercadoria por um valor superior. Em vez disso, o lucro comercial deriva da apropriação de parte do mais-valor visualizado pelo capital industrial.⁴⁰

³⁹ O debate em questão ocupou muitas linhas da análise de Marx, abordando as concepções teóricas que circulavam em sua época e até mesmo antes dela. Os manuscritos de 1861-1863 demonstram alguns dos resultados relacionados a essa literatura e apontam deficiências analíticas na explicação da origem do mais-valor. Podemos encontrar essas discussões diretamente em Marx (1980) e também em alguns comentários mais amplos presentes em uma recente biografia que foi traduzida para o português, escrita por Musto (2023), sobre os últimos anos de vida do autor prussiano.

⁴⁰ Tendo em vista a concorrência intercapitalista, elemento fundamental na efetivação da lógica mistificadora das leis econômicas, diz Grespan: “Para os proprietários do capital, interessa capturar o

A lei do valor-trabalho influencia diretamente os mecanismos internos da circulação de mercadorias nesse ramo específico. No entanto, devido às formas de representação do capital serem alienadas e operarem como se tivessem uma "vida própria", não é imediatamente evidente que o trabalho continua a ser o produtor da riqueza no modo de produção capitalista, reduzindo-se apenas à mediação do processo.

Por conseguinte, o capital de comércio de mercadorias não é senão o capital-mercadoria do produtor, que deve efetuar o processo de sua transformação em dinheiro, executar sua função como capital-mercadoria no mercado; a única diferença é que essa função, em vez de aparecer como operação secundária do produtor, aparece agora como operação exclusiva de uma espécie particular de capitalistas, dos comerciantes, e autonomiza-se como negócio de uma aplicação especial de capital (MARX, 2017a, p.312).

Assim, como já dito, o capitalista comercial age seguindo a mesma lógica do capitalista industrial. Ele investe mais ou menos em seus negócios, dependendo das condições do mercado e da concorrência entre os capitais, visando obter o máximo de lucro. No entanto, sua característica distintiva é que ele não produz mais-valor, embora haja processos de trabalho envolvidos em suas operações. De acordo com Marx (2017a), o trabalho incorporado no capital comercial desempenha um papel necessário na realização do capital-mercadoria, que já está pré-valorizado, e, portanto, seu lucro advém de parte do mais-valor que já está cristalizado nessas mercadorias.

É uma mera aparência a de que o lucro comercial deriva da diferença entre os preços de compra e venda das mercadorias. Observa-se que é o mesmo pressuposto que se aplica quando analisamos o capital industrial, devido à fórmula geral que a produção capitalista assume, D-M-D'.

[...] o capital industrial lucra quando vende o trabalho que está incorporado e realizado nas mercadorias, trabalho pelo qual ele não pagou equivalente nenhum, também o capital comercial obtém lucro quando não paga inteiramente ao capital produtivo o trabalho não pago incorporado na

máximo possível do mais-valor social metamorfoseado pela equalização em lucro médio, no qual se dissolve o trabalho como fonte de todo o valor e se legitima a propriedade privada como fator decisivo na divisão do ganho capitalista. A expropriação que ocorre entre eles, embora proceda da expropriação da força de trabalho, parece ter força própria; e uma força primordial que, como um mal necessário, se arroga o papel de eixo organizador da economia. Por esse eixo, os preços derivam da concorrência entre os capitalistas, e não do valor criado pelo trabalho contraposto ao capital; o lucro comercial resulta da habilidade do negociante em revender mais caro do que comprou; se a propriedade é remunerada já no caso da divisão do lucro entre os industriais, mais ainda deve ser no caso do pagamento de juros a quem empresta dinheiro ou no de renda aos que alugam recursos naturais e terra." (GRESPLAN, 2019, p.79).

mercadoria (na medida em que o capital desembolsado em sua produção funciona como alíquota do capital industrial total), ao passo que, na venda das mercadorias, exige o pagamento dessa parte ainda incorporada dentro delas e que não foi paga por ele. A relação entre o capital comercial e o mais-valor é diferente daquela entre o capital industrial e o mais-valor. O capital industrial produz o mais-valor mediante a apropriação direta de trabalho alheio não pago. O primeiro se apropria de uma parte desse mais-valor, ao fazer com que o capital industrial lhe transfira essa parte (MARX, 2017a, p.335).

O movimento explicativo que se desdobra a partir do texto, após descobrir a funcionalidade e a origem do lucro comercial, é a ação mediadora dessa forma autonomizada que ganha importância para a totalidade dos capitais. Ou seja, Marx explora ainda mais essas funções dos capitais dos ramos particulares, o que Grespan (2012) chamou de "entrelaçamento" dessas relações econômicas na busca pelo crescimento da riqueza enquanto lucro.

Ao considerar a aceleração da rotação do capital comercial, ou seja, a redução do tempo entre a compra e a venda de mercadorias, em conjunto com a produção industrial - produtora de mais-valor - percebemos que o resultado dessa operação pode provocar um período de "prosperidade econômica" na medida em que comprime a distância entre produção e comercialização. No entanto, se o tempo de rotação aumenta e as mercadorias permanecem mais tempo em estoque, surge uma dificuldade na realização do mais-valor, criando assim um entrave ao processo de acumulação capitalista, desencadeando uma possível "crise comercial", de consequências gerais.

Entretanto (abstraindo inteiramente das rotações dentro do mundo do comércio, no qual um comerciante vende sempre a mesma mercadoria a outrem e no qual esse tipo de circulação, em épocas de especulação, pode parecer muito próspero), o capital comercial abrevia, em primeiro lugar, a fase M-D para o capital produtivo. Em segundo lugar, com o moderno sistema de crédito, o capital comercial dispõe de uma grande parte do capital monetário total da sociedade, o que lhe permite repetir suas compras antes de voltar a vender em caráter definitivo o já comprado, sendo aí indiferente se o comerciante vende diretamente ao consumidor final ou se entre ambos existem outros 12 comerciantes. Dado o caráter enormemente elástico do processo de reprodução, capaz de superar qualquer limite dado, o comerciante não encontra nenhuma barreira na própria produção ou encontra apenas uma barreira muito elástica. Além da separação de M-D e D-M, que deriva da natureza da mercadoria, cria-se aqui, portanto, uma demanda fictícia. Apesar de sua autonomia, o movimento do capital comercial jamais é outra coisa senão o movimento do capital industrial no interior da esfera da circulação. Porém, graças a sua autonomia, ele se move, até certo ponto, de forma independente das barreiras do processo de reprodução e, desse modo, impele este último para além de seus próprios limites. A dependência interna e a autonomia externa empurram o capital comercial até um ponto em que a

conexão interna se restabelece à força, por meio de uma crise (MARX, 2017a, p.346-347).

Marx destaca a interdependência entre os diferentes segmentos do capital, o que pode levar a uma dinâmica desproporcional e desmedida no circuito de sua operação. Cada capital individual busca ultrapassar seus próprios limites, o que resulta em rotações desiguais e em uma desproporção entre as mercadorias produzidas e realizadas. Dessa forma, as crises manifestam-se ciclicamente, já que a abundância de mercadorias pode se tornar inviável para a realização plena, devido à demanda insuficiente. Isso reflete a negação do acesso da grande massa de consumidores a essas mercadorias, uma contradição fundamental de uma economia voltada para a troca, e não para a satisfação direta das necessidades.

Por isso, expusemos a “crise comercial” entre aspas, porque esta parece ter sua causa no comércio, mas na verdade é manifestação da própria lógica social, estranhada, do modo de produção e reprodução capitalista, plasmando em antagonismos endógenos.

De acordo com Frederico Mazzucchelli:

O funcionamento da economia capitalista indica, assim, uma tendência de movimento manifestamente contraditória, expressa no próprio caráter cíclico da acumulação: a expansão, ao tornar atraentes as perspectivas de valorização, estimula o crescimento desenfreado da capacidade produtiva. Desenvolvem-se as forças produtivas, diferencia-se a estrutura produtiva, ampliam-se os mercados e estende-se o raio de ação da produção social, no bojo de um movimento que confirma a natureza progressiva do capital. Dado, entretanto, o caráter intrinsecamente instável e descoordenado do investimento, suas variações tendem a produzir um processo depressivo cumulativo através da criação generalizada de capacidade ociosa não-planejada. Cai a taxa esperada de lucro, declina, em consequência, a taxa de acumulação, o que redundará na criação de nova capacidade ociosa adicional, em novo declínio da taxa de acumulação, e assim sucessivamente. Configura-se, destarte, uma situação de crise, que envolve o acirramento da concorrência intercapitalista, a desvalorização e destruição de parte do capital em funções, de modo que, através da própria crise, se restabelece a unidade dos processos de produção e circulação, com o que se recriam as condições necessárias a um novo ciclo de valorização do capital (2004, p.53-54).

Marx não finaliza por completo sua exposição sobre o capital comercial. Apresenta, no entanto, mais alguns aspectos com o comércio de dinheiro, parte da racionalidade autonomizada das funções do capital. Buscamos agora suas implicações na formação constitutiva das crises do modo de produção capitalista, devido à fetichização do dinheiro como capital a juros e capital fictício, temas que dão

um maior complexificação à obra de Marx, sobretudo quando a estudamos a partir de hoje.

3.4 Formas autonomizadas do Capital: Capital a Juros e Capital Fictício

A quinta seção do terceiro livro apresenta novas características da autonomização das formas funcionais do capital e da operação da lei do valor-trabalho, levando em conta a concorrência entre capitalistas. Com isso, é possível analisar não apenas o papel das crises nos mercados financeiros, mas também como elas funcionam como curtos-circuitos no próprio modo de produção capitalista e seus desdobramentos.

Portanto, nosso interesse reside em avaliar o papel do capital portador de juros e do capital fictício, buscando compreender suas principais dinâmicas e como elas influenciam o papel das crises. Vale ressaltar que esta parte da obra O Capital é a que apresenta mais entraves à plena compreensão porque não oferece muitas explicações sobre aspectos relevantes, como o próprio capital fictício. Não à toa alguns debates contemporâneos sobre a chamada "financeirização" da economia é marcado por muitas controvérsias a respeito do pensamento marxiano.

O próprio Engels alerta no prefácio sobre a particularidade desta quinta seção que trata dos assuntos "[...] mais intrincados de todo o livro" (2017a, p.34). No entanto, seguimos nossa aproximação de caráter imanente buscando melhores explicações sobre a crítica de Marx e a revelação dos antagonismos dessas históricas relações sociais, capazes de gerar crises abrangentes, agudas e cíclicas.

Mobilizando nosso foco para a letra do texto, observamos que as operações capitalistas, em sua divisão social do trabalho, também permitem a especialização do comércio no empenho de "funções técnicas" (MARX, 2017a, p. 359), quando o empréstimo de capital-monetário assume protagonismo, como ramo do capital subsidiados a lógica da valorização do valor de modo que "[...] os movimentos desse capital monetário não são mais do que movimentos de uma parte autonomizada do capital industrial empenhado em seu processo de reprodução" (ibidem).

A reprodução ampliada dos capitais, em ramos distintos, permite a acumulação da forma monetária, na figura do tesouro, um capital-monetário potencial, conforme

Marx expõe no segundo livro. Assim, a abordagem permite identificar a origem do comércio de dinheiro, no desenvolvimento histórico do capitalismo.

A divisão do trabalho acarreta o fato de que essas operações técnicas, condicionadas pelas funções do capital, devam ser realizadas para toda a classe capitalista, na medida do possível, por um setor especial de agentes ou capitalistas, como suas funções exclusivas ou concentradas em suas mãos. Nesse caso, como no capital comercial, a divisão do trabalho tem um duplo sentido. Ela se converte numa atividade especial e, por ser desempenhada como atividade especial para a engrenagem monetária da classe inteira, é concentrada, exercida em grande escala; então se verifica uma divisão do trabalho no interior dessa atividade especial, tanto por meio de sua divisão em diferentes ramos independentes entre si como por meio do aperfeiçoamento dos locais de trabalho dentro desses ramos (grandes escritórios, numerosos contadores e cobradores e uma divisão do trabalho avançada). O pagamento do dinheiro, a cobrança, o ajuste dos balanços, o manejo de contas-correntes, a conservação do dinheiro etc., separados dos atos pelos quais essas operações técnicas se tornam necessárias, convertem o capital adiantado nessas funções em capital de comércio de dinheiro (MARX, 2017a, p. 360-361).

Portanto, para Marx as atividades do “[...] comércio de dinheiro resultam das diferentes determinações do próprio dinheiro e de suas funções, que, portanto, o capital também deve desempenhar na forma de capital monetário” (ibidem). Como o dinheiro serve como meio de pagamento e meio de circulação, ele é uma mercadoria que torna-se fundamental para continuidade do capital, e que, portanto, “o comerciante de dinheiro faz dessa mediação sua atividade particular” (ibidem, p.363).

A especialização desse tipo de comércio viabiliza, na forma capitalista, o aprimoramento⁴¹ das funções do dinheiro como crédito, passando a ser uma forma funcional à acumulação capitalista que freia temporariamente a queda da taxa de lucro e a eclosão das crises; a ação do crédito provoca deslocamento temporário das contradições, saltando as barreiras, à reprodução ampliada do capital, mas nunca supera de maneira efetiva, como veremos mais à frente.

Para Marx,

Na medida que o capital monetário é adiantado por uma classe especial de capitalistas nessa mediação técnica da circulação monetária - esse capital, em escala reduzida, representa o capital adicional que, em outras condições, os próprios comerciantes e os capitalistas industriais teriam de adiantar para esses fins -, aqui também se apresenta a forma geral do capital, D-D'. Por meio do adiantamento de D, cria-se D+▲D para o capitalista que adiantou. Nesse caso, porém, a mediação de D-D' não diz respeito aos fatores materiais [*sachlichen*] da metamorfose, mas apenas seus fatores técnicos (MARX, 2017a, p.366).

⁴¹ O aprimoramento se justifica, pois: “O comércio de dinheiro se encontra plenamente desenvolvido, mesmo em seus primórdios, a partir do momento em que suas funções ordinárias são complementadas pela concessão e pela contração de empréstimos e pelo crédito” (MARX, 2017b, p. 364).

Dessa forma, o capital de comércio de dinheiro se desdobra em capital portador de juros, alienando do processo material do capital industrial, reduzindo o ciclo à simples representação do dinheiro acrescido quantitativamente. Nesse sentido, o papel do crédito assume a natureza de uma mercadoria, que, quando emprestada⁴², é capaz de gerar um retorno monetário para o capitalista que emprestou o dinheiro.

Mas, como poderia um capital que atua na circulação gerar lucro? Essa é a pergunta que subjaz à análise do autor prussiano. A hipótese da lei do valor-trabalho ainda consegue explicar essa funcionalidade na forma do lucro médio porque, segundo Marx: "Seja investido industrialmente na esfera da produção, seja investido comercialmente na esfera da circulação, o capital gera, proporcionalmente a seu volume, o mesmo lucro médio anual." (2017a, p. 385). Dessa forma, temos uma média do mais-valor anual que o processo de produção do capital gerou, mas assume uma forma mistificada em seu circuito. Isso permite ao capital que atua na circulação a apropriação de parte desse mais-valor produzido por meio de seus mecanismos de atuação.

Dessa forma precisamos explicar melhor a atuação comercial do capital portador de juros, pois:

O possuidor de dinheiro, que quer valorizá-lo como capital portador de juros, aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, converte-o em mercadoria *como capital*; e não só como capital para ele mesmo, mas também para outros; ele não é capital apenas para quem o aliena, mas é desde o início transferido a um terceiro como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valor, lucro; como um valor que conserva a si mesmo no movimento e que, depois de ter funcionado, retorna àquela que o desembolsou originalmente, no caso em questão, ao possuidor do dinheiro; portanto, um valor que só por algum tempo permanece distante de quem desembolsou, que só transita temporariamente das mãos de seu proprietário para as mãos do capitalista em atividade e que, por conseguinte, não é pago nem vendido, mas apenas emprestado; um valor que só é alienado sob condição de, em primeiro lugar, retornar a seu ponto de partida após determinado prazo e, em segundo lugar, retornar como capital realizado, isto é, tendo cumprido seu valor de uso, que consiste em produzir mais-valor (MARX, 2017a, p.390-391). (grifo do autor)

⁴² "Assim, quando o proprietário do capital-dinheiro empresta seu capital a um capitalista industrial ou a um atacadista, ele não está, com esse ato, realizando nenhuma parte do ciclo que o capital passa na produção capitalista. Com esse fato não está ocorrendo uma metamorfose, tal como aquele quando o capitalista produtor de mercadorias contrata o trabalhador assalariado e o põe a trabalhar na sua empresa (processo de produção); também não está acontecendo nem compra nem venda de mercadorias (quando o atacadista compra a mercadoria do capitalista produtor de mercadorias). E o retorno do dinheiro emprestado às mãos de seu proprietário apenas completa o ato por ele realizado, isto é, a cessão do dinheiro por um determinado tempo." (NAKATANI; MARQUES, 2020, p.31).

Essa "modalidade de retorno", como diz Marx (2017a, p. 391), é uma forma fetichizada da atuação das formas funcionais do capital, ou seja, valor que valoriza a si mesmo, mas de modo algum foge do "movimento cíclico real do capital" (ibidem), isto é, da forma vampiresca e compulsiva de atuação sobre a exploração do tempo de trabalho abstrato. A questão é que, enquanto capital portador de juros, o ciclo do dinheiro é reduzido a (D...D'), uma diferença quantitativa capaz de abstrair, ainda mais, qualquer rastro do trabalho humano como fonte criadora de valor e mais-valor, centrando-se na qualidade própria de gerar valor excedente para o capitalista que atua nesse ramo de empréstimo.

O momento do refluxo depende do curso do processo de reprodução; no capital portador de juros, seu retorno como capital parece depender de um simples acordo entre prestamista e prestatários, de maneira que o refluxo do capital, com relação a essa transação, não aparece mais como resultado determinado pelo processo de produção, mas como se em nenhum momento o capital emprestado se despojasse da forma de dinheiro (MARX, 2017a, p. 396).

Portanto, o capital portador de juros com sua funcionalidade, que consiste em transformar dinheiro em mais dinheiro, assume a função de capital. Isso não o diferencia genericamente de outros ramos, pelo contrário, ele até adquire um *status* especial como acelerador do processo de valorização, devido à sua abstração dos processos de trabalho, como mencionado anteriormente, e ao caráter específico do dinheiro como representante social do valor.

O crédito é a forma mais comum deste tipo de apropriação, em que os juros aparecem como uma taxa que determina o quanto de mais-valor o usuário deve receber pelo tempo em que renunciou à posse de seu dinheiro. Para Marx (2017a), isso representa uma expressão completamente irracional do preço do capital, ou seja, o capital está se auto-referenciando quanto ao seu valor, quando, em verdade, o valor é uma relação social resultado de um tipo específico de trabalho abstrato socialmente mediado pelo tempo de produção das mercadorias⁴³.

⁴³ Postone esclarece essa natureza social do valor: "O valor de uma mercadoria, em outras palavras, é o momento individualizado de uma mediação social geral; sua grandeza não é uma função do tempo de trabalho realmente necessário para produzir aquela mercadoria em particular, mas da mediação social geral expressa pela categoria de tempo de trabalho social necessário. Diferentemente da medida da riqueza material, que é uma função de quantidade e da qualidade dos produtos particulares, a medida do valor expressa uma *relação* determinada - a saber, uma relação entre o particular e o geral-abstrato que tem a forma de uma relação entre momento e totalidade. Ambos os termos dessa relação são constituídos pelo trabalho, que funciona como atividade produtiva e socialmente mediadora. O duplo caráter do trabalho subjaz a medida temporal, abstrata e quase objetiva da riqueza social no

Assim, para Marx resta questionar: “como pode ocorrer, então, que uma soma de valor tenha um preço além de seu próprio, além do preço que está expresso em sua própria forma de dinheiro?” (ibidem, p.401).

A pressuposição para tal problemática é que o dinheiro acaba por atuar como capital, assumindo suas funções de valor, mas que só pode efetivá-las alienando-o a um terceiro, que utiliza-o no movimento real do capital (D-M-D') e, assim, é capaz de devolvê-lo valorizado (D...D'). Assim, o capital portador de juros se apropria de parte do mais-valor produzido, como um direito, pelo tempo que esteve como empréstimo e, esse tempo é o tempo de valorização: trabalho não-pago, decorrente da exploração da força de trabalho, pelo capital industrial, que tinha a posse do crédito.

É no capital portador de juros que a relação capitalista assume sua forma mais exterior e mais fetichista. Aqui deparamos com D-D', dinheiro que engendra mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo mediador entre os dois extremos (MARX, 2017a, p. 441)

A exacerbação dessa funcionalidade da acumulação capitalista eleva o patamar da reificação da dominação abstrata pelo valor na consciência dos agentes econômicos, transparecendo ainda mais uma verdadeira autonomia dos processos de trabalho que criam valor. A exposição gradativa das categorias que Marx investiga, já nos demonstra um nível de efetivação dessas relações econômicas plasmando todo o tecido social, isso significa que, “Portanto, as ideias dos agentes, apesar de verdadeiras no âmbito da mera reprodução da sociedade, são, naquele particular, substancialmente falsas, uma vez que suprimem a dimensão distintiva do humano - sua transitoriedade.” (DUAYER; MEDEIROS, 2015, p.25), assim entende de maneira unilateral a realidade, pelo modo reificado, que o produto do trabalho assume no decorrer do desenvolvimento das relações capitalistas.

Em síntese, a crítica marxiana nos permite perceber que o sistema de crédito advém da especialização do sistema bancário, que concentra todas as operações e permite emitir esses recursos monetários, por meio de ações de todos os tipos; crédito industrial ou pessoal para realizarem suas funções e, no final de um determinado período, pagarem os credores. Como o curso do capital não é manso, o crédito não supera as contradições do capital, apenas as desloca por um momento, mas

capitalismo e gera uma oposição entre a gama de produtos ou trabalhos específicos e uma dimensão geral abstrata que constitui e é constituída por esses trabalhos específicos.” (POSTONE, 2014, p.223).

contraditoriamente, também as aceleram. Pois, toda forma de capital só tem um objetivo: a valorização máxima do valor.

Diz Rosdolsky a respeito:

[...] a possibilidade do crédito surge da “natureza interna” do modo de produção capitalista, está contida em seu “conceito”. Além disso, na trajetória do capital existem elementos que criam não só a possibilidade mas também a necessidade do sistema de crédito. Mais ainda, fazem com que ele apareça como uma *conditio sine qua non* na produção capitalista. Tal é, sobretudo, a compulsão à continuidade, ao fluxo ininterrupto do processo de produção (ROSDOLSKY, 2001, p.328).

Se a redução do tempo de circulação é uma exigência da reprodução ampliada como visto, as condições de competição dos capitais nos mercados criam barreiras à valorização, de modo que “O inteiro sistema de crédito e o comércio especulativo, a super especulação etc. a ele associados baseiam-se na necessidade de estender e transpor os obstáculos da circulação e da esfera da troca” (MARX, 2011, P.340).

Complementa Marx:

A aceleração, mediante o crédito, das diferentes fases da circulação ou da metamorfose das mercadorias e também da metamorfose do capital; portanto, aceleração do processo de reprodução em geral. (Por outro lado, o crédito, ao permitir uma separação mais prolongada dos atos de compra e venda, serve de base para a especulação) (MARX, 2017a, p.494).

A eclosão da crise pode ser temporariamente adiada por meio desses mecanismos, mas, como mencionamos anteriormente, ela não é efetivamente superada. Isso ocorre devido à excessiva autonomização entre os atos de compra e venda, o que possui uma dupla determinação devido ao papel do crédito, que acelera ainda mais a tendência à superprodução de capitais e aprofunda as condições de separação dos momentos opostos. É justamente por meio das crises, durante o período de “subprodução” mencionado no texto, que o próprio capitalismo corrige essas desproporções em relação à massa de mercadorias lançadas ao mercado operando sua destruição e redução de preços temporariamente e retorna alocando as mesmas contradições, mas em uma escala maior.

O capital eleva ainda mais esse fetiche da autonomização de suas formas funcionais para acumulação por meio do capital fictício. Aquela advertência do início desta exposição é reiterada por Paulo Nakatani e Maria Marques (2020), mas de um modo polêmico. Diz os autores:

Embora Marx não defina o que é capital fictício, podemos dizer que esse não guarda nenhuma relação com a produção de mercadorias e nem com as

atividades de grande comércio que garantem que as mercadorias cheguem às mãos de seu consumidor final (NAKATANI; MARQUES, 2020, p.32-33).

O capital fictício, embora não seja precisamente definido por Marx, guarda sim relação com o circuito do valor uma vez que ele participa de modo ainda que indireto na aceleração da produtividade do trabalho abstrato para manter a massa de mais-valor dispostas no mercado, sendo fonte da especulação e apropriada por esse tipo de capital.

Portanto, o capital portador de juros desdobra-se em capital fictício, que atua. Sua forma parece misteriosa, com capacidade de capitalizar tudo que vê pela frente, ou seja: “A relação social é consumada como relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma.” (MARX, 2017a, p.442).

Não obstante, essa "ficção" não significa que seja irreal, mas, que aliena qualquer lastro do trabalho como fonte geradora de valor, permitindo dessa forma que ganhe a plenitude ao atuar como suposto sujeito autônomo de valorização, no limite como valor. Para Marx essa é a “[...] forma mais exterior e mais fetichista” (2017a, p. 441), reduzida à aparência do ciclo do capital monetário (D-D’).

Isso se concretiza da seguinte maneira:

O desenvolvimento do comércio e do modo de produção capitalista, que só funciona com vistas à circulação, amplia, generaliza e aperfeiçoa essa base natural-espontânea do sistema de crédito. Aqui, a única função do dinheiro é, em geral, a de meio de pagamento, isto é, a mercadoria é vendida não em troca de dinheiro, mas de uma promessa escrita de pagamento a ser realizado em determinado prazo. A título de simplificação, todas essas promessas de pagamento podem ser aqui reunidas na categoria geral de letras de câmbio. Até o dia de vencimento, quando devem ser quitadas, as letras de câmbio circulam, por sua vez, como meios de pagamento e constituem o dinheiro comercial em sentido estrito. Tão logo são canceladas mediante a compensação de créditos e débitos, elas passam a funcionar plenamente como dinheiro, uma vez que não precisam se converter finalmente em dinheiro. E, assim como esses adiantamentos mútuos que os produtores e os comerciantes realizam entre si em forma de letras de câmbio constituem a verdadeira base do crédito, também seu instrumento de circulação, a letra de câmbio, constitui a base do verdadeiro dinheiro creditício, das cédulas bancárias etc. Estes últimos não repousam na circulação monetária, seja a de dinheiro metálico, seja a de papel-moeda emitidos pelo Estado, mas na circulação de letras de câmbio (MARX, 2017a, p.451).

O progresso da letra de câmbio fica a cargo de um capitalista que se especializou nessa atividade, concentrando e centralizando, inclusive, o poder social que está associado ao dinheiro. Assim, com “[...] desenvolvimento do sistema bancário, sobretudo a partir do momento em que o banco começa a pagar juros pelo

dinheiro depositado, aflui também ao caixa as reservas de dinheiro e o dinheiro momentaneamente inativo de todas as classes." (MARX, 2017a, p.455).

Dessa maneira, a busca pelo enriquecimento privado parte de títulos de apropriação de valor⁴⁴, concretizados nestas letras de câmbio, que estabelecem um contrato entre prestamistas e prestatários. Em suma, Marx adverte que a atuação dos juros busca a antecipação de um mais-valor que ainda não se concretizou, sendo apenas ideal (ficção), que estabelece de antemão, o preço do empréstimo.

Dessa maneira, a lógica que prevalece é que o:

O crédito concedido por um banqueiro pode, por sua vez, assumir diversas formas, como a de letras de câmbio ou cheques emitidos sobre outros bancos, a de abertura de créditos do mesmo tipo e finalmente, em se tratando de bancos emissores, a de cédulas do próprio banco. A cédula bancária não é outra coisa senão uma letra de câmbio sobre o banqueiro, de pagamento à vista e ao portador, e que o banqueiro emite em vez de letras privadas. Esta última forma de crédito apresenta, para o leigo, um caráter especialmente impressionante e de grande importância, primeiro porque esse tipo de dinheiro creditício sai da simples circulação comercial para entrar na circulação geral, funcionando aqui como dinheiro, e, além disso, porque na maioria dos países os principais bancos que emitem cédulas bancárias são uma espécie de combinação peculiar de bancos públicos e privados e, como tais, encontram-se na realidade respaldados pelo crédito público, de modo que suas cédulas constituem, em maior ou menor medida, meios legais de pagamento; e porque, nesse caso, vê-se claramente que aquilo com que o banqueiro negocia é o crédito, já que a cédula bancária não é mais que um signo circulante do crédito. Mas o banqueiro, mesmo quando adianta o dinheiro vivo depositado em seus cofres, também negocia com todas as demais formas de crédito. Na realidade, a cédula bancária é apenas a moeda do comércio atacadista, sendo sempre o depósito aquilo que, nos bancos, constitui o elemento primordial (MARX, 2017a, p.455).

O papel do capital fictício permite aos capitalistas a possibilidade de participação no circuito do valor, sem que produzam de fato uma mercadoria que passe pelo processo de objetivação do tempo de trabalho abstrato. Por isso, seu caráter fictício atribui um valor novo a esses títulos de modo eventual na maneira como ocorrem suas operações nos mercados. Dessa forma, na dinâmica do capital fictício há apropriação e especulação com a finalidade de aumentar seus rendimentos, a partir de uma base real-concreta de valor existente, como é o caso dos títulos de dívida pública, que estão acumulados na forma de um fundo público sob a chancela do Estado⁴⁵.

⁴⁴ Esses títulos assumem formas muito diversas, o autor exemplifica com algumas, como o caso de: crédito pessoal, títulos rentáveis, ações, títulos públicos e entre outros.

⁴⁵ Afinal, desde o primeiro livro, notamos o importante papel que o Estado e esses títulos públicos desempenham como mola propulsora da acumulação capitalista. No entanto, no capitalismo contemporâneo, de maneira ainda mais evidente, o capital fictício se apropria do fundo público para

O Estado obtém dinheiro em caixa também pela apropriação dessa riqueza social, mas a partir de meios jurídicos que concretiza em novos impostos e taxas para efetuar suas ações políticas nas relações capitalistas⁴⁶. Mas emite esses títulos da dívida pública para captar mais recursos monetários para alguma necessidade particular. Dessa maneira, os capitalistas especializados nesta atividade fictícia, que recebem o adjetivo de “financeira”, operam o emprego dos juros, para receber uma renda apenas pela comercialização e especulação desses empréstimos e vendas nos mercados.

A determinação mais concreta desta operação é o próprio capital bancário composto:

1) de dinheiro em espécie, ouro ou cédulas; 2) de títulos de valor. Estes, por sua vez, podem se decompor em: títulos comerciais, letras de câmbio, que são flutuantes, vencem periodicamente e cujo desconto constitui o verdadeiro negócio do banqueiro; e títulos públicos, como os da dívida pública, os do Tesouro, ações de todos os tipos, em suma, títulos portadores de juros, mas que se distinguem essencialmente das letras de câmbio. Entre eles, incluem-se também as hipotecas. O capital formado por esses elementos materiais se divide, por sua vez, no capital de investimento do próprio banqueiro e nos depósitos que formam seu *banking capital* ou seu capital emprestado. Nos bancos com emissão de cédulas, acrescentam-se ainda as cédulas bancárias. Deixaremos de lado, por ora, os depósitos e as cédulas. É evidente que as partes constitutivas do capital bancário – dinheiro, letras de câmbio e títulos depositados – não se alteram em nada pelo fato de esses diferentes elementos representarem seu capital próprio ou depósitos, isto é, o capital de outras pessoas. A mesma divisão continuaria válida tanto se o banqueiro operasse seu negócio unicamente com seu próprio capital quanto se o fizesse unicamente com capital recebido em depósito (MARX, 2017a, p.521-522).

É dessa autonomia demasiada do papel do capital fictício, da capitalização desmedida dos títulos e letras de câmbio, que bolhas se forma e crises se rompem, como um momento de negação dessa lógica, alertando ao capital, que é impossível alcançar os limites estabelecidos por ele mesmo (produção de valor), devido ao conflito inerente entre a base social material que lhe corresponde e o sentido da riqueza enquanto valor.

O movimento independente do valor desses títulos de posse, não só dos títulos da dívida pública, mas também das ações, reforça a ilusão de que eles constituem um capital real ao lado do capital ou do direito ao qual eles possivelmente deem título. Pois esses títulos se tornam, de fato, mercadorias, cujo preço tem seus próprios movimentos característicos e é fixado de maneira peculiar. Seu valor de mercado é determinado diferentemente de seu

manter esse regime de acumulação funcional e equilibrar as crises que podem surgir, apesar de provocar outras.

⁴⁶ Aqui estamos abstraindo das empresas públicas que atuam no circuito do valor, porém, seus lucros são voltados, em tese, para o fundo público.

valor nominal, sem que se altere o valor (ainda que se possa alterar a valorização) do capital real (MARX, 2017a, p.524-525).

Por isso, como Marx (2017a) argumenta, o *crash*, ou seja, a quebra, torna-se um meio violento para restabelecer a unidade de elementos opostos que estavam autônomos, resolvendo de modo momentâneo essa separação, que não tarda em ser reposta. A produção excessiva de capital fictício, embora provoque uma acumulação excedente e retarde o tempo das crises por algum momento, chega ao ponto em que essas contradições entre a relação social de produção e as forças produtivas não encontram as condições para efetivar o mais-valor, rompendo o ciclo. Essas são crises de superprodução, como observa Fausto (2021), oriundas da lógica de acumulação infinita de valor imposta por uma produção crescentemente estranhada, mas possui uma finitude que só se torna evidente por meio dessas estagnações e rupturas.

Se o sistema de crédito se apresenta como a alavanca principal da superprodução e do excesso de especulação no comércio, é pura e simplesmente porque o processo de reprodução, que por sua própria natureza é um processo elástico, vê-se forçado aqui até o máximo, e isso porque uma grande parte do capital social é investida por aqueles que não são seus proprietários, os quais atuam, claro, de maneira bem distinta dos proprietários, que a cada passo avaliam cautelosamente os limites e as possibilidades de seu capital privado. Assim, destaca-se somente o fato de que a valorização do capital, baseada no caráter antagônico da produção capitalista, só consente até certo ponto em seu desenvolvimento real, livre, pois na realidade constitui um entrave e um limite imanentes à produção, que são constantemente rompidos pelo sistema de crédito. Por conseguinte, o crédito acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a instauração do mercado mundial, que, por constituírem as bases da nova forma de produção, têm de ser desenvolvidos até um certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. O crédito acelera ao mesmo tempo as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com elas, os elementos da dissolução do antigo modo de produção (MARX, 2017a, p.499).

Portanto, uma crise que se apresenta na forma de uma "crise financeira" na verdade apenas expõe a forma que emerge da lei geral da acumulação capitalista. Essa forma amplifica as contradições decorrentes de uma objetivação desenfreada por lucro e juros, criando condições inadequadas e desequilibradas para sua concretização e contínua reprodução.

Além disso, o capital que atua na compra e venda desses títulos de apropriação, reforça ainda mais a desmedida da capitalização fictícia. Isso ocorre porque ela se baseia na expectativa de obter mais-valor por meio de títulos, que foge dos ganhos reais associados a ele. Logo, a acumulação fictícia é capaz de estruturar, mesmo que apenas de forma ideal, um período de produção que sequer existe, e assim,

Ao desenvolverem-se o capital portador de juros e o sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelos diversos modos em que o mesmo capital ou o mesmo título de dívida aparece sob diferentes formas em diferentes mãos. Esse “capital monetário” é, em sua maior parte, puramente fictício. Todos os depósitos, com exceção do fundo de reserva, não são mais que créditos contra o banqueiro e jamais existem em depósito. Na medida em que servem para operações de giro, funcionam como capital para os banqueiros, depois que estes os emprestaram. Os banqueiros pagam uns aos outros os direitos recíprocos sobre os depósitos não existentes mediante a compensação mútua desses créditos (MARX, 2017a, p.527-528).

É o caráter independente, autônomo e irracional das funcionalidades do capital que advém do caráter reificado do trabalho abstrato que possibilita a estruturação desses mecanismos de acumulação que parecem advir de qualquer forma que o capital assuma, seja na circulação ou seja na própria produção industrial.

Para Marx, essa mistificação é ainda mais elevada com as sociedades por ações, por meio desse sistema de capitalização da a dinâmica dos juros e as formas fictícias de especulação, que Marx chama de uma “suprassunção” [*Aufhebung*] da própria produção capitalista pelo próprios capitalistas. O que permite a formação de uma classe de “parasitas”, cujo sentido refere-se a concretude de que o capital portador de juros é capaz de gerar um “lucro” para esses agentes econômicos, que operam, apenas pela compra e venda de ações das empresas e esperam ganhar sua parcela investida na forma de dividendos.

Além disso, a influência das sociedades por ações nas relações capitalistas de produção e reprodução intensifica as contradições do capital, resultando em crises cada vez mais graves e violentas. Em uma intervenção nos textos do Livro III, Engels adverte os leitores de que, após a morte de Marx, essas tendências haviam se aprofundado ainda mais na dinâmica do mercado mundial.

Desde que Marx escreveu o que vai acima, desenvolveram-se, como é sabido, novas formas de empresa industrial, que representam a segunda e a terceira potências das sociedades por ações. A rapidez cada vez maior com que hoje se pode incrementar a produção em todos os campos da grande indústria contrasta com a progressiva lentidão da expansão do mercado para atender a essa produção aumentada. O que aquela produz em meses este só pode absorver, quando muito, em anos. Acrescente-se a isso a política de proteção aduaneira, que faz com que cada país industrial se feche aos demais, especialmente à Inglaterra, aumentando assim, artificialmente, a capacidade interna de produção. Disso resulta: superprodução geral crônica, preços baixos, queda tendencial dos lucros e até mesmo sua total desaparecimento; em outras palavras, a tão falada liberdade de concorrência chegou ao fim da linha e se vê ela mesma obrigada a proclamar sua manifesta e escandalosa falência. E isso justamente por não haver nenhum país onde

os grandes industriais de determinado ramo não se associem para formar um cartel com a finalidade de regular a produção (MARX, 2017a, p.495)⁴⁷.

Se naquele tempo, no final do século XIX, o capitalismo já apresentava essas complexidades, resultado de suas próprias engrenagens para acumular mais-valor, o século XXI nos evidencia não apenas a confirmação dessas tendências, mas também o ônus que reflete a chamada "crise estrutural do capital", como endossado por Mészáros (2011). Isso afeta todo o complexo social, manifestando uma derrocada econômica, política e também ecológica sem precedentes, resultante dessa intensificação do conteúdo alienante da produção de valor e seus impasses para efetivação e reprodução.

Assim, com essas sociedades de ações, o controle da empresa não é tão individual, mas dividido e inclusive guiada não apenas para gerar um lucro capaz de sanar os anseios do capitalista individual, mas desses acionistas que investem para a objetivação de recompensas. O resultado é uma crescente concorrência intercapitalista, objetivando a expropriação não apenas da classe trabalhadora, mas dos próprios capitalistas, lutando entre si pelas melhores condições de mercado, não obstante, a concentração e centralização dos capitais aumenta também a potencialização das crises.

Em Marx, encontramos uma explicação para “dominância financeira”, que advém dessa “socialização” das empresas

O valor de mercado desses papéis é, em parte, especulativo, pois não depende somente dos ganhos reais, mas também dos ganhos esperados, calculados por antecipação [...]. Seu valor é sempre o rendimento capitalizado, isto é, calculado sobre um capital ilusório, com base na taxa de juros vigente. Por isso, em épocas de dificuldades no mercado monetário, o preço desses títulos cai de duplo modo; primeiro, porque aumenta a taxa de juros e, segundo, porque os títulos são lançados em massa no mercado para serem realizados em dinheiro. Essa queda de preço se produz independentemente da circunstância que o rendimento que esses papéis asseguram a seu possuidor ser constante, como é o caso dos títulos da dívida pública, ou de a valorização do capital real que eles representam ser afetada pelas perturbações do processo de reprodução, como é o caso das empresas industriais. Nesta última situação, à depreciação mencionada acrescenta-se outra. Passada a tormenta, esses papéis voltam a subir ao nível de antes, desde que não representem empresas falidas ou fraudulentas. Sua depreciação durante a crise serve como um poderoso meio de centralização de fortunas em dinheiro (MARX, 2017a, p.525).

⁴⁷ A passagem citada diz respeito a uma intervenção de Engels para complementar o argumento de Marx devido ao caráter fragmentado do manuscrito.

A autonomização das formas funcionais do capital surge como um poder intrínseco capaz de gerar lucros em ramos específicos. O capital fictício eleva esse fetichismo do capital ao seu ápice e, como observado, também concentra cada vez mais o poder social da própria riqueza. A figura do dinheiro desempenha um papel crucial neste sociometabolismo, representando quantitativamente o valor, e daí origina-se essa inversão, como também foi explorado no início da obra de Marx.

Assim, podemos entender que as "crises financeiras" não diferem das crises que ocorrem, por exemplo, na indústria. Para Marx, essa particularidade dos ramos é, na verdade, um reflexo do todo. Ou seja, a causa encontra-se no próprio modo de produção capitalista, que transforma a produção objetivada em "imensa acumulação de mercadorias".

■ ■ ■

O estudo das crises na obra de maturidade de Marx é um desafio muito grande para qualquer estudioso do tema. Isso se deve à complexidade que permeia seu modo de exposição, às numerosas categorias que compõem sua análise e ao caráter incompleto e fragmentado do texto, como já mencionado nesta dissertação, por isso, inclusive foi crucial recorrer a intérpretes experientes de sua obra, a fim de aprofundar certos detalhes que escaparam à nossa aproximação inicial.

Compreendemos, então, que as relações que governam a economia capitalista são intrinsecamente conflituosas pelo o caráter coisal e estranho em que se estabelecem as relações sociais em prol da produção e acumulação de uma riqueza abstrata. E a resolução desses conflitos só pode ocorrer temporariamente por meio das crises, as quais negam temporariamente as leis positivas do capital, que, por sua vez, logo voltam a se manifestar.

Dessa maneira, as crises se configuram como um fenômeno recorrente no curso do capitalismo refletido economicamente em momentos de prosperidade, estagnação e derrocadas. Muitas vezes isso os próprios indicadores da riqueza neste sociometabolismo acabam sendo uma medida para indicar essas fases oscilatórias como a taxa de lucro, a taxa de juros, a oscilação dos preços no mercado, o desemprego, entre outros fatores.

No entanto, o modo como Marx investigou o capitalismo nos proporciona as melhores pistas, ou melhor dizendo, as tendências que ele identificou sobre como

opera a dominação abstrata e impessoal através do valor, que se generalizou a partir de condições históricas que moldaram o modo de produção capitalista. Essas condições surgiram da dissolução dos modos de produção anteriores para formar uma "liberdade econômica" que só é possível por meio da generalização do mundo das mercadorias, incompatível com as estruturas comerciais e de servidão.

Assim, como afirmam Duayer e Cardoso (2022), a crítica de Marx revela que o trabalho abstrato estabelece um "sistema de relações coisificadas", no qual o produto do trabalho humano domina o produtor, adquirindo uma vida própria e representações independentes do controle individual. Dessa forma, o ser social só pode satisfazer suas necessidades humanas por meio da mediação dos mercados, ou seja, agindo por meio das relações de troca de mercadorias e do dinheiro. Por essa razão, o trabalho possui uma centralidade específica nessa sociedade, uma vez que os indivíduos só se tornam sujeitos ativos na medida em que estão inseridos na lógica que valoriza o valor. Caso contrário, tornam-se uma população supérflua, redundante ao processo produtivo e de consumo.

Segundo Marx, com o desenvolvimento da produção industrial capitalista, a criação de riqueza material se torna cada vez menos dependente do dispêndio de trabalho humano direto na produção. No entanto, esse trabalho continua desempenhando um papel indispensável visto que a produção do (mais-)valor depende necessariamente dele; a reconstituição do valor fundamentada estruturalmente, já aqui examinada, é, ao mesmo tempo, a reconstituição da necessidade do trabalho proletário. Como resultado, à medida que a produção industrial capitalista continua a se desenvolver, o trabalho proletário se torna cada vez mais supérfluo do ponto de vista da produção da riqueza material e, conseqüentemente, anacrônico; porém, continua necessário como fonte do valor. Conforme essa dualidade se manifesta, quanto mais o capital se desenvolve, mais ele esvazia e fragmenta o trabalho necessário para sua constituição (POSTONE, 2014, p.413).

As crises, portanto, alertam para a impossibilidade de manter essa lógica fundada em uma produção e realização de valor contínua e ampliada por muito tempo. Os métodos intrínsecos à sua formação histórica aceleram a contradição entre a riqueza material e a riqueza temporal e sua efetivação. A base da duplicidade do trabalho concreto e trabalho abstrato cria elementos opostos e complementares que só podem estabelecer conexões plenas por meio das relações mercantis. No limite, a personificação do capital e sua autonomização, como o capital portador de juros, capital comercial e capital industrial, revelam como o produto do trabalho humano ganha vida própria e parece gerar um movimento automático.

Em outras palavras, essa referida autonomização das funcionalidades do capital, não passam de manifestações de uma “consciência deslocada” (MARX, 2017a, p.71), alienada das bases sociais do trabalho que as sustentam. Desta maneira o capital encontra barreiras e limites ao seu processo insaciável de acumulação de valor gerados intrinsecamente.

Apenas por meio das "erupções violentas", conforme afirmado por Marx (2017a), o capital pode desencadear um contramovimento dessa pulsão pelo valor, destruindo as bases produtivas e os valores de troca gerados. No entanto, pode também restabelecer novas condições de valorização, realocando novas possibilidades de crise, uma vez que o capital altera sua forma para preservar seu conteúdo.

No entanto, Marx é capaz de apresentar ainda um segundo sentido da crise, por meio de uma confrontação direta, política e organizada da classe trabalhadora com essas contradições latentes que impulsionam curtos-circuitos. Isso implica num movimento de dissolução dos laços da produção de valor. Este entendimento de crise refere-se ao fim histórico do capital, resultando na superação (*Aufhebung*) desse metabolismo social. A tarefa revolucionária que para Marx recai sobre aqueles que sofrem expropriação e exploração, pois, mesmo sendo impessoal e abstrato, essa exploração é personificada no conflito entre as classes antagônicas que compõem essa sociedade, ou seja, burgueses e proletários. Cabendo à classe trabalhadora a missão histórica de romper com o núcleo social da produção do valor e suas personificações que reflete a passagem, em que “os expropriadores são expropriados” (MARX, 2017b, p.884). Essa abordagem na obra *O Capital* se limita a meras passagens, mas pode ser encontrada, na maturidade, nos textos marxianos: o que revela o caráter histórico e modificável dessas relações particulares de produção.

A primeira parte da dissertação nos possibilita observar e fundamentar nossa compreensão sobre as engrenagens substantivas da forma do capital a partir da teoria do valor-trabalho. Em outras palavras, Marx oferece uma crítica ontológica à visão de mundo mediada pelos mercados e às formas personificadas e autonomizadas do capital na realidade concreta. Essas formas parecem tomar distância inclusive da lei do valor-trabalho, mas como mencionado, isso é apenas uma falsa representação que domina a vida dos indivíduos na cotidianidade da vida no capitalismo.

No entanto, Marx não completou sua obra e não dedicou, como expresso por Rosdolsky (2001), um plano de exposição da "crítica da economia política" que

incluísse um livro especificamente dedicado às crises e ao mercado mundial. Dessa forma, o que temos é uma observação ainda não-acabada sobre as crises. No entanto, sem dúvida, pelas entrelinhas da exposição o tema é tratado revelando o caráter conflituoso desse modo de produção.

Portanto, torna-se necessário seguidamente observar, na segunda parte desta dissertação, alguns fatos históricos críticos, explorando os aspectos qualitativos de três momentos de grandes crises do capitalismo que marcaram o século XX e o início do século XXI. O objetivo é analisar como as leis do capitalismo, que Marx considerava sempre tendências, se confirmaram em nossa contemporaneidade. Isso chama a atenção para a abrangência, profundidade e recorrência dessas crises, cujo conteúdo foi descoberto com originalidade pelo autor e permanece atual como uma resposta teórica em nosso tempo.

PARTE II - AS FORMAS DE CRISE NA REALIDADE: UMA CRÍTICA NEGATIVA A PARTIR DE MARX

4 A CRISE CAPITALISTA: UMA ANÁLISE DE SUAS MANIFESTAÇÕES NA HISTÓRIA

As recorrentes manifestações das crises capitalistas ao longo do século XX e início do XXI exigem uma análise aprofundada para compreender melhor as determinações causais internas que fundamentam essas quedas cíclicas e impactam o sistema econômico global. Nesta investigação, analisamos três momentos de ruptura de grande envergadura que provocaram efeitos corrosivos sobre as dinâmicas econômicas, sociais e políticas em escala mundial: as crises de 1929, dos anos 1970 e de 2008, todas originadas no centro das grandes nações capitalistas e alastraram-se pelo resto do mercado mundial. Essas crises destacam tanto a complexidade quanto os limites estruturais das relações sociais de produção capitalistas, sendo eventos importantes na história do desenvolvimento capitalista. Nosso objetivo é oferecer uma análise ao mesmo tempo abrangente e sintética desses eventos, enfatizando suas principais determinações e particularidades, mas apontando que a raiz causal reside nas contradições fundamentais da produção de mercadorias. Dessa forma, pretendemos aprofundar nossa compreensão do sistema capitalista em sua totalidade à luz de um conceito de crise em Marx.

Reiteramos que ao longo da análise de "O Capital" encontramos momentos que claramente indicam os curtos-circuitos que impedem a reprodução ampliada do valor. Essa compreensão nos permitiu identificar a crise como um momento necessário no curso do desenvolvimento do capitalismo, uma separação de elementos opostos e complementares, preenchidos por múltiplas determinações. No cerne dessa questão, está a desmedida da riqueza específica enquanto valor, em contraste com a riqueza material, refletindo um tipo de produção pela produção concretizada pelo crescente choque entre o aumento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Portanto, essas relações sociais coisificadas, "semi-independentes", conforme dito por Postone (2014) se desenvolvem mediante as relações mercantis e quando há uma excessiva autonomia dos nexos estabelecidos entre o ato de compra e venda, isso gera um movimento contrário ao que seria o "normal" para o capital. Ou seja, cria-

se um contra-movimento de desvalorização da massa dos valores-de-troca posta em movimento e até mesmo a destruição das forças produtivas em excesso. Esse efeito, ao mesmo tempo, permite restabelecer as condições necessárias para a continuação da rotação dos capitais, ou seja, a forma (D-M-D'), em uma escala ainda maior do que no período anterior.

Em capítulos precedentes acompanhamos como Marx evidencia os limites intrínsecos do modo de produção capitalista, que tendem a um patamar ainda mais amplo, profundo e consistente para crises, isto é, “erupções violentas” (MARX, 2017a) que caracterizam as crises de superprodução de mercadorias, que manifestam-se de forma particular em algum ramo e pode alastrar-se por todas as atividades em que reina a lógica de atuação do capital. Assim, existe a possibilidade de paralisias e valorizações a nível mundial devido a tendência imanente do capital como um sistema reificado e autoexpansivo, cuja riqueza possui um significado distinto do valor-de-uso, isto é, é uma riqueza abstrata e relacionada ao quantidade de tempo de trabalho possa ser cristalizado nas mercadorias que opera de modo incontrolável sua dinâmica no mercado mundial. Desta maneira, no capitalismo, tudo tende a se transformar em mercadoria e portanto, fonte de valor não importa da onde provenha o valor-de-uso.

Em “O Capital” Marx apresenta uma forma original e essencial de interpretar o fenômeno das crises. Não apenas fixando a análise na aparência dos fenômenos, reproduzindo uma “consciência deslocada” (MARX, 2017a), como exposto nos capítulos prévios, mas permitindo associar, dessa maneira, as crises como um acontecimento das leis de movimento do capital e a superação dessa dinâmica instável exige superar o próprio modo de produção capitalista como condição *sine quo non*.

As crises, portanto, não são eventuais e externas, confirmando que o próprio desenrolar das operações do capitalismo é marcado por dinâmicas contraditórias que conservam e expande a atuação da lei do valor-trabalho no mercado mundial. O que permite observar que a busca desenfreada pelo acúmulo dessa riqueza, especificamente histórica, gera momentos disruptivos “[...] ora de maneira mais justaposta no espaço, ora de maneira mais sucessiva no tempo [...]” (MARX, 2017a, p. 288).

Com Lukács, conseguimos obter auxílio para captar o cerne da crítica de Marx e compreender as diversas manifestações das crises no capitalismo, como expressão da reificação.

A economia marxista, com efeito, faz com que as categorias do ser econômico (do ser que constitui o fundamento da vida social) sejam derivadas das manifestações de suas formas reais, isto é, como relações entre homens e homens e, através destas, como relação entre sociedade e natureza. Mas, ao mesmo tempo, Marx demonstra que, no capitalismo, todas essas categorias aparecem necessariamente numa forma reificada; e, por causa dessa forma reificada, ocultam a sua verdadeira essência, ou seja, a de relação entre os homens. Nessa inversão das categorias fundamentais do ser humano reside a fetichização inevitável que ocorre na sociedade capitalista. Na consciência humana, o mundo aparece completamente diverso daquilo que na realidade ele é: aparece deformado em sua própria estrutura, separado de suas efetivas conexões. Torna-se necessário um peculiar trabalho mental para que o homem do capitalismo penetre nesta fetichização e descubra, por trás das categorias reificadas (mercadoria, dinheiro, preço etc.) que determinam a vida cotidiana dos homens, a sua verdadeira essência, isto é, a de relações sociais entre os homens (LUKÁCS, 2010, p.18-19).

Portanto, compreender a natureza da crítica marxiana e sua abordagem teórico-metodológica é um passo de extrema importância para o entendimento de uma sociedade em movimento. Por meio do conteúdo lógico-categorial, é possível obter as principais leis gerais que regem essa complexa sociedade em sua essência, indo além dos fenômenos aparentes que saltam aos olhos. Essa compreensão permite não só entender determinados acontecimentos, mas sobretudo, as suas interconexões que formam essa totalidade.

Dessa maneira, Marx esclarece que:

O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, aparece aqui diante dos indivíduos como algo estranho, como coisa; não como sua conduto recíproca, mas como sua subordinação a relações que existem independentemente deles e que nascem do entrelaçamento de indivíduos indiferentes entre si. A troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca, aparece para eles mesmo como algo estranho, autônomo, como uma coisa. No valor de troca, a conexão social entre pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder [*Vermogen*] pessoal, em poder coisificado (MARX, 2011, p.105).

Ao custo de deixar o texto repetitivo, reiteramos essa ponderação substancial do Marx para entendermos que a generalização da produção de mercadorias é a forma como atua o trabalho na geração de uma riqueza específica abstrata-temporal que coage os indivíduos para estranhamentos particulares. Desse modo, essa produção preserva e aumenta características gerais e concretiza novas singularidades. Assim, a base material só pode ser produto do desdobramento do trabalho humano, mas: “O que torna geral o trabalho no capitalismo não é simplesmente o truísmo de ele ser o denominador comum de todos os vários tipos

específicos de trabalho; pelo contrário *é a função social do trabalho que o torna geral*” (POSTONE, 2014, p.178, grifo do autor).

Portanto, há uma típica alienação do trabalho que torna o capital uma relação autônoma, estranha e reificada; que parece obter forças próprias que lhe permite se locomover independente da vontade dos Homens e assim, ter um caráter cíclico de ascensão e crises fora de qualquer controle. O que permite à ciência econômica burguesa, de maneiras diversas, considerar o fenômeno da crise como um fator exterior ou evitável de alguma maneira, mas sobretudo, como algo não-próprio à lei geral da acumulação capitalista.⁴⁸

É por isso que notamos em Marx um protagonismo no seu projeto de “crítica da economia política”, ainda que incompleto de explicação das crises. A partir de suas descobertas, observamos na realidade concreta formas de manifestação do fenômeno que confirmam as leis tendenciais e os choques sistêmicos da lógica do valor.

Além disso, os momentos de bancarrota não apenas causam a derrocada das empresas e a desvalorização de ativos nas bolsas de valores, por exemplo, mas também, como Mendonça (1987), expõe uma crise da própria teoria econômica hegemônica no século XIX, que tenta escapar do problema através de modelos matemáticos para explicar a ocorrência ou inevitabilidade desse evento.

Desse jeito, Mézáros endossa a ideia de que:

Na “Crítica da economia política” de Marx – o título ou subtítulo recorrente de todas as suas obras principais –, as limitações do horizonte liberal/burguês foram mostradas como responsáveis pelo necessário fracasso inclusive no ponto culminante da teoria liberal em resolver seus problemas (MÉSZÁROS, 2011, p.523).

Fato este que continua em evidência e revela uma das razões para os constantes ataques à figura de Marx e a sua teoria, classificados como, “ultrapassados”, limitados aos acontecimentos do capitalismo do século XIX. Podemos ver a personificação desse pensamento na figura de Drucker (1999) e Hayek (2017) como expoentes da teoria econômica/administrativa burguesa.

No entanto,

⁴⁸ Nos Manuscritos de 1861-1863, Marx fez diversas críticas às concepções teóricas dos principais economistas sobre o tema da crise. Um exemplo notável disso é: “O próprio Ricardo, a bem dizer, nada conhecia de crises, de crises gerais do mercado mundial oriundas do próprio processo de produção. Podia explicar as crises de 1800 a 1815, alegando o encarecimento do trigo em virtude das más colheitas, a depreciação dos bilhetes de banco, a depreciação das mercadorias coloniais etc; pois, em consequência do bloqueio continental; o mercado se contraíra à força, por motivos políticos e não econômicos.” (MARX, 1980, p.933).

O “cantinho do mundo” de que Marx falou em 1858 já não é mais um cantinho: os sérios problemas da crescente saturação do sistema do capital lançaram suas sombras por toda parte. A histórica ascendência do capital está hoje consumada naquele “terreno bem mais vasto” cuja desconcertante existência Marx teve de reconhecer em sua carta de 8 de outubro de 1858 para Engels. Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas, que até o momento só se sustentam por uma teimosa esperança (MÉSZÁROS, 2011, p.37).

Assim, neste “mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital” (Ibidem), podemos observar alterações na forma como se articulam os processos de acumulação de capitais. A título de exemplo, em nossa contemporaneidade, nota-se uma maneira mais “financeirizada”, mas que só reforça uma maior centralização e concentração dos capitais, assim como sua atuação fetichizada, irracional e autônoma. Não obstante, persiste a ampliação, o aprofundamento e a constância das crises cíclicas.

Deste modo, pretende-se, ao fim, comprovar que o conteúdo da crise está sempre presente, realocado com uma possibilidade imanente a cada passo do desenvolvimento capitalista. No entanto, pode manifestar-se de modos diferentes em épocas distintas, mas, sobretudo, realça a lógica desmedida do modo de produção capitalista, que segue uma busca incessante pela máxima valorização do valor.

Por conseguinte, o entendimento sistemático dessas questões lógicas e inerentes ao fenômeno das crises revela a “função totalizadora”, (Mészáros, 2011) de uma dominação abstrata e impessoal, que só pode ser superada através do tensionamento das condições estruturais, igualmente totalizadoras, dessa relação social. Isso proporciona um resgate do sentido de crise como ruptura de uma fase histórica, uma superação efetiva do modo de produção capitalista e a construção de um sociometabolismo alternativo centrado nas necessidades úteis à humanidade.

4.1 A crise capitalista de 1929: uma primeira manifestação contundente dos limites do capital

No período em que Marx estava desenvolvendo sua “crítica da economia política” na segunda metade do século XIX, o capitalismo tinha como epicentro comercial, produtivo e financeiro a Europa, especialmente a Inglaterra. Com o avanço dessas relações de produção, logo se expandiram para diversas partes do globo, confirmando a previsão do autor já destacada em 1867: “O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (MARX,

1975, p. 5). Essa abordagem ressaltava a tendência de desenvolvimento desigual entre as nações e a disseminação do sistema capitalista para além dos centros originais e históricos de sua formação.

Entre os sinais de efetivação disso encontram o avanço do capitalismo pelos Estados Unidos, adquirindo a força que, segundo Mézáros (2011), pode ser considerada como um “segundo violino do imperialismo britânico”. Além disso, entre o final da década de 70 e o início de 80 do século XIX, Marx (em parceria com Engels) também testemunhou a disseminação do capitalismo e a recepção de sua obra, "O Capital", na Rússia. Essa alastramento e reconhecimento da teoria marxiana em diferentes partes do mundo demonstram sua relevância e influência significativa no pensamento econômico e social da época⁴⁹, principalmente porque o capitalismo estava se espalhando densamente pelo mundo e sua obra apresentava uma explicação fecunda para interpretar estes acontecimentos.

De certo, que após a morte de Marx (1883) e Engels (1895), o capitalismo passou por amplas mudanças em sua forma de atuação ao redor do mundo. Não ficando mais restrito ao "cantinho do mundo" (Europa), isso nos inclina a observar o caráter expansivo e violento da acumulação capitalista, que manteve e ampliou as fórmulas de "acumulação primitiva" acoplada à reprodução ampliada do valor descritas por Marx (2017b).

O início do século XX inaugurou uma fase de intensificação da ferocidade da concorrência intercapitalista pelo mercado mundial, tendo como objetivo, segundo Rosa Luxemburgo (2021), a apropriação de matérias-primas, terras, minerais, força de trabalho condicionada a receber salários mais baixos e novos mercados para a realização do escoamento de mercadorias (vendas) já superproduzidas nesses países de capitalismo avançado. Por isso, torna-se

[...] uma questão vital, a apropriação violenta dos meios de produção mais importantes dos países coloniais. Como os laços tradicionais dos indígenas constituem a muralha mais forte de sua organização social e a base de suas condições materiais de existência, o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemático das estruturas sociais não capitalistas, como que tropeça em sua expansão. Isso já não se trata da acumulação primitiva, mas da continuação de seu processo até hoje (LUXEMBURGO, 2021, p.367).

⁴⁹ Para mais detalhes ver as correspondência trocadas entre Marx e Vera Ivanovna Zaslitch em “Lutas de Classe na Rússia” (2013) e o trabalho de Marcello Musto “O Velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883)” (2018).

O desenvolvimento do capitalismo envolve o progresso desses métodos de exploração e expropriação que privam a terra (meios de produção) e levam à degradação física, moral e de subsistência de uma grande massa de trabalhadores, em nome de uma suposta "liberdade econômica". Essa dinâmica acaba por transformar os territórios ainda sob uma lógica de produção e reprodução de características próprias em um sistema de produção compulsória, com extração de mais-trabalho através da dominação impessoal⁵⁰ do tempo de trabalho (mais-valor).

Isso faz com que esses mercados se tornem subservientes à dinâmica dos países de estrutura capitalista já consolidada, em estágio de maturação e que necessitam, imprescindivelmente, da expansão como forma de deslocamento de suas contradições para garantir as condições de reprodução ampliada.

Para Moishe Postone isso pode ser: “Dito de forma simples, *a forma de contextualização social característica do capitalismo é a da aparente descontextualização*” (2014, p. 202, grifo do autor). Portanto, isso significa que a busca incessante do capitalismo pela produção e realização de mais-valor leva à tendência do apagamento de traços culturais, políticos e econômicos próprios das nações em outros modos de produção.

Há, portanto, um processo de alienação e coisificação típico dessa forma histórica de produção da humanidade, que se alastra e permite a operação da lei do valor-trabalho em nível mundial. Dessa forma, o capitalismo não só engendra uma produção em massa, mas também um consumo na mesma medida⁵¹. Esse processo acaba por homogeneizar e padronizar muitos aspectos da cultura e da economia, reforçando a lógica de acumulação e expansão do sistema capitalista em todo o tecido social.

⁵⁰ Em Postone (2014), é possível encontrar uma explicação na história do desenvolvimento da humanidade para o rompimento de uma dominação direta/pessoal em direção à construção social de uma dominação abstrata/impessoal que baliza a reprodução ampliada no capitalismo.

⁵¹ Em Marx (2017b), observa-se o contínuo processo de inclusão e exclusão da força de trabalho no ciclo de criação e realização do mais-valor, fortemente condicionado pelas flutuações dos ciclos econômicos. Com o aumento das forças produtivas impulsionado pela elevação da composição orgânica do capital, ocorre, entretanto, uma tendência à exclusão progressiva do trabalho vivo. Esse fenômeno gera uma massa crescente de trabalhadores despossuídos que formam o chamado exército industrial de reserva, caracterizado por uma superpopulação relativa, cujas camadas mais baixas vivem em condições de extrema pobreza e degradação da vida humana.

As crises, desta forma, não estão restritas a acontecer apenas numa região, mas têm o poder de gerar paralisações globais que evidenciam a interconexão e a interdependência das economias em uma escala muito maior.

Na crítica feita por Rosa Luxemburgo, em sua “Acumulação Capitalista” (2021), registra-se de modo categórico uma fase de expansão do capitalismo nos finais do século XIX e início do século XX, em que é possível notar o predomínio dos monopólios, as guerras e as crises com maior frequência e profundidade, como decorrência do patamar atingido pela extensão e aprofundamento das relações capitalistas de produção.

Nesta passagem a seguir, podemos observar o registro das características que predominam esse importante ponto de virada da época histórica da sociedade burguesa em que:

A fase imperialista da acumulação do capital, ou a fase da concorrência mundial do capitalismo, abrange a industrialização e emancipação capitalista dos países atrasados a expensas dos quais o capital obteve sua mais-valia. Os métodos específicos dessa fase são: empréstimos exteriores, concessão de estradas de ferro, revoluções e guerra. O último decénio, 1900-1910, é particularmente característico para o movimento mundial imperialista do capital sobretudo na Ásia e nas partes da Europa Limitrofes com a Ásia: Rússia, Turquia, Pérsia, Índia, Japão, China, assim como o Norte da África. Assim como a implantação da economia de mercado em substituição da economia natural, e a da produção capitalista em substituição da primeira, impuseram-se por meio de guerras, crises e aniquilamento de camadas sociais inteiras, assim também, atualmente, a emancipação capitalista dos países economicamente dependentes do capital e das colónias verifica-se em meio a revoluções e guerras. A revolução é necessária no processo de emancipação capitalista dos países economicamente dependentes do capital para destruir as formas de estado procedentes das épocas da economia natural e da economia simples de mercado, e criar um aparelho estatal apropriado aos fins da produção capitalista. A esse tipo pertencem a revolução russa, a turca e a chinesa. Essas revoluções, principalmente a russa e a chinesa, influenciadas pela dominação capitalista, reúnem, por um lado, todo gênero de elementos pré-capitalistas antiquados, e, por outro, contradições que vão de encontro ao sistema capitalista. Isso determina sua profundidade e sua força, mas ao mesmo tempo dificulta e torna mais lento seu curso vitorioso. A guerra é, ordinariamente, o método de um jovem Estado capitalista para desvencilhar-se da tutela do antigo, o batismo de fogo e a prova da independência capitalista de um Estado moderno, cuja reforma militar e, com ela, a reforma tributária constituem, em toda parte, a introdução à independência econômica (LUXEMBURGO, 2021, p.417-148).

Esse processo de expansão, assim como o fortalecimento dessas estruturas políticas do Estado-Nação⁵², resultou no surgimento do primeiro conflito bélico de

⁵² No Manifesto Comunista, nota-se uma clara passagem que mostra o desenvolvimento do aparato estatal como representação do poder político da burguesia “[...] a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado

grandes proporções, como uma necessidade de sair das crises antecedentes que o mercado mundial já vinha sofrendo na virada do século. Isto é, uma superprodução de mercadorias sem condições suficientes para a realização da venda (realização do mais-valor), completando o processo de rotação desse capital social (D-M-D').

É importante ressaltar a obra de Lenin (2012) ao tratar a Primeira Guerra Mundial, que eclodiu em 1914 e terminou em 1918, como uma verdadeira "guerra imperialista". Os países capitalistas em estágio avançado possuíam uma força industrial, econômica e política capaz de determinar a divisão do mundo de acordo com seus interesses exclusivos de maximização dos lucros. Embora o epicentro desse conflito tenha se concentrado na Europa, ele também se expandiu para o norte da África, Ásia e outras regiões, gerando efeitos devastadores e uma trágica perda de vidas. Esse impacto foi potencializado pelo desenvolvimento das forças produtivas, que, ao mesmo tempo em que ampliaram as capacidades humanas, expuseram o potencial destrutivo inerente a essas tecnologias — um fenômeno sem precedentes na história da humanidade.

Tanto em Lenin (2012) como em Luxemburgo (2021), guardas suas diferenças foram capazes de descrever o imperialismo como uma fase historicamente singular de ampliação e aprofundamento das contradições do capital em torno da valorização do valor. A análise deles preserva e expande a lei geral da acumulação capitalista, originalmente concebida por Marx em "O Capital" coaduna com essa compreensão da magnitude da Primeira Guerra Mundial.

Esse contexto é essencial para compreender as condições que culminaram na crise de 1929, pois esse período anterior já marcava estagnações e declínios do mercado mundial, de modo que a guerra acelerou o deslocamento das contradições do sistema econômico para novos mercados⁵³. O momento do pós-guerra trouxe a

representativo moderno. O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa" (MARX; ENGELS, 2004, p.47).

Além disso, o próprio Engels em anos subsequentes aprofundou essas questões referente ao Estado: "Dado que o Estado surgiu da necessidade manter os antagonismos de classe sob controle, mas dado que surgiu, ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes, ele é, via de regra, Estado da classe mais poderosa economicamente dominante, que se torna também, por intermédio dele, a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para subjugar e espoliar a classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi sobretudo o Estado dos dons de escravos para manter os escravos sob controle, como o Estado feudal foi o órgão da nobreza para manter sob controle os camponeses servis e o Estado representativo moderno é o instrumento de espoliação do trabalho assalariado pelo capital." (2019,p.158).

⁵³ "Por isso, o mercado precisa ser constantemente expandido, de modo que seus nexos e as condições que os regulam assumam cada vez mais a forma de uma lei natural independente dos

reconfiguração, aceleração e estagnação da acumulação capitalista nos países imperialistas, afetando posteriormente os demais países.

Por volta de 1925, a produção mundial havia recuperado os níveis anteriores à guerra. De 1925 a 1929 seguiu-se um período de grande crescimento industrial, em que quase todos os países capitalistas, embora não se tivesse traduzido de igual modo no incremento do comércio internacional, em virtude do forte protecionismo então praticado, sobretudo pelos Estados Unidos (MENDONÇA, 1987, p.74)

Como se sabe, os Estados Unidos, obtém certa posição privilegiada neste contexto dos conflitos geopolíticos do início do século XX, porque justamente o confronto bélico não aconteceu em seu território, portanto não afetando a destruição de sua forças produtivas, permitindo, assim, atuar como força aliada no fornecimento de suprimentos, armas e equipamentos e créditos para a reconstrução posteriores dos países Europeus, que se converteram num especial mercado ao capital norteamericano

Esses elementos possibilitaram uma aceleração da economia (acumulação, centralização e concentração de capitais) que culminou numa superprodução de mercadorias neste país mencionado. E, este impulso desmedido pela valorização do valor, nessas condições históricas descritas, não tardaram para prover uma crise cíclica de superprodução de mercadorias. Uma vez que o capitalismo nesta fase superior, imperialista, gestava o acúmulo e expansão de suas contradições endógenas essenciais. Assim, eclodiram “[...] as crises de toda a espécie, sobretudo as econômicas, mas não só estas - aumentam, por sua vez, em proporções enormes, a tendência para a concentração e para o monopólio” (LENIN, 2012, p.52).

A passagem de Lênin nos indica uma pista para entender que essas sucessões de crises não apenas manifestam o esgotamento de uma fase de acumulação capitalista, mas também se expandem para rupturas de qualquer forma de organização reprodutiva diferente da lógica da produção e generalização alienante do mundo das mercadorias e da valorização do valor.⁵⁴ Em outras palavras, o capital

produtores, tornam-se cada vez mais incontroláveis. A contradição interna procura ser compensada pela expansão do campo externo da produção. Quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo.” (MARX, 2017a, p.284).

⁵⁴ “O capital só pôde atravessar os séculos (“cujas origens remontam pelos menos à Antiguidade grega e romana”) e evoluir para sua forma mais desenvolvida e universal por operar eficientemente essa circularidade autorreferente, não poupando recursos para deslocar todas as barreiras colocadas no caminho de seu imperativo de expansão, sejam barreiras naturais, culturais ou nacionais” (PANIAGO, 2012, p.36).

ainda tinha disponibilidade expansiva de territórios para deslocar suas contradições acentuadas nos países centrais para as periferias do capitalismo, expandindo plantas fabris, comércio, trabalho assalariado e consumo de mercadorias

Além disso, o capitalismo no século XX demonstrou uma necessidade crescente de mobilizar capital-dinheiro de forma mais intensa, tanto por meio do crédito quanto pelo investimento em sociedades anônimas, visando expandir os recursos investidos para a valorização do capital. Esse mecanismo tornou-se uma via intensiva de impulso e superação dos entraves à reprodução ampliada. Contudo, também gerou uma intensificação da concorrência capitalista em âmbito local e internacional, exacerbando as crises e ampliando seu alcance.

A análise de Lenin (2012) destaca uma tendência peculiar que marca o processo de acumulação imperialista. Essa tendência envolve a fusão do capital industrial com o capital financeiro, promovendo um aumento desenfreado das forças produtivas e ampliando as possibilidades de superar temporariamente as barreiras relacionadas à realização do valor, por meio do uso do sistema de crédito e das sociedades por ações. Isso culmina na formação de verdadeiras mega corporações monopolistas, que gerenciam suas operações por meio de compensações de perdas. Por exemplo, quando o mercado enfrenta dificuldades para escoar as mercadorias, o capitalista pode diversificar investimentos pela emissão de títulos da empresa no mercado, essas empresas podem atuar em ambas as esferas, buscando taxas de lucro mais atrativas.

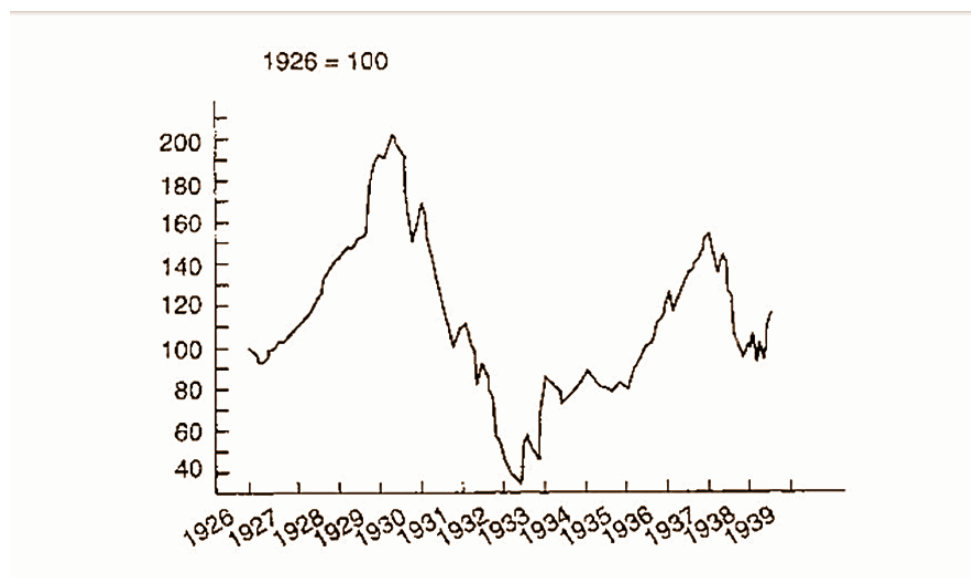
Desta maneira

[...] a Grande Depressão não teve início em 1930 com uma crise bancária e, na verdade, até dezembro de 1930, as falências bancárias não aumentaram significativamente. Entre 1929 e 1930, os ativos bancários cresceram 2,7%. Muito mais relevante era o fato de que a economia real vinha decrescendo desde meados de 1929, com uma contração na produção industrial de quase metade nesse período, entre meados de 1929 e meados de 1930, enquanto a taxa de desemprego triplicou de 2,9% em 1929 para 8,2% em 1930. A economia real se deteriorou antes que a crise bancária acontecesse (ROBERTS, 2016, p.66)⁵⁵

⁵⁵ “De manera que la Gran Depresión no se inició en 1930 con una crisis bancaria, y, de hecho, hasta diciembre de 1930 no aumentaron de forma significativa las quiebras de bancos. Entre 1929 y 1930 los activos bancarios crecieron un 2,7 por ciento. Mucho más relevante era el dato de que la economía real había estado decreciendo desde mediados de 1929, con una contracción de la producción industrial de casi la mitad desde mediados de 1929 hasta mediados de 1930, mientras que la tasa de desempleo se triplicó de 2,9 por ciento en 1929 a 8,2 por ciento en 1930. La economía real se deterioró antes de que tuviera lugar la crisis bancaria!” (Ibidem)

Na figura a seguir podemos observar com maior clareza este pulso do mercado financeiro norte americano na expectativa de realização de lucros altos, porém houve a efetivação de um contra movimento de declínio da economia, afetando de modo generalizado os outros países de relações comerciais intercapitalistas⁵⁶.

Figura 1 - Cotação das ações na Bolsa de Nova York entre 1926 e 1938. Índice “Standard Statistics” (base: 1926 = 100)



Fonte: Gazier (2013)

A figura retrata o aumento progressivo das cotações das ações no mercado financeiro de Nova York, ocorrido de 1926 a 1939. Podemos identificar uma primeira onda de crescimento, impulsionada pelo vigor da produção e pela recuperação em diversos setores econômicos durante o período pós-guerra, o que criou boas expectativas para os investidores e ampliação das sociedades por ações. Sem dúvida o papel dos bancos desempenha significativa participação na emissão de créditos e outros títulos, com o objetivo de apropriar-se de parte do mais-valor gerado, como também, empresas que visam atrair mais recursos monetários.

No entanto, esse aparente crescimento econômico foi acompanhado por uma superprodução de mercadorias e uma crescente especulação, refletida na emissão

⁵⁶Vale ressaltar que a União Soviética estava na vanguarda de uma das maiores experiências revolucionárias socialistas que teve sua vitória no ano de 1917, figurando um tipo de relação de produção antagônica à do bloco de países imperialistas. Durante os finais da década de 20 e início de 30, a URSS está em processo de desenvolvimento de suas bases materiais e políticas, sendo uma etapa completamente diferente. Maiores detalhes podem ser vistos em (MÉSZÁROS, 2011) um balanço crítico.

massiva de títulos mencionados, o que resultou em uma saturação dos mercados, desencadeando a crise de 1929.

Além disso, a figura também nos permite observar os efeitos da crise, como o declínio abrupto dessas cotações, como forma de corrigir a forma demasiada que foi lançada nos mercados, que, no entanto, não demora a crescer e estabelecer elementos para uma nova crise.

Em Marx, os mecanismos dessa engrenagem funcionam como leis, dotadas de instrumento como,

A concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação. Além disso, o progresso da acumulação aumenta a matéria que pode ser centralizada, isto é, os capitais individuais, ao passo que a expansão da produção capitalista cria a necessidade social e os meios técnicos dessa gigantescas empresas industriais cuja viabilidade depende de uma prévia centralização do capital. Hoje em dia, portanto, é muito mais forte do que antes, a atração recíproca dos capitais individuais e a tendência para a centralização (MARX, 2017b, p.738).

A questão é que o capitalismo não sustentou por muito tempo essa desenfreada especulação cristalizada na massa de títulos e mercadorias. Assim, com o surgimento da crise, o capitalismo pode temporariamente resolver a contradição entre superprodução das mercadorias e realização desta riqueza valor. A execução desse mecanismo regulatório, imanente é por meio da eliminação dos capitais supérfluos, da queda dos preços, da redução da produção, da venda dos títulos e ações, o aumento da reserva de mão de obra e da concentração e centralização dos capitais que aproveitam as lacunas no mercado mundial criadas pela crise.

A passagem a seguir nos demonstra que:

No curso do desenvolvimento histórico real, as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada. Desse modo, em primeiro lugar, são superadas com sucesso as limitações imediatas de cada uma, graças à interação entre elas. (Por exemplo, a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa.) Assim, os limites parecem verdadeiramente ser meras barreiras a serem transcendidas, e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital. Realmente, não pode haver qualquer crise estrutural enquanto este mecanismo vital de autoexpansão (que simultaneamente é o mecanismo para transcender ou deslocar internamente as contradições) continuar funcionando. Pode haver todos os tipos de crises, de duração, frequência e severidade variadas, que afetam diretamente uma das três dimensões e indiretamente, até que o obstáculo seja removido, o sistema como um todo, sem, porém, colocar em questão os limites últimos da estrutura global. (Por exemplo, a crise de 1929-33 foi essencialmente uma “crise de realização”, devido ao nível

absurdamente baixo de produção e consumo se comparado ao período pós-guerra) (MÉSZÁROS, 2011, p.798).

Em Mézáros, há o reforço da concepção de que a crise de 1929 tem o seu fundamento na superprodução e superacumulação capitalista, que simultaneamente atuam como propósito (*raison d'être*) da produção e apropriação capitalistas, ou seja, um movimento em espiral⁵⁷ por mais-valor, mas que aparenta numa instância concreta uma relação coisificada entre mercadorias (dinheiro e mercadoria)⁵⁸ que se conectam pelo nexos da compra e venda. As condições para atingir essa finalidade geram movimentos cíclicos das três dimensões do curso do capital, como antes mencionado no trecho. Como “evidentemente, a mercadoria ama o dinheiro, mas ‘nunca é sereno o curso do verdadeiro amor’” (MARX, 1975, p. 120), há uma desproporcionalidade sistêmica entre as condições de efetivação da massa de mercadorias posta em movimento, logo, a separação temporária destas condições inviabiliza a continuidade do próprio capital, sua reprodução.

Se a recessão de 1929 é uma “crise de realização”, precisamos ver que o seu epicentro esteve alocado no mercado de créditos norte americano, que incentivou as condições, na superfície das relações econômicas, de superprodução e saturação do próprio mercado mundial.

As falências bancárias se acumularam à medida que os banqueiros desesperados exigiam o reembolso de empréstimos que os devedores não tinham tempo ou dinheiro para pagar. Com expectativas pouco otimistas de lucros futuros, o investimento de capital e a construção foram desacelerados e, eventualmente, pararam completamente. Diante dos empréstimos ruins daquele momento e da previsão de um futuro pior, os bancos sobreviventes se tornaram ainda mais conservadores em seus empréstimos, acumulando reservas de capital e emprestando menos, intensificando as pressões deflacionárias. Um círculo vicioso foi criado, e a espiral de queda se acelerou. A liquidação da dívida não conseguia acompanhar o ritmo da queda de preços que ela mesma provocava. O efeito em massa de vender para liquidar dívidas aumentou o valor de cada dólar de dívida em relação ao valor em declínio dos ativos que eram possuídos. O esforço das pessoas para reduzir suas dívidas acabou aumentando-as. Paradoxalmente, quanto mais os devedores

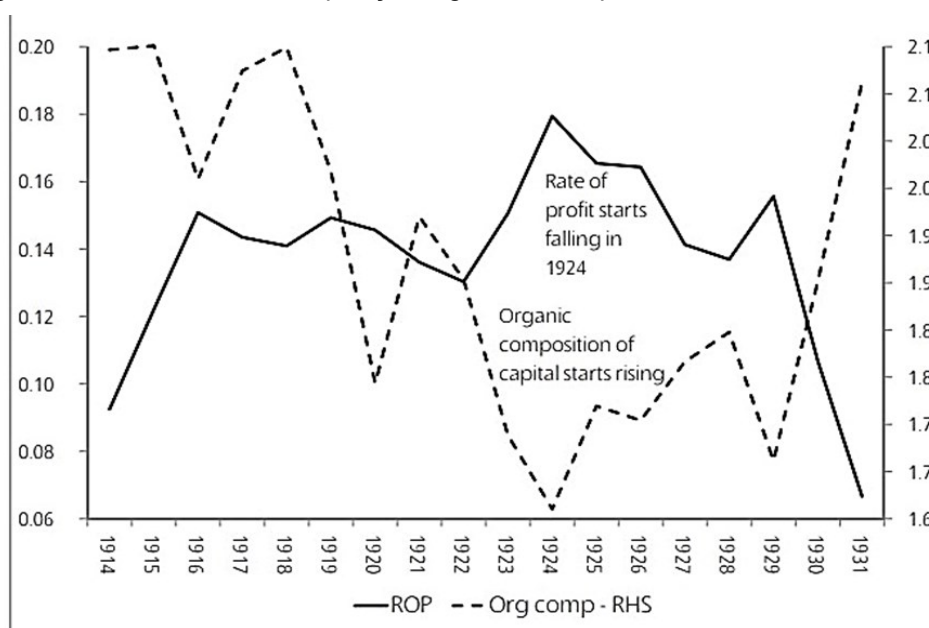
⁵⁷ “De um ponto de vista concreto, a acumulação não passa de reprodução do capital em escala que cresce progressivamente. O círculo em que se move a reprodução simples muda, então, sua forma e transforma-se, segundo a expressão de Sismondi, em espiral” (MARX, 2017b, p.687).

⁵⁸ “Para relacionar essas coisas, uma com as outras, como mercadorias, tem seus responsáveis de comportar-se, reciprocamente, como pessoas cuja vontade reside nessas coisas, de modo que um só se apose da mercadoria do outro, alienando a sua mediante o consentimento do outro, através, portanto, de um ato voluntário comum” (MARX, 1975, p. 94).

pagavam, mais deviam. Esse círculo vicioso transformou uma recessão na Grande Depressão (ROBERTS, 2016 p.65).⁵⁹

Portanto, esses elementos se manifestam no famoso dia 24 de Outubro de 1929, quando ocorreu o fatídico *crash* da bolsa de valores de Nova York, agravando uma crise que já estava em curso. Conforme apresentado por Roberts (2016), a chamada "economia real" vinha apresentando índices declinantes ao longo da década de 1920, em razão da equação superprodução de mercadorias (desenvolvida no período pós-guerra) e o processo de inclusão e exclusão da massa de trabalhadores no processo de produção de mais-valor e no consumo dessas massa de mercadorias.

Figura 2 - taxa de lucro e composição orgânica do capital, Estado Unidos, 1914-1931



Fonte: Roberts (2016)

⁵⁹ “Las quiebras bancarias se acumularon a medida que banqueros desesperados exigían la devolución de préstamos que los deudores no tenían tiempo o dinero para pagar. Con unas expectativas poco optimistas de beneficios futuros, la inversión del capital y la construcción se frenaron o cesaron por completo. Ante los malos préstamos de aquel momento y la previsión de un futuro peor, los bancos supervivientes se volvieron aún más conservadores en sus préstamos, acumulando reservas de capital y prestando menos, cosa que intensificó las presiones deflacionistas.

Se creó un círculo vicioso, y la espiral de descenso se aceleró. La liquidación de la deuda no podía mantener el mismo ritmo que la caída de precios que provocaba. El efecto masivo de la estampida para liquidar incrementó el valor de cada dólar de deuda en relación con el valor decreciente de los activos que se poseían. El mismo esfuerzo de las personas para disminuir su deuda acababa incrementándola. Paradójicamente, cuanto más pagaban los deudores, más debían. Este círculo vicioso convirtió una recesión en la Gran Depresión” (ROBERTS, 2016, p.65).

A figura reforça a visualização do desenvolvimento da composição orgânica do capital em comparação com a queda da taxa de lucro desde o início da Primeira Guerra Mundial até dois anos após o início da "Grande Depressão". No período pós-guerra, detém altas taxas de lucratividade, sem que o capital precise renovar as forças produtivas. No entanto, a partir de 1924, quando essa pulsão da produtividade acelera, nota-se o declínio da taxa de lucro, indicando sinais de saturação do mercado que se agravam em 1929, quando a crise eclode.

Ademais, o capital, de maneira exponencial, acelera a composição orgânica do capital, buscando reestruturar as forças produtivas como uma contramedida à queda da taxa de lucro avassaladora no ano de 1929. Como observado na obra de Marx (2017a), essas leis descobertas pelo autor não apenas persistem, mas se intensificam no capitalismo do século XX, com novas determinações.

Os dados a seguir também apresentam a redução da produtividade do capital como resultados colaterais dessa recessão no mercado mundial. Além disso, é importante observar como esse cenário desencadeou uma série de alterações no próprio sociometabolismo do capital.

Figura 3 - Oscilação da produção industrial em diferentes países (1929 = 100)

Pais / Ano	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
<i>África: União sul-africana</i> 107			100	124	144	167			
<i>América: Canadá</i>	85	71	58	60	73	81	90	100	90
Estados Unidos	81	68	54	64	66	76	88	92	72
Chile	101	78	87	96	105	120	124	132	137
México				106	134	141	147		
<i>Ásia: Japão</i>	95	92	98	113	128	142	151	171	73
<i>Europa: Alemanha</i>	88	72	58	65	83	95	106	116	124
Áustria	85	70	61	63	70	80	86	103	
Bélgica	89	81	69	72	73	82	87	96	80
Bulgária						148	143	155	
Dinamarca	108	100	91	105	117	125	130	136	135
Espanha	99	93	88	84	85	87			
Estônia	99	91	78	82	96	106	120	139	145
Finlândia	91	80	83	96	117	125	139	156	156
França	100	89	77	83	78	76	80	83	79
Grécia	103	107	101	110	125	141	139	151	165
Hungria	95	87	82	88	99	107	118	130	126
Irlanda		102				143	146		
Itália	92	78	67	74	80	94	87	100	98
Letônia	109	89	82	112	130	137	143	161	175
Noruega	101	78	93	94	98	108	118	130	127
Países Baixos	102	96	84	91	93	90	91	103	104
Polónia	88	77	63	69	77	83	93	109	118
Romênia	97	102	89	103	124	122	130	132	132
Reino Unido	92	84	83	88	99	106	116	124	116
Suécia	102	96	89	91	110	123	135	149	146
Tchecoslováquia	89	81	64	60	67	70	80	96	
URSS	131	161	183	198	238	193	382	424	477
<i>Oceania: Nova Zelândia</i>	106	104	109	113	112	121	129	126	
Mundo(sem a URSS)	86	75	64	72	78	86	96	104	93
Mundo(com a URSS)	89	79	70	78	86	96	111	119	112

Fonte: Gazier (2013)

A tabela expressa a comparação da produção industrial em vários países com a participação da divisão internacional do trabalho durante o período 1930 a 1938, o que nos permite observar, como indica Gazier (2013), a dimensão concreta da crise na redução da produção mundial e a posterior e oscilante recuperação das forças produtivas. Isso nos permite também observar o ciclo de desvalorização e recuperação como mecanismo intrínseco do capitalismo para restabelecer sua rotação.

Nosso destaque vai para dois países centrais, berços do capital imperialista, com a redução dos índices de produtividade do capital industrial, como podemos observar nos Estados Unidos e Inglaterra (Reino Unido). Entre os anos de 1930 e 1933, as condições da crise se agravam, mas logo em seguida, de 1934 a 1937, há um novo impulso de expansão, decorrente das condições que levaram ao restabelecimento das contradições gerais da acumulação capitalista.⁶⁰

Aproveitamos para nos referir ao desemprego na economia Norte Americana, que chegou a índices alarmantes, que sem dúvidas foi o maior da história até aquele momento e que é lembrado com muito medo até os dias de hoje. Assim, segundo Gazier “O número absoluto de desempregados nos Estados Unidos teria se aproximado de 11-12 milhões em março de 1933 para uma população total de 26 milhões.” (2013, p.13). Isso representa também, segundo dados da Forbes (2020) na casa de 25% da força de trabalho estadunidense.

Ainda com Gazier (2013) o impacto sem dúvidas não foi apenas na terra dos *Yankees*, mas o desemprego chegou em níveis elevados no velho continente, de maneira “multiforme”, sendo inclusive difícil de segmentar.

As respostas por parte do empresariado são, por momentos, a expulsão desenfreada dessa massa de força de trabalho e/ou a redução das jornadas de trabalho, visando minimizar a produtividade em alguns setores da economia. Sem dúvida, isso também foi acompanhado, como afirma Gazier (2013), por baixos salários.

⁶⁰ Em contraste com os países capitalistas, a União Soviética (URSS) apresentou um índice de produtividade muito alto em comparação com os mesmos países. Em Mészáros (2011), encontramos uma explicação para o fenômeno, decorrente de uma forma peculiar de espoliação de mais-trabalho advinda do modo burocrático e estatal, que gerou os meios de produção e a força de trabalho nos países que vivenciaram a experiência do "socialismo real".

Para analisar ainda mais sobre a repercussão desse fenômeno em outras partes do mundo, podemos recorrer ao trabalho de Ribeiro (1988), que de forma sucinta e indicativa, explora as particularidades e os efeitos da crise de 1929 na economia brasileira. Essa crise trouxe consigo mudanças políticas e econômicas que aceleraram o desenvolvimento do capitalismo em nosso território. O país mantinha relações econômicas sólidas, exportando seu principal produto agrícola, o café, que era a base das receitas na época.

No entanto, com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as exportações estagnaram, resultando em dificuldades e excesso desse produto agrícola no mercado internacional, o que forçou a tomada de medidas, incluindo a obtenção de mais empréstimos internacionais, para manter a economia funcionando de maneira positiva.

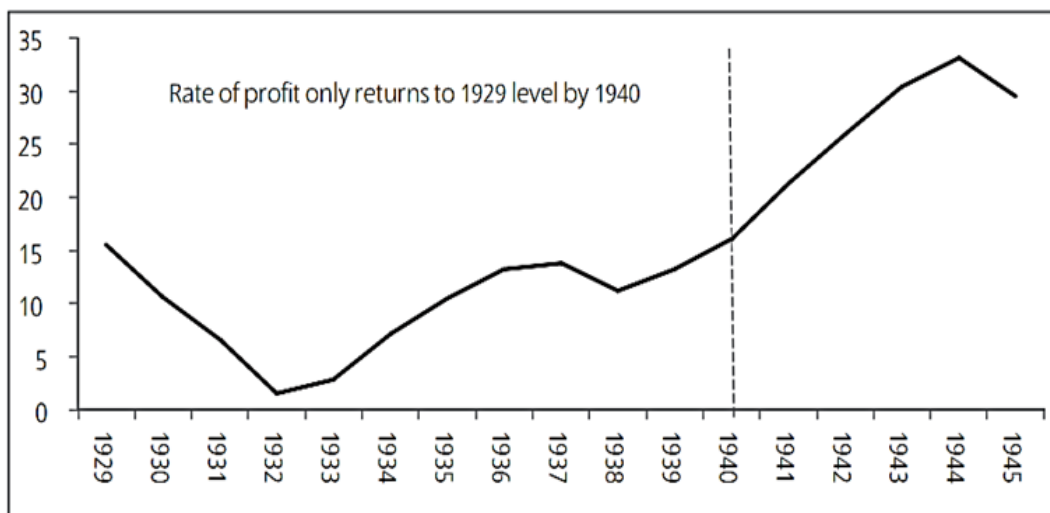
Ademais, com a eclosão da crise de 1929 nos países de capitalismo avançado se deteriorou drasticamente as relações comerciais em toda a periferia, evidenciando o atraso da economia brasileira ainda não industrializada. Esses aspectos são explorados com mais detalhes pelo historiador Nelson Werneck Sodré: "Em todas as áreas mundiais onde o imperialismo aplicava seu sistema e se beneficiava, a substituição de capitais ingleses, franceses, holandeses e alemães por capitais americanos se acelerava. O Brasil seria uma dessas áreas" (SODRÉ, 1962, p. 316). Não obstante, o capitalismo industrial brasileiro surge e se fortalece em um mercado mundial já caracterizado por uma estrutura desigual que amplifica a tendência à dominação/subordinação.

Essas disparidades expressam

Como todas as tendências gerais do capital, esta relação internacional de dominação/subordinação tende a reproduzir-se em escala ampliada, o que responde em grande medida pela forma necessariamente desigual do desenvolvimento do modo de produção capitalista no mercado mundial, isto é, pelo modo necessariamente desigual da efetivação de suas tendências gerais sinterizadas na lei do valor (MIRANDA, 2018, p.179).

A duração e alcance da crise só puderam ser superados, de maneira gradativa, nos anos de 1940, conforme ilustra a figura a seguir (Figura 4), em que sinaliza a taxa de lucro em evolução de 1929 a 1945. Dessa forma, o papel do *crash* em restabelecer as condições de recuperação foi eficaz, levando os países imperialistas apenas a deslocar suas barreiras, permitindo o restabelecimento do curso da reprodução ampliada.

Figura 4 - taxa de lucro (em %), Estado Unidos, 1929-1945



Fonte: Roberts (2016a)

A queda da taxa de lucro, conforme indicado por Marx (2017a), revela uma tendência progressiva ao declínio, por conta das próprias leis que operam no modo de produção capitalista. Esse declínio ocorre devido ao desenvolvimento contraditório da força produtiva do trabalho social, sob a influência mistificadora do capital⁶¹. Em momentos de queda acentuada da taxa de lucro, como nas crises, ocorre, na verdade, o ápice da superprodução de mercadorias, que sintetiza a criação da riqueza alienada, a qual não se concretiza como valor na circulação, dificultando a acumulação capitalista.

As crises não apenas interrompem temporariamente a queda da taxa de lucro, realinhando-a, mas também concretizam o deslocamento das barreiras-limites, resultando em um alastramento da dominação e homogeneização desse modo de produção em todo o mundo, com poucas exceções⁶².

Com isso,

Ao estourar a crise em 1929, o capital havia alcançado as fases finais de sua transição da “totalidade extensiva” para a incansável descoberta e exploração dos territórios escondidos da “totalidade intensiva”, como resultado do grande impulso produtivo recebido durante a Primeira Guerra Mundial e durante o período de reconstrução do pós-guerra. Embora os diferentes países tenham

⁶¹ A primeira seção do livro III d’O Capital (2017a), está apresentada, a transformação do mais-valor em lucro, num processo de mistificação que tenta tirar de centralidade a lei do valor-trabalho como o cerne da geração da riqueza no capitalismo.

⁶² “Esta estratégia neocolonialista de conquistar a “totalidade intensiva” representava também uma concepção verdadeiramente global ao tentar acertar as contas com a União Soviética, não só em seu próprio interesse, mas para estar em melhor posição para controlar os movimentos anticoloniais que emergiam.” (MÉSZÁROS, 2011, p.805).

vido afetados de formas diferentes (dependendo do grau relativo de desenvolvimento do capital e da sua situação como vencedores ou perdedores), as novas contradições emergiram essencialmente porque os avanços produtivos qualitativos do período já não podiam ser contidos nos limites das relações de poder historicamente antiquadas da “totalidade extensiva” predominante (MÉSZÁROS, 2011, p.804)

Os efeitos deletérios da crise são amenizados, neste período, pela atuação implacável do Estado sobre a queda da taxa de lucro e, conseqüentemente, sobre a própria crise, revelando ser um dispositivo contra-arrestante fundamental para a manutenção do capitalismo do século XX.

O sistema do capital é formado por componentes inevitavelmente *centrifugos* (conflitantes e antagônicos), complementados sob o capitalismo pelo poder absoluto da “mão invisível” e pelas funções legais e políticas do Estado moderno, que compõem a sua dimensão coesiva (MÉSZÁROS, 2012, p.103).

Assim, segundo Mendonça (1987), a primeira resposta à crise foi a mais tradicional da teoria econômica burguesa “deixando o mercado agir” para provocar a desvalorização, o aumento do juros, a queda dos preços, a redução salarial, a contração do crédito e do protecionismo comercial.

As respostas mais robustas ocorreram com a eleição de Franklin D. Roosevelt (1882-1945) para a presidência dos Estados Unidos em meio à Grande Depressão de 1933. Foi nesse momento que se instaurou uma política de intervenção do Estado na economia, conhecida como o New Deal (novo acordo). Esse programa de políticas públicas tinha como objetivo realinhar a baixa demanda generalizada causada pelas forças de incorporação e expulsão da classe trabalhadora das relações de produção e consumo de mercadorias, características da operação do capitalismo. Esses processos foram intensificados principalmente durante a crise⁶³. Tendo em vista a superprodução de mercadorias posta em movimento no mercado, o capitalismo precisava criar uma “demanda agregada”⁶⁴ para resolver o problema da realização do mais-valor e continuar o curso de reprodução ampliada do capital social.

Logo após a subida ao poder (20/01/1933) Roosevelt promulga dois diplomas de capital importância. O primeiro, designado “Emergency Banking Act” reabre os bancos do Federal Reserve System e fornece-lhes toda a liquidez necessária. Com este diploma é introduzido igualmente o seguro de depósito

⁶³ “O bloqueio da reprodução conduz à diminuição da massa de trabalho empregada, com impactos de baixa de salários e preços, alimentando a crise. Marx demarca que a produção capitalista persegue a mais-valia e não está, portanto, destinada às necessidades dos produtores, os trabalhadores” (BEHRING, 2021, p.123).

⁶⁴ Em Mendonça (1987) há o aprofundamento dessas explicações macroeconômicas que portam a teoria keynesiana que emergiu como uma justificativa para resolução da crise naquele momento.

e a separação dos bancos comerciais dos bancos de investimento, ao mesmo tempo (20 de Abril de 1933) Roosevelt, embarga a saída de ouro e tira da prática os E.U.A do padrão-ouro. O segundo diploma, designado “National Recovery Administration” estabelece o salário mínimo garantido, a limitação do horário de trabalho e o direito à negociação coletiva. Com o primeiro diploma, pretendia Roosevelt, estimular a retomada das transações e a atividade econômica, com o segundo, criar as condições para uma maior estabilidade da procura, facilitando deste modo o escoamento da produção. Em 1936, um novo conjunto de medidas criava um sistema de segurança social, cujos efeitos econômicos mais imediatos se traduziriam igualmente na estabilidade da procura, por intermédio de seguros, pensões e subsídios de doenças, etc. (MENDONÇA, 1987, p.104-105).

Essas ações, sobretudo, só foram possíveis num quadro político de conciliação e apaziguamento das lutas da classe trabalhadora organizada, que começavam a questionar os pilares do funcionamento do sociometabolismo do capital e sua contradição imanente.

Segundo Antunes (2009), o fortalecimento desse tipo de padrão de acumulação, baseado na intervenção do Estado e numa produção em massa, dentro do binômio keynesiano-fordista, proporcionou uma mistificação da regulamentação e controle das crises do capitalismo e, portanto, da própria economia do valor. Isso se assentou numa perspectiva de que o problema residia numa falta de distribuição da riqueza, cujo papel do Estado seria necessariamente um ente regulador desses descompassos.

Sob a alternância partidária, ora com a social-democracia ora com os partidos diretamente burgueses, esse “compromisso” procurava delimitar o campo da luta de classes, onde se buscava a obtenção dos elementos constitutivos do Welfare State em troca do abandono, pelos trabalhadores, do seu projeto histórico-societal (idem: 40-1). Uma forma de sociabilidade fundada no “compromisso” que implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista. Além disso, esse “compromisso” tinha como sustentação a enorme exploração do trabalho realizada nos países do chamado Terceiro Mundo, que estavam totalmente excluídos desse “compromisso” social-democrata (ANTUNES, 2009, p.40)

Isso provocou a mistificação do Estado no âmbito do próprio

[...] movimento operário de extração social-democrata, atrelado ao pacto com o capital, mediado pelo Estado, foi responsável também pela expansão e propagação da concepção estatista no interior do movimento operário: “A ideia de que a conquista do poder do Estado permite, se não a libertação do domínio do capital, pelo menos uma redução de seu peso, recebeu grande reforço no contexto socioinstitucional do fordismo”. Desse modo, aparentemente confirmava-se e fortalecia-se a tese da “legitimidade do estatismo, presente no projeto e na estratégia do modelo social-democrata do movimento operário”. Tudo isso o levou “a fortalecer em seu seio um fetichismo de Estado”, atribuindo ao poder político estatal um sentido “coletivo”, arbitral e de exterioridade frente ao capital e trabalho (IBIDEM, p.41).

Essas múltiplas determinações apresentadas até o momento descrevem um quadro de complexa interação que manifesta a particularidade da crise de 1929 na história do capitalismo. Essa "Grande Recessão" é significativa por sua profundidade e extensão ao longo do tempo, além de apresentar novas características para o deslocamento das barreiras-limites do desenvolvimento capitalista. Também revela os efeitos prejudiciais sobre as condições de reprodução social, sob a égide da dominação impessoal e alienante do valor. Isso se evidencia nos momentos de crises, com a agudização dos danos causados pelo desemprego em massa e pela miserabilidade inerentes à produção capitalista.

Ademais, o próprio desdobramento histórico e especialmente os autores que analisam esse período à luz da teoria marxiana, como Mézáros (2011), ressaltam e enfatizam que a crise de 1929 não indicou, de forma alguma, um estágio final do modo de produção capitalista no sentido de abalar seus pilares; pelo contrário, ela se sustentou sobre a "totalidade intensiva" e a "totalidade extensiva". Em outras palavras, a crise levou ao restabelecimento de formas para a realização do ciclo vicioso da acumulação crescente.

O capitalismo desenvolveu abordagens mais complexas para assegurar a continuação dessa reprodução, temporariamente deslocando as contradições provocadoras das crises, sem de fato superá-las de maneira eficaz. De imediato já podemos dizer que o Estado foi o principal agente para salvaguardar o atendimento das necessidades da acumulação de capital

Dessa forma, o sociometabolismo do capital conservou e expandiu esses modos de deslocamento das crises que resultaram num macrocosmo de:

- (1) uma mudança dramática do imperialismo multicentrado, ultrapassado, militar e político perdulariamente intervencionista para um sistema de dominação global que, sob a hegemonia norte-americana, se torna muito mais dinâmico e economicamente muito mais viável e integrado;
- (2) o estabelecimento do Sistema Monetário Internacional e de vários outros órgãos importantes de regulamentação das relações intercapitais incomparavelmente mais racionais do que havia à disposição da estrutura multicentrada;
- (3) a exportação de capital em grande escala (e com ela a perpetuação mais efetiva da dependência e do "subdesenvolvimento" imposto) e o repatriamento seguro, em escala astronômica, de taxas de lucro totalmente inimagináveis nos países de origem; e
- (4) a incorporação relativa, em graus variados, das economias de todas as sociedades pós-capitalistas na estrutura de intercâmbios capitalistas (MÉSZÁROS, 2011, p.806).

E o sucesso na sobrelevação dessa Grande Recessão também ocorreu devido:

- (1) uso de várias modalidades de intervenção estatal para a expansão do capital privado;
- (2) transferência de indústrias privadas falidas, mas essenciais, para o setor público, e a sua utilização para novamente apoiar, através dos fundos estatais, as operações do capital privado, para serem novamente transformadas em monopólios ou quase monopólios privados depois de se terem tornado mais uma vez altamente lucrativas pela injeção de fundos volumosos financiados pela tributação geral;
- (3) desenvolvimento e operação bem-sucedidos de uma economia de “pleno emprego” durante a guerra e por um período considerável depois dela;
- (4) larga abertura de novos mercados e ramos de produção no plano da “economia de consumo” fortemente distendida, junto com o sucesso do capital em gerar e sustentar padrões extremamente perdulários de consumo, força motivadora vital de tal economia; e
- (5) para coroar tudo isso, tanto no porte de seu peso econômico como na sua significação política, estabelecimento de um imenso “complexo industrial/militar” como controlador e beneficiário direto da fração mais importante da intervenção estatal: com isso, simultaneamente, o isolamento de bem mais de um terço da economia das desconfortáveis flutuações e incertezas do mercado (ibidem).

De modo que a crise de 1929 nos revela a confirmação das leis da acumulação capitalista, de seu movimento e operação no mercado mundial de modo desigual e interdependente. Provendo assim, características, que sem dúvidas são novas e emergem neste período histórico, que apresentam em traços largos provendo aqueles aspectos principais para uma reconstrução dessa concretude e seus desdobramentos.

Mas, sem dúvidas, esta “Grande Recessão” não foge da causalidade intrínseca do modo de produção capitalista, ou seja, o que Marx ao longo d’O Capital, apresenta como o progresso oscilatório, endógeno, da lei do valor-trabalho a partir de categorias fetichizadas, que assumem um movimento autônomo, que cria uma “consciência deslocada” (MARX, 2017a) para os agentes econômicos e os trabalhadores, isto é, uma alienação consumada na forma-capital.

Dessa forma, a crise em debate, principalmente em sua essência, é uma crise relacionada à impossibilidade de realizar o mais-valor superproduzido. Essa impossibilidade se manifesta concretamente como uma superprodução de mercadorias que inundam os mercados, levando a um aumento na especulação dos títulos de apropriação de mais-valor na forma das ações nas bolsas de valores e na utilização excessiva de mecanismos de crédito. Estes últimos são usufruídos como uma tentativa de integrar e viabilizar a continuidade da reprodução ampliada. No entanto, como observado, acabam intensificando o desencadeamento da crise que já

estava em andamento. O *crash* da bolsa de valores aparece como causa da crise, quando na verdade é a causa para o prolongamento e intensificação do fenômeno.

Harvey (2016) enfatiza que os sinais da crise de 1929-1933 já estavam presentes anteriormente, e esse período simplesmente exacerbou seus impactos. O capitalismo, no início do século XX, passou por transformações significativas em sua urbanização, industrialização, comercialização e financeirização, em uma escala ainda maior, resultado de sua natureza expansiva do valor, que levou a períodos de guerras e recessões. De acordo com o autor, o capitalismo passa a depender ainda mais do auxílio político-econômico do Estado para amenizar, temporariamente, a superprodução, a queda nos preços das mercadorias, das ações e dos lucros no mercado mundial.

Assim, a dinâmica capitalista é marcada por peculiaridades que refletem diversas manifestações concretas, mas que em seu conteúdo reiteram as contradições subjacente à expansão desmedida de uma riqueza temporal e abstrata não direcionada para a satisfação das necessidades humanas tendo um caráter impessoal pela natureza desta produção reificada. Desta maneira, os espaços para valorização do valor não alcançaram condições suficientes de efetivação rompendo na separação dos momentos de compra e venda que refletem a crise do período.

Por isso, entendemos que o capitalismo manifesta formas específicas das crises de superprodução, que se desdobram em novas, devido ao movimento espiral da acumulação capitalista que plasma todo o tecido social evidenciando novos limites à sua reprodução, as quais serão apresentadas no próximo item.

4.2 A crise capitalista de 1970: novas implicações sobre a reprodução ampliada

As condições propícias para o surgimento de novas crises e ainda mais intensas, chegaram no final das décadas de 1960, fazendo estourar uma agenda de importantes mudanças no capitalismo nesses últimos cinquenta anos. A seguir, buscaremos explorar de modo aproximado a origem e os fatores causais dessas crises.

Para Mészáros (2011), o papel do Estado torna-se uma necessidade intrínseca do capitalismo para prolongar temporariamente a eclosão de suas crises. Em outras palavras, se antes havia uma certa "anormalidade" do fenômeno por parte dos economistas e pouca atuação desse aparato estatal, após a "Grande Recessão" de 1929-1933, passa a existir uma previsibilidade do fenômeno, algo que pode ser medido e até mesmo organizado por meio das políticas econômicas distributivas que ativam a reserva de fundo público para a reprodução ampliada de capital e dar alguma sobrevida ao curso do capital. Isso é feito com o intuito de manter a hegemonia e alcançar um certo equilíbrio nas condições macroeconômicas⁶⁵.

As condições de equilíbrio que foram restauradas após 1933 sofreram alterações rápidas, dando origem a novas tensões no cenário geopolítico das nações imperialistas. Isso culminou na eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Além disso, a necessidade de tais guerras imperialistas tornou-se cada vez mais intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo no século XX. Elas se manifestam em diferentes durações, profundidades e territórios, mas mantendo um certo grau de constância, visando a manutenção das taxas de lucro.

Os antecedentes da Segunda Guerra Mundial envolvem a necessidade, por parte das grandes corporações monopolistas, de assegurar condições ideais para acumulação, além de expandir o acesso a recursos estratégicos, como matérias-primas e uma força de trabalho mais submissa, sob o *dynamis* real à exploração capitalista.

Desse jeito,

O papel do nazifascismo na extensão da produção militarista é suficientemente óbvio, como também o é a prodigiosa (e muito pródiga) "ajuda externa" oferecida ao capital das democracias ocidentais" e em outras partes pelo complexo militar-industrial depois da Segunda Guerra Mundial. Uma espécie importante, ainda que ligeiramente diferente, de ajuda externa foi oferecida ao capital por todas as variedades de keynesianismo nas décadas do pós-guerra (MÉSZÁROS, 2012, p.30, nota de rodapé).

A Segunda Guerra Mundial⁶⁶, preencheu na história, o irracionalismo do sistema do capital, que de modo algum, sobre égide do nazifascismo teve os pilares

⁶⁵ "O Estado é um complemento fundamental à reprodução do capital e deve garantir a manutenção do sistema como um todo. Compreender sua contribuição (e responsabilidade) para a crise estrutural passa pela recuperação dos desenvolvimentos dos próprios fundamentos da crise e das exigências postas pelo sistema auto-reprodutivo do capital na esfera política específica do Estado, do *Welfare State* ao Neoliberalismo." (PANIAGO, 2012, p.62).

⁶⁶ Para mais detalhes do período é válido consultar Hobsbawn (1999)

das leis da acumulação capitalistas questionados; muito pelo contrário, foram reforçados e ampliados através do sangue e suor, de um aparato estatal de extrema violência e repressão política e militar para sustentar a sua continuidade, além de silenciar qualquer forma de questionamento a sua base.

Dessa maneira, o nazifascismo é interpretado por Sweezy (1983) como uma das formas assumidas pelo capital no deslocamento de suas crises, visando restabelecer e ampliar as forças produtivas pela exploração tanto física como também ideológica dos trabalhadores, justificadas por um programa político “indubitavelmente demagógico”, de cunho nacionalista e anticomunista. O que, portanto, teve apoio da burguesia e das classes médias que compactuam e fortaleceram esse tipo de partido de extrema-direita.

Contudo, no mesmo período, vigorou do outro lado do Atlântico, um regime de acumulação baseado no keynesianismo-fordismo e no *Welfare-State*, apesar de propagarem a ideia de “liberdade para todos”⁶⁷, tipicamente da democracia burguesa, provocou uma força oposta às diretrizes políticas executadas pelos países do Eixo e fez emergir no “velho continente” a eclosão de um novo conflito bélico em escala ainda mais extensa e intensa de confrontos entre as forças imperialistas, com características políticas distintas, mas com um mesmo objetivo que é a ampliação do circuito do valor e sua recuperação deu um período de recessão.

Em particular ao Estado de Bem-Estar Social, este conseguiu efetivar tal processo apenas em um seleto grupo de nações de capitalismo avançado. Isso foi viabilizado em grande parte devido a uma intensa campanha antimarxista e antisocialista, conforme destacado por Antunes (2009). Tal campanha influenciou significativamente a classe trabalhadora desses países, levando-a a aceitar uma vida marcada pela conciliação, mediada tanto pelos partidos burgueses quanto pelos social-democratas, com a ideia central de que é possível equilibrar os interesses do capital e do trabalho assalariado, bem como manter a estabilidade das condições econômicas⁶⁸.

⁶⁷ Mészáros (2012) explica que a noção de “liberdade” e “pluralismo democrático” no capitalismo reflete, na verdade, a atuação livre das estruturas e hierarquias do capital, impulsionadas pela constante pulsão de dominação. Esse processo sustenta e intensifica os mecanismos de concentração e centralização do capital em escala cada vez mais ampliada.

⁶⁸ Em Paniago nota-se o reforço desse argumento quando diz que: “Predominaram, então, o reformismo e a busca de conciliação de classe, comprometendo a autonomia e a independência de

Essas notáveis particularidades na atuação do Estado nas relações capitalistas do século XX, na verdade, contribuíram para reforçar a lógica de subsunção do trabalho ao capital, visando à máxima produção de mais-valor. Ainda mais tratando-se de uma fase histórica de intensa competição pelas melhores condições de acumulação de capitais pelo mundo, reforçando as tendências de formação de monopólios⁶⁹ de grandes corporações.

Com o fim da Segunda Guerra, tornou-se claro que as forças produtivas atingiram um patamar gigantesco, assim, como a capacidade, perigosamente destrutiva e ameaçadora da vida humana, pelo complexo militar estruturado pelos países imperialistas, segundo Mészáros (2011). Esses elementos, nunca antes visto na história, ressalta a intensificação dos métodos de exploração, expropriação e alienação da classe trabalhadora com o intuito de atender à funcionalidade de uma produção reificada na "imensa acumulação de mercadorias", conforme afirma Marx (1975, p. 41).

A complexificação desse sociometabolismo revela elementos de que:

[...] o capital foi capaz de impor à humanidade as desumanidades ditadas por sua natureza numa escala incomensuravelmente maior do que nunca, ao mesmo tempo isentando suas próprias personificações de culpa e responsabilidade. Com isso, o capital apenas mudou seu modo e seus meios de funcionamento anteriores, utilizando todas as tecnologias e todos os instrumentos de destruição disponíveis contra as dificuldades que teve de superar, de acordo com sua natureza (MÉSZÁROS, 2011, p.185-186).

Certamente, essas características evidenciam a natureza impessoal e abstrata da produção fetichista de mercadorias, a qual encontra nas "guerras imperialistas" uma particularidade histórica de adaptação e correção da produção do valor de troca.

classe dos trabalhadores, deixando-os à mercê das benesses concedidas pelo capital, enquanto duraram" (2012, p.63).

⁶⁹ "[...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana. Repondo estes caracteres em nível econômico-social e histórico-político distinto, porém, a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo que em potência as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismo, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona. Com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tornam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica. Onde, simultaneamente, a contínua reafirmação das suas tendências e regularidades imanentes (às suas "leis" de desenvolvimento gerais gerais, capitalistas) e a concreta alteração delas (as "leis" particulares do estágio imperialista)." (NETTO, 2009, p.15-16)

Isso se traduz em um deslocamento temporário de suas contradições e crises, permitindo posteriormente, por meio da reconstrução das forças produtivas e a abertura de novos mercados por meio de uma “produção destrutiva”⁷⁰ e violenta, que se desdobra em crise humanitária, para assim gerar a imposição em escala ampliada do que Mézáros denomina de “repetição cumulativa” (2011, p. 189) de suas contradições imanentes (D-M-D’).

O período de reestruturação da economia nesse pós-guerra estabeleceu os Estados Unidos como a grande potência imperialista⁷¹. Isso fortaleceu seu regime de acumulação e centralização de capitais por meio da conciliação da superprodução de mercadorias, devido ao desenvolvimento científico e tecnológico incorporados à produção, juntamente com técnicas de gestão do tempo para a máxima extração de mais-valor absoluto e relativo.

Ademais, houve uma política econômica voltada para estabelecimento de consumidores efetivos, por meio da garantia de alguns direitos à classe trabalhadora que melhorem suas condições de trabalho e assalariamento, minimizando temporariamente a exclusão em massa dos trabalhadores do processo do ciclo do valor. Como já exposto, apenas restrito a uma área de poucos países de capitalismo maduro.

Já o período entre 1940 e 1960 marcou o que Hobsbawm (1999) e uma parte significativa da literatura marxista considera como a “Era de Ouro” do capitalismo. Suas principais características apontam para um período de desenvolvimento e rápida circulação e rotação do capital social, aproveitando as oportunidades criadas no mercado mundial pelas crises anteriores e o pós-guerra. Dessa forma, observou-se uma conjuntura caracterizada por altas taxas de lucro, baixos níveis de desemprego,

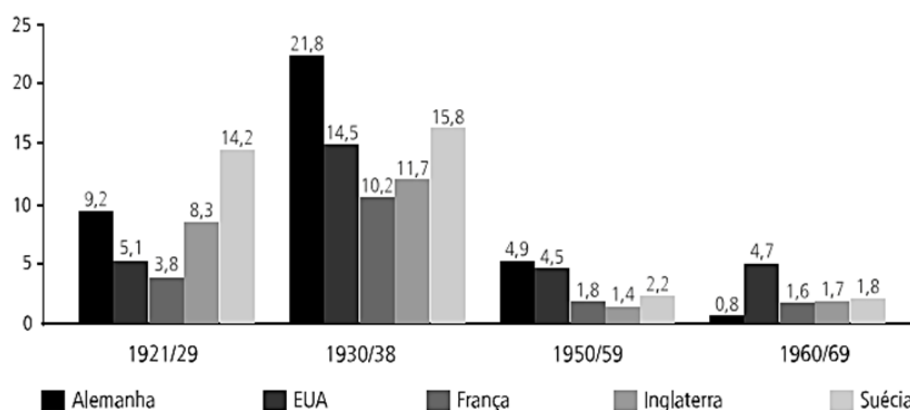
⁷⁰ Mézáros (2011) com originalidade desdobra essa questão ao longo de “Para Além do Capital”, assim como, Tonelo (2021) reforçando essa perspectiva e leitura sobre o papel das guerras na crise na aceleração da destruição dos valores de troca superproduzidos. A rigor, o cerne dessa crítica encontra-se em Luxemburgo (2021).

⁷¹ “A Segunda Guerra Mundial estabeleceu a hegemonia do capitalismo americano em escala global. A Pax Americana foi consolidada com o acordo de Bretton Woods, que fixou os valores das moedas das grandes economias capitalistas em relação ao dólar dos Estados Unidos e estabeleceu o dólar como a moeda de reserva internacional. Foram criadas agências internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, para controlar e financiar os fluxos de capital e lidar com as crises financeiras. Ambas as instituições tinham sede nos Estados Unidos. Por fim, as Nações Unidas foram fundadas, e sua sede central também foi estabelecida neste país..” (ROBERTS, 2016b. p.79, tradução nossa).

condições favoráveis para investimentos em infraestrutura, desenvolvimento dos parques industriais (aumento da composição orgânica) e adoção de tecnologias mais sofisticadas. Além disso, houve estabilidade no mercado de crédito, baixas taxas de juros, estabilidade política e uma redução das tensões nas lutas de classe.

A Figura 5 nos mostra as taxas de desemprego nos principais países imperialistas em diferentes momentos do século XX. O que queremos destacar, acima de tudo, é a redução gradual do desemprego, que resultou de mudanças nas políticas estatais destinadas a garantir a reprodução ampliada do capital.

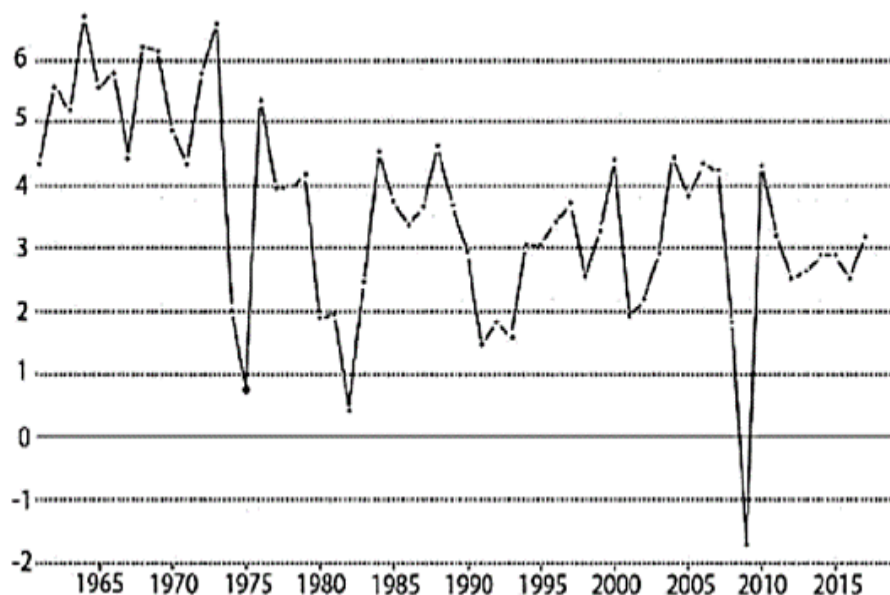
Figura 5 - Taxa média de desemprego em países e períodos selecionados (em % da força de trabalho)



Fonte: Pochmann (2014)

Portanto, entre as décadas de 1950 e 1960 o capitalismo chegou a um patamar, em poucos países, ao chamado pleno emprego. Esse fenômeno atenuou as lutas da classe trabalhadora e tirando inclusive de foco, como veremos mais à frente, o interesse numa luta genuinamente anticapitalista.

Figura 6 - Crescimento da economia mundial 1961-2017.



Fonte: Tonelo (2021)

A figura 6 destaca as altas taxas de crescimento da economia mundial até meados da década de 1960. Em seguida, observamos oscilações que gradualmente se agravam, provendo um movimento de declínio. Além de revelar uma crise, podemos ressaltar a persistência e a cronificação da recessão em uma perspectiva macroeconômica.

O curso da acumulação capitalista, mais uma vez, entra em conflito com as condições reais e concretas das relações sociais que a permeiam. Isso ocorre porque essa acumulação não pode continuar *ad eternum*, mesmo que tal seja a expectativa dos capitalistas, que investem antecipadamente visando obter lucro ao final.

A vista disso:

Não há momento na história do capitalismo em que fases de crescimento, mais ou menos sustentadas, não tenham sido sucedidas por fases de crise, mais ou menos profundas, e em que estas conformem novos períodos de acumulação de capital, crescimento. É da natureza do capitalismo funcionar em ciclos, e isto por uma razão relativamente simples. Os processos de acumulação de capital desenvolvem as contradições do capitalismo a um ponto tal que as crises são a forma que esse mesmo modo de produção encontra para, ao mesmo tempo, manifestar o momento de irrupção dessas contradições e o restabelecimento da unidade entre a produção e a apropriação do valor (CARCANHOLO, 2010, p.1).

A causalidade da crise de 1970 encontra-se no período precedente, provocando inflexões empiricamente nos dados de crescimento econômico⁷². Mas o período de crescimento, da “Era de Ouro”, na verdade significa a complexificação e reposição das contradições imanentes do capital para o curso de acumulação. Em outras palavras, a crise representa exatamente o realinhamento necessário das leis de movimento do capital, seu deslocamento temporário.

Assim, segundo Carcanholo (2010), os indicadores econômicos começaram a evidenciar estagnação a partir de 1960, tanto na taxa de crescimento quanto na taxa de lucratividade. No entanto, essa situação foi largamente desconsiderada pelos economistas predominantes, em parte devido à tendência em analisar conjunturas específicas das variações dos preços e da oferta e demanda das mercadorias. Proferindo assim, uma “causa da crise” pelo um caráter exógeno.

As dificuldades reais e concretas do crescimento econômico, frutos do próprio desenvolvimento desmedido do capital, refletiram-se também em uma série de intensificação das lutas de classe nos países de capitalismo avançado. Isso efervesceu tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, tendo como marca o famoso Maio de 1968, com o protagonismo da classe trabalhadora e da juventude estudantil na luta por melhores condições de trabalho; mas segundo Paniago (2012) essas lutas não tiveram eficiência e nem força para abalar as estruturas de dominação capitalista e pautar um alternativa de classe para além do capital.

Para Ricardo Antunes:

Realizava-se, então, uma interação entre elementos constitutivos da crise capitalista, que impossibilitaram a permanência do ciclo expansionista do capital, vigente desde o pós-guerra: além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e início dos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afloram as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e início dos 70 (ANTUNES, 2009, p.44)

No entanto, a ciência econômica burguesa atribuía as causas ao famigerado "choque do petróleo" como justificativa endógena para a inflação dos preços⁷³, que

⁷² Para mais detalhes ver Roberts (2016b).

⁷³ “Em primeiro lugar, Estados Unidos em 1970 e Alemanha Ocidental em 1971 já mostravam fortes retrações econômicas. Em segundo lugar, a principal economia do centro da acumulação capitalista, os Estados Unidos, apresenta taxas negativas de crescimento em dois anos (-0,9% em 1974 e -0,8%

substancialmente aumentou os custos de produção. Isso, por sua vez, resultou na redução da produção do principal recurso energético e matéria-prima fundamental para muitos setores, afetando rapidamente o cenário econômico em grande escala. Esses fatores estavam, igualmente, ligados aos conflitos bélicos no Oriente Médio e ao embargo comercial imposto pelos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Ademais, o rompimento do lastro do padrão-ouro⁷⁴ da moeda americana, o dólar, principal mediadora das trocas internacionais, para seu lastreamento flexível, fato que causou uma queda acentuada do seu preço nos mercados financeiros, fecha, portanto, o binômio fenomenológico para a causa da crise da década de 1970, estremecendo as bases econômicas.

Além disso, há um elemento adicional que precisa ser considerado: a crise também representou um desafio às próprias bases teóricas burguesas para interpretar o fenômeno.

A crise de 1974-75 representou a primeira fase da crise da política econômica. Após muitos anos de desenvolvimento sem preocupações, verificam-se quebras absolutas nos indicadores do produto, na produção e no comércio. O desemprego alastra-se maciçamente enquanto o número de falências aumenta. É o quadro clássico da crise. Observa-se, porém, pela primeira vez, um acontecimento paradoxal: a inflação mantém-se e acentua-se durante a recessão. Surge o novo fenômeno batizado de *stagflation*. [...] A crise veio, porém, demonstrar que a sabedoria dos economistas não era tanta assim. As medidas tradicionais anticrise são de novo acionadas mas, e aqui começa a segunda fase da crise da política econômica, a recuperação não se processa nos moldes esperados. A agravar a situação dá-se a derrocada completa do sistema monetário internacional, instaurado em Bretton-Woods, com as consequências repercussões no comércio internacional. A situação deteriora-se lentamente e a tímida recuperação deságua no imenso oceano da crise 1980. A política econômica entra na terceira fase da sua crise pois, segundo os prognósticos, a crise de 1980 não deveria ocorrer. O problema não fica por aí. Para desespero de todos, a economia foge totalmente a qualquer controle e a política econômica deixa de ter qualquer eficácia. A economia transforma-se num barco desgovernado e à deriva; inaugura-se

em 1975). Em terceiro lugar, o Reino Unido apresenta a mais abrupta retração em 1974 (-7,0%), depois de apresentar um (aparente) forte crescimento no ano anterior (7,6%). Por último, merece destaque a forte retração no conjunto dos países da OCDE que cresceu 6,0% em 1973, apenas 0,7% em 1974 e retrocede 0,2% em 1975 [...] o preço do petróleo mais do que triplica, passando de US\$ 3,5 (1970) por barril de petróleo bruto para US\$ 11,65 (1973) por barril." (CARCANHOLO, 2010, p.3).

⁷⁴ Conforme Moro (2023), na década de 1960, com o início da crise do capitalismo e a Guerra do Vietnã, o dólar entrou em processo de desvalorização. Como resultado, os bancos centrais dos países que faziam parte do acordo de *Bretton Woods* solicitaram o resgate de suas reservas em ouro. Nesse contexto, o presidente dos EUA na época, Richard Nixon, tomou a decisão de romper com o padrão-ouro, a fim de manter o controle das reservas sob posse norte-americana, como também, a hegemonia do dólar.

com isto a quarta fase da crise da política econômica (RIBEIRO; MENDONÇA, 1986, p.51-52)

Os impactos da crise na economia mundial refletem uma dinâmica semelhante, com drásticas reduções na produção industrial, investimentos e relações comerciais, acompanhadas pelo aumento do desemprego. Contudo, um elemento distintivo e marcante é o aumento substancial dos preços das mercadorias, caracterizando um fenômeno de estagflação, como discutido anteriormente.

A inflação mundial média, medida pelos preços ao consumidor, é de 10% ao ano no período 1973-1979 e 8,1% no período 1979-1984, sendo que em 1950-1973 havia sido de apenas 4%. Por outro lado, a recuperação dentro da crise cíclica não se processa mais nos moldes tradicionais, em específico, o desemprego não para de aumentar, mantendo o seu caráter crônico. A taxa de desemprego na Comunidade Econômica Européia era de apenas 3,2% em 1970, passa para 5,4% em 1975, mantém esse valor em 1977, sobe para 6,4% em 1981, e atinge 8,2% em 1983 (CARCANHOLO, 2010, p.3)

A manifestação desses elementos persistiu até a década de 1980, quando há um importante desdobramento da crise em curso. Isso evidencia que os perigos da "Grande Recessão" de 1929 não estavam definitivamente superados, mas ainda presentes e revela uma fase nova para análise marxista das crises. Conforme Mészáros (2011), o capital revelou sua incontornabilidade de maneira ainda mais aguçada, com novas determinações que estão amarradas às leis gerais da acumulação capitalista já descobertas por Marx. Dessa maneira, o capital, no período supracitado, adentra numa fase de "crise estrutural do capital", que significa uma dificuldade sistemática da realização e expansão da riqueza valor e do deslocamento eficiente de suas contradições, formando, portanto, recessões cumulativas e crônicas ao desenvolvimento do capital.

Diante desse cenário, o capital encontrou novas formas de expansão, evidenciando que, nesta análise crítica, não há um colapso imediato. A lógica de valorização se estendeu a atividades antes menos exploradas, como educação, saúde, cultura, lazer e outros setores. Esse processo de mercantilização intensificada gera impactos profundos que extrapolam o âmbito "econômico" e configuram uma crise humanitária que afeta outros aspectos da vida social, como a política e o meio ambiente, compondo a totalidade de uma vida marcada pelo ciclo vicioso da acumulação de valor.

Na literatura que versa sobre a recessão do período, encontramos uma síntese que coloca elementos centrais para ocorrência e particularidade dessa crise, envolvendo:

1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do Welfare State ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico (ANTUNES, 2009, p.31-32)

Estes fatos se encadeiam como uma série de múltiplas determinações que caracterizam essa nova fase de crise e sua impossibilidade de crescimento. O capital encontra temporariamente respostas, dentro de sua própria lógica, para continuar o ciclo de reprodução, embora não alcance os mesmos patamares de períodos precedentes. É nesse sentido que podemos notar o severo período, marcado por alta dos preços e longo período de estagnação e declínios, devido ao estágio de desenvolvimento universalizado que o capitalismo alcançou em escala mundial, limites que estreitam e conflitam com as relações sociais.

[...] o capital põe todo limite desse gênero como barreira e, em consequência, a supere idealmente, não se segue de maneira nenhuma que a superou realmente, e como toda barreira desse tipo contradiz sua determinação, sua produção se move em contradições que constantemente têm de ser superadas, mas que são também constantemente postas. Mais ainda. A universalidade para a qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, em um determinado nível de seu desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendência e, por isso, tenderão à sua superação por ele mesmo (MARX, 2011, p.334).

Mészáros (2011) destaca que a agenda neoliberal e a retórica do “livre mercado global” se configuram como estratégias de sobrevivência para o capitalismo,

funcionando como uma espécie de suporte artificial que permite ao sistema superar barreiras e impor novos limites. Esse processo reflete a necessidade urgente de revitalização do capital, de modo a manter seu funcionamento mesmo diante dessas crises. Assim, o autor fornece um panorama que explica a expansão das grandes empresas monopolistas e sua atuação nos países periféricos, explorando uma força de trabalho com baixos salários e pouca organização política/sindical contra essa atuação, defendida como “modernização econômica”, pelos apologistas do mercado.

Quando a Ford das Filipinas paga 30 centavos por hora à força de trabalho local, conseguindo, desta forma, um retorno de 121,3 por cento sobre o capital próprio, em contraste com uma média mundial de 11,8 por cento (valor que inclui, evidentemente, os lucros imensos de fábricas no Terceiro Mundo), é óbvio que isto ajudou a Ford Corporation a pagar o salário de 7,50 dólares no mesmo ano (1971) pelo mesmo tipo de trabalho à sua força de trabalho de Detroit, ou seja, 25 vezes mais que o salário das Filipinas (MÉSZÁROS, 2011, p.340).

Mas a questão da diversificação e expansão das plantas produtivas não é suficiente:

O problema é que as contradições – que se manifestam mesmo nos países capitalistas mais privilegiados de forma tão destrutiva que até mesmo os defensores conservadores mais extremados da ordem estabelecida já se alarmam com a “insegurança crônica” – são inseparáveis da dinâmica interna do capital (IBIDEM).

Mészáros é capaz de destacar os perigos que a ordem social da produção capitalista alcançou com seu desenvolvimento, evidenciando sua incapacidade de incorporar a grande massa da população às formas laborativas de geração de mais-valor. Isso ocorre porque, para o capital, o trabalho é apenas um momento da produção com pouca expressão na geração de riqueza. Em outras palavras, a forma fetichizada do capital concebe todas as suas partes (constante e variável) como capazes de gerar lucros.

Assim, a atual “explosão populacional” sob a forma do aumento do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados representa um perigo sério para a totalidade do sistema, pois acreditava-se no passado que o desemprego maciço fosse algo que só afetasse as áreas mais “atrasadas” e “subdesenvolvidas” do planeta. Na verdade, a ideologia associada a este estado de coisas poderia ser – e, com um toque de cinismo, ainda é – usada para acalmar o operariado dos países “avançados” com relação à sua suposta superioridade concedida por deus. Entretanto, como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua (MÉSZÁROS, 2011, p.341).

Acreditamos que Harvey (2008a) enriquece a análise do período ao sinalizar o esgotamento da acumulação capitalista baseada na regulação keynesiana-fordista. O capitalismo passa por mais um processo de reestruturação, fundamentada novamente pelo discurso do "livre mercado", caracterizado pela predominância financeira. Essa transição provocou alterações nas técnicas de produção, liberando cada vez mais uma massa de trabalhadores anteriormente inseridos nos processos produtivos. Isso ocorreu devido à incorporação de máquinas e equipamentos capazes de produzir mais com menos trabalhadores (extração de mais-valor relativo), representando uma estratégia para redução dos "custos de produção". No entanto, este desenvolvimento de modo algum garante as condições de efetivação da riqueza temporal objetivada nas mercadorias, ou seja, aprofunda ainda mais as contradições, por ele referidas (Harvey, 2016) entre produção e realização do valor.

A economia do tempo e do dinheiro é a chave para a lucratividade. Cria-se um prêmio para inovações – técnicas, organizacionais e logísticas – que reduzam os custos e o tempo de deslocamento espacial. Produtores de novas tecnologias sabem bem disso e concentram boa parte de seu esforço autônomo para desenvolver novas maneiras de reduzir os custos ou o tempo de circulação do capital. As tecnologias que realizam esses objetivos controlam um mercado pronto. O que Marx chamava de "destruição do espaço pelo tempo" é um dos santos graais da atividade capitalista (HARVEY, 2016, p.86).

O aumento das forças produtivas é resultado da socialização crescente do trabalho que exterioriza o seu caráter alienado da riqueza na forma-mercadoria, cuja funcionalidade não está direcionada para o "[...] benefício da sociedade dos produtores" (MARX, 2017a, p. 289). Dessa forma, a produção no capitalismo "[...] aparece como ponto de partida e ponto de chegada" (IBIDEM), existe, portanto, uma coerção particular (abstrata-temporal) que limita o desenvolvimento do gênero humano na satisfação de suas necessidades individuais, pois o que dita o ritmo da vida são as variações que produto do trabalho humano ganha vida na forma de mercadoria e sua circulação no mercado mundial.

Sinais desse cenário manifestam-se nas contradições entre a queda da taxa de lucro e o aumento do desemprego, mesmo em meio a uma superprodução de mercadorias. Em outras palavras, há riqueza produzida que não é apropriada pelos trabalhadores nem convertida em lucro para os capitalistas. Isso força os últimos a diversificar investimentos em outras áreas, aplicando nelas a mesma lógica de superprodução e superacumulação, perpetuando o ciclo de expansão do capital e agravando os efeitos da crise.

Assim, a política econômica capitalista, no período em análise, inclinou-se para ações, que se materializaram na desregulamentação do sistema financeiro internacional, que culminaram no fim do acordo de *Bretton Woods*, como um alerta da necessidade expansão e alocação de investimentos em setores cuja forma de retorno (rentabilidade) se mostrava mais atrativa⁷⁵. Assim, como uma reestruturação produtiva, aumentando a composição orgânica do capital e alinhada às novas técnicas de gestão administrativa da força de trabalho, objetivando a maximização do tempo de trabalho não-pago ao capital⁷⁶. Além disso, ocorreu uma exploração da força de trabalho dos países subdesenvolvidos/periféricos, caracterizando uma transferência de mais-trabalho e mais-valor para os países imperialistas. Além da expropriação de direitos da classe trabalhadora, obtidos como conquistas por intensas lutas de classes passadas, que culminaram numa gradativa massa de proletariados precarizados ao redor do mundo.

Em suma, tanto o neoliberalismo quanto a reestruturação produtiva representam faces de uma mesma pulsão do capital em busca do realinhamento de suas condições para a reprodução ampliada após o momento de crise. Em outras palavras:

Para recompor as condições de acumulação, seria necessário, portanto, reverter este quadro, principalmente através da implementação de reformas “pró-mercado”. Sobretudo era necessário criar um ambiente favorável aos investimentos e à lucratividade do setor privado através da estabilização da economia, do saneamento as contas públicas (por meio de corte de impostos e gastos, privatizações etc.) e das já mencionadas flexibilização do mercado de trabalho, abertura comercial e desregulamentação e liberalização do mercado financeiro. Diante da crise, portanto, os neoliberais viram não apenas o que julgavam ser a comprovação de suas profecias, mas também

⁷⁵ O processo de sobreacumulação do capital, na forma de capital-dinheiro, possibilitou exatamente essa maior aplicação e diversificação dos investimentos. O final do século XIX e ao longo do século XX revelam esse ponto de virada, processual, na maior “financeirização” da economia mundial, como resultado do desenvolvimento da própria lógica da acumulação capitalista que encontra na forma autonomizada e mistificada do capital portador de juros e do capital fictício o encurtamento “ilusório” da ampliação do valor (D-D’). Na sequência, ao abordar a crise de 2008, vamos aprofundar algumas das questões que culminaram na crise dessa forma de reprodução do capital.

⁷⁶ “O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, em que se destaca especialmente o “toyotismo” ou o modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural.” (ANTUNES, 2009, p.49-50).

encontraram terreno fértil para a disseminação de suas ideias e práticas (BONENTE, 2016, p.85-86)

Essas determinações concretas se desenvolveram com suas particularidades históricas e geográficas, porém, são causas contra-arrestantes a queda da taxa de lucro fazendo com que o período neoliberal estabelecesse um crescimento dos anos 1980 aos 1990, mas que não consegue alcançar os patamares de períodos precedentes⁷⁷.

Entretanto, queremos dar o devido destaque para a efetivação da lei geral da acumulação presente em Marx, que se tornou ainda mais extensiva e intensiva, colocando em estágios mais suscetíveis às crises do capitalismo.

Assim, é visível que há um:

1. Concentração dos meios de produção em poucas mãos, pelo que eles deixam de aparecer como propriedade dos trabalhadores diretos e se convertem em potências sociais da produção, ainda que, num primeiro momento, o façam como propriedade privada dos capitalistas. Estes são *trustees* [administradores] da sociedade burguesa, porém embolsam todos os frutos dessa função.
2. Organização do próprio trabalho como trabalho social – mediante a cooperação, a divisão do trabalho e a combinação deste último com as ciências naturais. Tanto no primeiro como no segundo aspecto, o modo de produção capitalista suprime a propriedade privada e o trabalho privado, ainda que o faça sob formas antagônicas.
3. Estabelecimento do mercado mundial.
A enorme força produtiva, em relação à população, que se desenvolve no interior do modo de produção capitalista e, ainda que não na mesma proporção, o crescimento dos valores de capital (não só de seu substrato material) num ritmo muito mais acelerado que o crescimento da população, contradizem a base cada vez mais reduzida – em relação à riqueza crescente – para a qual opera essa enorme força produtiva e as condições de valorização desse capital em expansão. Daí resultam as crises (MARX, 2017a, p.305-306).

Estas condições supracitadas não apenas se concretizaram, mas desdobraram-se em uma forma particular de crise ainda mais ampla e profunda que figura o estágio iniciado entre as décadas de 1970 e 1980 como uma fase de “[...] de verdadeira crise de dominação em geral” (2011, p.800), que revela a incapacidade de continuidade crescente do ciclo do valor, como barreira desenvolvida de maneira endógena, que começa a impactar na própria vida humana, devido o modo em que se figura as relações sociais no capitalismo na produção e reprodução de uma riqueza completamente estranha aos produtores. Nesta quadra histórica, os métodos para

⁷⁷ Na figura 7, presente na página 159 desta dissertação, é evidenciada a queda da taxa de lucro ao longo de sua linha histórica, o que nos permite observar a dimensão mencionada no texto.

ampliação e efetivação dessa riqueza sem dúvidas exploram de modo desenfreado a natureza ambiental e também do próprio ser social, que é reduzido ao trabalho.

Após a Segunda Guerra Mundial, na euforia que dominou por um bom tempo após o estabelecimento das Nações Unidas e das várias agências econômicas internacionais inspiradas nos Acordos de Bretton Woods, as personificações do capital prometeram as iluminadas relações sociais e econômicas de um mundo radicalmente diferente, reiterando absurdamente, mesmo após a dramática implosão do sistema soviético, suas promessas de uma “Nova Ordem Mundial”. Contudo, absolutamente nada frutificou das promessas solenes de uma “sociedade imparcial e justa para o benefício de todos”. Ao contrário, dadas as premissas e os imperativos operacionais necessários do capital como um modo de controle, tudo o que o sistema poderia realizar seria transformar uma das suas crises periódicas mais ou menos temporárias e conjunturais em uma crise estrutural crônica, afetando diretamente, pela primeira vez na história, toda a humanidade (MÉSZÁROS, 2011, p.632).

Reiteramos nossa posição acerca das considerações de Mézáros (2011), pois essa abordagem teórica é representativa de parte do debate marxista mundial, porque consegue descrever com muita originalidade as novas determinações e características que surgem no cenário do capitalismo na segunda metade do século XX. Isso não significa que essa colocação apresenta um caminho oposto das encontradas nas obras de Marx; pelo contrário, ela as enriquece, refletindo o desmedido movimento do capital em busca da expansão do valor. Assim, como na passagem citada, a "Nova Ordem Mundial" não trouxe algo "novo" em termos de lógicos característico das leis inerentes a esse modo de produção, em outras palavras, o capital continua a manter sua essência enquanto resultado de um tipo específico de trabalho alienado e riqueza.

No entanto, há mudanças significativas nas políticas da classe capitalista na condução administrativa do capital social e do Estado, nas novas morfologias do "mundo do trabalho" que emergem, nos aspectos tecnológicos e científicos incorporados às fábricas e na mercantilização de novos segmentos que antes não estavam diretamente ligados à lógica crescente do valor. Esses são produtos de uma lógica direcional da produção que molda o modo de produção capitalista em estágios específicos de sua evolução, que Marx não poderia vislumbrar, mas apenas apontar tendências e por isso encontramos em sua teoria social uma chave de análise contundente para explicação do fenômeno.

Em termos gerais, o capitalismo contemporâneo revela um estágio de crise contínua, ou, como define Mézáros (2011), “rastejante”. Ainda assim, persiste a compulsão por crescimento e acumulação de valor em curto prazo, fomentado pela

lógica exacerbada do capital fictício e que resulta em um endividamento público e individual extensivo como características marcantes deste período.

Reiteramos que uma das formas mais evidentes desse deslocamento temporário no aprofundamento das crises foi a rentabilidade promissora encontrada nos mercados financeiros. Esse elemento merece nossa atenção especial, pois afeta diretamente a sociabilidade do capital e tem grande relevância para o fenômeno em análise a qual abordaremos na sequência.

4.3 A crise capitalista de 2008: desvendando a essência do capital

Após a crise de 1970, o capitalismo se vê obrigado a remediar os efeitos da bancarrota por meio da criação e ampliação de espaços para a reprodução ampliada do capital. Esse processo é conduzido pela lógica inerente de autoexpansão da valorização do valor. Conforme Marx destaca, o "sujeito" capital por excelência é o "fanático da expansão do valor" (2017b, p. 689), implicando que suas condições e contradições devem ser realocadas de forma contínua.

Dessa maneira, o próprio sociometabolismo do capital busca encontrar soluções dentro de seu *modus operandi*, caracterizando o estágio de crise como uma possibilidade sempre presente em seu conteúdo enquanto capital. A questão central no capitalismo da segunda metade do século XX em diante gira em torno do agravamento, amplitude e permanência do estágio de crise, na qual a classe burguesa começa a obter pouca margem de manobra para o deslocamento das crises, devido aos limites ainda mais severos impostos pela lei geral da acumulação capitalista, nesta específica fase histórica do modo de produção capitalista.

Não é um acaso histórico que, nessa época, tenha tornado-se hegemônica a defesa por abertura e liberalização dos mercados, sendo que em dois deles com maior ênfase. Em primeiro lugar, as reformas neoliberais contra o trabalho representam, em última instância, a elevação necessária (para o capital) da taxa de mais valia. Entretanto, há um outro mercado em que a defesa neoliberal pela sua desregulamentação foi extremamente intensa. É nessa época que a lógica da desregulamentação e abertura dos mercados financeiros, associada à crescente produção de novos instrumentos financeiros, no que se costuma chamar de inovações financeiras, começa a ganhar corpo (CARCANHOLO, 2010, p.4).

Assim, a fase histórica que caracteriza o chamado capitalismo contemporâneo é determinada pela atuação sistêmica das políticas neoliberais e pela hegemonia e dominância financeira. A princípio o neoliberalismo configura-se como uma escola do pensamento econômico, em que suas práticas objetivam a liberalização dos

mercados, a livre prática empreendedora, o direito à propriedade privada e atuação mínima do Estado na economia na gestão espontânea da oferta e demanda mercadorias à sociedade. É possível extrair mais detalhes sobre essa teoria econômica e sua crítica em (HARVEY, 2008b); (NETTO, 2012); (TONELO, 2021).

Segundo Mendonça (1987), a corrente neoliberal justifica as crises anteriores, do início do século XX, pela atuação acentuada do Estado na economia. Assim, a "falta de mercado" seria a causa e, ao mesmo tempo, a solução para o fenômeno supracitado, resgatando a retórica da "mão invisível" e do "livre mercado" para o cotidiano dos discursos e agendas políticas.

Assim, o neoliberalismo não foi o criador da financeirização do capitalismo, pois esse fenômeno concreto é manifestação da lógica de operação do capital em uma fase específica de seu desenvolvimento. Nessa etapa, para frear e dinamizar os efeitos da própria crise em curso, há uma maior autonomização e substantivação da atuação do capital fictício para cumprir a função de valorizar uma massa de mais-valor. sobreacumulado⁷⁸. É isto que justifica a “financeirização” apresentar-se de modo mais complexo e dominante na realidade concreta.

Esses mecanismos de deslocamento e, ao mesmo tempo, acumulação capitalista reforçam apenas que:

A razão por que o capital é estruturalmente incapaz de tratar as causas como causas – em vez de tratar a todas as dificuldades e complicações emergentes como efeitos manipuláveis com maior ou menor sucesso – é que esta é a sua própria fundamentação causal: uma verdadeira *causa sui* perversa. Qualquer coisa que aspire à legitimidade e à viabilidade socioeconômicas deve ser adaptada ao seu quadro estrutural predeterminado. Na qualidade de modo de controle sociometabólico, o capital não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação socioeconômica que venha restringir sua dinâmica voltada para a expansão. A expansão em si não é apenas uma função econômica relativa (mais ou menos louvável e livremente adotada sob esta luz em determinadas circunstâncias, e conscientemente rejeitada em outras), mas uma maneira absolutamente necessária de deslocar os problemas e contradições que emergem no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar, como praga, as causas subjacentes. Os fundamentos causais que autoimpelem o sistema não podem ser questionados sob hipótese alguma. Quando aparecem, os problemas devem ser tratados como disfunções “temporárias”, a serem remediadas com a reafirmação sempre mais rigorosa do imperativo da reprodução expandida. Por esta razão, não pode haver

⁷⁸ Isso porque “O esmagador volume da acumulação capitalista está “predestinado” por determinações sistêmicas ao reinvestimento, sem o qual o processo de expansão e realização estaria encerrado, levando consigo o capital – e, naturalmente, todas as suas personificações dadas e potenciais – para o túmulo histórico.” (MÉSZÁROS, 2011, p.139).

alternativa alguma para a busca de expansão – a todo o custo – em todas as variedades do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011, p.176).

As considerações de Mézáros, citadas anteriormente, endossam a questão central da teoria marxiana da lei geral da acumulação capitalista e a forma reificada e mistificadora que o capital não consegue identificar que suas próprias soluções são causas para as crises.

Uma das formas de minimizar os impactos da crise passa a ser o ataque ainda maior sobre o Estado no objetivo de utilizar o fundo público como mecanismo para valorização do valor, como apontado por Behring (2021) sendo um importante causa contra-arrestante das crises, pela vida endividamento sistêmico e “ajustes fiscais permanentes”. Sem dúvidas, a ideologia neoliberal cumpria um papel fundante para justificar a redução sistemática das políticas sociais destinadas à classe trabalhadora, especialmente nos países centrais que tiveram experiência com o Estado de Bem-Estar Social. Como resultado, os recursos do fundo público estão cada vez mais direcionados para a implementação de uma série de ações mercantilizadas, que são sistematizadas por entidades representativas do capital, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, em relação à administração da crescente crise do capital.

É notável também o avanço significativo nas áreas de tecnologia e ciência durante a segunda metade do século XX. Isso inclui o desenvolvimento da microeletrônica, internet e robotização de maquinários, que foram incorporados ao processo produtivo do capital. Essas inovações permitiram um controle mais preciso do tempo no processo de trabalho e, em outros setores, forneceram as ferramentas para a compra e venda de ativos financeiros em escala mundial de forma simultânea, conectando todos os mercados a um único sistema financeiro internacional. Harvey (2008a), aponta que esses elementos fundamentam um regime de “acumulação flexível”, caracterizado pela intensificação das formas de extração de mais-valor (aumento da composição orgânica do capital) e pela redução da força de trabalho no capital produtivo (demissão em massa). Esse regime implica também a redução dos salários, possibilitada pelo barateamento da cesta de mercadorias consumidas pela classe trabalhadora, e um endividamento crescente (via do acesso a créditos pessoais para consumo e a sua inadimplência), que estimula a especulação financeira em diversos ativos nas bolsas de valores. Além disso, ele é marcado pela expansão das

plantas produtivas para países periféricos e subdesenvolvidos, que possuem recursos primários e mão de obra barata, disponível para incorporação ao processo produtivo.

Ademais, o capitalismo ganha cada vez mais espaço para sua atuação mercantil com o fim da experiência do “socialismo real” nos finais da década 1980 e início de 1990 o que possibilitou a incorporação de mais recursos primários e de força de trabalho na expansão da produção de valores de troca, assim como, no consumo e realização. Vale comentar que isso projetou no senso comum da classe trabalhadora, pela retórica dominante dos apologistas da ordem do capital, o decreto unilateral de uma “vitória” definitiva do capitalismo contra o projeto do socialismo e a também da teoria marxiana e marxista⁷⁹.

Discordamos inteiramente de qualquer tipo de determinismo histórico no que tange essa instância absoluta do capitalismo, uma vez que as crises sistêmicas do capital provam de modo feroz, a impossibilidade sistêmica da produção e reprodução dessa forma de riqueza e suas representações, com a satisfação das necessidades humanas.

Assim,

O poder do capital, em suas várias formas de manifestação, embora longe de ter se esgotado, não mais consegue se expandir. O capital – uma vez que opera sobre a base da míope racionalidade do estreito interesse individual, do bellum omnium contra omnes: a guerra de todos contra todos – é um modo de controle, por princípio, incapaz de prover a racionalidade abrangente de um adequado controle social. E é precisamente a necessidade deste que demonstra cada vez mais sua dramática urgência (MÉSZÁROS, 2011, p.993).

No entanto, da teoria hegemônica no campo da economia, ressalta outros aspectos entorno da crise, assim:

Para os intelectuais liberais-burgueses mais ortodoxos, a crise é nitidamente um espécie de “lipoaspiração” do sistema capitalista, um ajuste inevitável advindo dos mecanismos naturais do mercado ao qual se sucederá a recuperação do equilíbrio, tendência na qual os liberais depositaram fé inabalável desde a Lei de Say, conhecida como a lei da oferta e da procura. Para tanto, é fundamental que haja redução de custos - nas empresas e, especialmente, no Estado - e todos façam o seu dever de casa, a “sua parte de sacrífico” (BEHRING, 2021, p.137)

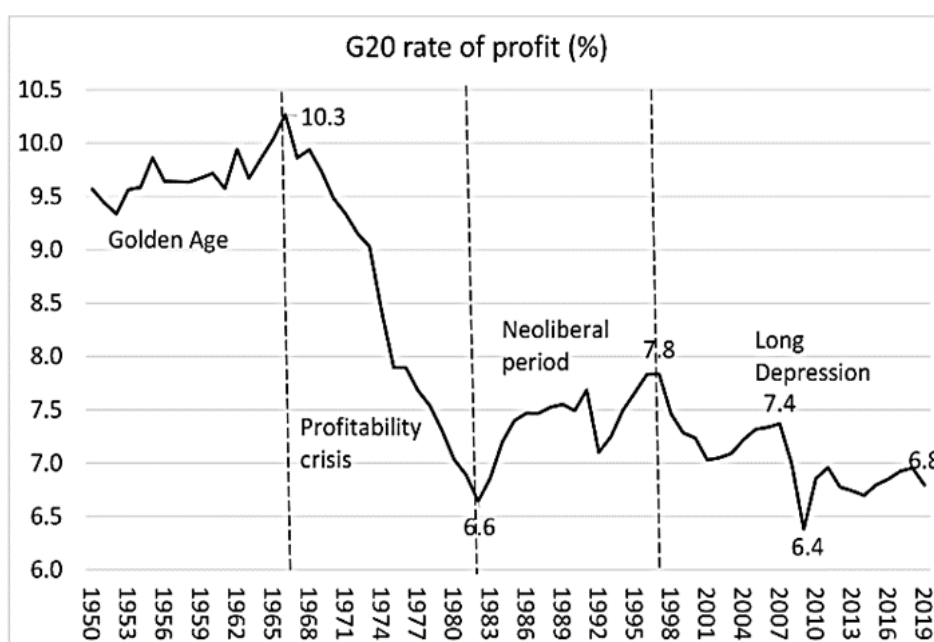
O “livre mercado” endeusado pelos neoliberais provocou nas décadas de 1980 e 1990 uma implacável intensificação das lutas de classes, em que a burguesia internacional fez valer, por via de ações violentas e coercitivas as correções

⁷⁹ Uma crítica mais contundente pode ser vista tanto em Mézáros (2011) e também Netto (2012).

necessárias no curso da acumulação de capital em grande parte dos países desenvolvidos, bem como nas periferias. Sobretudo, houve uma mercantilização extensiva daqueles serviços que anteriormente estavam sob os cuidados restritos do Estado e passaram a ser fonte de extração de mais-valor como educação, saúde e previdência social, entre outros.

Visualmente, a figura a seguir, conseguimos notar essa relativa resposta do período neoliberal à queda da taxa de lucro, nos principais países de capitalismo avançado, que caracterizam o G20⁸⁰.

Figura 7 - Taxa de lucratividade - G20 - em %



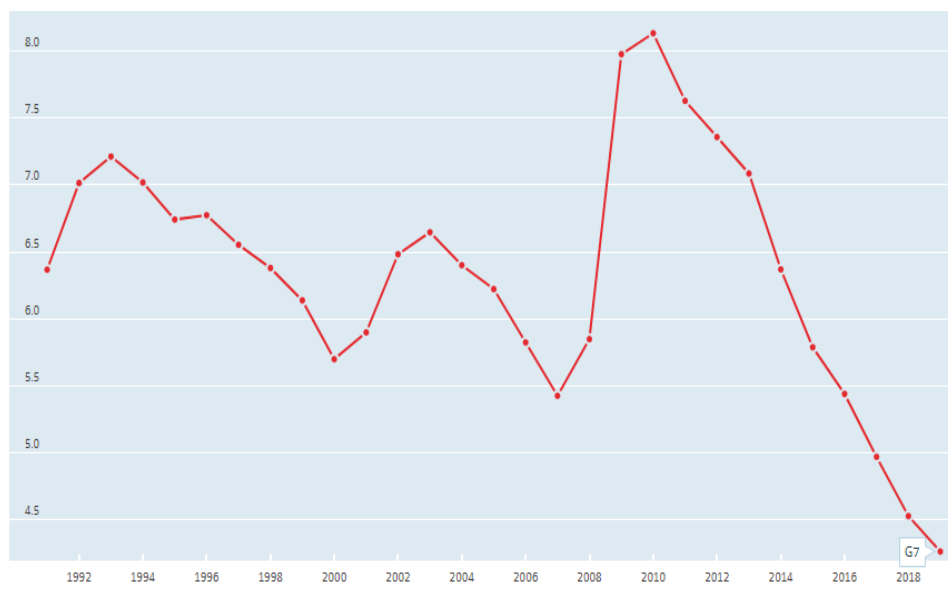
Fonte: Roberts (2022)

Notamos assim que o neoliberalismo intensificou as contramedidas à queda da taxa de lucro, em suma, pela razão acentua da exploração da força de trabalho caracterizada pela forma de desregulamentação das legislações trabalhistas que consistem na perda de direitos historicamente conquistados pelas lutas organizadas da classe trabalhadora, as reduções salariais e a extensão dessa exploração da força de trabalho em países com pouca proteção trabalhista e salários mais baixos. Observamos, portanto, o “mundo do trabalho” marcado pela precariedade laboral e

⁸⁰ Como se sabe, o G20 consiste, sendo formado por países da economia avançada e emergente no cenário no mercado mundial e são alguns eles: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul e Turquia.

também um desemprego estrutural segundo (ANTUNES, 2009; 2019) e (BRAGA, 2017), como resultados da necessidade imanente do capital em objetivar o máximo de tempo de trabalho excedente para manter o aumento de sua lucratividade e rentabilidade.

Figura 8 - Taxa de Desemprego nos países do G7 1992-2019



Fonte: OCDE (2023)

A figura dimensiona o processo de desemprego crônico, sinalizado por Mészáros (2011) e já mencionado anteriormente, que caracteriza uma das feições e contradições que marca o período de crise estrutural do capitalismo contemporâneo, nos países mais desenvolvidos, que corporiza o G7⁸¹. Não obstante o fenômeno está ligado ao processo de reestruturação produtiva da era neoliberal, que impacta diretamente na vida da classe trabalhadora em escala mundial.

É notável também que a aplicação do capital-dinheiro, acumulado de períodos precedentes, se estendeu à chamada "esfera financeira", como também uma tendência do capitalismo em frear a queda da taxa de lucro, devido às condições de lucratividade (realização do valor e apropriação) que tornaram-se mais atraentes para os capitalistas diversificarem suas aplicações, assim como, o fortalecimento dos bancos nessas práticas.

Entretanto, algumas interpretações sobre o tema tendem a ver essa transformação como uma nova qualidade, em vez de um desdobramento dialético dentro do próprio curso do capitalismo. Esse processo se manifesta na "fusão" entre

⁸¹ Os países são Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

capital industrial e financeiro, no qual este último "[...] estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo" (LÊNIN, 2012, p. 98).

Essa visão é atualizada por Harvey quando diz que:

A tendência de investimento em ativos se tornou generalizada. De 1980 em diante vieram à tona periodicamente relatórios sugerindo que muitas das grandes corporações não financeiras geravam mais dinheiro de suas operações financeiras do que fazem coisas. Isso foi particularmente verdadeiro na indústria automobilística. Essas corporações agora eram administradas por contadores e não por engenheiros, e suas divisões financeiras que tratavam de empréstimos aos consumidores foram altamente rentáveis (HARVEY, 2011, p.28).

Não temos a intenção de criar ou manter polêmicas com autores de grande representatividade no debate sobre a crise na tradição marxista⁸². Nosso objetivo é demonstrar que, sob a ótica de Marx em "O Capital", essas são representações concretas da própria lógica interna que sustenta o modo de funcionamento excessivo, irracional e alienante do capital. Essa lógica encontra sua funcionalidade na forma fetichizada da produção de mercadorias e na função do dinheiro como representação do valor. Portanto, a "financeirização" não é uma novidade, pois ela é uma parte intrínseca dos mecanismos de valorização do valor, que o próprio capital se apresenta como capaz de efetivar, e que fundamentam a produção e a circulação capitalista.

A autonomização do capital de comércio de dinheiro, que no caso se transforma em capital portador de juros, opera para superar as barreiras da circulação, encurtando o tempo de valorização por meio do crédito, sem que o ato de compra e venda se concretize. Além disso, o próprio dinheiro age como capital, aumentando ainda mais o fetichismo das relações capitalistas e a tendência à mercantilização de tudo por meio do capital fictício.

Assim,

Para compreender o modo de atuação do dinheiro nessa segunda função, Marx distingue duas especialidades: ou ele atua como capital de comércio de dinheiro ou atua como capital portador de juros. No primeiro caso, o dinheiro opera na circulação de mercadorias como meio de criação crédito e, no segundo, funciona na interface entre o capital monetário e o capital industrial como meio de apropriação de parte do mais-valor gerado na produção de mercadorias (PRADO, 2022, n.p)

⁸² A interpretação realizada por Lupatini (2017) nos ajuda a entender que a financeirização é uma forma concreta da operação do capital portador de juros e capital fictício. Assim, Marx, no Livro III, teria observado essa dinâmica da autonomização do valor com uma elevada abstração, enquanto outros autores, como Lênin, oferecem uma descrição mais dinâmica da realidade e das formas que esse tipo de capital assume.

Dessa maneira, o próprio desenvolvimento do capitalismo conserva características essenciais, como essas descritas, e incorpora outras circunstâncias que são partes do curso dos acontecimentos que são gerados na sua historicidade.

Por essa razão, ao mesmo tempo, não estamos negando de forma alguma a intensificação dos mecanismos de financeirização na condução do curso do capitalismo contemporâneo, muito pelo contrário. Dessa forma, a vida real e concreta das pessoas passa a ser moldada pela volatilidade do mercado, como frequentemente ouvimos nos noticiários, determinando se ele vai se comportar de forma "positiva" ou "negativa". Mas afinal, o capitalismo, por sua finalidade, atua sobre essa lógica.

Podemos ver que Mészáros resgata de modo coerente a teoria marxiana, e nos evidencia o caráter da dominação abstrata e impessoal:

Naturalmente, em tais circunstâncias e determinações, os seres humanos produtivamente ativos não podem ocupar, como seres humanos, seu lugar legítimo nas equações do capital, e muito menos ser considerados, nos parâmetros do sistema do capital, como a verdadeira finalidade da produção. A relação social mercantilizada e reificada entre os sujeitos produtivos e seu controlador agora independente – que, como questão de direitos materialmente constituídos e legalmente impostos, age como o único proprietário das condições de produção e autorreprodução dos trabalhadores – apresenta-se de maneira mistificada e impenetrável. Igualmente, a tarefa da reprodução social e do intercâmbio metabólico com a natureza é definida de modo fetichizado como a reprodução das condições objetivadas/alienadas de produção, das quais o ser humano que sente e padece nada mais é senão uma parte estritamente subordinada, enquanto um “fator material de produção”. E já que o sistema produtivo estabelecido, sob a regência do capital, não pode reproduzir a si próprio, a menos que possa fazê-lo em uma escala sempre crescente, a produção deve não apenas ser considerada a finalidade da humanidade, mas – enquanto um modo de produção ao qual não pode haver alternativa – deve ser tomada como premissa que a finalidade da produção é a multiplicação sem fim da riqueza (MÉSZÁROS, 2011, p.611).

Portanto, a questão central reside na complexificação e no desdobramento da funcionalidade do capital nesta época específica que teve início com a crise de 1970 e se estende até os dias atuais. Ou seja, consiste nas respostas que o próprio capital criou para superar suas barreiras e limites. A sobreacumulação na forma de capital-dinheiro ocorrida no período anterior resultou na maior concentração e centralização dos capitais, criando as condições reais para a autonomização do capital portador de juros e sua ampliação, permitindo-lhe atuar com maior flexibilidade no cenário mundial. Em outras palavras, uma parte do capital social especializou-se na apropriação do mais-valor superproduzido, e sua personificação encontra-se no capital bancário.

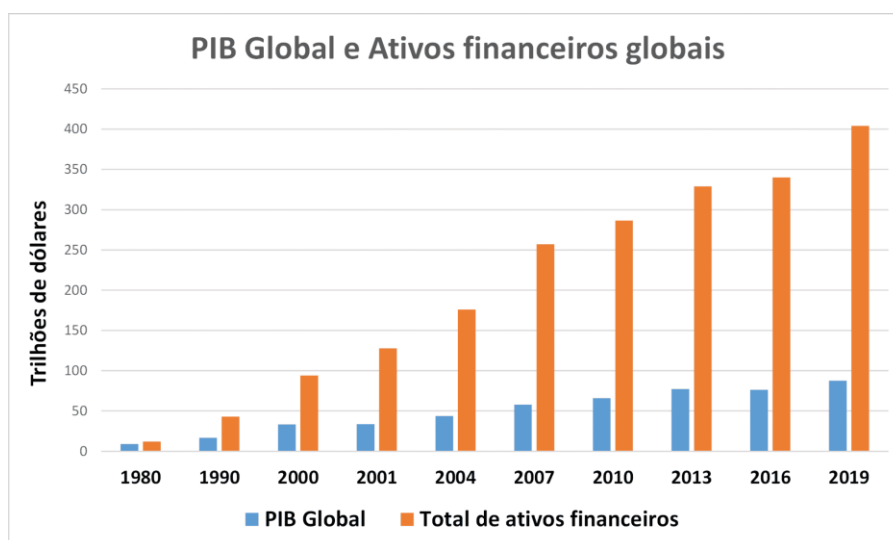
A generalização e aprofundamento dessa lógica exacerbada de apropriação de valor, como se ela fosse totalmente autônoma do processo de produção, faz com que qualquer indivíduo que perceba um rendimento periódico de \$ 10 apareça como proprietário de um capital no valor de \$ 100, ainda que esse capital, de fato, não exista. Isso porque, realmente, uma renda de \$10, capitalizada a uma taxa de juros de 10%, é igual a um montante de \$100, uma vez que $10 / 10\%$ é igual a 100. Mas, efetivamente, o rendimento de \$10 não provém da remuneração de um capital já existente, que só se constituiria se esse rendimento fosse capitalizado. Assim, esse rendimento não pode ser considerado como uma remuneração do capital portador de juros. O indivíduo que auferir este rendimento não é um proprietário da mercadoria-capital, ou do capital portador de juros (CARCANHOLO, 2010, p.5).

Assim, ocorre uma acentuação do capital fictício, com o proprietário tendo o direito de receber uma cota parte do mais-valor produzido, por meio de diversos produtos financeiros que atuam como direito de apropriação, tais como ações, títulos da dívida pública e privada, hipotecas e debêntures. Como afirma Carcanholo (2010), até mesmo parte do salário tende a ser investida na compra de algum desses produtos financeiros e culmina numa lógica de endividamento e rápido enriquecimento para parcela dos capitalistas ligados a esses negócios. Em última análise, essa dinâmica de crescimento exponencial de dinheiro acelera a rotação do capital e amplia as expectativas de realização da massa de mais-valor por meio desses títulos, em um determinado período de tempo.

Além disso, observa-se que essas manifestações de capital fictício, ganhando autonomia nos mercados financeiros, como exemplificado pelos títulos mencionados, muitas vezes não estão sequer vinculadas à expansão da produção, ou seja, ao capital industrial – produtor de mais-valor. Assim, a possibilidade de uma crise torna-se uma consequência iminente dessa lógica intrínseca do capital, materializando-se em bolsas de valor fictícias que carregam um potencial de instabilidade profundo.

A figura a seguir confirma de maneira clara o substancial crescimento desses ativos financeiros em circulação na concretude do desenvolvimento do capitalismo. Isso é notável, pois excede até mesmo o crescimento do Produto Interno Bruto global. Já na década de 1990, observamos um aumento exponencial que não foi freado nem mesmo pelas crises que ocorreram nesse período, mas impulsionado.

Figura 9 - Produto Interno Bruto e Ativos financeiros globais



Fonte: Prado (2022)

O professor Eleutério Prado afirma que são evidências da dominação financeira:

[...] a expansão do mercado financeiro internacional; o aumento da participação do setor financeiro no PIB e na apropriação de lucros nos países centrais; a difusão do uso de novos instrumentos financeiros complexos (por exemplo, os derivativos); a emergência de um sistema paralelo de financiamento em relação aos bancos; a administração de empresas passa a privilegiar o interesse dos acionistas no curto prazo em detrimento do avanço produtivo da empresa no longo prazo; endividamento crescente das famílias, dos estados nacionais, assim como das empresas não financeiras etc (PRADO, 2022, n.p)

Reiteramos que essas respostas do capital elevam temporariamente a taxa de lucro e retardam sua queda brusca por meio da intensificação da exploração e do aumento da composição orgânica do capital. Contudo, elas também disseminam a ideia de que políticas monetárias desregulamentadas seriam a solução ideal para superar as crises do capitalismo. Em essência, acreditava-se que a resposta estava em "mais mercado" para equilibrar a dinâmica entre oferta e demanda, corrigindo assim a trajetória capitalista.

Harvey nos contempla com uma análise muito fecunda e conjuntural sobre os novos processos tecnológicos incorporados à industrialização, assim como, a possibilidade aberta para o consumo e transações financeiras em nível global⁸³, cujo

⁸³ O capitalismo contemporâneo é marcado por uma complexa rede de cadeias globais de valor, fruto de uma intensa e extensiva divisão do trabalho que é combinada de modo desigual no mercado mundial. Isto evidencia a consolidação das tendências já descobertas por Marx já havia escrito no

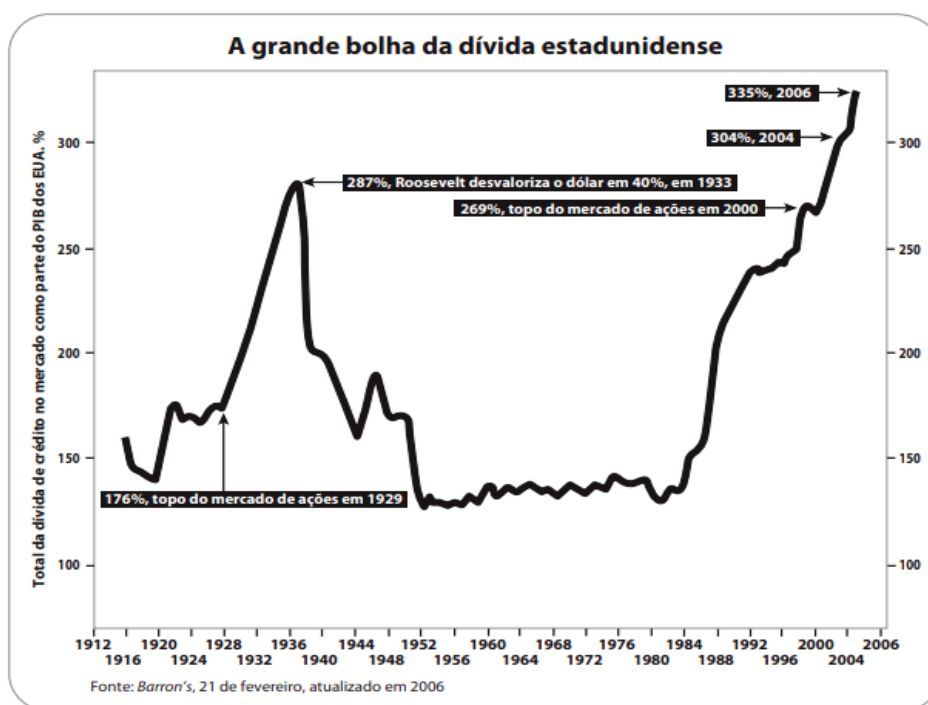
capital fez superar as barreiras geográficas para impor sua lógica de lucratividade, principalmente, guiado pelas diretrizes do Estados Unidos, como a maior potência mundial já na segunda metade do século XX.

Acima de tudo, uma nova arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável. A desregulamentação das finanças, que começou no fim dos anos 1970, acelerou-se depois de 1986 e tornou-se irrefreável na década de 1990 (HARVEY, 2011, p.22).

A figura 10 ilustra de maneira mais clara a superprodução de ativos financeiros, representando a atuação desmedida do capital fictício sobre a dívida de crédito da principal economia capitalista, nos Estados Unidos da América. De modo antecipado, sua atuação pode ser comparada inclusive com aquela vivenciada nas décadas de 1930, e observar o movimento concreto de formação de "bolhas" financeiras e especulativas, desencadeando uma nova crise do capitalismo, cujos efeitos tiveram repercussões profundas no mercado mundial.

século XIX. Assim, notamos em Harvey uma descrição concreta do processo de modo contundente quando diz: "Inundadas com capital excedente, as empresas norte-americanas começaram a expatriar a produção em meados da década de 1960, mas esse movimento apenas se acelerou uma década depois. Posteriormente, peças feitas quase em qualquer lugar do mundo – de preferência onde o trabalho e as matérias-primas fossem mais baratos – poderiam ser levadas para os EUA e montadas para a venda final no mercado. O "carro mundial" e a "televisão global" tornaram-se um item padrão na década de 1980. O capital já tinha acesso ao trabalho de baixo custo no mundo inteiro. Para completar, o colapso do comunismo, drástico no ex-bloco soviético e gradual na China, acrescentou cerca de 2 bilhões de pessoas para a força de trabalho assalariado global" (HARVEY, 2011, p.21).

Figura 10 - Total da dívida de crédito no mercado como parte do PIB dos EUA %.



Fonte: Harvey (2011)

Os primeiros indícios de uma grande recessão surgiram inicialmente de forma isolada e específica em certas regiões e setores, mas já indicavam uma progressão em escala internacional. Além disso, o capitalismo, diante da recessão abrupta de 1970, não conseguiu recuperar as altas taxas de lucro da chamada "Era de Ouro", o que impulsionou essa diversificação para esfera financeira criando esse movimento exponencial de capital fictício.

Por isso, concretamente, observa-se uma série de manifestações anteriores ao período culminante da crise de 2007/2008, sinais de curtos-circuitos da hegemonia financeira. Podemos rapidamente mencionar seus sinais nas crises asiáticas de 1997, a crise russa de 1998 e a crise argentina de 2000-2001, como também aquela sofrida no ramo das empresas tecnológicas conhecida popularmente como "crise das *ponto.com*"⁸⁴.

⁸⁴ Essas crises compartilham o seu epicentro no sistema financeiro, impulsionadas pelo aumento da especulação em torno de lucros e dividendos, alinhadas à política de flexibilidade cambial e à emissão de créditos. Isso reflete a exacerbação endógena de formas fictícias de apropriação, que se mostram incompatíveis com a realização da massa de mais-valor esperada. Essas crises manifestam-se inicialmente como desdobramentos parciais e, em certa medida, contornáveis pela desvalorização dos ativos (efeitos diretos da crise) ou pela injeção monetária proporcionada pelo suporte estatal. Para obter mais detalhes, consulte Tonelo (2021).

Além do mais, afirma Nakatani e Marques, que: “em cada momento dessas crises, parte do capital sob a forma dinheiro foi liquidada, destruída. Antes disso, a crise das dívidas externas, da década de 1980, já havia desvalorizado parte desse capital” (2020, p.93).

Interessante notar que o domínio das finanças, sem regulações significativas e com atrativos retornos, simplesmente reflete uma "consciência deslocada" (MARX, 2017a) por parte dos agentes econômicos de que sua rentabilidade está dissociada da lei do valor-trabalho. Ou seja, não demorou muito para que surgissem novas barreiras nesse processo, destacando que a produção desenfreada dessas formas de apropriação de capital fictício não estava alinhada com a quantidade de mais-valor disponível.

Os primeiros indícios de uma grande crise foram prontamente manipulados, ou melhor, desviados por alguns fatores como: aplicação do fundo público de modo sistemático no ciclo do valor, como já expresso por Behring (2021), uma produção destrutiva como afirma Mézáros (2011) e o aumento da taxa de mais-valor absoluto e relativo devido a maior expansão da composição orgânica do capital, alinhando técnicas de gestão do tempo de trabalho, desregulamentações trabalhistas e ampliação de formas laborais capitalistas em outros setores ainda não tão explorados como afirma Antunes (2009; 2018). Vale dizer que essas características vão aparecendo e se intensificando de modo gradual neste período de instauração do Neoliberalismo.

Além disso, outro fator não menos importante é a busca do capital por setores nos quais a taxa de lucro pode ser possíveis de se efetivarem para a aplicação de investimentos⁸⁵. Nesse sentido, podemos notar que setor imobiliário nos Estados Unidos ofereceu essas circunstâncias por algum momento devido à política de baixa taxa de juros, a crescente demanda das famílias por habitação e à concessão volumosa de créditos por parte dos bancos.

Entre os principais mecanismos de expansão da financeirização e das condições para a formação da bolha imobiliária, podemos remarcar como

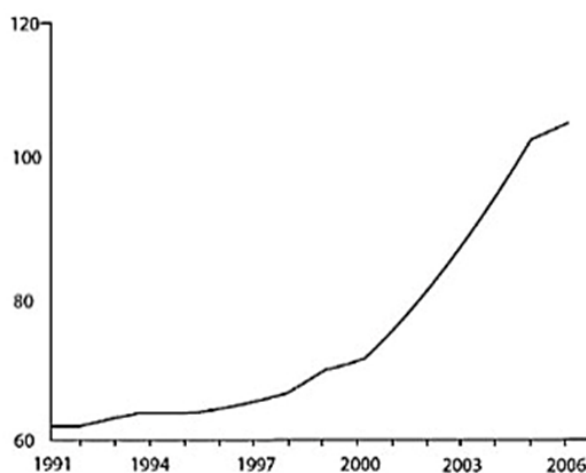
⁸⁵ “Alguns dados expressam de forma nítida esse novo nicho de valorização e especulação encontrado na década de 2000: o preço dos imóveis nos Estados Unidos chegou a aumentar 126%; o produto interno bruto (PIB) do país cresceu a taxas que variavam de 1% a 3% entre 2000 e 2008, enquanto o montante envolvido anualmente em novas operações imobiliárias estava na ordem de 3 a 4 trilhões de dólares, chegando a significar 35% do PIB dos Estados Unidos em 2003. Vale citar também que esse processo de concessões de empréstimos e alavancagem financeiro foi favorecido pela queda da taxa básica de juros da economia, que esteve em trajetória descendente desde o início da década - situando-se entre 1% e 2% até 2004, quando volta a subir.” (TONELO, 2021, p.19).

aspecto central a importância da participação dos bancos de investimentos para a aceleração das vendas de imóveis a partir de volumosas concessões de crédito. Com isso, permitiu-se o superaquecimento das vendas no setor e foram oferecidas novas “condições” para a criação de hipotecas, por meio de mecanismos financeiros inovadores. Em outras palavras, o que foi visto foi um processo de alavancagem (*leverage*) das vendas imobiliárias a tal nível que criou condições para o hiperendividamento das famílias até a asfixia, levando à inadimplência e à crise generalizada (TONELO, 2021, p.19).

Esse processo de concessão de crédito abriu portas para os bancos criarem diversos títulos de apropriação destinados a um segmento da população americana sem comprovação de renda e até mesmo sem histórico de aquisição de empréstimos. Isso resultou na geração de um tipo específico de crédito conhecido como *subprime* nos Estados Unidos. De acordo com Tonelo: "Os números mostram que entre 2001 e 2006, as hipotecas subprime representavam 8,6% das novas hipotecas geradas anualmente, correspondendo a 20% destas" (2021, p.20).

O mercado imobiliário experimentou um aquecimento nas vendas, bem como um aumento do interesse dos bancos nesse processo, uma vez que a quitação nos dois primeiros anos de uma hipoteca de longo prazo, era realizada com baixas taxas de juros. Após esse curto período de quitação, segundo Tonelo (2021), os bancos aumentaram substancialmente os juros, equiparando-os aos praticados no mercado externo, o que comprometeu o pagamento das parcelas por parte das famílias, levando a um endividamento sistêmico.

Figura 11 - Dívida hipotecária residencial como porcentagem da renda pessoal após os impostos



Fonte: Tonelo (2021)

O dado sinaliza exatamente essa inadimplência exponencial das famílias norte-americanas, antecipando uma crise cujos elementos para sua eclosão já estavam em curso e foram apenas aprofundados pelos próprios mecanismos de tentativa de “correção” do problema por parte do capital, que deslocaram a contradição para 2008, quando estourou essa bolha financeira.

No ano de 2006, por exemplo, as famílias norte-americanas buscaram rolar a dívida para uma futura negociação das hipotecas, o que era sinal de endividamento alto como visto. Assim, o mercado já sinalizava uma saturação devido ao aumento dos preços das casas e às oscilações das taxas de juros. Isso, somado a outros indicativos de queda na produção industrial⁸⁶, evidenciava novamente o processo de estagflação na economia. Em resumo, as famílias pagavam menos nas parcelas, mas aumentavam o prazo, aprofundando assim o endividamento.

Nesse contexto, para os agentes do mercado financeiro, cientes empiricamente das condições de endividamento crônico, foi criada uma série de novos produtos financeiros (capital fictício) com base nessas dívidas. Esse processo ficou conhecido como “securitização” ou *securities*.

Aqui vale ressaltar a qualidade intrínseca da atuação do capital fictício, isto é,

Em virtude do caráter fluído dos valores mobiliários circulantes no sistema financeiro, este adquire uma certa autonomia. De princípio, representam a possibilidade real de apropriação, em datas determinadas, de bocados do mais-valor que está sendo gerado pelo trabalho produtivo na esfera do capital industrial. Porém, como as dívidas podem ser pagas contraindo novas dívidas, com as suas formas são intercambiáveis e negociáveis em troca de dinheiro (ou seja, são líquidas), a criação de capital fictício torna-se até certo ponto independente da geração efetiva de valor no sistema econômico do capital. Mas os limites dessa fortuna se revelam nos estouros das “bolhas” e nas crises financeiras geral, ocasião em que o caráter fictício desses valores mobiliários se mostra porque morrem na gaveta, no cofre dos bancos etc., sendo então registrados como “perdas” nos balanços dos agentes financeiros em geral (PRADO, 2022, n.p)

Os bancos de investimento reuniram essas dívidas em diferentes grupos, classificando-as de acordo com o risco e a rentabilidade, transformando-as em ativos. Seguindo o movimento anteriormente descrito por Prado (2022), havia hipotecas de

⁸⁶ Para Tonelo: “Essa síntese dos dados é contundente para expressar o impacto econômico: queda de 8% nas economias da OCDE, 13% na produção industrial e 20% no comércio mundial (abaixo dos picos anteriores), o que representa uma retração enorme” (2021,p.31).

todos os tipos nesses Collateralized Debt Obligations (CDO), que, em uma tradução livre, significa "obrigações de dívidas colateralizadas". De acordo com Tonelo somava-se, "[...] financiamento de automóveis, empréstimos estudantis, cartões de crédito, entre outros" (2021, p.20-21); que também começaram a entrar neste processo de securitização.

Isso estabeleceu uma conexão entre as famílias que pagavam as primeiras parcelas, os corretores de imóveis, os bancos credores e os investidores que compravam e vendiam esses ativos. Em essência, a securitização acelerou o processo de formação de uma bolha financeira, ou seja, a superprodução de uma forma de apropriação de uma massa de mais-valor que não foi produzida, resultando na falta de condições para efetivação e realização da rentabilidade.

A renegociação dessas dívidas, para dar um exemplo, passava até mesmo pela expectativa de vida dos devedores hipotecários, uma vez que a intenção era aumentar o prazo de atualização dos juros sobre os salários dessas famílias. Além disso, quanto mais endividadas estivessem, maior era também a oportunidade de vender - por meio de securitização - essas inadimplências em produtos para outros bancos de investimento.

As negociações financeiras começaram a entrar em colapso quando a inadimplência atingiu o seu limite estrutural. Em outras palavras, o capital fictício encontrou o seu "salto mortal", conforme expresso por Marx (1975), paralisando o processo de metamorfose de compra e venda desses ativos. No entanto, essa situação não foi causada por algo fortuito ou externo, mas principalmente pela progressiva contradição inerente às relações capitalistas de produção.

Portanto,

Em agudas contradições, crises, convulsões, se evidencia a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade às relações de produção em vigor. A violenta aniquilação do capital [nas crises], não por circunstâncias alheias a ele mas como condições de sua autoconservação, é a forma mais contundente de aviso para que ele desapareça e dê lugar a um estágio superior de produção social (MARX apud ROSDOLSKY, 2001, p.319, grifo nosso).

Concretamente, essa superprodução de títulos estava em contraposição à economia "real", que estava estagnada, o que revela a forma mística e anárquica do capital. Como resultado, as famílias começaram a perder suas casas devido à inadimplência, e os bancos começaram a tomá-las, tentando vendê-las para recuperar as perdas. O valor dos títulos caiu devido à falta de pagamento, assim como o valor

das casas, e os investidores pararam de comprar novos títulos. Isso resultou em um verdadeiro colapso que desencadeou a crise de 2008.

Esses títulos supérfluos, no jargão do mercado, são sinônimos de "títulos tóxicos" ou "podres" que ficaram retidos nos bancos de investimento, incapazes de serem vendidos e de gerar a renda esperada. Isso foi o estopim para o colapso da crise em 2008, resultando na queda de um dos maiores bancos de investimento dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, avaliado em mais de 600 bilhões de dólares e com mais de 100 anos de história, conforme observado por Tonelo (2021).

Os efeitos dessa crise abalaram o sistema financeiro global, bem como as economias das maiores potências mundiais, destacando que:

Toda essa construção financeira produziu a aparência da redução dos riscos associados aos derivativos. Entretanto, o que aconteceu foi simplesmente a transferência dos riscos de uma instituição para outra, sem nenhuma redução dos riscos. (NAKATANI; MARQUES, 2020, p.88-89).

A solução para conter o colapso generalizado do capitalismo foi acionar o fundo público para a injeção de dinheiro e deslocar temporariamente essas contradições. No entanto, como podemos antecipar, isso apenas realocou o processo de superprodução de capital fictício de forma sistemática, elemento pelo qual explica-se a persistência dessa crise. A análise e apresentação de Luri Tonelo são precisas ao destacar que:

[...] no fatídico mês de setembro de 2008, um dia depois da bancarrota do Lehman Brothers, o governo norte-americano decidiu injetar o valor de 85 bilhões de dólares para salvar a seguradora American Internacional Global (AIG). É de se notar, que em uma única medida de injeção para salvar uma grande empresa financeira, foi gasto um montante total, para usarmos uma imagem, equivalente à média do produto interno bruto em 2008 da Líbia (71 bilhões de dólares) e de Bangladesh (103 bilhões de dólares); ou seja, a média da riqueza produzida por esses países em um ano é equivalente ao que se gastou em um só dia para salvar uma única empresa. Poucos dias depois do salvamento da AIG, outra empresa de peso foi beneficiária de um pacto bilionário: a General Motors (GM) recebeu a soma de aproximadamente 50 bilhões de dólares (TONELO, 2021, p.31).

Contudo, isso conduziu a um deslocamento da crise, inicialmente em direção aos países da zona do Euro e também às periferias do capitalismo. Isso nos revela que a verdadeira "globalização" do capitalismo é, ao mesmo tempo, a globalização de suas crises. Portanto, mais uma vez, a retórica neoliberal prevaleceu, estabelecendo uma série de medidas para conter essa bancarrota. Nesse contexto, medidas sistêmicas tiveram que ser adotadas para que o mundo pudesse superar essa recessão.

Segundo Behring (2021), o capitalismo mergulhou em uma profunda era de recessão e estagnação marcada pelas reformas estatais em prol dos ajustes fiscais permanentes que alimentam um mecanismo de dívida e acumulação fictícia, que no Brasil, ataca diretamente o setor previdenciário, saúde e educação. Isto marca uma agenda de contra-reformas que aprofundam a desigualdade social caracterizada pela redução das políticas sociais em prol da classe trabalhadora, além do desmantelamento de sua organização político-sindical que resulta em condições mais degradadas para manutenção da vida em prol de uma maior exploração e expropriação do tempo de trabalho.

No mesmo diapasão, Antunes (2018) destaca a precariedade sistêmica do chamado "mundo do trabalho", com jornadas laborativas extenuantes, com poucos direitos e regulamentações, terceirizadas, com baixa qualificação e pouca remuneração. Assim, como práticas já indicadas por Marx no século XIX, como o salário por peças que caracteriza os chamados "trabalhos de plataforma"⁸⁷.

A efetivação das leis do capitalismo nos tempos pós-1970 revela o estágio crônico do desemprego como expressão da alta e complexa composição orgânica que o capitalismo monopolista alcançou:

Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos "normais" e voluntariamente aceitos do "crescimento e do desenvolvimento", mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos "bolsões de subdesenvolvimento", mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do "desenvolvimento", da "racionalização" e da "modernização" em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas "desprivilegiadas", mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade (MÉSZÁROS, 2011, p.1005).

A crise de 2008 revela a manifestação progressiva do próprio sociometabolismo do capital e seu emparedamento, destacando a funcionalidade e disfuncionalidade endógenas de seus mecanismos de produção e destruição de uma riqueza produzida de forma alienada e reificada. Além disso, a racionalidade é, ao

⁸⁷Essa é uma discussão difundida recentemente pelo campo da "Sociologia do Trabalho", que busca delinear uma nova morfologia do trabalho no Brasil e no mundo, mediada por plataformas digitais na empregabilidade autônoma da força de trabalho para a execução de trabalhos específicos, mas sem o vínculo empregatício regulamentado e com baixos salários e alta produtividade. Uma abordagem sistemática sobre o tema é encontrada em Antunes (org) (2020).

mesmo tempo, irracional, tendendo o capital a se deslocar para autonomia da lei do valor-trabalho, o que o faz se chocar com, sua impossibilidade, nas crises.

A produção capitalista promove uma falsa representação, na qual o trabalho vivo é apenas um momento de mediação da produção capitalista, e os nexos sociais têm como finalidade a produção pela produção, cujo centro está na figura do capital enquanto entidade empresarial. E com a expansão da chamada financeirização nota-se de fato o aprofundamento do caráter alienado da acumulação capitalista, em que o dinheiro toma para si a capacidade de gerar mais dinheiro, como processo autônomo e automático.

Concretamente isso significa que o capitalismo monopolista tem,

O comando antes unificado das empresas componentes do sistema industrial, agora se duplica. Divide-se entre o comando dos processos produtivos, administrativos e comerciais que passa a ser feita por gerentes e o comando do destino do capital que se torna agora um privilégio exclusivo dos capitalistas donos do dinheiro, ou seja, dos capitalistas financeiros. É fora de dúvida que as formas de capital social se expandiram ao longo do desenvolvimento do capitalismo, principalmente a partir do último quarto do século XIX. Ademais, é bem certo também que cresceram exponencialmente no período que vai do fim da Segunda Guerra Mundial até o presente. Nesse período, aumentou certamente a quantidade e o poder econômico das corporações subordinadas indiretamente aos capitais acionários (PRADO, 2022, n.p).

Portanto, podemos notar que o fenômeno das crises não apenas se ampliaram, mas também se intensificaram e se tornaram mais frequentes. Além disso, nos últimos anos deste século, já estamos vendo como a saída para as crises tornaram-se cada vez mais estreitas fazendo com que o capital ative novamente as forças bélicas para efetivar uma destruição forçada de capitais e de vida humana⁸⁸.

Esses elementos contemporâneos não foram causados por fatores externos, mas sim pelo intenso e progressivo desenvolvimento do capitalismo. É importante notar que o capitalismo parece triunfante, especialmente após a queda da experiência socialista nos países do Leste Europeu, o que reforça a ideia de seu sociometabolismo como a única alternativa viável e possível⁸⁹.

⁸⁸ Até o momento da redação desta dissertação, testemunhamos dois eventos ocorrendo simultaneamente: uma guerra no Leste Europeu (Rússia x Ucrânia) e no Oriente Médio (Israel x Palestina). Neste momento, não nos propomos a explicar suas causas e determinações, mas é inegável que são reflexos do caráter destrutivo da crise estrutural, conforme apontado por Mészáros (2011) décadas atrás.

⁸⁹ Tanto em Mészáros (2011) como em Netto (2012), é possível encontrar uma discussão rigorosa sobre a experiência soviética e alguns elementos que levaram à sua derrocada. Embora tenha perdurado por boa parte do século, eles também destacam que o projeto do socialismo não apenas

O capitalismo contemporâneo ainda persiste em seu funcionamento devido:

A irrestringibilidade dos princípios constitutivos do capital determina os limites de seu sistema de controle metabólico historicamente singular, tanto em termos negativos como positivos. Positivamente, o sistema do capital pode continuar avançando enquanto suas estruturas produtivas internamente incontroláveis encontrarem recursos e saídas para a expansão e a acumulação. E, negativamente, instala-se uma crise quando a ordem estabelecida de reprodução socioeconômica colide com obstáculos criados por sua própria articulação dualista, de modo que a tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação já não pode mais ser conciliada, muito menos usada como maquinário poderoso do processo vital de expansão e acumulação (MÉSZÁROS, 2011, p.122)

Portanto, embora não possamos explicitar todas as determinações e dimensões dessa crise específica que marca sua grande erupção no ano 2008, uma vez que essa e se mantém de modo rastejando em nosso dias, mas estamos convencidos de que ela não foge da lógica de eclosão de todas as crises precedentes. Apenas reforça que as descobertas de Marx ainda são uma fonte de análise capaz de explicar suas causas, mesmo que as manifestações estejam alocadas em ramos diferentes da produção e circulação de capitais.

permanece vivo, mas é radicalmente necessário na fase atual que se encontram as relações capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da obra madura de Marx, embora desafiadora devido às suas inúmeras nuances, incompletudes e complexidades, nos conduziu por uma análise sistemática e sintética que permitiu explorar uma teoria social abrangente, materialista, histórica e, profundamente atual. A análise imanente do pensamento de Marx nos possibilita compreender os avanços e principalmente os limites civilizatórios do modo de produção capitalista.

Defender a obra e o pensamento de Marx não implica adotar um modelo fechado, rígido e dogmático, exatamente porque a condição de “modelo epistemológico” era tudo que Marx confrontava na produção de conhecimentos. Pelo contrário, "O Capital" se apresenta como um ponto de partida perspicaz para a análise das complexas fenomenologias e práticas que a realidade nos apresenta à primeira vista, revelando seus fundamentos, que no processo de investigação são refletidos da realidade no pensamento do pesquisador.

Retornar às ideias de Marx oferece uma perspectiva que transcende a concepção simplificada de uma "crise econômica" como sua expressão predominante. Nessa abordagem, compreendemos a crise como intrínseca ao desenvolvimento capitalista. Dessa maneira, o fenômeno não é apenas um episódio ocasional; pelo contrário, constitui parte “[...] de uma “lei de movimento” do capital que determina sua “história”, mas a história de sua gradativa contração, de seu fracasso em se afirmar como totalidade que vincula a si o conjunto das relações sociais existentes” (GRESPLAN, 2012, p.231).

A causa para isso encontra-se devidamente estabelecida na própria relação social de produção da vida material, quando historicamente se subverte o sentido da riqueza e da própria produção para longe das necessidades úteis. Dessa forma, sistematicamente ocorre uma expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção e uma generalização do trabalho social como terreno histórico-político para a produção de uma riqueza abstrata e temporal, na forma de valor.

Assim, o trabalho abstrato se efetiva na objetivação da forma-mercadoria, como um tipo de trabalho genérico, que pode estabelecer relações com outros trabalhos também genéricos, independentemente das relações sociais individuais e diretas.

Nesse sentido, o produto do trabalho humano parece adquirir vida própria, estabelecendo conexões, representações e até mesmo dominando o próprio produtor.

Por meio de uma crítica ontológica, baseada na lei do valor-trabalho, Marx observa que essas características da mercadoria ocultam o processo social do trabalho concreto, revelando assim um fetiche que encobre a forma elementar da riqueza e, conseqüentemente, toda a estrutura social.

A partir dessas características essenciais de uma relação social mistificada com duplo caráter, concreto e abstrato, podemos compreender como Marx já nos aponta a possibilidade potencial das crises. Quando os nexos sociais são reificados na forma da mercadoria e não há a troca generalizada desses artigos, de modo que o próprio sentido da produção e reprodução enquanto valor é interrompido.

O desdobramento desse entendimento social da produção e reprodução capitalistas permite a Marx compreender com maior determinação a complexidade e as inter-relações autonomizadas e automáticas que esses produtos do trabalho social assumem. Ao mesmo tempo, as formas de interrupção que são potencializadas a partir de sua própria condição e força motora, à medida que ocorre uma crescente produção social do trabalho abstrato e a negação da participação dessa massa produtora na própria apropriação e consumo desses resultados. Isso inclui as formas jurídicas e políticas que legitimam a posse privada de uma pequena parcela dos meios de produção, enquanto a grande massa é expropriada e excluída da participação neste ciclo de valor.

Portanto, um conceito de crise pode ser entendido, em diversos níveis de abstração, que o autor desdobra sua obra madura, como modalidades distintas, mas que, em suma, caracteriza como a manifestação de um curto-circuito na própria lógica da produção capitalista, que busca a máxima valorização do valor. Isso revela essencialmente o choque sistêmico entre um crescimento das forças produtivas e as relações sociais de produção que são encobertas por formas representativas do valor. Em outras palavras, isso proporciona um caráter completamente alienado à produção capitalista, que só pode encontrar o seu limite relativo, por meio de “erupções violentas”, conforme destaca o autor (MARX, 2017a).

Ademais, essas condições impõem uma forma de exploração impessoal, abstrata e temporal na geração da máxima riqueza, transformando o trabalho em mero momento parcial da produção de mercadorias, implicam também na manutenção igualmente recorrente da expropriação dos trabalhadores assalariados. Desta

maneira, no capitalismo, a degradação da força de trabalho é, simultaneamente, a degradação do trabalhador, que vive em condições cada vez mais precarizadas e enfrenta diversas dificuldades para reproduzir sua própria existência, pois depende de condições externas que implicam em momentos de “melhora” ou “piora” de suas condições de vida, a depender do estágio do movimento cíclico do capital, expresso pelo mercado mundial.

A crítica de Marx também se volta a um segundo significado de crise, que se refere a uma ruptura histórica dessa forma social de produção reificada e mercantilizada, assim como de suas representações e estruturas de classe. Em Postone (2014), essa interpretação vai de encontro à ideia de supremacia da classe trabalhadora como vitoriosa sobre a classe burguesa, comum ao chamado “marxismo tradicional”. Marx propõe a dissolução da centralidade do trabalho, característica fundamental da produção capitalista de valor, de suas representações, contradições e crises sistemáticas. O que nos parece muito pertinente, devido o trabalho no capitalismo ser, ao mesmo tempo, a mola impulsora e o terreno da alienação/dominação.

Estes foram resultados teóricos-conceituais que podemos chegar na primeira parte do nosso estudo. Já na segunda parte observamos o caráter histórico de três grandes momentos na história do capitalismo contemporâneo, levando em conta o século XX e as primeiras décadas do século XXI.

Conseguimos ao final, assim, observar de modo aproximado a recorrência, amplitude e profundidade dos impactos das crises de 1929, 1970 e 2008, como manifestações empíricas que amadureceram e expressaram tendências previamente apontadas na teoria social de Marx. Vimos o caráter da acumulação, centralização e concentração de capitais, que geram uma superprodução de mercadorias não mais restritas ao "cantinho do mundo" onde o autor prussiano viveu, mas sim uma verdadeira dominação global das crises capitalistas. Isso nos revela o avanço social do trabalho de modo alienada e objetivado na produção de uma riqueza estranhada, devido à intensa divisão do trabalho, mas que, ao mesmo tempo, provocou uma destruição bélica catastrófica por meio de duas grandes guerras mundiais, o que reflete igualmente, o caráter irracional da produção capitalistas, que ativa também limites ecológicos severos aos quais apenas podemos sinalizar.

Destacando, de maneira concisa, as características essenciais de cada período analisado, observamos particularidades na manifestação das crises. Isso evidencia,

na realidade concreta, a inexistência de uma causa única e inflexível para o fenômeno. Nesse sentido, as crises não estão restritas a um único setor ou local, mas, à medida que o capitalismo se desenvolve, sintetizam as múltiplas determinações contraditórias, tendendo a eclodir de maneira cada vez mais ampla e recorrente. Isso confirma as leis descobertas pelo autor prussiano.

Logo, acreditamos com base na análise dos textos marxianos que sua crítica do valor-trabalho é uma fonte de análise indispensável para captar a essência subjacente às crises do capitalismo contemporâneo e apontar para seu aprofundamento decorrente da produção alienante de mais-valor que marca essa específica época histórica da sociedade burguesa.

Além disso, se as lutas da classe trabalhadora representaram um embate sistêmico contra essa forma de produção com vistas à sua superação, trata-se de uma questão ainda aberta, cuja resposta cabe ao próprio curso da história. Para enfrentar verdadeiramente essas crises e os estranhamentos e coerções que marcam nosso cotidiano, a saída parece ser transcender a lógica de mediação e dominação centrada na produção de mercadorias. Nesse sentido, adotar uma crítica negativa do capital torna-se um ponto de partida essencial, no qual a teoria social elaborada por Karl Marx oferece uma base fundamental para o entendimento do objetivo a ser transformado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. O neoextrativismo persistente. A Terra é Redonda, 26 set. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-neoextrativismo-persistente/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

AMIN, Samir. A caminho de uma nova crise estrutural do sistema capitalista. 2ª Ed. Porto: Edições Afrontamento, 1978.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo (org.). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público, valor e política social. Cortez Editora, 2021.

BONENTE, Bianca Imbiriba. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2016.

BRAGA, Ruy. A rebeldia do precariado. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. Ministério da saúde. O que é a Covid-19? Saiba quais são as características gerais da doença causada pelo novo coronavírus, a Covid-19. [Brasília] Ministério da saúde, 08 de Abril de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 28/03/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coronavírus Brasil: Painel coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 21/10/2023.

CARCANHOLO, Marcelo. Dias. Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista. Dissertação de Mestrado, UFF, Rio de Janeiro, 1996.

CARCHEDI, Guglielmo. O esgotamento da atual fase histórica do capitalismo. IELA, Disponível em: <https://iela.ufsc.br/o-esgotamento-da-atual-fase-historica-do-capitalismo/>. Acesso em: 02/11/2023.

DE DEUS, Leonardo Gomes. Um conto de duas crises: pesquisa e redação de O Capital entre 1857 e 1868. Síntese: Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 46, n. 146, p. 515-540, Set./Dez; 2019.

DRUCKER, Peter. Sociedade pós-capitalista. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

DUAYER, Mário. Apresentação, in: MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

DUAYER, Mário. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, n. 29, p. 35-48, 2012.

DUAYER, Mário.; MEDEIROS, João. Leonardo. Marx estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital, in: F. Miranda & R. Monfardini (Orgs), Ontologia e estética (Coleção NIEP-MARX, v.1). 1º ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo. Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital. In: Coleção Niep, volume I. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

DUAYER; Mário; CARDOSO, Núbia Vieira. Caráter mercantil do capitalismo, centralidade do trabalho e estranhamento. In: ARAÚJO, Paulo Henrique Furtado (org). Dominação impessoal e temporal: o trabalho na sociedade do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAUSTO, Ruy. O capital e a lógica de Hegel: dialética marxiana, dialética hegeliana. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

FERNANDES, Florestan. Marx, Engels, Lenin: a história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FORBES. As 25 pessoas mais ricas do mundo em 2023. Forbes Brasil, 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/04/as-25-pessoas-mais-ricas-do-mundo-em-2023/>. Acesso em: 09/11/2023.

G1. Entenda os impactos da Pandemia de Coronavírus nas economias global e brasileira. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/26/entenda-os-impactos-do-avanco-do-coronavirus-na-economia-global-e-brasileira.ghtml>>. Acesso em: 25/05/2023

GAZIER, Bernard. A crise de 1929. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.

GRESPLAN, Jorge. Luis. O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRESPLAN, Jorge. Luis. Marx e a crítica do modo de representação capitalista. São Paulo: Boitempo, 2019.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17º Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Para entender O Capital-livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013. *Formato E-book*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543837/mod_resource/content/1/David_Harvey-Para%20entender%20O%20Capital_v.1.pdf. Acesso em: 15/11/2023.

_____. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016. *Formato E-book*. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=KPFFDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=17+contradi%C3%A7%C3%B5es+do+capital&ots=J0xT2LQwB6&sig=EIY7qTUgvWr6yy1mOqhJ4rGDeP8#v=onepage&q=17%20contradi%C3%A7%C3%B5es%20do%20capital&f=false>. Acesso em: 15/11/2023.

_____. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

_____. O neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008b.

HAYEK, Friedrich August. O caminho da servidão. São Paulo: LVM editora, 2017.

HEINRICH, Michael. Crisis Theory, the Law of the Tendency of the Profit Rate to Fall, and Marx's Studies in the 1870s. *Monthly Review*, 2013. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2013/04/01/crisis-theory-the-law-of-the-tendency-of-the-profit-rate-to-fall-and-marxs-studies-in-the-1870s/>. Acesso em: 23/02/2023.

HEINRICH, Michael. Prefácio: O Livro II de O Capital, In: MARX, K. O Capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2014.

KAUFMAN, Martin; LEIGH, Daniel. Global Rebalancing and the COVID-19 Crisis. *IMF BLOG*, 2020. Disponível em: <<https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2020/08/04/blog-global-rebalancing-and-the-covid19-crisis>>. Acesso em: 25/05/2023

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KONDER, Leandro. Karl Marx: vida e obra. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LENIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUKÁCS, György. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels, in: Cultura, arte e literatura: textos escolhidos / Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Para uma ontologia do ser social I. 2º Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Para uma ontologia do ser social, 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUPATINI, Márcio P. Sobre o “capital financeiro” e algumas interpretações. In: Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói (RJ), UFF/ABHPE. 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. Acumulação de Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I. v.2. 32ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

_____. O Capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. O Capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

_____. O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital. Volume 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico-Livro 4 de O Capital, Volume II. Tradução: Reginaldo Santanna. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico-Livro 4 de O Capital, Volume III. Tradução: Reginaldo Santanna. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. Trabalho assalariado e capital. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Lutas de classes na Rússia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MAZZUCHELLI, Frederico. A contradição em processo. O capitalismo e suas crises. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2004.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo à teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. O século XXI: socialismo ou barbárie?. São Paulo: Boitempo, 2012.

MIRANDA, Flávio. As interpretações marxistas da crise econômica atual: uma análise com base na teoria das crises de Marx. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

MIRANDA, Flávio. Desenvolvimento desigual e Mercado mundial em Marx. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MIRANDA, Flávio.; CARCANHOLO, Marcelo. Dias. Crítica da Economia Política da crise pandêmica. In: LÓPEZ A.; ROFFINELLI G.; CASTIGLIONI, L (org.). Crisis capitalista mundial en tiempos de pandemia. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2021.

MORO, Domenico. Capital no século XXI – entre a estagnação e a guerra. Eleutério Prado, Disponível em: https://eleuterioprado.blog/2023/04/20/capital-no-seculo-xxi-entre-a-estagnacao-e-a-guerra/#_ftn1. Acesso em: 09/11/2023.

MUSTO, Marcello. Novas caracterizações de Marx após a Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA 2). Crítica Marxista. v. 53, (p.33-49). 2021. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=75&numero_revista=53.

_____. Karl Marx: biografia intelectual e política (1857-1883). São Paulo: Expressão Popular, 2023.

_____. O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883). São Paulo: Boitempo, 2018.

NAKATANI, P. MARQUES, R. O capitalismo em crise. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NETTO, José. Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Karl Marx: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. Capitalismo monopolista e serviço social. 7ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2009.

NOVO MAPA DA DESIGUALDADE GLOBAL. Outras Palavras, [31/12/2021]. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/novo-mapa-da-desigualdade-global/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. O papel de Engels na editoração de O Capital e sua influência na interpretação marxista sobre a crise. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v.12, n.(3), p.203–216, 2021.

OCDE. Unemployment rate (indicator). doi: 10.1787/52570002-en. Disponível em: <https://data.oecd.org/unemp/unemployment-rate.htm#indicator-chart>. Acesso em: 05/11/2023.

PANCHMANN, Márcio. O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

PANIAGO, Maria. Cristina. Soares. Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital. 2ª Ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

POSTONE, Moishe. Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

POSTONE, Moishe: Time, labor, and social domination: A reinterpretation of Marx's critical theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

PRADO, Eleutério F. S. Crise estrutural do capitalismo: uma reconstrução conceitual e empírica. Disponível online: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2016/12/crise-estrutural-do-capitalismo.pdf>>. Acessado: 05/04/2023.

PRADO, Eleutério F. S. Dominância financeira no ocaso do capitalismo. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/dominancia-financiera-no-ocaso-do-capitalismo/>. Acesso em: 09/11/2023.

RIBEIRO, Nelson. Rosas. A acumulação de capital no Brasil: expansão e crise. Dissertação de Doutorado apresentada no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1988.

RIBEIRO, Nelson; MENDONÇA, Antônio. A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista. Brazilian Journal of Political Economy, v. 6, n. 4, 1986.

ROBERTS, Michael. A world rate of profit: important new evidence, 2022. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2022/01/22/a-world-rate-of-profit-important-new-evidence/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

_____. La larga depresión: cómo ocurrió, por qué ocurrió y qué ocurrirá a continuación. España: El Viejo Topo, 2016b.

_____. The long depression: Marxism and the global crisis of capitalism. Chicago: Haymarket Books, 2016a.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak. A teoria do dinheiro em Marx. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr, 2020.

SHAIKH, Anwar. Uma introdução à história das teorias de crise. Ensaios FEE, v. 4, n. 1, p. 5-46, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SWEEZY, Paul. Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios da economia política marxista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TONELLO, Iuri. No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2021.

THE WORLD BANK. CHAPTER 1 - Introduction: the economic impacts of the COVID-19 crisis. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022/brief/chapter-1-introduction-the-economic-impacts-of-the-covid-19-crisis>>.2022, Acesso em: 25/05/2023